

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE - CPDA

Nós da Madeira: Mudança Social e Trabalhadores Assalariados das Plantações
Florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais

Múcio Tosta Gonçalves

Sob a Orientação da Professora Doutora Leonilde Sérvolo de Medeiros

Julho de 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE - CPDA

**Nós da Madeira: Mudança Social e Trabalhadores Assalariados das Plantações
Florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais**

Múcio Tosta Gonçalves

Sob a Orientação da Professora Doutora Leonilde Sérvolo de Medeiros

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Ciências, Área
de Concentração: Desenvolvimento e Agricultura.

Seropédica, Rio de Janeiro, Agosto de 2001

**Nós da Madeira: Mudança Social e Trabalhadores Assalariados das Plantações
Florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais**

Múcio Tosta Gonçalves

APROVADO EM: ____/_____/2001

Profa. Dra. Leonilde Sérvolo de Medeiros _____

Profa. Dra. Delma Pessanha Neves _____

Profa. Dra. Nilcéa Moraleida Bernardes _____

Prof. Dr. José Augusto Pádua _____

Prof. Dr. Nelson Giordano Delgado _____

RESUMO

Discute-se na tese os processos de construção de relações e de organização sociais por agricultores familiares e assalariados rurais das plantações florestais em municípios dos Vales do Aço e do Rio Doce em Minas Gerais que compõem uma região identificada como “tradicional” pelas empresas capitalistas processadoras de madeira e pelo Estado. Argumentando que a formação social desse território e suas transformações devem ser compreendidas a partir das relações conflitantes historicamente construídas entre esses atores sociais regionais subalternos e dominantes e suas respectivas estratégias políticas, investigou-se que resultados foram produzidos pelas disputas desenvolvidas entre tais atores, enfatizando-se a resistência de agricultores e trabalhadores às estratégias capitalistas na região e os limites da organização de uma representação sindical dos assalariados na região.

ABSTRACT

The present thesis discuss both processes of social relations construction and of organization of small farmers and rural salaried workers at forest plantations in some cities of the “Vales do Aço” and “Vale do Rio Doce” regions at Minas Gerais state, Brazil. To the local and national state and to the wooden processing capitalist companies established in that region it was all along identified as a "traditional" one, what ignorizes the local small farmers and rural workers culture and ways of life. Arguing that the formation of this territory and its transformations must be understood from the conflicting relations historically constructed among that subordinate and dominant actors and its strategies, it was investigated how the disputes between these social actors had allowed to create the conditions of the organization of a trade union representation and how were its limits, as well as the results that had been produced by its resistance to the capitalist strategies in the region.

L'on ne peut sortir de l'arbre par des moyens d'arbre.
(Francis Ponge. **O partido das coisas**. São Paulo: Iluminuras, 2000)

(...) Ademais, esquece-se que toda época ou ambiente é contraditório e que alguém expressa e corresponde à própria época ou ambiente não somente colaborando com as formas de vida oficial, mas também combatendo-as implacavelmente.

(Gramsci, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. Dos cadernos miscelâneos. Caderno 15. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000)

*Donde floresce o homem
senão do tronco
que fomenta o fogo?*

(...)

*A contingência
de sermos o que somos
é uma árvore presa
na floresta do sono.
O leão está em ti
e não nas coisas.*

(Nejar, Carlos. Extraído de *O campeador e o vento* (1966) In: **Obra Poética I**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980)

ÍNDICE

Resumo/ <i>Abstract</i>	iii
Agradecimentos	iv
Lista de Tabelas e Quadros	viii
Lista de Figuras	ix
Lista de Anexos	ix
Lista de Siglas	x
Introdução	11
Capítulo I - Espaço e Representação Política	22
1. Espaço: esboço de definição	22
2. Dos interesses à organização	40
Capítulo II - Economia, Política e Sociedade na Formação de uma Região Mineira	61
1. Aspectos da formação econômica da Minas oitocentista	63
2. Zona Metalúrgica e Vale do Rio Doce: esboço de compreensão	80
3. O território da pesquisa	94
Capítulo III - A Produção da Região sob a “Economia das Plantações”	102
1. Antecedentes: ensaio sobre a construção da questão florestal	102
2. O movimento do capital florestal em Minas Gerais	125
3. O capital florestal na Região dos Vales do Aço/Doce	135
Capítulo IV - Aspectos da Construção Social da Região: a perspectiva do Rural ...	149
1. Os Vales do Aço/Rio Doce: urbanização e agricultura	150
2. A ordem das plantações e a agricultura na região	170
3. Agricultores e Assalariados das Plantações Florestais: quais Problemas?	183
4. Trabalho e plantações	198
Capítulo V - Assalariados e Sindicatos nas Plantações Florestais dos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais	224
Conclusão	264
Referências Bibliográficas	276
Anexo 1	
Anexo 2	

Lista de Tabelas e Quadros

Tabela I - Decréscimo da área florestal em Minas Gerais, no período 1911-1958	105
Tabela II - Posse de reservas florestais e consumo de carvão pelas principais empresas siderúrgicas de Minas Gerais em 1950	109
Tabela III - Evolução do consumo de carvão vegetal em Minas Gerais – 1915-1966	111
Tabela IV - Área das plantações florestais existentes, por município e empresas plantadoras, até o ano de 1967	137
Tabela V - Áreas ocupadas por matas nativas e plantações florestais, em hectares e em % da área do território municipal em municípios selecionados de MG – 1968	139
Tabela VI - Evolução dos plantios florestais homogêneos em municípios selecionados de Minas Gerais, no período 1969-1982, em ha	141
Tabela VII - Comparação das áreas das propriedades com mais de 1.000 hectares e das propriedades da Cenibra, por municípios selecionados, em ha e % - 1995 e 1993	144
Tabela VIII - População rural, urbana e total residente nos municípios selecionados dos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais, no período 1940/1996 (em unidades)	159
Tabela IX - População rural, urbana e total residente em seis municípios selecionados das regiões Metalúrgica e Vale do Rio Doce de Minas Gerais, no período 1940/1996 (em unidades)	161
Tabela X - Distribuição do número e área dos estabelecimentos rurais nos municípios analisados, por grupos de área total, em unidades e em hectares – 1950/1995	172
Tabela XI - Condição do produtor, por municípios, número de estabelecimentos e área da propriedade (em ha) nos municípios selecionados dos Vales do Aço/Rio Doce – 1960/1996	177-178
Tabela XII - Utilização da terra nos municípios selecionados dos Vales do Aço/Rio Doce, Minas Gerais, no período 1960/1996 – em ha	180-181
Quadro 1 - Relação dos Sindicatos de trabalhadores assalariados nas plantações nos Vales do Aço/Rio Doce em Minas Gerais	253

Lista de Figuras

- Figura 1** - Distribuição dos principais gêneros agropecuários, atividades manufatureiras e fluxos comerciais da região mineradora de Minas Gerais 87
- Figura 2** - Localização dos municípios analisados 96
- Figura 3** - Evolução do carvoejamento em Minas Gerais, 1800-1965 112
- Figura 4** - Evolução das plantações florestais em Minas Gerais, por regiões de planejamento e ano (de antes de 1967 a 1982) 130
- Figura 5** - Evolução da população total, rural e urbana da região da pesquisa, em N.º Índice (1940 = 100) 160
- Figura 6** - Utilização das terras em municípios dos Vales do Aço/Rio Doce em Minas Gerais, em ha – 1960/1996 182
- Figura 7** - Relação entre estratégias sindicais e empresariais na organização dos trabalhadores e do trabalho na economia das plantações florestais 261

Lista de Anexos

- Anexo 1** - Elementos da formação administrativa dos municípios pesquisados
- Anexo 2** - Evolução Esquemática do desmembramento territorial dos municípios pesquisados

Lista de Siglas

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural
ACESITA – Aços Especiais Itabira
AUVA – Aglomerado Urbano do Vale do Aço
BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (até 1988, BNDE)
CENIBRA – Celulose Nipo Brasileira S/A
CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais (primeira denominação, atualmente substituída pela de Companhia Energética de Minas Gerais)
CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CAF - Companhia Agrícola e Florestal Santa Bárbara
CSBM – Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico
CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial
CEEA - Conselho Estadual de Economia e Administração
EFVM - Estrada de Ferro Vitória-Minas
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais
FTIEMG– Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Minas Gerais
FRD – Florestas Rio Doce S/A
FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FJP - Fundação João Pinheiro
FISSET – Fundo de Incentivos Setoriais
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBDF– Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP - Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará
INDI - Instituto de Desenvolvimento Industrial de MG
IEF - Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
IGA - Instituto de Geociências Aplicadas
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JATAN - Japan Tropical Action Network
PARC –Pacific Asia Resource Center
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
USIMINAS - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

Introdução

O debate sobre mudança social e a “modernização” da agricultura é já bastante abrangente. No íntimo da discussão, duas questões aparecem como extremamente relevantes: (1^a) a da permanência ou transformação do pequeno produtor, do camponês ou do agricultor familiar¹ dentro das sociedades chamadas “complexas” e (2^a) a da construção, por esses sujeitos, de formas de acatamento/subordinação ou de negação/resistência aos projetos de modernização oriundos das outras classes sociais.

Levando em conta essas questões, e incorporando a elas a da construção do território, a proposta da tese ora apresentada é a de entender como é que tais sujeitos sociais, situados em regiões identificadas como “tradicionais” (sobretudo pelas empresas capitalistas e pelo Estado) se transformam a partir da sua relação com projetos capitalistas que usam intensivamente o espaço territorial. Um ponto de partida para a investigação dos motivos e sentidos dessa transformação é o fato que, à medida que assume determinados territórios

¹ O conjunto formado pelos conceitos de “pequena produção”, “campesinato”, “agricultor familiar”, “agricultura familiar” e outros similares tem a sua história marcada por uma disputa política e ideológica formidável. Longe de buscar nessa Introdução e mesmo ao longo desse texto uma definição, uma tomada de posição inicial é necessária. Tendo em vista as referências coletivas e individuais coletadas junto aos agricultores, assalariados das plantações florestais, sindicalistas e outros mediadores do campo de pesquisa com os quais tomei contato em diversos momentos e em diferentes situações, tais denominações serão adotadas indistintamente nesse texto. Mas isso não significa pensar que o debate reduza-se a mera questão semântica. Pensar essas “unidades” sociais familiares implica definir como é que um conjunto de trabalho humano, de terra e de outros recursos materiais e financeiros podem ser envolvidos simultaneamente com a produção, o consumo e a reprodução da família. Quer dizer, a articulação entre o auto-consumo e a troca, entre a sustentação dos membros familiares hoje e a transmissão da propriedade para alguém que a aceite como herança no futuro impedem que se possa determinar a produção familiar como sendo apenas uma entidade econômica. Ao mesmo tempo, ela é uma forma de transmissão cultural de uma determinada forma de organização social da família rural. Ou seja, quando o referente da análise é o familiar, e desde que ele não seja “naturalizado”, a identidade do agricultor é dada pela sua inserção numa unidade de trabalho e de consumo que procura estabelecer para si estratégias adequadas de sobrevivência e de reprodução. Assim, a idéia de uma agricultura familiar significa a existência de um projeto e de “atores sociais” que constroem sua individuação enquanto componentes de uma unidade (a familiar) que existe no tempo.

para a localização de seus projetos produtivos, o capital interfere diretamente nas formas de organização social, cultural e econômica prevalentes da população.

Mas aqui não se parte da idéia que há uma determinação externa dos processos sociais que formam as **classes** e a **região** (e nem as classes numa região). A investigação proposta refere-se, antes, à tentativa de elucidar que elementos explicam o(s) processo(s) de construção de uma dinâmica de organização social por parte de trabalhadores rurais assalariados em um território delimitado (histórica, geográfica, social e politicamente). Para entendê-la serão analisados os processos que possibilitaram que um conjunto de membros de uma agricultura familiar inserida em uma parte do Vale do Rio Doce de Minas Gerais se transmudasse em um corpo de assalariados rurais, submetidos ao controle e à disciplina do capital. Além disso, serão também investigadas as condições que propiciaram a emergência de estruturas sindicais próprias desses assalariados.

Para tanto, a análise empreendida buscou pensar quais foram e são as possíveis relações entre projetos técnicos, econômicos e políticos (conflitantes) de formação do espaço e de que forma os atores subalternos envolvidos com esses projetos construíram representações sociais e políticas acerca da mudança.

Partindo da idéia que atores sociais em disputa desenvolvem estratégias² destinadas a garantir as condições materiais e simbólicas da sua reprodução num dado sistema de produção, procurou-se nessa tese entender como o processo de formação de um espaço

² Por estratégia entende-se aqui o modo pelo qual os sujeitos sociais procuram ir mudando a sua posição social ao longo da sua vida dentro de um campo social (Bourdieu, 1990; 1994). Para Bourdieu, o estudo das ações dos atores sociais deve levar em consideração que as relações realizadas por esses sujeitos ocorrem em um campo determinado – ou em um espaço social no qual se manifestam uma distribuição desigual de um capital social e as relações de poder. Esse capital social é o que determina a posição ocupada no campo por um ator social específico. Assim, o entendimento das relações desiguais que ocorrem no interior do campo permite pensar que os atores possuem estratégias. Essas, em função das posições específicas dos atores, orientam a ação desses últimos no sentido de ampliar o seu capital social, condição através da qual é possível para os atores garantirem a sua reprodução social.

territorial (uma região) é - ou não é - informado por tais estratégias e, ainda, se esse mesmo processo permite falar da construção de dinâmicas sociais e políticas específicas.

Nesse sentido, procurou-se fugir daqueles modelos baseados na explicação determinista econômica e/ou social dos processos políticos. A análise realizada aqui é a de uma história de mudança que ocorreu não como uma resposta automática a condições simultaneamente objetivas (de um social) e objetivantes (dos sujeitos), mas como um processo permeado por *“sistemas de valores e idéias, em função das quais as condições materiais e sociais de existência são reelaboradas, imprimindo-lhes rumos especiais”* (Neves, 1995, p. 63).

Mesmo porque os processos de mudança social são produzidos por que os grupos ou algumas de suas frações se formam e se transformam no âmbito de um processo de construção de projetos de enfrentamento do presente (o que inclui vários modos de resgate do passado) e de “invenção” de um futuro. Isso quer dizer que a existência social, se é de um lado uma resposta a uma estrutura, é também resultado de estratégias coletivas e pessoais, que só têm sentido quando se pensa que junto delas existem outras destinadas à reprodução social e individual. Por essa razão é que se pode dizer que a mudança social corresponde a (e demanda) mecanismos de seleção e de transformação do real – conforme ele vai sendo apropriado, vivido e projetado pelos atores sociais.

Ademais, a discussão da mudança não pode centrar a atenção exclusivamente numa categoria social e em sua história como se ela fosse independente do lugar. Regra geral, as análises sobre grupos ou classes sociais tratam os sujeitos sociais sem atentar para o território – reduzido a lugar geográfico ou nome de um espaço físico que suporta aquilo que é tido como relevante para a interpretação, que é a forma assumida pelo capital (a agroindústria, a firma industrial, a fazenda, a propriedade etc.) e pelo trabalho (o indivíduo, a classe, o grupo funcional etc.).

Essa perspectiva produz, porém, um desconhecimento: a existência social depende que os sujeitos se situem fisicamente em função de recursos que são tanto social quanto

naturalmente tornados disponíveis pelos projetos que esses mesmos sujeitos criam e pelos constrangimentos que vão sendo gerados na medida mesma que a história – dos sujeitos e dos seus projetos – vai sendo socialmente construída, enfrentada, sobreposta, reescrita, excluída, reconstruída...

É por isso que a justificativa da escolha de um espaço delimitado para a análise social constitui, quase sempre, uma dor de cabeça para os estudiosos. Uma tentação para resolver esse problema é a de reduzir a dinâmica social de apropriação, criação, produção e reprodução do espaço à existência social (sem se perguntar sobre qual é o conteúdo desse social) ou à lógica imanente do capital (que deve se tomado não como relação social mas como ator social e interesse particular, ou seja, como sujeito). Ora, mesmo que se parta da constatação que a expansão das empresas capitalistas e/ou de políticas públicas, ao nível das regiões, obedeçam a uma lógica orientada pela dinâmica das ações dos capitais e do Estado à procura de novos campos de valorização, não se pode reduzir a região à condição de mero espaço físico articulado por atividades econômicas ou como um real “socialmente construído” por sujeitos particulares culturalmente situados em um época. Posturas como essa, sem sombra de dúvida, implicam subestimar o conteúdo mais rico do conceito de região, substituindo-o por uma idealização da história e da realidade.

Espaço e região são conformações tanto geográficas quanto sociais, e sua inclusão na rota do capital dá-se, inicial mas não necessariamente, pela criação e apropriação do que se convencionou chamar de “disponibilidade de recursos naturais” e, a partir daí (mas não como movimento secundário), pela menor ou maior capacidade de transformação das relações sociais vigentes em relações sociais capitalistas. Nesse sentido, é possível concordar com a assertiva que diz que os “sujeitos” que se desenvolvem dentro das regiões são as relações sociais, e não tanto as próprias regiões físicas.

Emergindo de tais questões, então, a presente tese procurou entender quais foram os elementos constitutivos dos processos sociais e políticos que estiveram e estão na base da constituição de atores sociais coletivos – os Sindicatos da categoria Trabalhador Rural

Assalariado na Extração de Madeira e Lenha - envolvidos com a problemática do enfrentamento e da resistência à expansão de uma atividade capitalista agro-industrial (as plantações homogêneas de espécies arbóreas de rápido crescimento, ou "reflorestamento"³) na região formada pelos Vales do Aço e parte do Vale do Rio Doce, localizada na porção centro leste do estado de Minas Gerais⁴.

Ou seja, interessa perceber como é que se combinaram, ao longo da **história da região**, a história da constituição de uma economia das plantações, organizada a partir dos interesses mercantis das firmas industriais capitalistas consumidoras e produtoras de madeira e seus subprodutos baseadas na sujeição de uma forma anterior de organização da agricultura, e a história da assimilação e da resistência assumidas pelos agricultores familiares e trabalhadores assalariados que ocupavam e ocupam esse espaço territorial. Isso requer pensar que se a formação das classes decorre de um conjunto de movimentos sociais e políticos nos quais os sujeitos constitutivos da classe ou de suas frações participam, seguindo a linha interpretativa de Thompson (1987), então na observação do desenrolar do

³ A indicação da palavra entre aspas ao longo de toda a tese tem o sentido de destacar que essa não é uma denominação neutra, apesar dela ser uma expressão de uso comum entre todos quantos conhecem as plantações homogêneas de eucaliptos, pinheiros ou outras espécies de árvores com finalidade industrial realizadas em todo o país. Antes, essa é uma palavra que esconde ao mesmo tempo uma **qualificação do espaço** e uma **desqualificação da natureza** do ponto de vista dos projetos capitalistas de produção. Além disso, reflorestar significa plantar de novo, o que efetivamente não é o que ocorre nesses empreendimentos de plantio exclusivo e em larga escala de espécies madeireiras exóticas. O "reflorestamento", tal como apontado e denunciado por diversos atores e movimentos sociais na verdade tem sido implantado no Brasil através do desmatamento (substituindo as antigas formações vegetais) ou então da ocupação de áreas já desmatadas e que eram dedicadas a outras culturas ou pastos. Nesse sentido, o termo correto para designar a atividade seria o de florestamento, mas existem dúvidas sobre se uma monocultura de árvores corresponde a uma floresta. Isso porque o "reflorestamento", como sistema de *plantation*, não contém todos os elementos das estratégias adaptativas requeridas pela dinâmica competitiva entre os indivíduos/espécies vegetais – e mesmo animais - que são encontrados em uma floresta e que geram as condições para a reprodução desses indivíduos e espécies. A fim de evitar o uso desse termo, consagrado pelo Estado e pelas empresas desde os anos 1940 para referir-se a essa atividade, será utilizada aqui a expressão plantação florestal homogênea (ou plantio). Para uma discussão crítica a respeito desse tema, pode-se consultar Barnett (1992), Shiva & Bandyopadhyay (1991) e Duarte (1993).

⁴ Doravante, exclusivamente para efeito de simplificação, a notação adotada na tese para indicar a região será a de **Vales do Aço/Rio Doce**.

processo histórico de construção social da classe deve-se incluir o território e a identidade territorialmente referida como um dos elementos que formam a experiência desses sujeitos.

Para efeito das questões analisadas na tese, a escolha da região explica-se a partir da sua história, que remonta ao momento da formação das Minas Gerais e que evolui através de um conjunto de alterações sócio-econômicas e espaciais, que permitirão a identificação desse espaço como uma espécie de “fronteira” agropecuária e florestal e culminarão com a introdução das plantações homogêneas e a conseqüente mudança nos e dos espaços social e natural preexistente.

Um outro elemento que contribuiu para a delimitação foi a evolução da dinâmica do conflito entre agricultores e assalariados e as empresas plantadoras, em boa medida assegurada pela especificidade dessa agroindústria não produtora de alimentos, que substitui o uso “comum” da terra como lugar de cultura para transformá-la em produtora de árvores.

È desde dentro de uma tal análise que se torna possível compreender como se forjaram no tempo e no espaço as mútuas imbricações e determinações dos projetos capitalistas e estatais e dos camponeses e assalariados. Até porque, se é possível falar dos pontos de vista empresarial e estatal, o discurso afirmativo do pretense projeto de desenvolvimento capitalista florestal e industrial instalado na região a ser analisada baseou-se numa reclassificação do espaço, tornado “tecnicamente” impróprio para a atividade rural por suas condições topográficas e edáficas; em seguida a isso, houve uma desqualificação social dos agricultores familiares e dos trabalhadores rurais, tidos como ineficientes ou então como incapazes de adotar a modernidade – por causa das razões técnicas mencionadas ou por causa do relativamente reduzido grau de sua imersão no mercado.

Além disso, o fato da entrada das firmas plantadoras de eucaliptos na região ter ocorrido através de um processo de compra de terras (inicialmente as melhores em termos da topografia local), muitas vezes através da utilização de prepostos, mascarou o processo de

resistência camponesa: quem lê a história da região não encontra referências explícitas a um conflito aberto genérico⁵ (o capital expulsando pela força camponeses incapazes de se defender) que tivesse propiciado um amplo debate social sobre o destino traçado pelos projetos em competição na região.

Esse pode inclusive ter sido um dos elementos que propiciaram a vitória do projeto capitalista apoiado pelo Estado; a aparente ausência de debate, a idéia que esse projeto era o mais “naturalmente” adaptado para essa região (dada sua ancestral vocação florestal) e o discurso desenvolvimentista da modernidade se impuseram regionalmente e criaram a expectativa de uma mudança que seria capaz de incorporar toda a sociedade local.

Mas daí não decorre que foi a alteração da estrutura econômica rural original o fenômeno que permitiu a emergência dos trabalhadores assalariados rurais, os trabalhadores da “extrativa”. Mesmo porque, como se discutirá adiante, se a ação do capital deve ser levada em conta quando se fala do processo de formação da classe trabalhadores – entendida nesse sentido como medida e como reflexo da existência do capital como relação social de produção – é também e principalmente a classe trabalhadora que se faz.

Foi desse universo de situações e de relações, então, que os problemas pensados no projeto de Doutorado apresentado ao CPDA-UFRRJ emergiram. Porém, a vinculação com o tema e com o campo de pesquisa não foi fortuita - desse modo, não correspondeu a uma observação feita de fora, baseada em evidências empíricas colhidas por causa da saliência dos “casos”.

Desde quando trabalhei como economista numa autarquia estadual voltada para a produção de política florestal, o Instituto Estadual de Florestas, passando pela participação em um projeto de pesquisa sobre a história e a dinâmica das empresas produtoras de pasta de

⁵ De fato, um tal conflito ocorreu de forma particularmente concentrada na região de Governador Valadares, um dos maiores núcleos urbanos da região do Vale do Rio Doce. A esse respeito, ver Pereira (1980), Borges (1991) e Martins (1983).

celulose na região do Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia realizada para a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE e para o Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais – IBASE, e chegando a um envolvimento não formal com o trabalho de pesquisa que se tentava realizar e se realizou na Comissão Pastoral da Terra – CPT de Minas Gerais em conjunto com os Sindicatos dos Trabalhadores Assalariados nas plantações (inicialmente discutindo os impactos ambientais das plantações de eucaliptos e, posteriormente, os problemas sócio-ambientais provocados pela concentração fundiária decorrente dessa monocultura na região do Vale do Aço), engajei-me durante os últimos quase dez anos em um misto de trabalho investigativo e de militância que me levou até à questão do movimento dos assalariados das plantações florestais e da formação dos seus sindicatos.

Se de um lado um tal envolvimento pode representar uma vantagem para a minha entrada nas regiões, o investimento já feito ao longo desse tempo acarretou limitações ao trabalho de investigação, especialmente por que o tentar pensar a prática da mediação nessas regiões esbarrou várias vezes na minha presença enquanto um tipo de mediador – o que vem da cidade, mais especificamente da capital e da universidade e que fala ou tenta falar (ou reproduzir) a linguagem desses atores sociais subalternos numa região subordinada a projetos privados e públicos de dimensões internacionais⁶.

Colocado esse conjunto de proposições, o presente texto está organizado da seguinte forma: no Capítulo 1 é realizada uma discussão inicial sobre os conceitos de região e de representação, buscando entender teoricamente como tais conceitos podem ser aplicados, qual é a sua utilidade e quais são os limites presentes em algumas das principais abordagens relativas ao tema. A partir daí, apontam-se os elementos teóricos que nortearão o restante do argumento da tese.

⁶ A denominação de professor que estava fazendo uma pesquisa sobre a região foi um dos elementos que permitiu aos agricultores, assalariados e sindicalistas me reconhecerem e foi o que permitiu, muitas vezes, a minha aproximação. Além disso, o fato de estar vinculado aos agentes da CPT, andando junto e falando muitas vezes uma linguagem próxima da deles, serviu como um elemento para tornar positiva essa minha denominação.

No Capítulo 2 é apresentada uma revisão da evolução histórica da formação da região em questão, situando-a no contexto do que se pode chamar de desenvolvimento regional de Minas Gerais desde o século XVIII até meados do século XX. A descrição apresentada, ao enfatizar os aspectos da articulação entre política e economia na formação do espaço mineiro, indica não só como a região escolhida para análise se formou mas como ocorreu a sua transformação e subordinação à lógica do capital agro-industrial de base florestal.

No Capítulo 3 faz-se uma interpretação da formação da região como espaço privilegiado pelo capital agro-industrial florestal sob a dinâmica das políticas públicas para o “reflorestamento” em Minas Gerais a partir a década 50, chamando a atenção para os aspectos cruciais da formação das condições que determinaram a expansão das plantações florestais no país e indicando algumas das estratégias que permitiram a incorporação dos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais às lógicas específicas dos capitais privados e, eventualmente, do próprio Estado. Nesse sentido, são apresentados alguns dos aspectos relevantes da organização “setorial” que permitem falar daquelas dinâmicas e estratégias, especialmente das que permitiram gerar a subordinação da agricultura familiar e dos agricultores a esse capital agro-industrial.

No Capítulo 4 faz-se uma discussão crítica da literatura técnica e científica que trata de um processo de esvaziamento do campo na região a partir da sua urbanização e pela imposição de uma forma de construção do espaço regional como sendo dedicado prioritariamente às plantações. Tal discussão é feita a partir da apresentação da evolução história das atividades da agropecuária e da população regional. A partir daí, é questionada a idéia de que necessariamente os processos de urbanização e industrialização geraram um fim da agricultura e é indicada a existência de uma agricultura que persiste fragilmente.

Discute-se também como, na perspectiva dos agricultores familiares e dos trabalhadores rurais locais, ocorreu o processo de delimitação da região pelos projetos de monocultura florestal. Para tanto são descritas e analisadas as “versões” que agricultores, trabalhadores assalariados, sindicalistas e outros mediadores da região apresentam sobre os resultados que

a implantação e a exploração das culturas florestais homogêneas causaram nas suas condições de vida e nas suas formas de organização social, econômica e política. Basicamente, trata-se de tentar opor uma leitura feita pelos “pequenos” à que é feita de modo preconceituoso pelos técnicos do Estado e das empresas, tentando perceber a partir daí quais foram as possibilidades e os limites presentes nas estratégias construídas pelos sujeitos subordinados nessas regiões.

Nos capítulos 2, 3 e 4, privilegiou-se uma revisão das informações e das análises presentes tanto na literatura específica sobre a região quanto na relativa ao processo de desenvolvimento de Minas Gerais e da agricultura camponesa no Brasil. Essa revisão, pautada pela interpretação crítica dos dados e pela contextualização das análises empreendidas pelos autores, procurou produzir um retrato do processo de formação e de evolução da região a partir da perspectivas dos atores envolvidos nele.

No capítulo 5, continuando a discussão iniciada nos capítulos anteriores sobre a subordinação do trabalho ao capital e a respeito da questão da organização, são tratadas as condições que permitiram a produção de uma estrutura de representação sindical dos assalariados das plantações florestais na região dos Vales do Aço/Rio Doce e quais foram os elementos determinantes de sua existência entre as décadas de 1980 e 1990. Nesse capítulo são analisadas as intervenções promovidas pela mediação da CPT e indicados os limites apresentados pela estrutura sindical específica dos assalariados edificada na região.

Para esses dois últimos dois capítulos, além do recurso à revisão da literatura específica sobre processos de organização social e política dos trabalhadores, foi fundamental a realização de entrevistas e de observação direta, no campo, do exercício de organização empreendido por esses trabalhadores assalariados e por pequenos agricultores. O trabalho de campo foi realizado através da visita direta a agricultores e assalariados e suas famílias em suas casas e da participação em eventos promovidos pela CPT e por alguns dos Sindicatos (de Trabalhadores Rurais e dos da Extrativa) no Vale do Aço, nos quais procurou-se não só conhecer a realidade regional e pessoal dos participantes, mas tentar

entender como é que eles, a partir de uma história de subordinação, procuraram descortinar um futuro novo. Como observado anteriormente, isso pode ter gerado e seguramente introduziu algumas dificuldades para a análise pretendida nessa tese, mas foi por outro lado um dos passos que me permitiram perceber que há muita vida nos processos de construção coletiva de uma sociedade justa.

Capítulo I

Espaço e Representação Política

1. Espaço: esboço de definição

Esse capítulo tem como objeto a análise de como se constitui socialmente o **espaço** territorial, a partir do diálogo com algumas proposições teóricas. O propósito dessa discussão será o de identificar quais elementos e processos permitem explicar como uma determinada fração da classe trabalhadora (a dos trabalhadores rurais assalariados) emerge e se organiza no âmbito de processos de modernização rural espacial ou territorialmente referenciados.

Não se trata, porém, de recuperar um debate relativo aos significados das categorias geográficas espaço, território e região. Ao estudá-las, torna-se simultânea e imediatamente necessário entender como foram erigidas as condições da organização dos **sujeitos sociais** que tornam a região **singular** - social, econômica e politicamente.

Muitas interpretações convencionais, sobretudo as de cunho economicista, supõem que a emergência do espaço socialmente ocupado (ou construído) e dos atores sociais que o ocupam depende apenas do conjunto de ações desencadeado, simultaneamente, pelo Estado e pelo capital privado. A presença desses dois últimos atores seria, então, o mecanismo de elevação de uma categoria “incivilizada” (sobretudo a dos camponeses) à condição de sujeitos modernos **por que** inseridos no mercado ou submetidos à lógica de políticas ou burocracias específicas.

O que se pretende discutir aqui, entretanto, é que tanto o Estado quanto o capital⁷, ao promoverem uma modernização **capturam** e **submetem** a nova(s) trajetória(s) socialmente excludente(s) aqueles espaços ou territórios cuja ocupação social e técnica é anterior à sua presença. A realização desse tipo de projeto baseia-se na expropriação dos ocupantes locais originais e na alteração do "*sistema de posições e de oposições*" existente (Bourdieu, 1989).

Assim, é através da interpretação do conflito que se estabelece entre um novo projeto de desenvolvimento e os estilos preexistentes de organização social da vida no espaço (território ou região), pois, que se pode entender como é que os sujeitos subordinados constróem estratégias de organização da resistência em oposição a um modelo empresarial e estatal de (re)definição do espaço.

Mesmo porque tais estratégias não só recriaram o espaço, tendo determinado novas tensões sociais e territoriais, mas implicaram em outras condições de trabalho - pacífica ou polemicamente incorporadas pelos atores subalternos atingidos por tais transformações. É a partir do entendimento dessas dinâmicas que se procurará pensar que trajetórias determinados atores e "seu" território percorrem. Assim, a questão chave a ser interpretada teoricamente relaciona-se com os processos de formação de sujeitos coletivos, mas isso será objeto dos próximos capítulos.

Aqui interessa pensar, desde o início, que as marcas fundamentais do conceito de região são a **centralização** e a **diversidade**. Contudo, o uso da categoria, por parte tanto de leigos quanto de vários discursos acadêmicos e científicos privilegia a segunda dimensão em detrimento do conteúdo político do qual é investida a idéia de região (Alentejano, 1999).

De fato, ao par de sua existência física concreta, como espaço natural, a região deve ser entendida, conceitualmente, como o resultado do cruzamento dos elementos naturais,

⁷ Corporificados em instituições como as políticas e as burocracias específicas, tal como sugerido anteriormente, e também nas firmas, sindicatos ou associações patronais e, inclusive, nos "técnicos".

econômicos e sociais que compõem um determinado lugar geográfico e uma determinada população. Interpretar dessa forma a região não significa secundar a sua dimensão natural como existência física.

Recentemente, Merlet (1998) apresentou algumas sugestões que permitem argumentar a favor da idéia que o espaço é socialmente construído, ou seja, é um produto histórico da ação social humana. Partindo da discussão sobre as condições da existência social concreta da terra, esse autor salientou, dentre outras afirmativas, que:

- a terra não é um bem como os outros;
- os problemas relativos à posse da terra são produtos da história;
- o "*derecho de propiedad*" sobre a terra não é mais do que a "*propiedad de algunos derechos*";
- a "propriedade" sobre a terra pode ser fabricada de duas formas principais: a partir de baixo ou a partir de cima (Merlet, *op. cit.*).

Com relação à primeira das teses, o autor argumenta que a terra possui duas características específicas, que são ademais simultâneas: ela é um espaço num território e contém recursos naturais (tanto em si como por si, pode-se acrescentar). Enquanto a primeira dessas características permite a formação de direitos sobre a terra, a segunda característica tem a particularidade de não provir do trabalho humano.

Assim, conclui Merlet (1998), os direitos que um indivíduo ou um grupo qualquer possuem sobre um território referem-se às suas relações com os "*otros hombres susceptibles de transitar por este espacio, o de utilizar los recursos que contiene. La relación a la tierra es una relación social, una relación entre los hombres alrededor de la tierra*".

A segunda tese de Merlet (1998) chama a atenção para que a abordagem dos problemas da posse da terra devem ser feitas à luz do fato que tais problemas são produtos da história. Para ele, apesar das relações dos homens com a terra serem marcadas necessariamente pela

dimensão espacial, elas só podem ser apreendidas completamente se referidas à dimensão do tempo ou da história.

Isso porque quando se tratam das questões da posse e da propriedade da terra, torna-se importante identificar e entender a **dinâmica** através da qual ocorre a evolução desses processos sociais. De fato, importa menos analisar a desigualdade da distribuição da posse enquanto fenômeno em si, do que as tendências que o produziram e permitem sua modificação.

De fato, a análise do que constitui a dinâmica supõe mais do que lidar com quantidades datáveis e/ou com taxas de variação como as incógnitas básicas da investigação social. A atenção tem que ser dirigida, na verdade, para as condições sobre as quais a ação social, política e econômica se realiza a fim de verificar se elas estão sujeitas a mudanças e de qual tipo. Enfim, o que interessa determinar não são os ritmos, mas as variações nos ritmos dos processos analisados.

Esse tipo de compreensão do que vem a ser a dinâmica, baseado nas sugestões de Possas (1987) para a análise econômica, prende-se a dois aspectos centrais da economia mercantil capitalista: (a) as decisões dos agentes (sociais ou econômicos) são autônomas e (b) essas mesmas decisões são interdependentes no tempo.

O problema crucial de uma teoria que tem na dinâmica social uma de suas bases, portanto, é o tempo. E é a **articulação** da análise do tempo presente – ou das ações realizadas hoje⁸ - com a interpretação daquelas desenvolvidas desde um passado (irreversível e irrevogável) e com as proposições sobre um futuro desconhecido (tão mais por causa dos efeitos das ações tomadas hoje sobre ele) que coloca o tema da **incerteza** no centro da análise dinâmica.

⁸ Realizadas hoje tanto como ações novas quanto como conseqüências de ações desencadeadas no passado.

Um exemplo disso é a análise do funcionamento dos mercados e da concorrência. Mesmo no caso da agricultura, que parece ser um dos poucos ramos da atividade humana no qual se pode pensar exemplos de competição pura, o mercado de terras não desempenha o papel de distribuição perfeita de recursos e rendimentos. A razão para isso, dentre outras, é que a terra é um "bem" específico, distinto dos outros, que supõe a existência de relações de poder como um mecanismo de distribuição adicional ao preço e que não permite a produção de rendas como nas atividades urbanas. Além disso, na agricultura familiar, que tem dentre as suas estratégias e seus objetivos a reprodução da unidade produtiva e de consumo sob controle do núcleo doméstico, as economias de escala – caso existam - não funcionam tal como funcionam para a chamada agricultura patronal ou capitalista, que se reproduz sob o comando do capital agro-industrial, e menos ainda da mesma forma como funcionam para as firmas capitalistas industriais e/ou do setor terciário da economia, sejam elas localizadas no espaço urbano ou no rural.

É por isso que Merlet (1998) argumenta que a análise histórica é "obrigatória" para se entender a natureza das relações sociais tecidas ao redor da terra. Essa necessidade de integrar o tempo à análise dos processos de construção social do espaço (e suas tendências) decorre das seguintes considerações:

1. as relações de posse ou de distribuição do uso da terra - e conseqüentemente do trabalho (individual e coletivo) - podem mudar em determinadas comunidades, segundo as estações do ano;
2. o tempo se compõe de rupturas, de descontinuidades, o que não só informa como interfere na produção das necessidades de terra da famílias.
3. o tempo não "*corre siempre a la misma velocidad*".

A terceira das teses que interessam diretamente para a presente análise relaciona-se com o fato que, como já dito, o "direito de propriedade" sobre a terra não é mais do que a "*propiedad de algunos derechos*" (Merlet, 1998). Para o autor, estamos "*acostumbrados a pensar la propiedad como algo evidente y universal. Si la tierra no es un bien como los otros, la propiedad de la tierra tampoco es tan sencilla como la propiedad de los bienes en*

general". Isso se refere ao fato que não existe - nem existiu - a "propriedade absoluta" sobre a terra.

De fato, os "direitos" de "proprietários" e de "posseiros" são superpostos, assim como podem ser múltiplos: de indivíduos, de grupos familiares ou sociais, de grupos étnicos, de entidades jurídicas, de Estados etc. Da mesma forma, eles podem ser direitos de diferentes tipos, tais como: os de acesso a uma determinada porção do território e dos recursos que ele sustenta, os de exploração (através da gestão e da extração total ou parcial dos recursos), os de alienação ou inclusive de destruição dos recursos etc. Ainda no caso dos produtos de coleta (sobretudo para os produtos florestais não madeireiros), os "proprietários" das árvores e de seus produtos podem ser outros que não os "proprietários" da terra - e assim por diante. A questão é que se um título de terra especifica os limites *"de la parcela en el espacio ... también especifica la naturaleza de los derechos del `dueño` y las limitaciones impuestas a estos derechos"* (Merlet, 1998).

O último dos argumentos do autor que interessam para a presente discussão sustenta que a "propriedade" sobre a terra pode ser fabricada de duas maneiras principais: a partir de cima ou de baixo⁹. O primeiro modo de fabricação dessa "propriedade" é característico das situações de colonização ou de conquista estrangeira do território, e a sua manutenção depende da construção de um sistema de informações e de direitos de propriedade que permite aos grupos ou indivíduos dominantes documentar a sua situação de proprietários ao mesmo tempo que nega esses mesmos direitos e informações aos dominados (Merlet, 1998). Mas os direitos sobre a terra também se fabricam a partir de baixo, através dos processos conflitivos que caracterizam as relações entre os atores sociais rurais.

Em ambos os casos, há sistemas de direitos correspondentes que são progressivamente construídos, confirmando ou destituindo de sentido e de validade práticas sociais. Isso implica dizer que esses direitos reconhecem tanto as situações de fato quanto as relações de força que os tornaram possíveis.

Assim, a discussão do conceito de região coloca em jogo o poder de *“impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão [sic] que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo”* (Bourdieu, 1989, p. 113). Trata-se, como também sugere Alentejano (1999), de um poder de *“estabelecer fronteiras entre o que se quer legítimo/ilegítimo”*. Isso traz como problema para a interpretação dos processos de construção social dos territórios o entendimento de como são construídas as diferenças e as demarcações entre os grupos que – aberta ou veladamente – disputam a hegemonia na definição dos rumos da sua história dentro e com o território.

A advertência que deve ser adotada quando se estuda o território, o espaço ou a região, portanto, é que esses conceitos estão fundados sobre uma dimensão política, já que a sua natureza adscrive, mesmo que inicialmente, interesses a um território e os situa face a um poder central, alheio ou não a eles. Assim, pensar a região pressupõe entender como se fundamentam o controle e a gestão exercidos sobre ela. Segue daí, então, que o tema para reflexão inicial é o da constituição das relações de dominação e da formação das estratégias políticas e sociais que permitem o poder de uns e a subordinação de outros.

Três são os aspectos que permitem avançar para uma tal definição do conceito de região: as suas características simultaneamente multi-dimensional, multi-escalar e construída. E vai também nesse sentido o argumento de Cardoso (1998) segundo o qual a realidade social impressa no espaço exige o *“reconhecimento de espacialidades diferenciais, cujas dimensões e significados variam, cujos limites se superpõem e se recortam, de tal modo que, num ponto qualquer do planeta, não estaremos no interior de um mas, sim, de diversos conjuntos espaciais”*.

9 Na verdade, geralmente se encontra uma mescla destas duas modalidades.

Isso implica que deve-se abandonar uma leitura de região que naturaliza as relações sociais¹⁰, entorpecendo a leitura dos processos produtores de desigualdades espaciais, que resultam “*da forma como os processos sociais se articulam nas diversas escalas*” (Alentejano, 1999). Mas concluir que o espaço (e seu conceito) só se configura e define em função de seus “*conteúdos específicos*” (Cardoso, 1998) demanda a definição desses conteúdos e de quais são os sujeitos que os criam.

Pensando a partir das categorias analíticas da antropologia, pode-se dizer que o espaço é ao mesmo tempo uma construção concreta, simbólica e de relacionamento social. Isso significa, como sugere Augé (1994), que o espaço “*pode se definir como identitário, relacional e histórico*” (p. 73) e que ele está associado a um grupo social. Para esse mesmo autor,

A organização do espaço e a constituição dos lugares são, no interior de um mesmo grupo social, uma das motivações e uma das modalidades das práticas coletivas e individuais. As coletividades (ou aqueles que as dirigem), como os indivíduos que a elas se ligam, necessitam simultaneamente pensar a identidade e a relação, e, para fazerem isso, simbolizar os constituintes da identidade partilhada (pelo conjunto de um grupo), da identidade particular (de determinado grupo ou determinado indivíduo em relação aos outros) e da identidade singular (do indivíduo ou do grupo de indivíduos como não semelhantes a nenhum outro). O tratamento do espaço é um dos meios dessa empreitada (pp. 50-51).

Tanto mercados quanto territórios, então, resultam de formas específicas de interação social decorrentes da “*capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir*” (Abramovay, 1999).

Dessa forma, a dinâmica regional deve ser interpretada através da análise dos elementos relacionados com a formação e a evolução da rede de relações institucionais ali

¹⁰ Leitura comum ainda em muitos livros texto de Geografia, ela é definida a partir da natureza física do espaço e privilegia as relações internas às fronteiras que uma região possui com outra(s) como definidoras de sua formação e dinâmica. Nessa perspectiva, é uma representação determinista do espaço que trata a evolução desse último como um “*fenômeno espontâneo e*

historicamente estabelecidas. Destarte, como sustenta Abramovay (*op. cit.*), mais importante do que valorizar as “*vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais*”, o importante no entendimento da região é o estudo do “*fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam*” ou, até mesmo, de desvalorizá-lo desde um interesse qualquer existente.

O fundamento da formação do mercado capitalista foi a aproximação dos proprietários do poder político com os da riqueza mercantil (Arrighi, 1996). Se essa conjunção de uma esfera política privativa com interesses econômicos privados criou o espaço mercantil, ela por sua vez dependeu da formação de uma identidade territorial específica. Ou seja, o mercado capitalista só adquiriu a dimensão do território nacional porque esse era o espaço subordinado ao poder do governante - que foi capaz de impor, pela sua capacidade de regulamentar, o uso das relações mercantis e das formas de concorrência capitalistas nos atos de troca realizados dentro das fronteiras do reino (Heller, 1983).

Esse foi o pano de fundo sobre o qual o processo de desenvolvimento da instituição mercantil provocou mudanças no espaço econômico (que tornou-se crescentemente e cada vez mais ampliado) e no tempo. Tais transformações decorreram dos fatos que a maior circulação de mercadorias permitiu romper com as limitações da duração do ciclo produtivo local e aumentou concomitantemente o fluxo de informações, proporcionando maior velocidade aos processos sociais e políticos.

Para Braudel (1987, p. 20), o entendimento do que é o mercado decorre da compreensão anterior daquilo que pode ser denominado “*economia de troca*”. Essa última principia pelas “*múltiplas bocas*” formadas por todos os “*mercados elementares*” que pertencem a uma região. A “*enorme e múltipla extensão*” que essa “*nuvem de pontos*” representa, para

comandado pelo meio natural” conforme salienta Bourdieu (1989, p. 109) em sua interpretação do fenômeno das disputas pela definição.

"débitos frequentemente medíocres", faz com que a "economia de troca" esteja situada entre os domínios enormes da produção e do consumo.

Parte expressiva da produção, porém, não chega até esse lugar da troca, "*perdendo-se ... no autoconsumo, da família ou da aldeia, pelo que não entra no circuito do mercado*". O que é distintivo, porém, é que a economia de mercado progrediu daí e foi por esse traçado que ela conseguiu ligar os universos da "*produção onde tudo nasce*" e do "*consumo onde tudo se destrói*" (Braudel, *op. cit.*, p. 20).

Mas a inclusão dos indivíduos na vida econômica (oposta à sua vida material) não é automática, dependendo antes de qual lugar eles ocupem relativamente ao mercado como produtores ou de valor de uso (fora do mercado) ou de valor de troca (dentro do mercado) (*op. cit.*, pp. 21, 37).

O incremento do consumo e da troca resultante da expansão mercantil a partir do século XVIII produziu uma outra oposição que permite entender o processo de construção do mercado e de sua "identidade" territorial. Trata-se da oposição entre os mercados privado (*private market*) e público (*public market*), "*este vigiado pelas autoridades urbanas carrancudas, aquele fora desses controles*" (Braudel, *op. cit.*, p. 27). Para o autor, esse mercado privado que

muito antes do século XVIII, começou organizando em toda a Inglaterra as compras diretas, frequentemente antecipadas, aos produtores, a compra aos camponeses, fora do mercado, da lã, do trigo, dos panos etc., significou o estabelecimento, contra a regulamentação tradicional do mercado, de cadeias comerciais autônomas, bastante extensas, livres em seus movimentos e que, aliás, se aproveitam sem escrúpulos dessa liberdade. Impuseram-se por sua eficácia, favorecendo os volumosos abastecimentos necessários ao exército ou às grandes capitais (op. cit., pp. 27-28).

As oposições entre a vida material e a vida econômica e entre as dimensões privada e pública do mercado refletir-se-ão na distinção entre a economia de mercado e o capitalismo. Para Braudel (*op. cit.*, p. 45), é possível afirmar que existem pelo menos duas

formas da chamada economia de mercado, distinguíveis pelas "*relações humanas, econômicas e sociais que elas instauram*". A primeira dessas formas compreende as "*trocias cotidianas ... os tráficos locais ou a pouca distância ... trocas sem surpresas, 'transparentes', das quais cada um conhece de antemão os limites e as particularidades e cujos lucros, sempre medidos, é sempre possível avaliar*". Nessa estrutura, há no máximo três "agentes": o produtor, o cliente e um possível intermediário entre os dois anteriores.

A segunda forma compreende exatamente a troca levada a cabo por esses intermediários e/ou pelos "atravessadores", e foge à transparência e ao controle recíproco de produtores e clientes (*op. cit.*, p. 46).

Mas ambas as formas não existem em estado puro e como momentos estanques e separados de uma linha evolutiva da vida econômica. Elas se interpenetraram historicamente, a primeira "*cedendo o passo*" para a segunda e essa última representando uma "posição" mais elevada na hierarquia das trocas. De fato, conforme argumenta Braudel (*op. cit.*, p. 46), será o "*segundo tipo que predomina[rá] e desenha[rá] ... uma 'esfera de circulação' evidentemente diferente*".

Uma outra maneira de pensar esse processo relaciona-se com a interpretação do crescimento da importância do mercado privado face ao mercado público tradicional, naquilo que o autor denomina de processo de desenvolvimento do "contramercado"¹¹.

Se o controle e a transparência dos mercados públicos tradicionais - ou se o ordenamento comum da economia de mercado - implicava a construção de contatos diretos entre

¹¹ Essa definição parte do pressuposto que o novo mercado privado de trocas se instaura e expande buscando desembaraçar-se das regras do mercado tradicional. Para uma discussão desse processo, pensando nos efeitos dele para a (auto) construção social da identidade de classe dos trabalhadores, ver Thompson (1987). Deve-se comparar, especialmente, a idéia de "*mercado público tradicional*" de Braudel (*op. cit.*) com a de "*economia moral*" de Thompson (1987).

produtores e consumidores¹², a emergência e posterior predomínio das trocas privadas produziu uma substituição das

condições normais do mercado coletivo por transações individuais cujos termos variam arbitrariamente segundo a situação respectiva dos interessados (...) É evidente que se trata de trocas desiguais em que a concorrência - lei essencial da chamada economia de mercado - dificilmente tem lugar e onde o comerciante dispõe de duas vantagens: ele rompeu as relações diretas entre o produtor e aquele a quem a mercadoria se destina finalmente (só ele conhece as condições do mercado nas duas pontas da cadeia e, portanto, a margem de lucro que obterá), e dispõe de dinheiro para compras à vista, o que constitui seu principal argumento. Assim, as extensas cadeias mercantis estendem-se entre a produção e o consumo e foi certamente a sua eficácia que as impôs, em especial para o abastecimento das grandes cidades, e o que incitou as autoridades a fecharem os olhos ou, pelo menos a relaxar o controle. Ora, quanto mais essas cadeias se alongam, mais escapam às regras e aos controles habituais, mais o processo capitalista emerge claramente (Braudel, op. cit., pp. 47-48).

A essa expansão dos limites - inclusive territoriais - das trocas, combinar-se-á a produção de grandes lucros, controlados e repartidos por e entre poucos. Essa situação representa a antítese do comércio local, cujos resultados dispersam-se "*numa multidão de partes interessadas*" (op. cit., p. 48).

Mas não é essa a distinção mais fundamental; deve-se levar em conta, ademais, que esses capitalistas, que controlam um mercado sofisticado e que tornou-se dominante "*são os amigos do príncipe, aliados ou exploradores do Estado*" (op. cit., p. 49). Mais ainda, são os sujeitos que, pela sua posição "*superior*", têm

mil formas de trapacear no jogo a favor deles, pela manipulação do crédito, pelo jogo frutuoso das boas contra as más moedas, indo as boas moedas de ouro e prata para as grandes transações, para o Capital, as más, de cobre, para os pequenos salários e os pagamentos cotidianos, portanto, para o Trabalho. Têm a superioridade da informação, da inteligência, da cultura. E apossam-se, à sua volta, de tudo o que é bom de possuir - a terra, os imóveis, as rendas ... Quem duvidaria de que eles dispõem dos monopólios ou, simplesmente, têm o poderio necessário para ... apagar a concorrência? (...) Enfim, é pela massa de seus capitais que os capitalistas estão em condições de preservar seus privilégios e de se reservar os grandes negócios internacionais (op. cit., p. 50).

12 Com um eventual intermediário que servia para unir as duas pontas geograficamente separadas, principalmente por razões de custo.

E essa superioridade transforma-se, ademais, em uma capacidade: a de deslocamento. Isso porque uma vez não dependendo mais apenas do contato imediato com o consumidor, o capitalista pode usar a seu favor os prazos necessários para o giro do capital através da utilização do crédito, seja próprio ou de outros.

Nesse ponto, torna-se útil pensar as distinções feitas por Polanyi (1976) relativamente a essas duas esferas da organização da troca e do mercado. Buscando um significado que dê coerência ao termo econômico nas Ciências Sociais, esse autor argumenta que como parte das atividades humanas, o econômico é um resultante de dois significados que possuem raízes independentes, a saber:

- a) o significado **substantivo**, que “*deriva de la dependencia del hombre, para su subsistencia, de la naturaleza y de sus semejantes*”, que é o que proporciona os meios para a necessária satisfação material humana;
- b) o significado **formal**, que “*deriva del carácter lógico de la relación medios-fines*” e “*se refiere a la concreta situación de elegir, especialmente a la elección entre los distintos usos de los medios que provoca la insuficiencia de estos medios*” (Polanyi, *op. cit.*, p. 155).

Como esses dois significados apontam para sentidos opostos da intencionalidade da ação humana, o autor conclui que “*solamente el significado substantivo de ‘económico’ puede producir los conceptos que necesitan las ciencias sociales para la investigación de todos los sistemas económicos empíricos del pasado y del presente*” (p. 156), uma vez que o estudo do lugar ocupado pela economia na sociedade humana defronta-se com

una gran variedad de instituciones que no eran el mercado, en las que estaba incrustada la subsistencia humana. [Assim,] Sus problemas no podían ser afrontados con la ayuda de un método analítico diseñado para una forma especial de sistema económico, basado en la presencia de elementos específicos del mercado (op. cit., pp. 156-157).

Para Polanyi, a análise do econômico deve resultar da aplicação do significado formal da ação econômica a um sistema econômico concreto, a saber, o sistema de mercado. Para ele, esse último conseguiu se implantar e se impor através da

generalización del sistema de producción de precios del mercado. Todos los bienes y servicios, incluyendo la utilización del trabajo, la tierra y el capital, están a la venta en los mercados y, por tanto, tienen un precio; todas las formas de ingresos derivan de la venta de bienes y servicios: salarios, rentas y intereses, respectivamente, sólo aparecen como diferentes casos de precios de acuerdo con los artículos que se venden. La introducción general del poder de compra como el medio de adquisición convierte al proceso de cumplir las exigencias en un reparto de los medios insuficientes con usos alternativos, a saber, el dinero. (...) Puede afirmarse que, concentrándose en los precios como el hecho económico par excellence, el método de aproximación formal ofrece una descripción total del sistema económico en cuanto determinado por las elecciones inducidas por una insuficiencia de medios (Polanyi, op. cit., pp. 158-159).

Por sua vez, a significação substantiva tem origem no sistema econômico empírico, já que ele é o “*proceso instituido de interacción entre el hombre e su medio ambiente, que tiene como consecuencia un continuo abastecimiento de los medios materiales que necesitan ser satisfechos*” (op. cit., p. 159). Daí decorre o **caráter** simultaneamente **processual** e **institucionalizado** do sistema econômico. A busca de atendimento à satisfação das necessidades implica um deslocamento sucessivo e contínuo que engloba tanto os atores como o sistema no qual eles estão inseridos. Esse tipo de movimento pode ser descrito como locacional, referindo-se à produção e à transferência espacial dos bens entre sujeitos distintos, e de apropriação, que refere-se tanto à circulação quanto à administração dos bens. Enfim, o movimento existente na economia implica não só a produção daqueles produtos que satisfazem a necessidades específicas, como supõe a existência de transações e de disposições costumeiras e/ou legais que “regulam” as transferências de propriedade e de direitos envolvidas no processo de troca. Enfim, isso equivale a dizer que o processo econômico, que envolve a troca, é determinado por condições sociais (Polanyi, op. cit., pp. 159-160).

Na medida que as atividades desenvolvidas durante o processo interativo homem-meio se revestem de um caráter econômico, a institucionalização delas é o "elemento" que dotará

esse caráter de unidade e de estabilidade, de estruturação e de funcionalidade, de historicidade e de politização (*op. cit.*, p. 161). E por institucionalização Polanyi entende o **enfeixamento**, a concentração de certo tipo de atividades em um formato organizativo capaz de permitir que relações entre termos aparentemente antitéticos possam ocorrer. Assim, para ele, o "*estudio del lugar cambiante que ocupa la economía en la sociedad no es, por tanto, distinto del estudio de la manera en que está instituido el proceso económico en los distintos tiempos y lugares*" (*op. cit.*, p. 161).

Dos elementos listados anteriormente, a análise de Polanyi privilegia os da unidade e da estabilidade. Isso equivale a interpretar a economia enquanto processo instituído ou institucionalizado a partir dos mecanismos de interdependência e de recorrência de suas "partes" componentes. A investigação deve usar, como ferramenta, aquilo que o autor denomina de "*formas de integração*", que permitem descrever o processo econômico em termos simples e, simultaneamente, introduzir uma medida e uma ordem para o entendimento das suas "*infinitas variações*" (*op. cit.*, pp. 161-162). De acordo com o autor, as três principais formas de integração são:

- 1^a) a reciprocidade, que "*denota movimientos entre puntos correlativos de agrupamientos simétricos*" dispostos na sociedade;
- 2^a) a redistribuição, que "*designa los movimientos de apropiación hacia un centro e luego hacia el exterior*", o que supõe a existência de algum grau de centralização da organização do processo decisório;
- 3^a) o intercâmbio, que indica os movimentos recíprocos em um e outro sentido que ocorrem entre "manos"¹³ no sistema de mercado, produzindo integração.

Essas formas de integração "*presupõem apoyos institucionales concretos*" (Polanyi, *op. cit.*, p. 162). Mas o autor alerta para o fato que o uso que ele faz desses termos, até essa

13 Por "mãos" Polanyi entende os cargos e organizações públicas além das pessoas e firmas privadas que agem dentro de um sistema econômico provendo capacidade de funcionamento aos sistemas de apropriação.

altura, pode sugerir que tratam-se de inter-relações pessoais. Há que se tomar cuidado, uma vez que

El hecho significativo es que los simples agregados de comportamientos personales en cuestión no crean por si solos tales estructuras. El comportamiento recíproco entre individuos sólo integra la economía si se dan estructuras simétricamente organizadas, como en un sistema simétrico de grupos de parentesco. Pero un sistema de parentesco nunca aparece como simple resultado de un comportamiento recíproco a nivel personal. De manera similar, por lo que toca a la redistribución. La redistribución presupone la existencia de un centro distribuidor en la comunidad, y sin embargo la organización y validación de tal centro no se produce simplemente como consecuencia de los frecuentes actos de compartir las cosas entre los individuos. Por último, lo mismo es cierto para el sistema de mercado. Los actos de intercambio a nivel personal sólo producen precios si ocurren en un sistema de formación de precio por el mercado, una organización institucional que en ninguna parte ha sido creada por los meros actos azarosos de intercambio (op. cit., pp. 162-63).

Se aparentemente essas formas de integração decorrem de uma acumulação dos seus correspondentes tipos de comportamento pessoal individual, é na verdade um outro tipo de comportamento que determina os elementos de organização e validação dos processos econômicos. Ou seja, na esfera das ações econômicas é

frecuente que el comportamiento interpersonal no tenga los esperados efectos en ausencia de unas concretas precondiciones institucionalizadas. Sólo en un medio ambiente simétricamente organizado producirá el comportamiento recíproco instituciones económicas de alguna importancia; sólo donde se han creado centros distribuidores pueden producir los actos individuales de compartir una economía redistributiva; y sólo en presencia de un sistema de formación de precios por el mercado tendrán como consecuencias los actos individuales de intercambio unos precios fluctuantes que integren la economía (Polanyi, op. cit., p. 163).

Essa argumentação é que permitirá ao autor concluir que, apesar de parecerem idênticos, mercado e troca não são necessária e objetivamente redutíveis um ao outro. Para Polanyi (op. cit., p. 175), eles possuem características empíricas independentes, uma vez que enquanto pode-se entender a troca como sendo um “*movimiento mutuo de apropiación de bienes entre manos*”, o mercado é um tipo de sistema institucional através do qual se organiza de forma particular e historicamente dada a provisão e a distribuição de enorme quantidade de bens entre uma “*multiplicidad de manos deseosas de adquirir, o alternativamente de vender*” esses mesmos bens através da troca.

Mesmo que as instituições do mercado sejam instituições de troca, ambas as dimensões da organização social não são equivalentes. Enquanto a troca pode se expressar sob quaisquer das formas de integração anteriormente mencionadas, o mercado tem como sua característica instituir o contrato, instituição que estabelece os termos - precificados - da equivalência entre sujeitos, objetos e ações. Por sua vez, pensada substantivamente, a troca se institucionaliza a partir dos princípios da dádiva e da reciprocidade, a equivalência não sendo apenas o que “*debe darse por otro bien, sino lo que puede reclamarse en lugar de él*” (*op. cit.*, p. 177, destaques no original).

Mas se essa articulação entre Estados Nacionais e mercado existe, ela só ganha significação quando se entende que a nação é uma “*entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno*” (Hobsbawm, 1990, p. 19). Isso não implica dizer que as nações e suas formas políticas sejam tão somente funções de um Estado território. Elas são produtos de processos de desenvolvimento econômico e tecnológico bem como expressam o resultado de uma construção imaginária das pessoas. Como argumenta Hobsbawm (*op. cit.*, p. 20), os Estados Nacionais são

Fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas.

Daí, contudo, não se pode deduzir que o conjunto dos comportamentos e expectativas dos “de baixo” tenha aderido imediata, incondicional e duradouramente ao projeto nacionalista (e, nesse sentido, modernizador) dos “de cima”¹⁴. Novamente Hobsbawm (*op. cit.*, p. 21) precisa essa questão quando afirma que “*a consciência nacional se desenvolve desigualmente entre os [diversos] grupos e regiões sociais de um país*” e que “*qualquer*

14 O uso das expressões “de baixo” e “de cima” entre aspas, além de ressaltar um elemento importante da interpretação camponesa do processo de produção de espaços, territorialidades e sistemas de dominação, tem também o propósito de acentuar a articulação existente entre as posições sociais e físicas dos sujeitos. Assim, está “em cima” ou ainda “acima” aquele que domina e, pela repressão de projetos alternativos aos seus, cria não só o espaço do seu poder de dominar como o lugar onde o impõe aos que estão “abaixo” ou “em baixo” dele.

que seja a natureza dos primeiros grupos sociais capturados pela ‘consciência nacional’, as massas populares ... são as últimas a serem por ela afetadas”.

Realizando-se dentro de uma estrutura social que por sua natureza política e física não atende originariamente às necessidades específicas da acumulação e da reprodução do capital, o processo de desenvolvimento capitalista equivale a um processo de “domesticação” das pessoas e de seus grupos ou sistemas de interação e, **por isso mesmo**, da natureza¹⁵.

Para entender a formação da economia das plantações florestais na região dos Vales do Aço e Rio Doce de Minas Gerais, então, é necessário pensar que ela ocorreu como parte da implantação, em tempos e em espaços específicos, de um modelo de desenvolvimento determinado por um conjunto de adesões e de rejeições social e politicamente, mais do que economicamente, determinadas.

Para as empresas agro-industriais capitalistas plantadoras de eucaliptos, o deslocamento em busca de sempre melhores locais para sua valorização traduziu-se em uma forma de modernizar espaços e sociedades, transformando em seu favor as relações entre setores e pessoas. Isso implicou (e ainda implica) transformar em "modernos"¹⁶ os produtores rurais e suas famílias, assim como os moradores das cidades, ou seja, todos os que foram e estão

¹⁵ Entende-se a domesticação, aqui, no sentido proposto por Pietrafesa de Godoi (1998, p. 106), que sugere que a domesticação é parte de um “*longo processo de socialização*” que implica a adesão às normas e valores que possibilitam a integração de alguém ou algo em uma dada ordem social.

¹⁶ A idéia de uma condição moderna implica uma dicotomização entre esse “momento” e um outro, passado, atrasado. Eles se referem um ao outro e a supremacia de qualquer deles depende da sua confrontação. O sentido de ser moderno e da modernização, e a criação de uma unidade tensa entre eles e o passado nasceram com as transformações produzidas desde o século XIX pelas “descobertas” científicas (especialmente na Física), pela industrialização, pela criação de “*novos ambientes humanos*” e pela destruição de outros antigos, pela rápida e expressiva alteração nos sistemas e códigos de comunicação, pela formação e crescimento de Estados Nacionais mais poderosos e burocraticamente estruturados, pela emergência de movimentos sociais de massa e de novas formas de organização da representação social e política dos sujeitos individuais e coletivos e pela expansão do mercado capitalista em uma escala ampliada, mundial. A respeito dessa discussão, consultar Berman (1987) e, para uma discussão específica sobre o movimento do capital, Arrighi (1994).

sendo atingidos pela sua "chegada". Não obstante, se esses últimos sujeitos sociais foram envolvidos nesse processo, isso não significa que eles tenham sido transformados - nem na medida e tampouco na intensidade - tal como pretendido pelos atores dominantes e pelo Estado (a respeito dessa discussão, Neves, 1985 e Neves, 1987).

De acordo com o discurso dominante, os projetos de “reflorestamento” eram e também ainda são uma das melhores alternativas de promoção do progresso, já que trazem consigo empregos e renda para uma população e uma região “carentes”. Para tanto, de acordo com o propósito de ampliação do seu poder é necessário para as empresas promotoras dessas atividades (da mesma forma como para o Estado aliado delas) desqualificar social e politicamente a pequena produção agrícola, apresentando-a como sendo atrasada, improdutiva, incapaz de se sustentar por inadequações de toda ordem, inclusive as naturais.

2. Dos Interesses à Organização

Porém, se de fato a penetração do capital no campo produz o conjunto das implicações anteriormente descritas, não são apenas elas que “*geram de fora para dentro diferenciação, mas estas medidas têm uma base social e resultam de determinadas alianças, cooptações de grupos etc. que criam, legitimam e aderem à oferta desses novos recursos*” (Neves, 1985, p. 237). Ou seja, nenhuma sociedade muda se dentro dela já não se encontram presentes alguns elementos que a movam no sentido da mudança – ou da adaptação - para algum novo "lugar" ou "sentido". Por isso é que torna-se necessário resgatar a memória do desenvolvimento da região que se defronta com um processo de transformação, identificando as forças sociais que se criaram, qual dentre elas assumiu a posição dominante (através de quais estratégias) e que estratégias os dominados construíram (ou não) para fazer frente a essa dominação.

A análise do comportamento do modelo de desenvolvimento economicamente capitaneado pelos plantios homogêneos, portanto, requer entender como os camponeses e trabalhadores rurais reagiram e reagem à essa "captura" realizada ou tentada pelas empresas agro-

industriais de base florestal homogênea. Ou seja, é preciso tentar esclarecer quem e o que está em jogo no **confronto** entre as categorias sociais existentes (além dos agricultores familiares, as elites locais de base rural, os pequenos comerciantes, os trabalhadores e a elite urbanos etc.) e uma das categorias que surgiu (a dos trabalhadores rurais assalariados) a partir da intervenção de um outro sujeito imbuído de outras formas e finalidades de organizar o espaço regional (as firmas industriais consumidoras e plantadoras de florestais homogêneas).

Essa problemática refere-se à determinação de como as trajetórias sociais dos atores sociais no seu campo regional possibilitaram aquele confronto entre um caráter familiar e um outro capitalista e, ainda, se esse confronto de fato **qualifica, transforma e reproduz** a prática da agricultura (entendida como atividade ao mesmo tempo social e econômica) sobre um ambiente natural.

Uma primeira forma de abordar esse tema é através da análise da diferenciação social. Em si mesma, ela pode ser descrita como um fenômeno de mudança social que abrange, simultaneamente, os processos de especialização, evolução e integração de determinados atores sociais e da sociedade tomada como um todo - enfim, ela é um processo de modificação de estratégias de sociabilidade.

Quando aplicada à análise da modernização do espaço rural, a idéia da diferenciação conclui que as transformações decorrentes da expansão da produção mercantil gera tamanhas desigualdades econômicas, culturais e políticas que são suficientes para decompor o tecido social da comunidade camponesa. Mais ainda, a idéia é que as reações do campesinato frente a essas mudanças se dividem entre ou **aceitar as mudanças** e suas seqüelas - tornando-se presa de uma estratégia reprodutiva exteriormente determinada - ou então **negá-las**, pela via da assunção de uma consciência que brotaria de dentro do conflito entre lógicas antagônicas. No primeiro caso, a literatura trata o agricultor familiar como tendo "resolvido" percorrer uma trajetória de modernização, saindo da situação de limitação de suas possibilidades produtivas para uma outra na qual pode desenvolver relações de

produção mais avançadas. Esse é o caso dos autores das chamadas teorias da “Modernização Agrícola” ou da “Inovação Induzida”, centradas na idéia que o atraso da agricultura deriva da inexistência de tecnologias que permitam gerar maior produtividade e renda, numa adaptação da hipótese ricardiana dos rendimentos decrescentes¹⁷.

De acordo com essa interpretação, os produtores são tidos como sujeitos determinados por uma dada realidade material, cuja característica principal é a fragilidade e a dependência política e econômica. Essa, por sua vez, tem raízes no processo de formação da sociedade nacional, que conflitiva e dialeticamente aproxima e afasta os elementos agrários e urbanos. Pensada nessa perspectiva, supõe-se que exista uma subordinação da esfera “simbólica” familiar ao plano material das relações econômicas, ou então que os agricultores familiares surjam na cena econômica como atores que parecem mais reagir do que agir (Brumer et alii, 1993).

A falha basilar dessa interpretação é que a sua leitura do lugar da agricultura familiar na sociedade capitalista é apenas relacional, não oferecendo uma análise dos elementos por trás da dinâmica de relações sociais entre sujeitos. Ou seja, ao tipificar o caráter desses agricultores pela vinculação entre os termos **família, subsistência, atraso e fraca/nula inserção no mercado**, as explicações baseadas na diferenciação econômica esquece que são as condições sociais e econômicas que permitem a manutenção e a preservação da terra como patrimônio material e cultural da família que podem constituir o elemento fundamental para a definição do que é ou do que não é agricultura familiar.

Isso porque é através da delimitação dessas condições e das estratégias de adaptação e/ou negação a elas que o agricultor familiar vai tornar-se menos ou mais vulnerável às transformações de sua situação. Assim, como argumenta Neves (1993), é preciso evitar uma leitura reducionista que enxerga na unidade de produção agrícola familiar o

17 Seus principais formuladores foram T. W. Schultz, J. Mellor, S. Hymer, G. Schuh, W. H. Nicholls, Y. Hayami e V. W. Ruttan, entre os anos 50 e 70. No Brasil destacam-se A. Veiga, Eliseu R. Alves, Mauro R. Lopes, José Pastore e Affonso C. Pastore.

funcionamento de uma racionalidade social que é oposta à racionalidade econômica da empresa capitalista.

Utilizados muitas vezes nas análises sobre a mudança social provocada pela inclusão de atividades organizadas em moldes empresariais capitalistas em regiões onde não predominam ou não se organizaram as atividades orientadas para e pelo mercado monetário e produtor de lucros, os modelos explicativos da mudança social baseados na dicotomia **moderno versus atrasado** escondem que o desenvolvimento capitalista baseia-se exatamente na unidade desses contrários.

A definição do que são um e outro só pode ser feita quando ambos são comparados entre si, ou seja, essas noções são relativas e não podem ser utilizadas de maneira absoluta para designar momentos ou etapas do desenvolvimento. Analisando o caso brasileiro, José de Souza Martins (1994) identificou a persistência do passado como um elemento central da mediação conservadora das relações entre as classes sociais e o Estado no Brasil. De acordo com essa idéia, para entender as relações sociais e políticas e a possibilidade da mudança social deve-se pensar que o tradicional e o moderno encontram-se mesclados, “*um como mediação do outro*” (*op. cit.*, p. 49). Para ele, o predomínio da propriedade latifundiária - base de um sistema histórico que vincula a perseverança de relações arcaicas com a força de uma modernidade representada pelo capital e por sua capacidade de transformação - fez com que aqui o atraso se tornasse um instrumento de poder.

Esse encaminhamento da discussão, pois, evita a mera confrontação e remete o debate sobre a mudança social, sobre os processos de modernização e sobre a resistência à “promoção da modernidade” para o campo das disputas. Dentro desse **espaço social e político**, os sujeitos sociais (e sua história) podem então ser entendidos como mais do que meros agentes que preexistem ao mercado capitalista e se identificam como trabalhadores ou produtores familiares.

Mesmo porque, conforme sugerido anteriormente, analisar as relações sociais apenas a partir da forma mercantil por elas assumidas conduz a análise ao equívoco de perceber a ação dos indivíduos e dos grupos como sendo dotada exclusivamente de um tipo de racionalidade, aquela marcada pela existência de escolha (conforme já foi argumentado por Polanyi, 1992; 1976). Essa modalidade de interpretação introduz, por outra via, as mesmas limitações apontadas anteriormente.

A ênfase na estrutura ou no âmbito material (especialmente quando esse é pauperrimamente definido como o campo do "econômico") subordina a dimensão das **estratégias**. Contudo, o entendimento dessas é fundamental para a produção de um conhecimento adequado da prática social (Bourdieu, 1984; 1989). Colocada a questão dessa maneira, percebe-se que não se pode entender a expulsão, a resistência na terra contra as estratégias empresariais, a proletarianização rural ou urbana e a organização via Associações ou Sindicatos de agricultores familiares e outros tipos de trabalhadores rurais se não se entende que esses são elementos de determinadas estratégias de ação tanto econômica quanto culturalmente orientadas. Ou seja, ambas são condicionantes do desenvolvimento histórico dos conflitos e das formas de organização da mediação e da representação social dos grupos e classes sociais no capitalismo.

Contrariamente às análises mecanicistas (que interpretam a história como uma sucessão de etapas de formação do sujeito coletivo), Thompson (1987a) acredita que os fenômenos sociais da exploração e da opressão sofridos pelos trabalhadores não podem ser acuradamente entendidos se as **experiências** individuais e coletivas, social e politicamente definidas no âmbito da história dos trabalhadores não forem trazidas à tona. Mesmo porque, na perspectiva desse autor, a experiência coletiva é fundada na percepção de identidades e, por isso, a ênfase analítica deve ser dada à luta de classe.

Ou seja, o processo de constituição de uma consciência de classe ocorre simultaneamente à formação da classe, inclusive como resultado da construção de um processo de resistência. Como qualquer processo, que supõe avanços e retrocessos, interrupções e saltos, a

construção da resistência tem mais a ver com os modos concretos a partir dos quais as experiências vividas introjetam nos atores um sentido de futuro, no qual ou a resistência ou o avanço são o guia.

Um problema dessa proposição analítica é o conceito de experiência, já que a interpretação do movimento real de forças sociais em conflito e ao longo do processo de formação de uma identidade não significa que se possa adotar, direta e sem a intervenção de uma problematização teórica, as categorias interpretativas utilizadas pelos sujeitos. Essa teorização, por sua vez, só pode ser feita se o pesquisador indaga sobre **como, por que** e em que **circunstâncias históricas** tais categorias emergiram, procurando estudar essas questões de modo a respondê-las a partir não somente do campo macro-estrutural, mas do ponto de vista do movimento “microscópico” (Feldman-Bianco, 1987, pp. 29-36).

Porém, não se pode desconhecer que a constituição de uma consciência social decorre das formas como o sujeito humano vivo e ativo se insere no mundo no qual vive, opondo-se ou aceitando a exploração e a subordinação social e econômica, construindo ou perdendo a possibilidade de intervir no cotidiano das práticas de dominação e de exclusão (Thompson, 1987).

Desse modo, então, não se pode atribuir apenas às estruturas do modo de produção o papel de produtoras de sentidos. Isso é, existem instâncias direta e indiretamente ligadas à vida dos indivíduos e de seus grupos, às elaborações cotidianas individual e coletivamente realizadas sobre a prática da dominação, e à sua rejeição imediata ou tácita, restringida ou radical que não se explicam tão somente por causa de uma posição numa estrutura que, em muitos aspectos, parece ser teleologicamente determinada.

Com isso, ganha importância o entendimento das trajetórias dos atores sociais, coletiva e individualmente compreendidos. E é a partir daí que podem ser interpretados o por que e o como esses atores coletivos e individuais operam para produzir estruturas políticas de representação de interesses.

Para compreender essas trajetórias é necessário analisar como os atores selecionados construíram e constroem seus interesses como agentes coletivos, ao longo de sua articulação, engajamento e participação (ou não) nos conflitos sociais. Ou seja, deve-se interpretar o movimento desses atores sociais no sentido da construção que fazem da sua uma identidade própria, o que implica também uma determinada valorização, distinta daquela que o Estado e outros grupos e classes sociais (inclusive a dominante) fazem.

Como argumenta Romano (1986), enquanto categoria social, as identidades são um produto social e não uma representação universal. São portanto construídas na história coletiva do grupo. Por essa mesma razão, as identidades remetem ao outro, às relações específicas que permitem a produção de sentidos específicos às relações entre sujeitos distintos e divergentes, que colidem em um espaço marcado por essa desigualdade e pela dominação (conforme também Martins, 1997).

Decorre daí a pergunta, proposta pelo tema da presente tese: a existência de identidades é o elemento suficiente para a existência de **interesses**? Basicamente, a existência de um interesse indica a ocorrência de um sujeito que reivindica algo de outros sujeitos (Plamenatz, 1987, p. 627). Ou seja, implica uma *“relação de reciprocidade entre um indivíduo e um objeto que corresponde a uma determinada necessidade daquele”* (Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 1996).

Um interesse pode ser, assim, definido como uma reivindicação digna de consideração ou um direito de participar de uma atividade, ou ainda, como uma intenção que, a partir de atos ou de instrumentos dados, orienta a ação de um indivíduo ou grupo. Depreende-se daí que existe uma necessidade real ou potencial relacionada com essas ações cuja importância é capaz de determinar as normas de conduta e os julgamentos de valor do sujeito individual ou coletivo que age.

Nesse sentido, a produção de resultados consoante as demandas dos sujeitos interessados requer a formação de instituições ou organizações destinadas a coordenar ou governar o

comportamento político - permanente ou transitoriamente - de uma categoria específica de sujeitos sociais. Essa coordenação, por sua vez, se desenvolve no domínio das ações de reivindicação - dependendo, portanto, da existência de algum “sistema” de solidariedade.

Não obstante, a veracidade dessa interpretação reside basicamente em seu caráter estático, que supõe que a sociedade é tão somente um sistema. Aplicado à análise das relações humanas, o conceito de sistema social significa que as relações entre os sujeitos sociais são apenas um conjunto de arranjos entre partes relativamente independentes, que buscam se adaptar ao sistema segundo as necessidades de continuidade e manutenção do sistema. As relações sociais não são entendidas, portanto, como sendo permanentemente alimentadas e condicionadas pela movimentação dos atores sociais com suas distintas manifestações materiais e culturais. Na verdade, essa vertente analítica entende a sociedade como sendo um “plano geométrico” no qual as posições ocupadas pelos indivíduos e por sua história são determinadas apenas por suas funções dentro do corpo social. Ou, conforme argumenta Offe (1984, p. 61),

*o conceito político de interesse de grupo, como produto de uma certa “lógica da ação coletiva”, inespecífica em termos de classes, e como **forma** neutra que pode igualmente ser preenchida por “interesses” heterogêneos, desempenha a ... função de obscurecimento da categoria de classe social, através da prática intelectual de equacionar o desigual” (destaque no original).*

Assim, para uma análise mais acurada da ação social de “atores sociais” e das suas instituições, torna-se necessário historicizar o conceito de interesses. Com isso, evita-se a redução metodológica ao individualismo e afasta-se a idéia que as pretensões sociais e políticas dos sujeitos sociais decorrem naturalmente de suas posições dentro de classes ou “lugares sociais” dados.

O entendimento dos processos de construção social de identidades e interesses em territórios delimitados, depende antes da elucidação das formas de organização e institucionalização da resistência e/ou do acatamento adotadas pelos subalternos, assim como daquelas destinadas ao exercício da dominação pelos “de cima”.

No caso da construção social da região dos Vales do Aço e do Rio Doce como território de empresas capitalistas produtoras de bens intermediários e de plantações florestais, as formas de organização dos interesses capitalistas - locais e “estrangeiros” - dependeu da sua articulação com o Estado e da criação por ambos de uma classificação nova para a terra. Essas duas estratégias promoveram esses interesses capitalistas à condição de alternativa dominante viável, deslocando para um segundo plano os interesses - e suas identidades - dos agricultores e dos que dependiam da exploração da floresta para sua existência como moradores de uma região cuja identidade era dada, entre outros elementos, pela presença da Mata Atlântica combinada com a prática de uma então denominada “agricultura rudimentar” e com a mineração.

O contexto sócio-político durante o qual as estratégias de imposição e de “aceitação” dessa mudança foi tornada possível caracterizou-se pela obstrução da organização dos trabalhadores ao nível das unidades florestais e também das fábricas, submetendo os sindicatos e associações a um jugo autoritário que somente seria quebrado nos anos 80. De fato, à exceção dos sindicatos urbanos do setor de papel e de algumas fábricas de celulose instaladas nos anos 60 e 70, a criação das entidades sindicais dos trabalhadores rurais assalariados na atividade florestal ocorreu no período de 1985 a 1993. Mas não era desse modo que os agricultores e trabalhadores rurais não assalariados das plantações se organizavam. Também, por conta do processo mesmo de crescimento industrial na região, não era exatamente essa a estratégia da ação política de resistência nas cidades locais.

No caso dos trabalhadores rurais (o que mais tarde acontecerá com os assalariados das florestas homogêneas dessa região), as evidências apontam afirmativamente para a presença marcante da Igreja Católica no estímulo à e na promoção da organização deles, através de leigos e religiosos “progressistas” e da Comissão Pastoral da Terra. Essa influência originou-se das condições concretas sob as quais os primeiros surgiram - as de destituição de sua condição camponesa ou a interdição de seus projetos sociais regionalmente marcados - e das especificidades dessa agroindústria, que altera os ambientes social e natural com particular gravidade.

Anteriormente esses trabalhadores eram representados pelos tradicionais Sindicatos de Trabalhadores Rurais, o que impunha restrições à sua capacidade de ação. A questão central por detrás dessa caracterização é o fato de que a estrutura sindical desses trabalhadores específicos instituiu-se de modo descentralizado e desconcentrado, o que impediu que se produzisse maior eficácia na sua ação política frente aos interesses patronais e governamentais.

De fato, até a década 50 a organização sindical de trabalhadores rurais esteve condicionada pela interdição estatal e pela não incorporação corporativista dos camponeses ao cenário político e à legislação trabalhista. Isso não implicava, contudo, que não existissem conflitos. Eram várias as situações de confronto e de resistência, especialmente nas áreas denominadas de fronteira agrícola, envolvendo posseiros e grileiros em torno da posse da terra. Da mesma forma, nas áreas de ocupação "antiga", a partir dos anos 40 começaram a se tornar visíveis os conflitos em torno da defesa dos direitos trabalhistas e do pagamento de salários (Medeiros, 1995; Novaes, 1991; Martins, 1994; Alves, 1994).

Foi no final dos anos 50 e início dos 60 que a categoria camponês passou a ter um significado político, como resultado da construção política que esse conjunto de agricultores de base familiar e seus aliados políticos (inclusive urbanos) fizeram da "bandeira" da reforma agrária. Essa, por sua vez, tinha como elemento de objetivação a ocorrência da transformação da terra em mercadoria e, pois, da sua valorização real ou projetada. E se a organização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR foi o modelo de representação política que se tornou dominante entre o início da década 50 e meados dos anos 60, ele não foi o único existente, *“mas sim o que uma série de elementos conjunturais e uma determinada cultura política tornaram possível”* (Medeiros, 1995, p. 164).

Contudo, apesar de ter sido um passo importante dos processos simultâneos de constituição de uma participação política e de uma identidade coletiva dos produtores e trabalhadores rurais, a expansão da capacidade de luta dos camponeses no cenário nacional não resultou

em mudanças significativas das condições de dominação e de exploração dessa categoria social (Martins, 1994; Medeiros, 1995).

É nesse contexto que se deve entender os ataques ideológicos e a violência física que eram praticados pelos latifundiários contra os trabalhadores, movimentos esses que foram avolumados pela ação repressiva desencadeada pelo golpe militar de 1964. A partir daí, recrudescer a incapacidade dos agricultores de se organizarem. Contraditória mas simultaneamente, os sindicatos foram “*incluídos nos programas sociais do governo militar, que deles passou a se valer para fazer chegar ao campo os limitados e precários recursos de uma quase ilusória previdência social rural*” (Martins, 1994, p. 83). Assim, “*mais ou menos imunes*” à repressão e umbilicalmente unidos ao Estado, os sindicatos e seus representados acabaram “vítimas” de um tipo de condição social marcada pela exclusão. Uma pergunta que pode ser feita aqui é a seguinte: até que ponto essa situação não se relacionava com as formas através das quais as identidades desses sujeitos estavam sendo construídas nos planos do social e do político? A resposta a essa pergunta permitirá, adicionalmente, entender por que o Estado se preocupou em manter vivos os sindicatos como “agentes previdenciários”.

Mas mesmo que a “preservação” dos sindicatos levada a cabo pelo Estado autoritário durante a década de 70 tenha pretendido desmobilizar a organização trabalhadora e dar menor visibilidade à repressão, ela tem que ser observada também no âmbito da necessidade de disciplinar essas instituições. O objetivo dessa “domesticação” era o de organizar a interlocução do Estado com os agricultores; para tanto, os sindicatos foram transformados em “mecanismos de transmissão” e de divulgação de determinadas práticas e valores essenciais ao projeto de modernização da agricultura brasileira¹⁸, ao mesmo tempo em que seus direitos eram “congelados” (Medeiros, 1989; Medeiros, 1995; Novaes, 1991).

¹⁸ O que não significou ou significa que eles tenham sempre respondido a essa imposição dos interesses dominantes e do Estado.

A organização política dos agricultores e trabalhadores rurais tem que ser pensada, também, desde a perspectiva da forma assumida pelo desenvolvimento do capital, no campo e fora dele, a partir do final dos anos 60. A combinação de especialização e inovação tecnológica, proletarianização, concentração fundiária e da segmentação da força de trabalho¹⁹ resultaram em um reforço de uma estratégia de dominação capitalista. Para os capitalistas, isso não só vem garantindo maiores lucros e menor disposição para o cumprimento das “obrigações sociais” como dificulta “*a organização através da diferença entre os interesses imediatos dos explorados*”, que não se compõem de uma só categoria (Novaes, 1989, p. 46).

Nesse meio tempo, ampliou-se a presença da Igreja Católica no processo de organização sindical. Se até antes de 1964 a preocupação dessa instituição era a de afastar a ação sindical da ação partidária, a partir da década 70 ela passou a agir de modo distinto, mas ainda pretendendo ser a “voz” dos trabalhadores pela via dos seus "setores progressistas". Operando com um discurso e uma ação baseadas na identificação ou unificação do religioso e do político, a mediação institucionalizada católica tentou organizar o enfrentamento dos e junto com os pequenos agricultores contra os efeitos perversos da política de modernização agro-industrial em curso, enxergando nos agricultores familiares o "*povo de deus*" (Romano, 1995; ver também Palmeira, 1985; Medeiros, 1989).

Esses desdobramentos simultâneos do processo da “modernização” rural brasileira contribuíram para criar um sentido para a ação dos sindicatos. Historicamente, o sindicalismo construiu o seu discurso e as suas estratégias a partir da existência de uma classe ou de sujeitos concretos dotados de um projeto social e de uma identidade - forjados no confronto com outros projetos e com outros atores. No caso dos sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil, seu nascimento e crescimento foram determinados pela inserção dos agricultores familiares e dos trabalhadores rurais assalariados num contexto marcado pelas contradições que foram sendo criadas e sustentadas desde meados dos anos

19 Entendida como estratégia do capital de dividir os trabalhadores rurais e a pequena produção agrícola, seja pela sua arregimentação como força de trabalho assalariada temporária ou permanente ou pela sua subordinação a contratos de integração (Novaes, 1989; Machado, 1998).

60 entre a legislação, a prática da justiça e os sindicatos, de um lado, e as “leis” privadas dos patrões e latifundiários, de outro (Palmeira, 1985, p. 44). Nesse sentido, conforme ressaltado por Novaes (1989, pp. 48-49), os sindicatos de trabalhadores rurais erigiram-se como uma forma de contraposição dos interesses dos dominados ao “*caráter privado das relações sociais no campo*”, o que os tornou um “*meio de contrapor o poder público ao privado*” dos patrões, reduzindo o “*espaço do arbítrio*” desse grupo dominante.

A articulação entre os trabalhadores e os agricultores familiares, seus sindicatos e o Estado, por mais contraditória que tenha sido, produziu portanto uma relativização da “*lei do fazendeiro*”, abrindo a possibilidade de ampliação do papel do sindicato como um novo mediador. Esse processo, que Palmeira (1985, pp. 48-49) denomina de “*diferenciação política*” dos agricultores de base familiar, implica também a transformação da própria **mediação**. Ou seja, foi a mobilização política desses sujeitos sociais num dado contexto de conflitos que permitiu “criar” a categoria enquanto tal, uma vez que durante esse processo projetos opostos se chocaram e permitiram afirmar e legitimar e/ou negar e deslegitimar identidades.

A mediação - e o sindicato cumpre essa função - não é apenas um outro, que se situa fora da classe ou do grupo social ou entre ele e outras “instâncias” sociais e políticas (Neves, 1998). Nas situações sociais caracterizadas por relações assimétricas e de exclusão/inclusão a partir de projetos de dominação social, a mediação é um “mecanismo” social que produz (ou contribui para a produção de) a reprodução ou o questionamento da dominação. Assim, fazer a mediação “*é traduzir, e/ou introduzir, falas, linguagens ...*” (Novaes, 1994, p. 178). Por isso é que se os fatores econômicos e os de ordem política e cultural são elementos importantes na formação de identidades coletivas e de movimentos, também os múltiplos modos através dos quais os mediadores se organizam e agem condicionam e “inventam” movimentos, estratégias e identidades (Novaes, *op. cit.*, p. 182).

É nesse sentido que podem ser compreendidas as alterações ocorridas na forma e na intensidade das lutas e da resistência ao projeto de modernização autoritária em vigor no

país, tanto no campo quanto na cidade, no final dos anos 70 e início dos 80. No caso dos trabalhadores rurais, isso se deveu tanto à conjuntura política e social vivida pelo país naquele momento quanto por causa das

mudanças que se processaram no interior da dinâmica dos conflitos. Dois fenômenos contribuíram para isso. Um deles foi a entrada em cena de novos mediadores ... que acabaram por gerar uma disputa pela representação dos trabalhadores no interior dos movimentos. (...) Outro fator de impulso foi o esgotamento e o reconhecimento da pouca eficácia das formas até então dominantes de encaminhamento dos conflitos que se expressavam nas ações de caráter 'administrativo', predominantes no sindicalismo [rural] (Medeiros, 1989, pp. 122-123).

Seguindo a sugestão dada por Palmeira (1985), pode-se compreender que a “retomada” do movimento sindical dos trabalhadores rurais no país a partir da década de 80 significou mais do que uma “novidade” no âmbito das relações de produção agrárias. A continuidade ou a descontinuidade das lutas sociais no campo capitaneadas pelos sindicatos devem ser entendidas “*em termos de deslocamentos de feixes de relações sociais e da introdução de novas práticas sociais*” (Palmeira, *op. cit.*, p. 44), isso é, a partir do entendimento do movimento de sucessão de momentos de esvaziamento (como o causado pelo controle estatal autoritário) e de (re)definição (como o decorrido da recuperação da bandeira da luta pela terra, com nova roupagem), que implicam em distintas formas objetivas e subjetivas de arranjar as forças e aceitar as limitações impostas pelas lutas sociais.

No caso da ação sindical, ela pode ser pensada, antes de tudo, como sendo voltada para a organização dos interesses dos sujeitos que se aglutinam politicamente na e/ou através da instituição sindicato. As questões a discutir, portanto, são a de como os trabalhadores rurais construíram o caminho que levou à formação dessa identidade enquanto categoria social e a que se refere aos (des) caminhos traçados pela categoria e sua institucionalidade.

De forma geral, e seguindo os passos apontados por Offe (1984, pp. 63-65), pode-se dizer que existem alguns elementos que estão na base dessa definição do trabalhador enquanto sujeito social específico, portanto dotado de existência prévia ao momento de sua organização enquanto “interessado” em demandar ou defender questões pertencentes ao seu

foro específico. No caso dos assalariados rurais das plantações florestais homogêneas selecionados para investigação²⁰, pode-se dizer que esses elementos são os seguintes:

- a) os trabalhadores, antes de pertencerem a um sindicato, são “membros” de outras organizações, as empresas capitalistas, pelas quais são contratados;
- b) essa condição anterior, por sua vez, é composta por uma diversidade de formas de arregimentação e de contratação dos trabalhadores que por si só evita uma sua uniformização;
- c) enquanto trabalhadores que perderam a sua condição de proprietários ou membros de famílias proprietárias de um processo próprio de produção agrícola, esses trabalhadores passam a possuir uma “forma” nova, a de trabalhadores atomizados submetidos ao capital, que é trabalho acumulado unificado. Exatamente por essa condição, esses trabalhadores inserem-se no mundo da produção agro-industrial de modo subordinado, uma vez que não podem “fundir-se” e formar um corpo homogêneo;
- d) além disso, a firma capitalista agro-industrial age no sentido de apropriar-se em escala crescente dos recursos naturais e sociais necessários para ampliar a sua eficiência – produtiva, tecnológica e de dominação – em um espaço social e natural determinados. Por sua vez, os trabalhadores não só perdem a capacidade de determinar o ritmo e o sentido de sua reprodução - como sujeitos sociais imersos numa cultura e num espaço natural - como não conseguem sequer garantir os melhores meios de reproduzirem-se como força de trabalho;
- e) desse modo, a adesão e o pertencimento a um sindicato são ambos, também, uma resposta a um processo histórico que se inicia com a eliminação das formas artesanais e não orientadas para o mercado praticadas pelos agricultores e que avança no sentido do fortalecimento do capital diante da “associação defensiva” dos trabalhadores.

Nesse sentido, a questão que se coloca para a pesquisa é a de determinar quais são então os “interesses” reais organizados pelos sindicatos. Pensando no caso do Brasil, a formação dos

²⁰ Isso não quer dizer que tal descrição seja específica desses atores. Conforme argumenta Offe (*op. cit.*, p. 62), esses são elementos ou fatores contextuais que determinam as “*estruturas e as práticas que constituem o processo interno*” das organizações como os sindicatos.

sindicatos de trabalhadores rurais não foi feita exclusivamente a partir da presença dos assalariados. Conforme salientam os autores que trataram dessa temática, o sindicalismo rural brasileiro se instituiu a partir da incorporação de um conjunto maior de categorias além da de assalariados. Além disso, os STR não construíram sua ação em torno da questão do assalariamento, mas muito mais das questões relativas às lutas pela posse e pelo uso da terra (Medeiros, 1989; Medeiros, 1995; Palmeira, 1985).

Além disso, a resposta àquela questão é importante, num plano teórico, porque como o trabalhador é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto da troca da força de trabalho, inscreve-se aí uma quantidade de interesses bem maior do que no caso dos capitalistas,

*os quais podem satisfazer grande parte de seus interesses, de certa forma, paralelamente ao seu desempenho enquanto capitalistas. No caso dos trabalhadores, esses interesses, que diretamente têm a ver com e são diretamente afetados pela troca da força de trabalho, à qual estão sujeitos, incluem não somente recompensas materiais mas também satisfação no trabalho, saúde, tempo livre e continuidade no emprego. Por isso, os sindicatos estão confrontados com a tarefa de organizar todo o espectro de necessidades do trabalhador assalariado. (...) Em contrapartida, firmas capitalistas, bem como associações de empresas, não precisam levar em conta uma quantidade comparável de necessidades incomensuráveis. Todas as perguntas relevantes podem ser reduzidas aos padrões inequívocos dos custos e dos benefícios esperados, ou seja, ao padrão de medida do dinheiro. O problema da otimização das demandas e das técnicas ... não precisa ser resolvido **coletivamente** (Offe, 1984, pp. 66-67; destaque no original).*

Enquanto organizador de uma categoria de sujeitos sociais, o sindicato age no sentido de constituir um poder social, que será tão mais eficaz na medida em que consiga reunir meios de mobilizar seus afiliados e produzir a partir daí ações significativas no campo do conflito com o capital, questionando aquela unicidade e ampliando a capacidade de associação dos trabalhadores.

Assim, a utilização do conceito de interesses como unidade analítica apreende o real apenas parcialmente, já que encobre a trama dos processos históricos de construção da identidade do trabalhador e da sua vontade de agir como sujeito de um coletivo. A institucionalização providenciada pela organização sindical confere concretude aos “interesses” dos

trabalhadores. Isso implica reconhecer os sindicatos como “elementos” de aglutinação e de ordenamento de interesses sociais que adquirem essa dimensão por disputarem o comando sobre a situação social (Offe, 1994, pp. 207-213).

Daí decorre a idéia que o sindicato não é um canal natural de expressão e de representação da consciência de classe dos trabalhadores assalariados. O exercício dessas “funções”, porém, decorre da sua condição de ator especial inserido no campo das disputas entre capital e trabalho, já que através dele interesses particulares conseguem se fazer representar num contexto de rivalidade e de desequilíbrio de poder agudos. Ou seja, na medida em que permite que os trabalhadores possam enfrentar o mando do capital, o sindicato cria uma lógica que é a da unificação, oposta então à lógica capitalista da segmentação da força de trabalho.

Mas há uma questão importante a ser feita no contexto histórico atual das condições de trabalho dos assalariados das plantações homogêneas: como se realiza a representação daqueles segmentos de trabalhadores que não conseguem se mobilizar no sentido de incluir-se dentro do canal institucional que é o sindicato?

A pergunta feita anteriormente a respeito da representação “extra” sindical aplica-se também ao caso dos trabalhadores que foram e estão sendo demitidos pelas firmas “reflorestadoras” que originalmente os absorveram e sendo contratados por empreiteiras, no processo que é comumente denominado terceirização²¹.

Além da precarização associada a essa forma de organização do trabalho, que aumenta a capacidade do capital exercer poder sobre o trabalho (ainda mais) fragmentado, a

21 A terceirização corresponde a um mecanismo de promoção da flexibilização do trabalho, com a transformação de parte dos trabalhadores contratados por uma empresa em “*mão de obra externa*” subcontratada. Os objetivos básicos da sua adoção são os de reduzir os custos salariais, burlar a “rigidez” da legislação trabalhista e disciplinar a força de trabalho operária. Essa última meta decorre do fato da terceirização ser um dos instrumentos que melhor permitem a “*mobilidade/flexibilidade do trabalho entre setores, regiões, empresas*” (Mattoso, 1994, p. 523; consultar também Ramalho, 1997 e Mattoso e Siqueira Neto, 1997).

terceirização dificulta a capacidade de resposta por parte dos sindicatos. A questão é que o sindicalismo desenvolveu sua lógica organizacional a partir das estratégias e estruturas preexistentes de controle e de subordinação exercidas pelas firmas capitalistas, baseadas na relação de contratação direta de um conjunto uniforme de empregados, cuja diferenciação para o capitalista existia apenas em função da hierarquia salarial.

Além disso, pode-se argumentar que essas dificuldades se ampliam no caso dos sindicatos de assalariados rurais por causa do fato das empresas capitalistas, que criam uma forma organizacional prévia dos trabalhadores, agirem como “promotoras” de uma profunda transformação espacial e econômica das formas de ordenação social da população. Assim, no caso do rural, a entrada da empresa capitalista implica a abertura de uma nova lógica e de um novo campo de conflitos, mediados pela forma social do capital e suas relações de troca.

Com a reestruturação produtiva promovida a partir dos anos 80, da qual a terceirização é parte integrante, produziu-se não só uma atomização dos trabalhadores – com base inclusive na introdução de novas técnicas gerenciais e de controle de informações (Offe, 1994), como aumentaram os conflitos entre grupos de trabalhadores – entre os que permanecem empregados da empresa e os que são empregados de “gatos” e de “sub-gatos” e de toda sorte de “empreiteiros”²². Como argumenta Offe (1994, p. 216),

o crucial para os sindicatos ... é que eles somente são capazes de agir como organizações na medida em que seus membros são preparados para atuar solidariamente a serviço de interesses reconhecidos como interesses comuns. Sob a influência da heterogeneidade crescente, ou até do antagonismo entre grupos de empregados específicos, cada vez mais diferenciados ... as chances de realização dos interesses dos empregados diminuem à medida que o nível de solidariedade efetiva entre os membros da base se estreita, ou seja, à medida que essas tendências à diferenciação e à divisão não podem ser neutralizadas com êxito (destaque no original).

²² Muitas vezes, trabalhadores que ocupavam cargos intermediários, como o de capataz, e que foram demitidos das empresas plantadoras e consumidoras de madeira de plantios homogêneos assumem essa condição de “empreiteiro”. Em conversas com trabalhadores e sindicalistas, já foram mencionados casos de indivíduos como esses que eram contratadores de apenas um ou dois trabalhadores, que eram “oferecidos” em regime de “sub-empregada” a empreiteiros maiores.

Assim, não só se produz uma lenta e crescente “*desagregação do potencial de oposição e de barganha do sindicato*”, como se abrem espaços para a penetração das forças sociais contrárias a essas estruturas de defesa e de organização dos interesses dos trabalhadores assalariados, sob as mais diversas formas²³.

A atomização dos assalariados coloca como problema central dos trabalhadores e dos seus sindicatos o de saber quem é esse novo sujeito “terceirizado” e de como é que os seus interesses são “desenhados” - eles se referem apenas à dimensão material, já que as condições de trabalho são piores do que as dos contratados diretos das empresas? No caso do segmento empresarial de “reflorestamento”, esse conjunto de questões torna-se ainda mais grave quando se sabe que a tendências das empresas tem sido a de ampliar a terceirização.

Enfim, a problemática refletida nesse conjunto de questões refere-se ao modo como a construção de interesses específicos dos trabalhadores assalariados das plantações florestais envolve uma multiplicidade de vias para a organização e a ação sociais, incluindo-se aí a sindical²⁴. Nesse sentido, a análise dos processos de edificação e de consolidação de interesses sociais envolve pensar quais foram as estratégias de disputa que se criaram para controlar recursos de poder desigualmente distribuídos.

E se não fosse pela importância que tal debate tem para a compreensão das dinâmicas da construção e definição de territórios, ele refere-se ainda a uma outra problemática: a da lógica da concorrência capitalista, que vem se alterando desde a década 60 pela desregulamentação dos mercados nacionais e pelo incremento da velocidade e da intensidade da internacionalização capitalista, dando lugar a um processo de

23 Uma delas é a de um certo discurso ambientalista usado pelo capital e por algumas ONGs, que defendem que o plantio de espécies florestais pelas indústrias é uma forma “limpa” de evitar o desmatamento e a eliminação de importantes ecossistemas, promovendo o desenvolvimento. Nesse contexto, a questão da degradação das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores não é a mais importante, uma vez que o humano é - contraditoriamente - desconsiderado.

24 Que, no caso brasileiro, diferentemente do movimento sindical europeu, prende-se mais ao campo da luta pelo cumprimento de direitos sociais e políticos individuais e coletivos.

desorganização do capitalismo (Offe, 1994). Essa lógica provoca transformações sociais, políticas e econômicas que tem como base um conjunto de estratégias que são orientadas pelas posições ocupadas no interior das economias nacionais pelas empresas capitalistas, pelos trabalhadores e pelos consumidores, bem como por suas respectivas organizações representativas, além do Estado.

Não se pode, portanto, construir uma interpretação teórica da ação e da representação políticas territorialmente identificadas por meio da argumentação que as estratégias de organização dos atores sociais são determinadas por interesses “genuínos” – que seriam então os fatores orientadores da negociação e do consenso²⁵.

Sob as contradições produzidas pelas lógicas da produção e da reprodução capitalista, conforme argumenta Offe, a constituição de interesses está sujeita a “*graus distintos de distorção*”, o que gera a necessidade de construção, por parte desses atores, de “*formas organizacionais distintas ... para superar essas distorções específicas*” (Offe, 1984, pp. 82-86).

Por outro lado, a produção de estruturas políticas de organização e de representação de sujeitos sociais e políticos depende de como se constitui e mantém o “campo” dos mecanismos institucionais de pressão sobre o Estado a fim de controlar a distribuição dos

25 Uma teoria alternativa é a do neo-corporatismo, que discute as formas de participação de grupos de interesse na vida política. O argumento dos autores dessa perspectiva gira em torno da questão de como os agentes políticos produzem consensos destinados a ampliar a cidadania e a produzir resultados macroeconômicos relevantes que ampliem o bem estar da sociedade, em oposição ao corporativismo tradicional. O neo-corporatismo é uma estrutura de intermediação das relações Estado-sociedade, por meio da qual se organizam as relações de dominação social e de representação de interesses. Do ponto de vista dos trabalhadores, a teoria neo-corporatista argumenta que a produção das melhorias materiais requeridas pela classe e, simultaneamente, a ampliação da consciência desses atores relativamente à sua condição social podem ser obtidas através da participação deles no sistema político, minando a superposição do capital sobre o Estado. Para tanto, é necessário produzir arranjos consensuais entre trabalhadores, capitalistas e o Estado (para uma discussão mais ampla, consultar Lehmbruch & Schmitter, 1982; Araújo & Tápia, 1991; Diniz & Boschi, 1991; Cawson, 1994; Arbix, 1996).

recursos. Mas se bem o Estado seja uma figura ímpar, objeto do desejo dos contendores em conflito na disputa por poder, ele não é o único centro da disputa social.

Fazendo um corte nas considerações sobre o problema da classe e pensando no caso concreto dos assalariados de um setor (o da agroindústria de base florestal), entender como esse conjunto de trabalhadores se organizou implica em tentar compreender como é que eles foram capazes de construir projetos de negociação com e de enfrentamento ao capital. O elemento central a explicar, mais uma vez, é como essa capacidade foi produzida.

A compreensão das formas através das quais evoluiu a organização dos trabalhadores da agroindústria de base florestal e a sua capacidade de interferir e participar dos arranjos produzidos entre as empresas capitalistas e o Estado depende, num primeiro momento, da identificação de como esses arranjos foram produzidos. Após esse primeiro passo, devem ser analisadas as mudanças que ocorreram na articulação das lutas dos trabalhadores rurais.

Ambas as investigações devem levar em conta que a presença de projetos políticos e sociais territorialmente identificados e opostos são (re)definidos a partir das respostas criadas por trabalhadores, firmas capitalistas e Estado para os conflitos derivados das experiências locais de organização de projetos de dominação.

Capítulo II

Economia, Política e Sociedade na Formação de uma Região Mineira

Analisar os processos de construção de espaços regional/territorial e social concretos específicos requer que se construam como questões chave de pesquisa os elementos sociais e políticos associados ao embate entre projetos de dominação e de uso e do controle do espaço. Isso indica, como já mencionado anteriormente, que a questão chave da interpretação refere-se aos processos de formação de sujeitos coletivos. No caso da presente tese, esse problema exige que se investigue como se formaram e evoluíram, territorialmente, os tipos de relações sociais e políticas responsáveis pela construção de uma estrutura fundiária dominada pela *plantation* florestal, base sobre a qual foram erigidos um “projeto florestal” empresarial e estatal e as reações políticas de segmentos da população subordinada/incorporada contrários a ele.

Porém, a interpretação analítica daquela formação e evolução das classes e/ou suas frações na região depende da delimitação de uma história própria do território, que não se confunde com ou se reduz apenas à história dos ocupantes da região. Se de fato a região representa a consolidação de projetos e a implementação de “*di-visões*” (tal como sugerido por Bourdieu, 1989), deve-se concordar com o fato que a construção desses projetos e dessas estratégias que permitiram a alguns dividir e reinar e a outros serem comandados (passivamente ou não, é questão para discutir mais adiante, nos próximos capítulos) originou-se porque a região possuía ou possui recursos cobiçados.

Pode-se até pensar que esses recursos são criados, como é bem verdade para parte da história do minério de ferro existente na região ou da história da Mata Atlântica e seu “estoque” de madeira para combustível e construção civil. Mas isso não implica que umas tais histórias não tenham existido, inclusive como resultado de outros projetos sociais que preexistiram aos atuais e que foram por eles deslocados – ou deixaram de existir por suas próprias incapacidades internas de subsistir.

A delimitação do território como espaço dotado de recursos é o resultado de uma ação humana baseada no controle desse mesmo espaço e produtora da sua fragmentação como esfera política, administrativa e jurídica específica. Daí ser possível pensar numa história da região ou do território tendo como pano de fundo a dinâmica da formação e evolução dos municípios. Na região selecionada para a presente pesquisa, a história dos municípios pode ser remontada até o século dezoito, por causa da mineração do ouro, quando se formaram alguns dos núcleos populacionais originais da então capitania das Minas Gerais.

Em decorrência da política econômica colonial e do estágio da evolução das forças produtivas até meados do século XVIII, a ocupação da região ficou basicamente limitada aos limites geográficos e políticos das minas e dos seus centros administrativos. Foi isso, aliás, o que permitiu que fossem preservadas na região até o final do século passado um importante ecossistema florestal assim como seus habitantes originais, depreciativamente denominados “botocudos”.

Ademais, se as "políticas" da mineração aurífera agiram no sentido de inibir a diversificação econômica, tanto por causa do maior interesse na exploração do metal precioso quanto pelas recorrentes proibições régias ligadas a essa atividade, elas não eliminaram a existência de um segmento de agricultores territorialmente disperso que combinaram atividades comerciais com subsistência. Ademais, a ênfase na mineração não impediu que tivesse ocorrido na região o desenvolvimento de atividades manufatureiras, especialmente da pequena siderurgia e da metalurgia do ferro.

Em função disso, a floresta passou a ser vista simultaneamente como problema (dada sua magnitude, ela dificultava a expansão produtiva e populacional centradas no urbano) e como solução (porque ela fornecia a matéria prima para a expansão das atividades urbanas e manufatureiras). Esse processo implicou uma radicalização dos processos de aculturação e de eliminação das nações ou povos indígenas originários, de domesticação do espaço natural e, ainda que num estágio inicial, de expropriação do camponês pela proeminência da necessidade de se fornecer "terra florestal" para a indústria.

Esses processos foram acentuados pelo fato que, durante a passagem do século dezenove para o vinte, o Vale do Rio Doce foi descoberto como "rota de tráfego" entre o pólo minerador/metalúrgico (basicamente exportador naquele momento) e o mar (via de escoamento da produção mas especialmente de entrada de bens importados, sobretudo do combustível mineral requerido por algumas dessas fábricas mineiras). Nesse último caso, houve a combinação entre uma demanda de segmentos empresariais associados ao Estado para a garantia da exportação e da importação de bens industrializados (via Estrada de Ferro Vitória a Minas).

No meio dessa história não nasceram só as empresas consumidoras de montanhas de minério e de florestas. O capital estatal também cresceu, por causa da sua associação com vários empreendimentos privados (especialmente a Acesita e a CVRD, da qual emergiu depois a Cenibra) - o que de muitas formas implicou uma presença maior de políticas públicas, nem todas coincidentes com as demandas da população rural, declinante.

Enfim, se a população que ocupou a região originalmente definiu-se pela vinculação a atividades agrárias (de subsistência e mercantis) e de transformação metálica, a incorporação da região ao modo capitalista de produção (especialmente depois do início do século XX), implicou uma nova dinâmica espacial, que teve como resultados (1º) a subordinação da sociedade e da economia locais às lógicas da urbanização e das plantações florestais; (2º) a transformação do trabalho em trabalho assalariado e (3º) a criação de novas dinâmicas políticas e sociais espacialmente ordenadas. Esse capítulo tentará jogar luz sobre os elementos históricos estruturais que ajudaram a produzir umas tais conseqüências, no período compreendido entre o início do século XIX e a década de 1940.

1. Aspectos da Formação Econômica da Minas oitocentista

De acordo com algumas das interpretações da historiografia econômica das Minas Gerais, a expansão da agropecuária sucedeu imediatamente à depressão da economia mineradora

ocorrida a partir do último quarto do século XVIII²⁶. Durante o século XIX, a falência da mineração e a ausência de uma atividade econômica capaz de “coordenar” o desenvolvimento econômico da região, conforme os interesses das elites urbanas e do Império, teriam sido os fatores que determinaram a orientação dos fluxos demográficos provinciais num sentido oposto ao da "urbanização" e da especialização forçada erigidas no setecentos.

Partindo da constatação da "ruralização" de Minas Gerais no século XIX, uma descrição que tomou conta do debate sobre a "identidade" da sociedade e da economia mineira oitocentista sugere que a então capitania se caracterizava pela conjugação dos seguintes elementos: "*fraca vinculação da região com as grandes linhas do comércio internacional*", "*escassa presença de plantation exportadora*", diversificação produtiva orientada basicamente para o mercado interno e um contingente escravo grande e crescente (Martins & Martins, 1984, p. 106).

Para os Martins, a conjunção dessas características constituiu um fato “*singular*” na história da moderna escravidão ocidental, o que levou a pensar em qual era a função de um contingente escravo que chegou a cerca de 370 mil almas no início da década de 1870 (aproximadamente 18% da população total mineira) numa economia que (aparentemente) não possuía uma atividade dinâmica catalisadora (Martins, 1980; Martins, 1983). A partir da análise do comportamento interno da economia mineira, baseando-se em dados censitários e nos relatos de diversos viajantes que percorreram a então província, os Martins concluíram que foi exatamente a organização da economia rural voltada para a subsistência o fator que permitiu essa utilização expressiva do trabalho escravo. Portanto, o escravismo mineiro foi uma resposta estratégica da população local aos desafios que a crise da mineração aurífera colocou para a sua manutenção e crescimento.

²⁶ Alguns dos principais autores dessa linha de interpretação serão discutidos a seguir. Além dos aqui apresentados, incluem-se nesse rol autores como Prado Júnior (1973) e Barbosa (1971).

Essa economia de subsistência auto-suficiente era a “*antítese da economia de plantation exportadora*” e era formada,

sobretudo, de unidades agrícolas produzindo principalmente para auto- consumo, e vendendo o excedente em mercados locais. Algumas áreas da província supriam mercados externos ... mas essas exportações eram de natureza residual, na maioria dos casos, e os fluxos eram ínfimos em comparação com a produção (Martins, 1980, p. 37, grifo no original).

As unidades econômicas encontravam-se espalhadas pela vastidão do território e, somente em algumas regiões encontravam-se “*apenas parcialmente integradas na economia monetária*”, com baixo nível tecnológico e produção diversificada. Esse retrato levou esse autor a concluir, por sua vez, que a “*razão de ser da economia mineira era a própria Minas*” (Martins, *op. cit.*, p. 43).

Porém, não era só a agricultura de subsistência que empregava braços mancipios. Também o setor manufatureiro empregava essa força de trabalho, notadamente aquele segmento que se convencionou chamar de “indústria” têxtil doméstica. Ele se constituía de um conjunto extenso e pulverizado de unidades domésticas que produziam panos grossos (a *fazenda mineira de algodão*) e que sobreviveu às pressões metropolitanas anti-manufatureiras (Paula, 1983). Para Martins (1983) esse segmento produtivo era principalmente uma expressão de “*uma cultura camponesa*”, existindo como se fosse um setor de produção “*mercantil suplementar numa agricultura camponesa*” (*op. cit.*, p. 78).

Para o historiador Douglas Libby (1988), contudo, já na primeira metade do século XIX existiam as condições que permitiram um crescimento expressivo dessa produção doméstica têxtil. Os dois fatores que mais contribuíram nesse sentido foram o isolamento geográfico da província e a abundância de algodão. Assim, conforme argumenta Libby, “*milhares de mulheres e meninas mineiras construíram uma verdadeira indústria que ... ultrapassa em muito a produção de auto-consumo, conquistando determinadas faixas do mercado local e mesmo nacional*” (*op. cit.*, p. 186).

Na verdade, a produção do algodão e a comercialização dos “panos mineiros” cresceu desde o setecentos e, na segunda metade desse século, eles já eram comercializados abertamente dentro da capitania. Da mesma maneira como ocorreu com a produção siderúrgica, analisada adiante, também os custos de transporte decorrentes da situação geográfica mineira serviram como uma barreira protecionista para o desenvolvimento dessa atividade. Além disso, essa produção doméstica de tecidos de algodão não dependeu, necessariamente, da realização, dentro das propriedades ou distritos urbanos, do cultivo do algodoeiro. Por isso é que, na opinião de Libby (*op. cit.*, pp. 194-195), a

atividade têxtil poderia ter sido amplamente difundida na Província, tanto nos centros urbanos quanto nas regiões rurais, dado que ... a comercialização do algodão em rama se caracterizava não só pela exportação, mas ... pela venda “em diversas partes” dentro do território mineiro. (...) [De fato,] o cultivo do algodão em Minas Gerais no primeiro quartel do século XIX era mais ou menos disperso, embora houvesse algumas regiões, como a Zona da Mata, Paracatu e São Francisco-Montes Claros, onde tal plantio era praticamente desconhecido.

Por outro lado, em vários dos distritos mineiros a ocupação de trabalhadoras era superior à de outras categorias ocupacionais e, conforme os dados analisados por Libby, a difusão dessa indústria têxtil doméstica exerceu uma função “niveladora” durante a primeira metade do oitocentos, ao menos entre a população feminina, desconhecendo quaisquer distinções por condição, idade ou classe social (*op. cit.*, pp. 197-198). Mas desde o ponto de vista do processo produtivo, essa atividade não incorporou avanços técnicos significativos durante todo o século e, quando isso ocorreu, eles foram de fato substantivos, pois significaram a sua transformação para o sistema fabril (*idem*, pp. 199, 201).

Além ainda das unidades camponesas auto-suficientes e da “indústria” têxtil doméstica, outro importante utilizador de braços cativos era o setor siderúrgico. Ressentindo-se fortemente da omissão quase cabal dos governos central e provinciais do Império brasileiro, especialmente no tocante à formulação de políticas de industrialização, a “indústria do ferro” de Minas Gerais no século XIX entre 1820 e 1888 evoluiu tendo por base a disseminação das pequenas forjas e da organização manufatureira da produção (Paula, 1983, pp. 30-31). Libby (1988, p. 17), por sua vez, argumenta que essa siderurgia

mineira do século XIX distinguia-se, além do tamanho das unidades produtivas, pela “*nítida separação entre o capital e o trabalho ... sem a expressão lógica dessa separação que seria o assalariamento*” e pelo predomínio do uso da “*ferramenta manual e por uma rudimentar divisão técnica de trabalho*”.

Em 1821 existiam mais de 31 pequenas fábricas de ferro; em 1853, existiam 84 forjas só na zona central da província mineira, além de várias “*oficinas*” que elaboravam o ferro adquirido em outras fábricas. Em 1883, apenas na área compreendida entre os municípios de Ouro Preto e Diamantina, contavam-se 75 forjas e, em 1894, foram identificadas 55 fábricas no estado, dentre as quais seis usinas de aço (Paula, 1983, pp. 31-32). Porém, esse curso reflete principalmente a situação da região que passou a ser conhecida como Metalúrgica, o que não inclui a produção de ferro “*espalhada por todo o território, fruto das pequenas forjas disseminadas pela província, com quase tanta frequência quanto os teares domésticos*” (Paula, *op. cit.*, p. 32).

Para apresentar uma estrutura produtiva com esse formato, a atividade de fundição do ferro desenvolveu-se combinando contribuições originais africanas com inovações europeias. Esse traço, combinado ao isolamento marcante da província e aos

altíssimos preços das mercadorias permitiram que, desde a segunda década do século, a indústria siderúrgica se desenvolvesse e se expandisse numérica e geograficamente ... Num primeiro momento, foram as mudanças nos processos de extração do ouro que impulsionaram a produção comercial de ferro ... Com o decorrer do tempo, no entanto, alargou-se o mercado, do qual tanto a lavoura quanto as tropas passaram a ser parcelas ponderáveis (Libby, 1988, pp. 134-135).

Desse modo, a presença disseminada desse tipo de atividade manufatureira refletia um mercado expressivo – mas a demanda manteve-se insatisfeita durante todo o século XIX e a solução da “*questão siderúrgica*” ficaria adiada para o primeiro quarto do século seguinte.

Paula (1983, p. 36), referindo-se à economia mineira da fabricação de ferro durante esse período, sugere que os fabricantes não podiam satisfazer às encomendas feitas por que a

restrição da oferta estava relacionada com o fato do transporte dos produtos ser feito em tropas de mulas. Isso, portanto, criara “*uma limitação físico-geográfica rígida*”, e a “*resolução do problema do transporte teria aberto extraordinárias oportunidades para a indústria do ferro em Minas Gerais*”.

Para Libby (1988, p. 135), essa indústria foi abalada ainda mais na década de 1880 pelo “*início da penetração das ferrovias no centro do território mineiro, significando o fim de seu isolamento*” e pela abolição da escravidão, que “*parece ter privado a siderurgia rudimentar da sua única vantagem frente à concorrência estrangeira, isso é, a mão-de-obra regular, representada pelo trabalhador cativo*”. Assim, no final do século XIX houve como que um retorno às condições da produção prevalecentes no setecentos, quando imperava a organização produtiva artesanal doméstica. Ou seja, aquilo que parecia estar se constituindo em um “*ensaio industrial*” no oitocentos a partir das pequenas forjas praticamente encerrou-se sobre si mesmo (Libby, *op. cit.*, pp. 176-178).

Esses setores manufatureiros absorveram quantidade considerável de cativos. Porém, a tese defendida por Martins (1980) é que foram mesmo as fazendas mineiras²⁷ a principal fonte empregadora dessa mão de obra. O problema central a determinar, pois, seria o de por que foi assim. Mas essa proposição foi debatida a partir das questões relativas ao como e de onde originou-se “*a massa de capital dinheiro suficiente e necessária*” para manter esse plantel bem como a maciça importação de *escravos*, principalmente quando se sabe que após 1856 a tendência dos preços dos escravos foi de forte aumento para todas as províncias do Brasil (Luna & Cano, 1983, pp. 2, 10-11).

Como resposta, Roberto Martins chamou a atenção para um argumento que fortalece a tese do predomínio de uma economia camponesa, uma vez que não havia em todo o território provincial uma

²⁷ Definidas, segundo esse autor, pela sua organização econômica e social enquanto unidade dotada de grande autonomia produtiva e de mercados (exceto para alguns equipamentos de ferro e para o sal) e não especializadas (isso é, policultivadoras).

oferta de trabalho assalariado porque a fronteira agrícola estava aberta e os camponeses livres tinham franco acesso as terras não ocupadas, das quais podiam extrair uma subsistência independente. Nesse contexto, uma classe de proprietários não-trabalhadores só poderia sobreviver através do recurso continuado ao trabalho forçado ... [o que implica que a] existência de camponeses livres e economicamente independentes e a permanência do regime escravista são faces complementares da mesma realidade social (Martins, 1980, p. 6)²⁸.

Outro argumento, na mesma linha do anterior, apontava que a fazenda mineira, apesar de não ser uma organização empresarial, “*nunca se especializava na produção mercantil e suas decisões econômicas raramente eram determinadas por forças de mercado*” e era ela própria que “*constituía o centro da vida social da classe dominante*” provincial (Martins, *op. cit.*, p. 45). Esse argumento e o anterior baseavam-se na constatação que os “*três milhões de mineiros do fim do Império eram tão auto-suficientes na produção de suas necessidades básicas como os seiscentos mil tinham sido no final da colônia*” e que o “*padrão de vida era baixo, mas não mais baixo que em outras regiões do Brasil*” (*op. cit.*, p. 50).

Assim, de acordo com o autor anteriormente mencionado, a escravidão mineira no século passado se explicaria pela capacidade existente de adquirir a força de trabalho somada à existência de terras abundantes e livres passíveis de ocupação por aquele campesinato, não proletário; ou seja, é a “*esse acesso à terra que o camponês mineiro devia sua liberdade de escolha e a escravidão, sua persistência*” (*op. cit.*, p. 54). No mesmo sentido foi produzido o argumento de Resende (1982), para quem a substituição da economia mineradora por uma de base agrária fundada na escravidão, além de trazer uma involução urbana provocou uma redução, “*em larga escala ... [das] possibilidades de trabalho dos grupos médios*” (p. 45).

A questão que interessa especialmente para o argumento desse capítulo refere-se à questão fundiária. A fazenda - expressão de um tipo particular de ordenamento territorial - tornou-se na Minas Gerais desde o setecentos um elemento subordinado às atividades ditas dinâmicas (a mineração e as atividades urbanas). Não obstante, não foi dependente delas,

²⁸ Com base na hipótese de E. G. Wakefield, administrador da Austrália britânica no século XIX.

pelo menos no sentido de ser totalmente subordinada. Para Magno e Reis (1986), isso se expressa nos fatos que a agricultura mineira já no século XVIII “estava perfeitamente adaptada às condições de fertilidade e relevo existentes na capitania” e que “junto a uma lavra podia se estabelecer uma lavoura”, mesmo por que a heterogeneidade geológica das terras mineiras tornava possível a “existência de terras agricultáveis mesmo nas áreas *onde predomina[va] um tipo de terreno não adequado [à primeira vista] à agricultura*” (p. 15). Ademais, durante sua organização como atividade específica, a agricultura “disputou” a mão de obra escrava com a mineração, inclusive por que “*os preços dos escravos não forma impedimento à sua utilização na agricultura*” (p. 18). Finalmente, argumentam os autores citados, a agricultura mineira do século XVIII possuía um duplo caráter, escravista e mercantil, que se expandiu até o século seguinte já que se de um lado as atividades produtivas rurais sustentaram a oferta de alimentos para as populações cativa e livre, ela foi também uma solução para a crise da mineração. Por isso é que a

produção camponesa, diante do mercado constituído pela sociedade mineira, é o tipo de unidade que apresenta o menor grau de dependência para com este mercado. É esta independência diante do mercado e, ao mesmo tempo, a capacidade de fornecer, quando necessário ou quando estimulada, para este mercado o que faz da produção camponesa uma retaguarda sólida de sustentação da empresa mineradora através da sociedade mineira colonial (op. cit., p. 33).

Por essas razões, o desenvolvimento mineiro produziu-se a partir de uma fragmentação dos espaços urbano e rural. Ou seja, a Minas do século XIX comportou uma notável diferenciação regional adicionalmente à especialização produtiva encarnada nas fazendas e nas minas.

Se é correto apontar que ocorreu uma transformação da economia urbana em uma agrária no oitocentos, isso só faz sentido se for pensado como um processo não causal e a partir das seqüelas produzidas simultaneamente sobre a sociedade e sua economia em função do tipo de sistemas de dominação e de controle a que estava submetida a antiga capitania colonial no setecentos. A decadência da atividade mineratória impôs a necessidade de abertura das políticas do pacto colonial, o que seguramente ajudou desde o início do século a

redirecionar o uso dos recursos disponíveis - medidos em termos de capital e de força de trabalho - e modificou a orientação governamental na condução de políticas econômicas.

Por sua vez, Libby (1988) argumenta que embora a “*agricultura mercantil de subsistência, ou seja, a produção de alimentos básicos destinados ora ao autoconsumo, ora ao mercado interno, dentro e fora da província*” tenha sido o “*grande sustentáculo*” da economia mineira do século XIX, havia outros setores “*envolvendo uma ... gama de atividades de transformação*” (p. 14). Para esse autor, na verdade, a existência de “*setores dinâmicos*” – pequenas fundições, indústria têxtil doméstica e fabril, mineração aurífera – explica um elemento importante tratado apenas secundariamente por Martins (1980; 1983) e por Martins Filho e Martins (1983): por seu dinamismo e capilaridade no território, tais setores geraram os capitais suficientes para a importação direta de escravos e para a substituição da importação dos bens por eles produzidos (por si só onerosa dadas as condições de transporte, comunicações e da oferta existentes na província e no país à época) (Libby, 1988, pp. 18-22).

Ademais, sugerindo que a incorporação da tese de Wakefield ao caso mineiro força uma interpretação a-histórica, Libby lembra que o escravismo mineiro foi tributário da economia mineradora do século XVIII. Daí decorre que o “*apego mineiro à escravidão*” não dependeu “*exclusivamente da continuada existência de uma abundância de terras apropriáveis, e sim de todo um complexo histórico que é a evolução de um determinado regime escravista regional*” (*op. cit.*, pp. 21-22).

Se o declínio da mineração aurífera provocou uma retração do uso da força de trabalho escrava para as atividades de subsistência e de abastecimento do mercado interno regionalizado, o fez através de um tipo de resposta adaptativa, ou daquilo que o autor chamou de “*acomodação evolutiva*”,

cuja peculiaridade reside nas dificuldades encontradas pela província em desenvolver uma produção exportável em substituição ao metal e às pedras preciosas. Dessa forma, a diversificação da economia mineira e a importância do setor de agricultura de subsistência

mercantilizada ou não, bem como o desenvolvimento de uma indústria, constituem não uma mera resposta à independência econômica do campesinato ... Antes significa uma reação secular específica da organização econômica e social escravista de Minas à crise que lhe tirou a razão de ser original (op. cit., p. 22; ver também pp. 121, 349).

Ou seja, o que assegurou a manutenção da estrutura escravista e deu à economia mineira uma configuração distinta da observada nas demais províncias imperiais brasileiras foi o crescimento de um setor de subsistência que articulou-se com mercados internos e externos ao território e com um setor manufatureiro territorialmente disseminado. Enfim, foi o crescimento desse setor de subsistência mercantilizado que permitiu que a força de trabalho (escrava e livre) fosse absorvida e se transformasse (Libby, *op. cit.*, pp. 122-123).

A organização social e produtiva do setor mercantilizado da agricultura de subsistência mineira sustentou, então, a permanência de um número expressivo de escravos fora da área da cafeicultura ao longo do século XIX. Isso, porém, não significa dizer que a estrutura e a dinâmica da sociedade mineira oitocentista tenha se baseado em qualquer tipo de dualismo simplista. Se de um lado encontrava-se a "clássica" oposição entre proprietários livres e cativos, de outro essa hierarquia era permeada por um conjunto de outros atores e relações. Dos mais relevantes, na estrutura ocupacional mineira, podem ser destacados os homens livres.

No caso desses últimos, pode-se dizer que sua inserção na economia decorreu parcialmente de um processo de subordinação ainda durante o século escravista, que os levou a uma condição semi proletarizada (Libby, *op. cit.*, p. 73). A estratificação social dos homens livres mineiros obedecia à seguinte distribuição, a partir de uma primeira divisão entre proprietários e não proprietários de escravos (*op. cit.*, pp. 82-83):

- a) entre os não proprietários, o estrato inferior era o dos assalariados, que formavam " *um semiproletariado ... numeroso e difundido pelas regiões mineiras*" e ocupavam uma posição " *marginal às estruturas do regime escravista ... no tocante à sua ausência das atividades produtivas mais 'dinâmicas' ... [e] a seu total alijamento dos processos políticos*";

- b) a segunda camada de não proprietários de escravos era a dos produtores independentes, cuja maioria encontrava-se "*engajada na agricultura de subsistência, organizada em unidades familiares de produção*";
- c) a terceira era a dos artesãos, "*a camada mais privilegiada dos não proprietários livres, em função tanto da sua maior participação na economia mercantilizada quanto do relativo status*" decorrente do exercício de um ofício;
- d) no topo da pirâmide, que pela pesquisa do autor era "*surpreendentemente alargado*", estavam os proprietários de escravos (mais de dois terços dos quais possuíam cinco ou menos escravos). Dentro desse grupo, a elite local do regime era composta pelos médios e grandes proprietários de escravos.

Essa estratificação social da ordem escravocrata mineira refletiu-se numa complexa divisão social do trabalho. As atividades rurais e aquelas vinculadas à mineração foram as principais ocupadoras do trabalho livre e cativo de mulheres e de homens entre 1831-1840 e 1872; porém, ao longo desse mesmo período ocorreu uma alteração significativa nesse perfil (Libby, *op. cit.*, pp. 79, 83-87).

Ao menos nas regiões Metalúrgica e Alto Paranaíba, a evolução da economia mineira foi claramente determinada por um refluxo da força de trabalho da mineração para a agricultura, em seguida à depressão da atividade central setecentista do território. Ocorre que, em 1872, as categorias de trabalhadores "*assalariados sem profissão declarada*" e do "*serviço doméstico*" passaram a deter uma participação relativa significativamente maior no contingente de trabalhadores mineiros (*op. cit.*, pp. 90-91).

Se, na opinião do autor resenhado, essa sobre representação do serviço doméstico representa um "*encobrimento estatístico*" do trabalho agrícola, o mesmo não pode ser dito da outra categoria. Para ele, mesmo que a maioria dos que foram registrados como assalariados estivessem empregados, "*pelo menos parcialmente*", em atividades agropecuárias, no caso dos sujeitos livres existia uma "*óbvia distinção entre os assalariados sem profissão declarada e as demais categorias ocupacionais*" que era a

propriedade de meios de produção (sobretudo a terra) por parte dos sujeitos pertencentes a essas últimas categorias. Isso os tornava produtores independentes - condição da qual não compartilhavam os assalariados sem profissão declarada. Porém, continua Libby, não é óbvia a "*razão pela qual em 1872 um terço dos homens livres mineiros se encontra suficientemente destituído de meios de produção para ser forçado a ingressar num mercado de trabalho algo precário*", sobretudo sabendo-se que esses trabalhadores concorriam com a força de trabalho escrava ainda disponível (*op. cit.*, p. 91).

Essa questão remete para a análise do processo de proletarização. Para Libby, esse fenômeno tem que ser pensado sabendo-se que houve uma influência da pressão demográfica sobre o que ele denominou de "*processo de diminuição da disponibilidade de terras facilmente apropriáveis pelo elemento livre*" (*op. cit.*, p. 93). Mas essa relação (pressão demográfica/redução da disponibilidade de terras) deve ser entendida também levando-se em conta a natureza do progresso técnico possível à época. A questão a resolver é se as terras apropriáveis disponíveis também poderiam "*ser aproveitadas para uma agricultura de subsistência, dado que o estágio de desenvolvimento das forças produtivas que essa agricultura sustentava era extremamente rudimentar*" (*op. cit.*, p. 93). As questões centrais, aqui, são duas: a do desenvolvimento das forças produtivas e a da escala das operações que "*viabiliza o empreendimento de apropriação de terras marginalmente apropriáveis*" (*op. cit.*, *idem*). Assim, na medida que

a população cresce e vão escasseando as terras facilmente aproveitáveis por unidades familiares ... e enquanto a posse de escravos se torna algo inatingível ao pequeno produtor em potencial, uma parcela da população livre se vê impossibilitada de sobreviver apenas da agricultura de subsistência. São, de certa forma, camponeses excedentes ... [que] se encontram forçados pela parcimônia das terras que cultivam a procurar emprego ou 'jornais' entre seus vizinhos ... Não se trata, é claro, de uma proletarização plena. (...) De fato, ... [esses] assalariados livres e sem profissão declarada constituem apenas o embrião do proletariado mineiro que só se verá definitivamente forçado a abandonar o campo com a chegada, na segunda metade do século XX, da moderna agricultura capitalista ... que finalmente viabilizará um amplo projeto de expropriação cum [sic] acumulação (*idem*, p. 94).

Portanto, apesar de se poder afirmar que houve algum tipo de transferência de um pólo dinâmico urbano para um outro rural e mesmo que as transformações provocadas sobre o

tecido social e regional mineiro durante o século XIX tenham apontado para um certo ensimesmamento, é porém difícil sustentar que reproduziu-se aqui um padrão de dominação oligárquica rural tal como ocorreu em outras províncias brasileiras. Em boa medida, essa situação decorreu do fato que "*os fazendeiros como um grupo não controlavam a política de Minas*", embora a propriedade fundiária fosse fonte de prestígio e base da dominação política de tipo coronelista no plano municipal (Wirth, 1982, p. 208).

Isso permite dizer que a oligarquia de base agrária não conseguiu transformar o aparelho estatal mineiro num instrumento sob seu controle direto. De fato, uma apreciação mais atenta do comportamento do Estado na "promoção" do desenvolvimento econômico regional revela que os cafeicultores - sem dúvida a principal oligarquia agrária, oriunda da Zona da Mata e do Sul de Minas - tiveram que compartilhar o poder com profissionais liberais originados ou transferidos para a Zona Metalúrgica urbana, sede da capital estadual (Wirth, *op. cit.*; Dulci, 1984)²⁹.

De fato, apesar da interpretação que ocorreu uma estagnação da economia mineradora, fruto da incapacidade local de internalizar um processo de crescimento organizado

²⁹ Como argumenta Martins Filho (1981, p. 100) essa elite política multi-facetada atuava em busca da apropriação do excedente econômico, que se transformou num bem em si mesmo. A obtenção e o controle do poder político passaram a ser simultaneamente uma forma de garantir a defesa de interesses e "*uma alternativa à inserção direta no sistema produtivo, pela qual a oligarquia teria acesso à apropriação do excedente econômico*". Essa caracterização é importante por que Minas foi, ao lado de Pernambuco e da Bahia, um dos principais fornecedores dos recursos humanos que preencheram os quadros políticos e burocráticos formados quando da independência política brasileira – uma herança do poderio econômico adquirido quando era o mais importante centro econômico da Coroa portuguesa e as elites puderam educar-se na Europa. Essa questão é relevante porque refere-se à forma adotada pelo processo de construção do Estado brasileiro, controlado nacionalmente pelos interesses vinculados à *plantation* e que contou com a presença de um número reduzido de atores políticos (Reis, 1985; Reis, 1988; Silva, 1977). Ademais, a descrição da elite política mineira como grupo que não constituiu seu poder exclusivamente a partir da inserção direta na produção é também significativa quando se sabe que o processo de industrialização mineira marchou lentamente durante o século XIX, sobretudo quando comparado com o ritmo de São Paulo. Mesmo que não seja possível estabelecer uma relação causal direta entre a capacidade relativamente menor da elite agrária em controlar sozinha o poder político e a insuficiência da industrialização em Minas, essa situação sem dúvida favoreceu de algum modo a posição dos grupos não rurais na disputa pelo controle dos recursos políticos e econômicos regionais.

substituto que gerasse o pleno emprego dos recursos ociosos pelo esgotamento das minas (conforme Iglésias, 1982 e Lima, 1981), essa relação não é assim tão evidente. Em primeiro lugar, por que o modelo clássico de industrialização baseado na existência necessária de uma atividade mercantil dinâmica, especialmente voltada para a exportação, não representa todas as condições sociais, econômicas e políticas existentes, sobretudo quando se trata de uma economia como a brasileira (ver, a esse respeito, Dulci, 1984 e 1992).

Em segundo lugar, por que a ênfase nessa idéia de decadência mascara uma percepção parcial do processo econômico, principalmente por não relacioná-lo com os problemas da distribuição da riqueza. A análise da acumulação e da distribuição ³⁰ requer que se adotem as premissas da **incerteza** (já que não se pode prever com exatidão o futuro num ambiente social no qual as decisões dos agentes são autônomas e interdependentes ao longo do tempo) e do **conflito** - e são ambos que dão sentido, forma e volume ao processo econômico de produção, acumulação e distribuição. Voltando ao caso específico da economia mineira pode-se dizer então, como sugere Dulci (1984, p. 18), que ela

não estava propriamente estagnada, desde que, após um longo interregno (até meados do século XIX), o café se tornara uma valiosa alternativa econômica à mineração decadente. O que houve, isso sim, foi uma desproporção crescente, sobretudo na fase republicana, entre o rápido crescimento de São Paulo e os modestos índices de crescimento de Minas. Além de fatores econômicos, que vão explicar a concentração industrial em São Paulo, é preciso incluir na análise variáveis sociológicas, a exemplo da imigração européia e seus efeitos na formação da mão-de-obra, bem como a forte marca deixada pela escravidão nas relações de trabalho em Minas.

Ou seja, sabendo-se que o café tornou-se o produto de exportação "*mais valioso*" e o "*suporte orçamentário*" do Estado a partir do último quartel do século XIX (Wirth, 1982), mas que ao mesmo tempo não se produziu aqui um processo de industrialização semelhante ao paulista, não se pode deduzir daí que a economia mineira tenha estagnado (Dulci, 1984; Wirth, 1982; Resende, 1982).

³⁰ Já que ambas devem ser entendidos "*a partir dos aspectos da natureza humana e da estrutura da sociedade*" mais do que de mecanismos promotores de uma otimização natural no uso dos recursos disponíveis e passíveis de serem criados em uma economia (Robinson, 1973, p. 24).

Para entender o fenômeno da articulação de "interesses regionais" que uniu as elites e comandantes privados do Centro do Estado aos chefes das regiões cafeeiras mineiras (Zona da Mata e Sul de Minas), as três possuidoras de perfis econômicos distintos, é preciso ter em mente que a economia mineira passou por uma crise de abastecimento combinada com a superprodução de café entre o último quarto de século XIX e o primeiro do XX. Para resolvê-la, distintamente do que estava em discussão em São Paulo, o governo mineiro adotou políticas de valorização cambial e uma série de medidas para reduzir as despesas públicas - dentre elas uma triplicação do imposto sobre as exportações. Essas medidas, porém, resultaram numa precarização ainda maior da estrutura produtiva e carrearam os interesses dos chefes políticos regionais para dentro da estrutura clientelista do Estado - afinal de contas, 60% do orçamento estatal mineiro advinha do imposto sobre as exportações (Martins Filho, 1981; Resende, 1982).

A combinação de aumento da oferta, redução dos preços e desorganização "*política e financeira resultante do novo regime num quadro político em que a descentralização do poder ocorreu muito rapidamente*" abalou os interesses dos cafeeiros mineiros e do país (Silva, 1977, p. 10). Ao longo do período 1890-1930 gerou-se então um colapso, que reforçou a tese da incapacidade do estado sair da sua condição de "estagnação" (Wirth, 1982). Diante dessa "crise", os governos mineiros incentivaram durante todo o período a adoção da diversificação e da modernização da agropecuária regional, como esforços complementares à novas medidas de proteção tarifária (sobretudo no governo João Pinheiro).

Para Dulci (1992, pp. 145-147), essas iniciativas corresponderam a um momento particular do esforço das elites estaduais de promover a modernização regional. Por detrás do projeto de uma agricultura diferenciada e "forte", estava incluída a formação de uma indústria dinâmica. A idéia básica era a de garantir um "crescimento para dentro", fortalecendo em todo o território estadual as culturas agrícolas de mercado interno, a pecuária e o incipiente parque industrial, mais importantes por sua capilaridade do que as atividades agro e múnico exportadoras.

Porém, conforme argumenta Wirth (1982, pp. 81-90) os resultados dessa diversificação foram falhos ou nulos, em função de obstáculos antigos (transportes deficientes, baixa produtividade, baixos salários, falta de crédito agrícola) e novos (exaustão do solo na Zona da Mata e no Sul e competição de outros estados do Centro-Sul), aos quais se associou ainda a superação da crise de 1930.

Em suma, se a conformação da economia mineira e as soluções que foram dadas para os problemas econômicos das suas elites devem ser entendidas tendo como referência as possibilidades de internalização da acumulação de capital a partir da monocultura exportadora, o que se sugere aqui é que a mesma atenção seja dada ao papel desempenhado pelos atores políticos e sociais não necessariamente identificados com o café. Entre 1889 e 1930 essas elites participaram do processo construção do Estado Nacional, durante o qual os conflitos do tipo centro-periferia foram tão significativos quanto os conflitos entre as classes sociais (Silva, 1977)³¹. Concentrando a maior população urbana do país desde a segunda metade do setecentos, com uma estrutura burocrática extensa herdada da administração portuguesa e um sistema unipartidário (baseados no controle oligárquico da máquina política e na insignificante participação popular), Minas tornou-se berço de uma elite política que se uniu para apoiar o governo central (da mesma forma que para controlá-lo) em troca do controle do seu próprio território (Dulci, 1984).

³¹ De acordo com Silva (1977, p. 6), foi nesse período que se estabeleceram as bases do regionalismo político nacional, em decorrência sobretudo da “*ausência de interlocutores*” dotados de recursos equivalentes de poder para “*dialogarem*” com os governantes, que podiam por isso “*ditar, sem maiores contestações, as regras do jogo político*”. Wirth (1982, pp. 29-31) argumenta no mesmo sentido, ao afirmar que dada a natureza das relações de poder e da disputa entre os grupos dominantes de base regional pela definição da natureza do Estado brasileiro durante esse período, produziu-se um resultado que serviu melhor aos interesses dos grupos orientados para a exportação de São Paulo e de Minas e à elite “tradicional” urbana mineira. A ordem política herdada do Império e seu sistema de relação protetor-cliente acabou encontrando sua maior expressão na chamada “política do café com leite”. Portanto, de um lado, se a adesão ao clientelismo foi uma opção de certos segmentos de base regional mineiros (por permitir a obtenção de recursos financeiros com custos menores), de outro lado ela passou a ser uma das causas da impossibilidade das elites locais romperem com a relação de estrita dependência face ao poder central (Silva, 1977).

Essas definições permitem entender por que as Minas Gerais eram mais do que apenas um conjunto de diversas regiões física, geográfica e economicamente conformadas em um território autóctone juridicamente criado a partir de interesses externos à sua população original e àquela que para cá se deslocou atrás da fortuna do ouro, tendo depois passado a depender de uma economia durante muito tempo rural e dependente de uma estrutura governamental clientelista.

O que explica a fragmentação de Minas como unidade territorial, ao longo do processo que determinou a sua presença na construção do Estado Nacional (1889-1930)³², é o fato que nem todos os grupos sociais de base política e econômica regional estiveram efetivamente presentes no arranjo político construído e que culminou com a aceitação local - e posteriormente nacional - da "política dos governadores". No caso mineiro, foram os interesses dos cafeicultores das regiões Zona da Mata, Sul e Zona Metalúrgica (a dos antigos centros urbanos mineradores) os que desempenharam um papel importante na definição do processo de desenvolvimento estadual.

Identificando as raízes da identidade regional peculiar dos mineiros no século XVIII, Wirth (1982) e Dulci (1984) sustentam que a partir da segunda metade do século XIX ela pautou a atuação da elite regional no cenário nacional. Porém, por ser um "*estado de transição*" (Wirth, 1982), assim definido por ocupar uma região intermediária entre o sul e o nordeste, Minas não representava "*uma unidade econômica natural*"³³. Para Wirth, o fato de Minas não ser uma região única e unívoca, mas um "*mosaico de ... zonas diferentes*" foi fundamental para o seu processo de desenvolvimento e para a construção dos mecanismos de proteção dos interesses dos grupos dominantes locais de base regional (*op. cit.*, p. 41).

³² Deve-se lembrar que dada a natureza da organização espacial da primeira atividade econômica exportadora das Minas (a mineração de ouro e pedras) e o tipo de organização política do fisco português no território mineiro, essa fragmentação já existia, apesar de ter outra dimensão.

³³ Mesmo porque tal geografia também resultou da orientação política adotada pelos colonizadores.

Nesse sentido, então, é possível concordar com as idéias segundo as quais a "*coerência regional* [mineira] *era amplamente determinada pela existência de fronteiras políticas*" e que a ação das elites mineiras baseou-se numa espécie de "*minissistema federal, o que permitiu que os interesses regionais fossem balanceados e compensados a partir de uma concepção razoável do todo*" (Wirth, *op. cit.*, pp. 67, 69-70).

2. Zona Metalúrgica e Vale do Rio Doce: esboço de compreensão de uma dinâmica regional

De modo bastante genérico, mas que atende aos propósitos da presente tese, pode-se interpretar a estrutura da "divisão territorial" mineira até o primeiro governo Vargas levando-se em consideração a interpretação de Wirth (1982) sobre o mosaico de regiões. Isso permite trabalhar com a idéia que não se aplica uniformemente a todo o território mineiro a caracterização da auto-suficiência das fazendas mineiras dos séculos XVIII e XIX e a condição de estagnação das economias locais voltadas para o mercado interno e para a exportação.

Mesmo porque se é fato que o declínio da mineração foi real, até que ponto pode-se supor que ele produziu uma decadência inexorável? Além disso, não seria mais prudente também pensar, como sugeriu Maria Yedda Linhares (*apud* Paiva, 1996), que a evolução da economia mineradora no oitocentos teria sido "*matizada e diferenciada pelos 'bons e maus' frutos cujas sementes a economia mineradora plantou?*".

Em nossa opinião, a resposta para essas perguntas exige um olhar sobre a dinâmica regional, sobretudo quando o entendimento aqui presente é que tal dinâmica dependeu dos projetos e das experiências construídos pelos sujeitos historicamente inseridos no espaço das Minas. Isso porque, conforme discutido anteriormente, a dinâmica de uma região depende mais dos grupos sociais que se constituem nela do que de uma suposta expressão natural de vocações naturais que podem ser expressas em termos de estratégias comerciais. Assim, a presença da atividade dinamizadora não é tão relevante se não se observa qual é o

tipo de estrutura que a suporta - tanto no sentido de ser sua base quanto no de ser obrigado a conviver com ela, a despeito das diferenças de rumo que hipoteticamente se poderiam adotar por outros grupos e interesses que não ocupam a posição dominante ou hegemônica.

Tendo esse tipo de problemas em mente, então, será apresentado a seguir um esboço de caracterização da evolução da região à qual a presente pesquisa está dedicada. Um aviso importante para a interpretação das informações indicadas em seguida é que um dos principais problemas na descrição de perfis evolutivos de quaisquer regiões é o da sua denominação. Esse tipo de ressalva vem da leitura de Bourdieu (1989), para quem a produção de conhecimento nas ciências sociais obriga ao uso classificação. Essa última, por sua vez, não pode ser pensada sem se levar em conta o “*conhecimento da verdade*” sobre os “*próprios actos de classificação*” (*op. cit.*, p. 111). Da mesma forma, as

*classificações práticas estão sempre subordinadas a **funções práticas** e orientadas para a produção de efeitos sociais; e, ainda ... as representações práticas mais expostas à crítica científica podem **contribuir para produzir** aquilo por elas descrito ou designado, quer dizer, a **realidade objectiva** (*op. cit.*, p. 112, destaques no original).*

Assim, a descrição ou produção social de sentido sobre a realidade, cientificamente ou não realizada, representa uma instituição da realidade por meio do uso de um “*poder de revelação e de construção exercido pela **objectivação no discurso***” (Bourdieu, *op. cit.*, p. 116, destaques no original). Posto isso, o autor conclui que a evidenciação das formas de representação da realidade social permite que se imponha uma nova visão a uma nova divisão do mundo social. Especificamente quanto à questão regional, então, logo que ela seja

*objectivamente posta na realidade social ... qualquer enunciado sobre a região funciona como um **argumento** que contribui - tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido - para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento, e por este meio, à existência (*op. cit.*, p. 120, destaque no original).*

Qual a importância dessa longa observação? Simplesmente tentar ampliar a percepção do fato que, ao contrário do que se pretende demonstrar pela discussão sobre um suposto

caráter do mineiro e das características dos espaços regionais das Minas e das Gerais³⁴ que aquelas que hoje são denominadas regiões de Minas não existiam - com sua atual configuração sócio-política, jurídica e econômica – no século XIX ou, pode-se mesmo dizer, há sessenta anos atrás. Sua existência, para além do fenômeno puramente físico que a caracteriza, deve-se a um processo de imposição de nomes e de sentidos que representam aquilo que os grupos – dominantes ou não – pretendem valorizar como sua identidade regional ou local.

De fato, Minas Gerais possui hoje regiões que são reconhecidas como "homogêneas" por suas características geográficas, sociais e históricas. Esse reconhecimento, que de alguma forma já foi internalizado no ideário da população³⁵, corresponde contudo a uma **definição oficial** do território³⁶.

³⁴ Em Minas Gerais, há uma separação – física e simbólica - entre o espaço das Minas (as regiões centrais e do sul do estado) e o das Gerais (as chapadas ou toda a região plana compreendida pelos espaços do norte, nordeste, noroeste e parte do oeste estaduais). Essa distinção, manifesta nas teses da “mineiridade” (ver Dulci, 1984 e Iglésias et al., 1986) e da distinção cultural existente entre os mineiros e os habitantes do Grande Sertão (ver Guimarães Rosa, por exemplo) são exemplos da proposição teórica apresentada anteriormente.

³⁵ Entre outras manifestações, duas são significativas: a da já mencionada “mineiridade”, que é indicativa da existência de um caráter especial do povo, vinculado a sua história regional (Dulci, 1984) e a do “distanciamento” das elites e das populações do Sul e do Triângulo em relação ao resto do estado - especialmente evidente nas suas tentativas de “independência”, inclusive quando da discussão do novo ordenamento territorial nacional na Constituinte de 1988.

³⁶ Para os governos mineiros dos últimos vinte anos, o estado tem sido descrito como composto por um número que varia entre oito e dez regiões, assim divididas: Central, Zona da Mata, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba (até 1990 consideravam-se essas duas como uma só), Centro Oeste de Minas (antes dividida entre o Sul e o Centro), Noroeste de Minas (já considerada parte do Norte), Norte de Minas, Vales do Jequitinhonha/Mucuri e Vale do Rio Doce (que já incorporou a zona do Mucuri). A Fundação IBGE, por sua vez, divide Minas em Campo das Vertentes, Central Mineira, Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Vales do Jequitinhonha/Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata (ver Minas Gerais, 1995; BDMG, 1989a; IBGE, 1996). Tratam-se das Regiões de Planejamento, definidas pela sua suposta capacidade de receber homogeneamente políticas homogeneizadoras, uma vez que o espaço homogêneo, definido como “*forma de organização em torno da produção*”, expressa “*combinações de fatos físicos, sociais e econômicos*” que podem ser individualizados como “*áreas que se identificam por certa forma de combinação dos elementos geográficos, sempre dentro de determinado nível de generalização*” – assim, quando um desses elementos muda substancialmente, muda também a combinação e passa a existir outra unidade fisiográfica (IBGE, 1970, p. viii).

Apesar da discussão das delimitações geográficas das regiões não ser um dos objetivos centrais da presente tese, e mesmo que para fins de simplificação usemos a definição atual das regiões Siderúrgica e Vale do Rio Doce (seguindo a classificação do IBGE), onde estão localizados os municípios objetos de investigação, não se pode dizer que a configuração presente é resultado direto e inequívoco da história passada. Esse, aliás, parece ter sido o sentido da pergunta da professora Maria Yedda Linhares transcrita anteriormente nesse capítulo.

Para tentar dar conta das dificuldades que se colocam para uma interpretação história da formação da região, nessa seção será feita uma descrição preliminar de como evoluiu a região investigada desde o oitocentos até meados do novecentos. Para tanto, utilizar-se-á a proposta de regionalização realizada por Paiva (1996) e Godoy (1996)³⁷. Segundo a proposta comum desses pesquisadores,

Na historiografia mineira dos períodos colonial e imperial, voltada para pesquisas regionais e locais, ou principalmente, dedicada ao estudo do conjunto da Capitania/Província, predomina [uma] relação com a espacialidade marcada pelo esvaziamento de sua historicidade, pela imprecisão na definição dos recortes e pelo recurso a procedimento excessivamente simplificadores. A transposição de recorte do século XX, sobretudo zonas fisiográficas, para os séculos XVIII e XIX; a proposição de divisões do espaço mineiro sem a indicação dos critérios e fontes utilizadas na definição das unidades regionais; a adoção de circunscrições judiciárias, sobretudo comarcas, ou unidades administrativas, sobretudo municípios, enquanto unidades espaciais homogêneas; ou a simples inexistência de delimitação do espaço, inclusive com as referências imprecisas a entidades como o “sul de Minas” ou o “norte de Minas”, são procedimentos recorrentes (Godoy, op. cit., p. 24).

Aqui não se pretende adaptar ou construir uma categorização do espaço mineiro. Para os fins dessa tese basta, partindo da regionalização reconstruída pelos dois últimos autores citados³⁸, retratar o passado da região que é nosso objeto de investigação. Isso é importante

³⁷ O território da presente pesquisa corresponde, aproximadamente, às regiões Mineradora Central Leste, Mineradora Central Oeste, sul do Médio Baixo Rio das Velhas e parte da Intermediária de Pitangui-Tamanduá da tipologia apresentada por Paiva (1996) e Godoy (1996).

³⁸ A proposta desses autores, mais desenvolvida por Godoy (*op. cit.*), partiu da análise da configuração e da interpenetração das características físicas, humanas, econômicas, históricas e administrativas descritas pelos viajantes estrangeiros C. J. F. Bunbury, A. D’Orbigny, G. W.

para retratar as rupturas que foram historicamente produzidas ao longo da sua evolução e que a transformaram de uma região cuja economia baseava-se na mineração aurífera em uma “outra” baseada na siderurgia e nas plantações florestais.

Localizada no centro geográfico do território mineiro, a região denominada alternativamente ao longo do século XX de **Zona Metalúrgica, Siderúrgica, Mineradora** ou **Central** constituiu o núcleo minerador original da capitania das Minas Gerais, e permaneceu sendo a região mineira mais populosa e urbanizada até a década de 1960.

A ocupação da região foi realizada pela incursão bandeirante em busca do ouro e do gentio livre desde o início do setecentos. Saindo do Rio de Janeiro ou de São Paulo e atravessando a Mata Atlântica, esses aventureiros foram contribuindo para uma nova conformação demográfica e econômica do território. As primeiras povoações, datadas de 1711, foram Ribeirão do Carmo (atual Mariana), Vila Rica (atual Ouro Preto) e Sabará; a elas seguiram-se, mas já no século XIX, a Vila Nova da Rainha (Caeté), Itabira do Mato Dentro, Santa Bárbara, Catas Altas do Mato Dentro, Antônio Dias do Rio Abaixo, dentre os principais (Monte-Mór, Costa et alii, 1997).

O sistema urbano da época mineradora, basicamente uma rede de entrepostos comerciais e administrativos da a Coroa, ligava-se por uma quantidade de estradas ou caminhos que contornavam a floresta ainda densa e praticamente inacessível. Isso continuou até quase o final do século XIX. Dentro desse sistema, não era o só o ouro que predominava. Em muitas vilas e distritos a mineração era combinada com uma agricultura relativamente dinâmica (Guimarães e Reis, 1986)³⁹, o que conferia a seus habitantes uma condição e funções distintas da de simples peças da política mercantilista portuguesa, vinculados por força a um comércio internacional de mercadorias e valor que não estava fora de seu

Freireyss, G. Gardner, J. Luccock, J. Mawe, J. E. Pohl, A. de Saint-Hilaire e J. B. Spix e C. F. P. Martius, em suas diversas passagens por Minas durante o período 1809-1840.

³⁹ De acordo com Pereira e Oliveira (1999), as principais culturas eram o milho, a cana-de-açúcar, a mandioca e o feijão. A criação de bovinos era de longe a principal, representando mais de 85% do total dos rebanhos locais das propriedades listadas pela pesquisa.

controle. Conforme pode ser visto na Figura 1, apresentada a seguir, a especialização regional na produção aurífera e na agropecuária diversificada era compartilhada pela produção de manufaturas e pela siderurgia. Os produtos eram consumidos essencialmente pelo próprio mercado interno regional, o que garantia maior autonomia econômica (e política), sendo que apenas os bens minerais, as manufaturas têxteis e o algodão eram voltados para exportação - mas não exclusivamente.

A Mata Atlântica foi, assim, ocupada naqueles pontos onde o ouro, abundante e mais fácil de controlar, atraiu e fixou pessoas, permitindo a diversificação econômica. Durante o setecentos, a política colonial procurou "*manter virgens as florestas ao norte da Zona da Mata e nos vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha para evitar os 'descaminhos do ouro'*", o que fez com que a extensa região compreendida entre o Vale do Rio Doce e a parte norte do vale do Rio Jequitinhonha permaneceu praticamente fechada até a primeira metade do século XIX (Brito, Oliveira e Junqueira, 1997, p. 55).

Se a presença fiscalizadora da coroa impediu que a região produzisse um processo de crescimento interno a partir da riqueza aurífera nela gerada (Paula, 1984), também a presença de povos indígenas hostis ao branco colonizador foi outro fator de "afastamento" populacional da floresta - ao mesmo tempo que de isolamento dessas populações nativas. A expansão da mineração rumo às regiões mais ao leste e ao nordeste da capitania em meados do século XVIII produziu a organização e a intensificação dos esforços de colonização nessa fronteira⁴⁰ até então "fechada". Essas tentativas de ocupação regional, porém, somente produziram resultados palpáveis na primeira metade do século XIX.

⁴⁰ Fronteira é, em termos simples, o limite ou a extremidade de uma região lá onde ela confina com outra(s). É onde um território e os seus componentes materiais, culturais e simbólicos se separa de outro(s). Mas pode-se também entendê-la como o espaço ou o *locus* no qual uma determinada classe tornará possível o seu desenvolvimento autônomo ou dependentemente, já que nele se encontram as condições políticas, econômicas e sociais para que tal processo ocorra. Assim, a fronteira é o espaço territorial e social no qual são tecidas as relações e os desejos daqueles que buscam nela um "bem ilimitado" (ver, nesse sentido, Velho, 1976). A fronteira também pode ser entendida como o *locus* do conflito e da disputa entre sujeitos cujos projetos material e culturalmente orientados são divergentes; isso faz dela o espaço simultaneamente histórico e geográfico no qual se encontra "o humano no seu limite histórico" (nesse sentido, Martins, 1997).

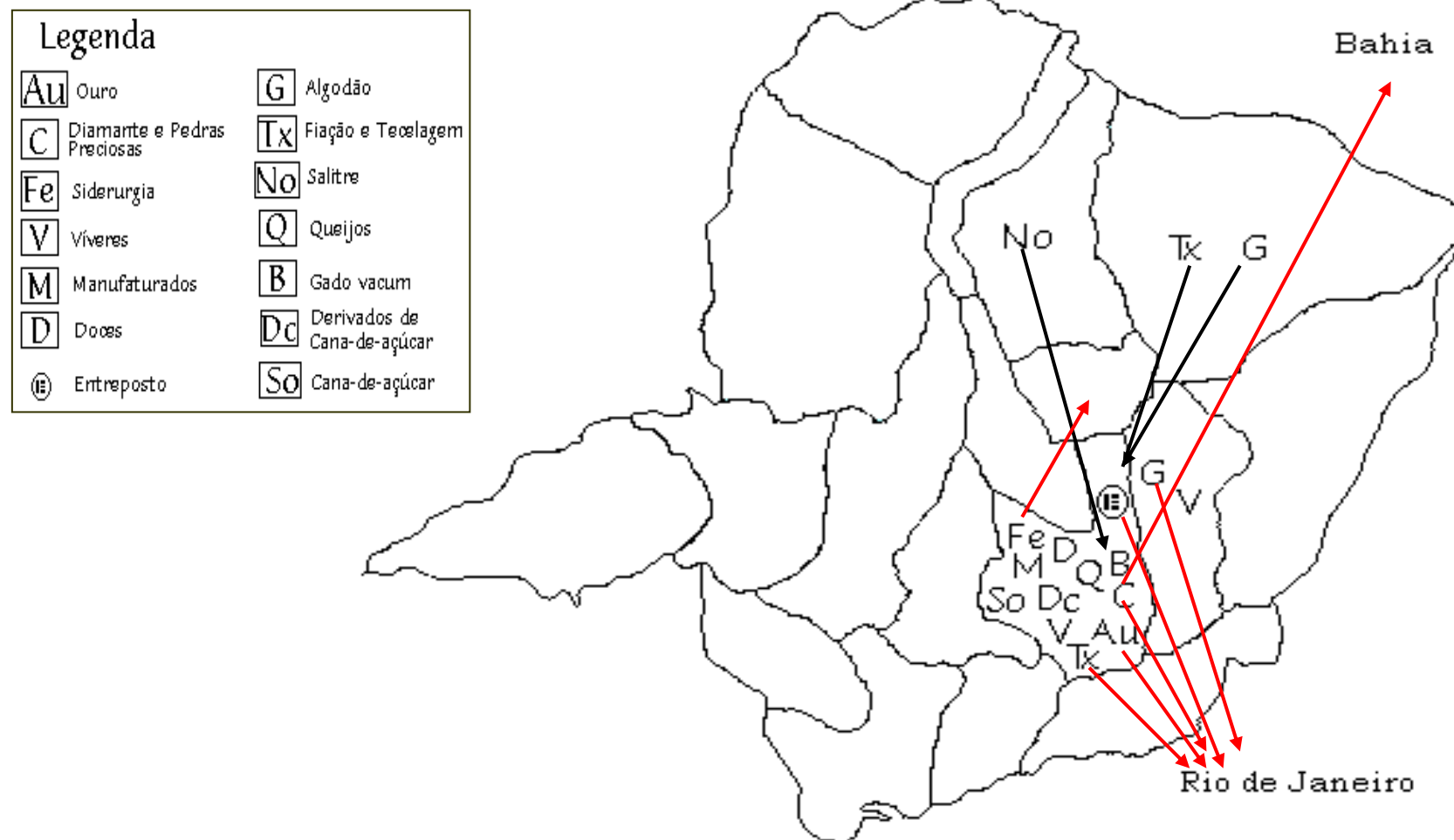
Com as mudanças na política econômica que foram geradas pela presença no país da corte de João VI, houve uma tentativa de realizar a navegação do Rio Doce. A resistência dos povos indígenas à presença do colonizador justificou, do ponto de vista desse último, a adoção de uma estratégia de aniquilação dos primeiros (Brito, Oliveira e Junqueira, 1997; Monte-Mór, Costa et alii, 1997; Mercadante, 1973). Iniciando-se com a desqualificação desses povos através da sua redução à condição de "botocudos"⁴¹, o extermínio continuou com a ocupação militar do território. Para tanto foi criada em 1808 a Junta Militar de Civilização dos Índios, Conquista, Colônia e Comércio do Rio Doce, com divisões distribuídas ao longo do Vale do Rio Doce, que deveria assim ser "devassado" (Mercadante, 1973).

Conforme sintetizam Brito, Oliveira e Junqueira (1997, p. 56), as "*matas eram invadidas à procura dos índios e, quando se mostravam inacessíveis, ateava-se fogo para que ali morressem queimados*" e foi "*sob essa barbárie que a região ... começou a ser ocupada*". Completando o processo, a partir de 1814 abriu-se paralelamente ao Rio Doce uma estrada ligando Mariana e Vila Rica a Vitória, no Espírito Santo (Mercadante, 1973).

⁴¹ Povos do grupo Macro-Jê, os habitantes originais da Mata Atlântica na região do Rio Doce (Aimorés, Timbiras, Puris, principalmente) passaram a ser chamados botocudos "*por trazerem uma grande rodela, rolha, ou botoque de madeira em largo orifício aberto no lábio inferior da boca, o que produz a projeção do mesmo lábio em sentido horizontal, tornando-o em forma de cuia ou gamela*" (Cunhas Matos, Raimundo José. Chorographia Historica da Provincia de Minnas Geraes. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1837).

Figura 1

Distribuição dos Principais Gêneros Agropecuários, Atividades Manufatureiras e Fluxos Comerciais da Região Mineradora de Minas Gerais



Obs.: As setas indicam os sentidos do fluxo comercial regional interno (na cor preta) e externo (na cor vermelha). Esses produtos - à exceção do ouro (Au) e dos diamantes e das pedras preciosas (C) - eram também produzidos para comercialização dentro da região Mineradora, juntamente com os demais listados no mapa.

Fonte: adaptado de Paiva (1996, mapas 07, 08, 09 e 11).

Destoando da condução inicialmente adotada pelo governo, o último oficial responsável pela Junta Militar foi o francês Guido Tomas Marlière, radicado no país desde 1808. Sua indicação para o cargo decorreu da sua experiência no trato com alguns dos povos que ocupavam e circulavam pela região leste. Sua orientação para a ação da Junta foi a de implantar aldeamentos junto aos quartéis, reproduzindo a estratégia "civilizada" de "civilização" pela catequese e educação. A aculturação assim promovida dispensaria o uso da violência direta, sobretudo por permitir a gradual incorporação dos nativos restantes à lógica da cultura dominadora. Assim, no início da década de 1830 já existiam mais de 20 aldeamentos entre os Rios Pomba e o Jequitinhonha e mais de 239 sesmarias haviam sido concedidas na zona do Rio Doce (Mercadante, *op. cit.*).

A busca do ouro e o saque da floresta e da sua população original, sobretudo para obtenção da terra, fizeram da entrada da região na "modernidade" um evento marcado pela violência. Apesar dessa pesquisa não ter se debruçado exclusivamente sobre essa questão, pode-se dizer que ela seguramente é o registro da origem da violência que marcou toda a história da ocupação rural, urbana e industrial dessa região.

Foi com base nessa configuração que ocorreu uma outra onda de ocupação do território da região na segunda metade dos oitocentos. Em parte, tal alteração decorreu da introdução da Lei de Terras e da alteração das políticas de imigração e de colonização. Como argumentou Martins (1973, pp. 47-54), essas políticas se complementaram, tendo havido uma associação deliberada entre a extinção do tráfico negreiro e do vínculo entre imigração e povoamento e a adoção de um novo regulamento para a ocupação das terras devolutas. Mesmo assim, não se pode dizer que em Minas ocorreu o mesmo processo observado em São Paulo; de fato, sobretudo na região ora descrita, os impactos da colonização restringiram-se basicamente às áreas que formam o atual município de Teófilo Otoni (Brito, Oliveira e Junqueira, 1997).

Outro fator determinante da ocupação territorial da região foi a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas - EFVM, a partir do final do século XIX. Tendo entrado em Minas em 1907 para atingir Diamantina, então o seu destino final (Monte-Mór, Costa et alii, 1997), sua função era a de articular uma região agrícola exportadora (especialmente do algodão) e um porto de mar, já que o então mais tradicional porto usado pelos mineiros localizava-se

em Caravelas, na Bahia (ligado pela Ferrovia Bahia-Minas). Porém, com a atração de interesses estrangeiros sobre as jazidas de ferro localizadas no centro de Minas (Diniz, 1981; Paula, 1983) e com a formação da *Brazilian Hematite Syndicate*, companhia inglesa que adquiriu terras na região de Itabira, alterou-se o traçado da ferrovia para esse novo destino (Monte-Mór, Costa et alii, 1997, p. 93).

Desse modo, de região que combinou uma ocupação precoce com uma expansão sobre a Mata Atlântica no século XIX e que só viu a chegada do trem de ferro depois de já iniciado o século XX, o largo território Metalúrgica/Doce passou a ser, após a década de 1940, uma região industrial e urbana. Essa nova qualificação, então, favoreceu um ritmo mais intenso de avanço da fronteira humana sobre a floresta. Não só as imensas jazidas de minério de ferro mas a pecuária, a construção civil, os trilhos e a fornalha do trem e os fornos das usinas de ferro e aço, todos contribuíram para a destruição da Mata.

Uma forma particularmente importante e intensa de conversão da floresta em espaço agricultável e de ocupação urbano-industrial foi a produção de carvão vegetal. Essa atividade, por sua vez, foi continuada por um processo de "cercamento" das terras que, ao final, justificou a retirada da floresta nativa de seu lugar de origem para substituí-la por uma outra formada por uma só espécie de árvore e voltada para atender à demanda industrial siderúrgica. À medida que o apoio à atividade de plantio de maciços homogêneos e às indústrias consumidoras de madeira e lenha foi se tornando maior por parte dos governos federal e estadual, criaram-se as condições para a vinculação da região ao modelo de modernização baseado na industrialização.

Antes, porém, de continuar com a descrição do processo de ocupação regional, é importante entender melhor o que está por detrás dessa questão do minério de ferro, já que a solução afinal adotada para sua exploração produziu efeitos sobre a conformação da região como território de plantações florestais. Pois bem, se até por volta de 1920 predominara no ideário das elites a idéia do "crescimento para dentro", combinando estratégias de protecionismo com diversificação, a partir daquela década iniciou-se uma nova onda modernizante. A reorientação da linha de condução das políticas de desenvolvimento esteve intimamente articulada com os esforços "iluministas" de fomento à educação, que permitiram a criação de uma *intelligentsia* como a da Escola de Minas de

Ouro Preto, de onde saíram até meados da década de 1960 uma geração de tecnocratas que exerceram grande influência no aparelho estatal mineiro e nacional (Dulci, 1992; Diniz, 1981).

O sinal dessa mudança de orientação pode ser identificado com a entrada de Minas, durante o governo de Artur Bernardes, na disputa pela solução da então denominada “questão siderúrgica” (Diniz, 1981; Gonçalves, 1990). O nó da questão teceu-se em torno do projeto da empresa Itabira Iron Ore Co., do empresário inglês Percival Farquhar, que previa a extração e beneficiamento de minério de ferro da região Metalúrgica, no centro do estado, e sua posterior exportação pelo Porto de Vitória, no Espírito Santo. A solução do caso, tal como sinteticamente expõe Dulci (1992, p. 148)

Arrastou-se por mais de 20 anos, desembocando numa solução estatista – a Companhia Vale do Rio Doce - que atendia melhor ao nacionalismo militante de Bernardes e aos motivos da elite regional. Na verdade, na posição mineira [contra a Itabira Iron] somavam-se nacionalismo e regionalismo: a defesa das jazidas minerais da região contra a exploração estrangeira ... identificava-se com a luta pela emancipação nacional. Não se tratava, porém, de resistência cega ao capital estrangeiro. Na mesma época instalava-se a [Cia. Siderúrgica] Belgo-Mineira, com o beneplácito do governo Bernardes, fato esse que aponta para o núcleo do problema: o que se desejava era o concurso externo para industrializar o estado. [42]

Dessa forma, a “questão siderúrgica” assumiu uma importância crescente. No contexto das alianças construídas internamente à classe dominante e entre ela e o Estado no regime autoritário de Vargas, as soluções encontradas por Minas antes da década de 1940 permitiram que se reforçasse a idéia da especialização industrial a partir das “vantagens comparativas” possuídas pelo estado: minério de ferro e carvão vegetal.

Com a instalação da usina da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira (doravante denominada CSBM) e a expansão das pequenas e médias usinas, a expectativa da elite governante mineira era que se instalasse no seu território a grande usina siderúrgica. Mas as condições e orientações prevalecentes nos planos político e econômico nacional e internacional determinaram que a grande unidade fabril siderúrgica fosse instalada em Volta Redonda

⁴² Tendo perdido seu projeto, Farquhar associou-se nos anos 1940 a empresários locais para criar a Aços Especiais Itabira – Acesita, que desempenhou papel importante nas subseqüentes políticas de substituição de importações e de modernização tecnológica adotadas pelos governos mineiro e federal - sobretudo quando passou ao controle do Banco do Brasil, em 1952, em razão de seu endividamento crescente (Diniz, 1981; Abranches, 1987).

(Abranches, 1987). Isso esfriou o entusiasmo mineiro, pelo menos até a década de 50, quando foram então instalados em Minas a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas, de capital estatal e privado japonês, e a Cia. Siderúrgica Mannesmann, de capital privado alemão (Diniz, 1981; Dulci, 1992).

Em decorrência da perda do projeto da grande siderurgia para o Rio de Janeiro - incontornável por causa do arranjo que submeteu Minas à política de Vargas, a política econômica do estado foi desviada da rota inicialmente pensada pelas elites locais⁴³. Na década de 1940, ainda no governo Valadares, foi projetada e instalada a Cidade Industrial de Contagem; juntamente com a ampliação da oferta de energia elétrica, deu-se um novo impulso à estratégia de implantação de novas indústrias intensivas em capital. Conforme conclui Dulci (1992), o período de 1940 a meados da década de 50 constituiu uma “fase crucial” da experiência de crescimento para dentro com especialização produtiva, uma vez que “foram escolhidos certos caminhos que consolidariam o ‘modelo mineiro’ (...) que perduraria até os anos 80” (op. cit., p. 150).

A definição desse modelo decorreu, por sua vez, da articulação que os governos Milton Campos e Juscelino Kubitschek (entre 1947 e 1955) realizaram entre as tendências liberais e “dirigistas” que após 1945 se apresentaram como pontos nodais do debate sobre os rumos da industrialização nacional. Enquanto no período de Campos predominou a tentativa coordenada e induzida pelo Estado de “*equilibrar o crescimento industrial com a modernização da agricultura*”⁴⁴, no período JK o desenvolvimento passou a significar “*industrialização e era algo que se referia basicamente ao espaço urbano. Prevalencia, portanto, a estratégia de crescimento opor meio da especialização industrial*” (Dulci, 1992, p. 153).

⁴³ De fato, a crise econômica internacional do início da década de 1930 reforçou a idéia do crescimento interno autônomo pela via da industrialização e da promoção de um “*sistema econômico diferenciado*”. Assim, e “*diante do colapso do café (cujo cultivo era localizado, mas cuja renda era fundamental para o governo estadual), o tema da diversificação produtiva tornou-se dominante*”; porém, os resultados obtidos durante a década de 30 não foram favoráveis, exceto por causa da expansão do setor pecuário e da ocupação de novas áreas agricultáveis no leste do estado (Dulci, 1992, pp. 149-150).

⁴⁴ Essa tentativa de “modernizar” a agricultura compreendia os aspectos tecnológicos e os da “mudança sócio cultural” dos produtores rurais. Daí derivou a concepção de extensão rural que tornou possível a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR em 1948, através da associação do governo mineiro com a *American International Association for Economic Development* – AIA, instituição fundada por Nelson Rockefeller.

É, pois, pensando no quadro das relações estabelecidas entre o centro federal e as regiões que se pode entender as soluções dadas para a “questão siderúrgica” em Minas. Nesse sentido, ao lado da reestruturação das relações de poder forjada entre as elites estaduais e o governo central desde 1930, também o território e seus recursos desempenharam um papel importante. Essa última observação relaciona-se a um pressuposto presente especialmente na argumentação de Dulci (1992) e de Wirth (1981) sobre o processo de “planejamento” do desenvolvimento mineiro. Embora apontem corretamente para a existência de uma articulação entre os “fatores” mercado e orientação política no desenrolar das ações que permitiram erigir uma estrutura produtiva capitalista em Minas, ambos não incorporam adequadamente em suas hipóteses a presença de outras forças políticas que não as elites. Isso faz parecer que os componentes desse último grupo e os do Estado – alguns dos quais membros dessa mesma elite – são possuidores de uma capacidade decisória sobre o mercado que é, por si só, bastante. Mas o entendimento do que é esse torna menos plausível sugerir que apenas os detentores da propriedade – inclusive da propriedade⁴⁵ de decidir – sejam os dinamizadores do desenvolvimento mercantil.

A pergunta que se faz a um tal argumento, pois, é a seguinte: “quem” é o mercado? Essa indagação, que deveria ser uma companheira constante da análise política da economia, não pode ser respondida com o subterfúgio a uma outra idéia, a de modernização como um processo auto instruído ou automático. Pensando nessas questões, é que os temas da construção e da implementação de um projeto “modernizante” na região objeto dessa investigação devem ser discutidos. Isso implica entender como evoluíram os “jogos” através dos quais as forças sociais histórica e geograficamente assentadas na região objeto de investigação construíram seus respectivos **capitais políticos** territorialmente determinados.

A introdução dessa categoria analítica guarda relação, nessa tese, com a idéia de capital político de Bourdieu (1989, pp. 187-188), entendido como uma forma de “*capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um

⁴⁵ E, nesse sentido, da capacidade de usar as regras de comportamento moral ou socialmente aceitas como corretas. Essa distinção é mais evidente no idioma inglês, no qual se usam os substantivos *property* e *propriety* (Kuntz, Rolf. *Muito além do mercado*. In Folha de São Paulo/Jornal de Resenhas, São Paulo, 13 de maio de 2000, p. 10).

objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem” (destaques no original). Esse capital é aquele tipo de

força objetiva que pode ser objetivada nas coisas ... produto de atos subjetivos de reconhecimento e que, enquanto crédito e credibilidade, só existe na representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência (Bourdieu, *op. cit.*, p. 188)

Portanto, como forma de produção e de manutenção de poder que depende do crédito e da crença de alguém em alguém (ou em algo), o capital político desse alguém (ou algo) baseia-se na confiança que o grupo que obedece põe em seu possuidor. Da mesma forma, sua conservação depende de um *“trabalho constante não para acumular o crédito como também para evitar o descrédito”* (*op. cit.*, p. 189).

A essa concepção adicionou-se aqui a de “capital social”, que diz respeito àquelas normas e sistemas que formam uma organização social (como a confiança, por exemplo) que por sua natureza contribuem para aumentar a eficiência das ações dos atores econômicos e políticos, sobretudo por que permitem que tais ações sejam desempenhadas de modo coordenado (conforme R. Putnam, *apud* Abramovay, 1999)⁴⁶.

⁴⁶ Para diversos dos economistas que tratam da questão do desenvolvimento econômico numa perspectiva institucionalista, mesmo que o capital social seja distinto das outras formas de capital, ele pode ser considerado como apenas mais um fator produtivo (Monastério, 2001, p. 13). Nesse sentido, a linha originada nos trabalhos de R. Putnam aponta para uma descrição de capital social como o conjunto de associações (que possuem caráter horizontal, são não hierárquicas, não apresentam fortes barreiras à entrada, reforçam valores democráticos e congregam agentes que possuem *status* e poder similares) e de normas de cooperação entre os agentes (*apud* Monastério, *op. cit.*). A ação dessas associações contribui para a promoção do desenvolvimento na medida que elas originam hábitos cívicos, confiança e um espírito cooperativo. Um outro economista, James Coleman, argumenta que o capital social não é uma *“single entity, but a variety of different entities having two characteristics in common: they all consist of some aspect of a social structure, and they facilitate certain actions of individuals who are within the structure”* (*apud* Monastério, *op. cit.*, p. 5). Essa definição inclui todas as maneiras por meio das quais *“as relações sociais podem contribuir para a produção: desde a reciprocidade e a confiança entre os agentes, laços horizontais, e até mesmo organizações verticais que intencionalmente, ou não, resolvam os problemas de ação coletiva”* (Monastério, *op. cit.*). Numa outra perspectiva, o sociólogo Mark Granovetter (1984) argumenta que o capital social é representado pelas ações econômicas dos agentes que se encontram inseridas (ou enraizadas, *embedded*) em redes de relações sociais; por essa razão, as escolhas dos indivíduos são realizadas dentro da trama produzida pelas conexões estabelecidas entre todos os agentes econômicos. As redes que se formam nesse processo, ao permitirem a geração de cooperação, produzem confiança, que orientam a ação. Ou seja, as redes são estruturadas sobre processos que têm por origem as interações sociais estabelecidas quotidianamente pelos indivíduos.

Desse modo, retornando às perguntas feitas anteriormente, pode-se dizer que para as elites o cacife foi a apropriação do aparato estatal e a construção de um modelo de dominação política, em aliança com as oligarquias cafeeiras. Para a nova elite industrial, o crédito em sua eficiência corporificou-se na figura de Américo René Gianetti⁴⁷, identificado ao modelo de crescimento via especialização produtiva. E para os dominados ? Antes de entrar na resposta a esta questão, que constituirá o tema principal do próximo capítulo, será apresentada, na seção seguinte, um rápido perfil do território a ser pesquisado.

3. O território da pesquisa

A formação do território a ser pesquisado decorreu da combinação de uma apropriação "simultaneamente" capitalista e estatal desse espaço, tanto por causa das jazidas de ouro, ferro e manganês (além de outros minerais) quanto por causa da terra e da madeira (destinadas a virar agricultura e carvão). Mesmo que seja uma generalização, ela se presta para o entendimento dos casos de evolução dos vinte e um municípios que serão analisados. Nessa seção, então, pretende-se apresentar características básicas da história desses municípios, mesmo sabendo-se que a utilização dessa unidade jurídico-administrativa não permite construir uma categoria analítica capaz, isoladamente, de dar conta do próprio transcurso histórico observado (ver a respeito Godoy, 1996, pp. 101-103). Na verdade, o que se pretende aqui é tão somente retratar o passado como forma de ressaltar as rupturas produzidas no presente, uma vez que a delimitação do objeto partiu da caracterização atual do território e das interferências que nele foram produzidas pelas plantações de eucaliptos, pelas políticas (públicas e privadas de desenvolvimento) e pelas formas de organização dos trabalhadores e agricultores.

Assim, o território estudado define-se como o recorte geográfico, social e jurídico atual estruturado sobre a área original dos municípios de Sabará e Mariana, ambos criados no

⁴⁷ Secretário da Agricultura, Comércio, Indústria e Trabalho de Minas e prefeito de Belo Horizonte na década de 30, esse industrial foi a liderança mais notável do empresariado mineiro de sua época. Filho de imigrantes italianos proprietários de uma pequena siderúrgica e uma fábrica de papel, ele estudou na Escola de Minas de Ouro Preto. Tendo ampliado os negócios da siderurgia e de papel da família, fundou após uma empresa construtora e a Elquisa, produtora de ácido sulfúrico e ferro-ligas e, posteriormente, de alumínio (com o nome Alumínio de Minas Gerais S/A, empresa depois adquirida pela ALCAN). Foi, também, presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros e da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Diniz, 1981; Carvalho, 1978).

início do século XVIII, e o de Guanhães. Mesmo sendo repetitivo, deve-se frisar que a escolha dos municípios que formam o território a ser analisado deve-se a que é em seus territórios que se inscreveram e se inscrevem as disputas sobre a construção e o controle social da região e de suas "vocações". Esses municípios são os seguintes: Açucena, Alvinópolis, Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Dionísio, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Jaguaruçu, João Monlevade, Marliéria, Mesquita, Nova Era, Rio Piracicaba, Santa Bárbara, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata, São José do Goiabal e Timóteo (ver Figura 2)⁴⁸.

Essa definição partiu, além da percepção do comportamento histórico da ocupação territorial local, das definições da região feitas pelos órgãos oficiais federal e estadual de planejamento e estatística (FIBGE e FJP), pela CVRD e pela Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais - CPT-MG. Na medida em que essas organizações representam interesses em disputa pelo território e seus recursos e/ou são elas próprias alguns dos principais atores envolvidos na disputa pela construção social da história regional (especialmente no caso da CPT e da CVRD, essa última através da sua subsidiária Florestas Rio Doce S.A. e da controlada Celulose Nipo Brasileira - Cenibra), a utilização das suas identificações da região serviu como ponto de partida para delimitar o terreno da análise.

Claro que para além do fato da maioria dos municípios pertencerem a todas as definições, a percepção dessas descrições do espaço ajuda a entender como é que os processos de industrialização/urbanização e de ocupação regional pelas plantações florestais homogêneas formou aquela história regional. Nesse sentido, os distintos princípios norteadores da classificação espacial são mais importantes do que a equivalência na identificação dos municípios na região.

⁴⁸ Os Anexos I e II, apresentados no final dessa tese, indicam sucintamente os elementos originais da formação administrativa desses municípios e como ocorreu o processo de desmembramento territorial de cada um deles a partir do século XVII.

Figura 2
Localização dos Municípios Analisados

Assim, por exemplo, enquanto para a CPT-MG o que conta é o recorte institucional das Dioceses e, junto com ele, o “desenho” assumido pela dinâmica e pela evolução dos conflitos, as definições do IBGE consideram como fatores relevantes na definição do espaço os relativos à construção do “*espaço homogêneo*”, definido como “*forma de organização em torno da produção*” e “*expresso por combinações de fatores físicos, sociais e econômicos*” (IBGE, 1970, p. viii). O princípio norteador que permite a definição da região, nesse último caso, é o da individualização de “*áreas que se identificam por certa forma de combinação dos elementos geográficos, sempre dentro de determinado nível de generalização*” (tanto que, no momento em que mudam “*substancialmente*” tais elementos, muda também a combinação e obtém-se, pois, uma outra unidade regional, conforme o já citado trabalho do IBGE).

De certa forma, esse tipo de critério combina com o adotado pelo governo mineiro. Para esse último, as definições territoriais dependem das relações de polarização estabelecidas entre centros urbanos e do “*grau de sofisticação das cidades analisado a partir de funções ... administrativas, comerciais e de prestação de serviços*” (FJP, 1998, p. 7). Assim, em que pese a ocorrência e a importância dos fenômenos geográficos e físicos, a delimitação da região foi feita a partir da história da ocupação econômica determinada pela presença das grandes empresas siderúrgicas.

Para a CVRD, por sua vez, os municípios aqui analisados encontram-se inseridos no território correspondente à sua “região de influência”, a qual desde a década de 1950 é “beneficiada” com recursos de um Fundo de Melhoramentos e Desenvolvimento da Zona do Rio Doce, gestado pela própria empresa. De acordo com um estudo feito pela empresa SEITEC Planejamentos Agro-Industriais em 1969, a

região de influência da CVRD não constitui área caracterizada geopoliticamente como um “Estado” ou “Território Federal”, nem possui os benefícios de um “espaço econômico” como a área de atuação da SUDENE ... ou da SUDAM ... Trata-se de área geográfica de 85.200 km² ... pertencendo à “Grande Região Leste” que abrange os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Guanabara e Rio de Janeiro ... Em função dessas características, há grande dificuldade em institucionalizar a política de desenvolvimento devido à autoridade múltipla a que estão submetidos os instrumentos de intervenção econômica. Os dois Estados em que a região se insere [i.e., MG e ES] possuem planos individuais de desenvolvimento tornando mais difícil o seu enquadramento econômico (SEITEC, 1969, p. 6).

Enfim, expressando um modelo de organização político-institucional do Estado Nacional⁴⁹, vários desses municípios são também fruto da transformação social e espacial provocada pela manutenção e expansão da mineração e pela construção da EFVM, num processo que se estendeu até a década de 1940. Nessa última década, foi desmembrado Coronel Fabriciano, “*base de atuação da [Cia.] Vale do Rio Doce e pólo florestal da CSBM, fortalecido ... com a implantação da Acesita no [então] distrito de Timóteo*” (Monte-Mór, Costa et alii, 1997, p. 94).

Traçando uma memória da sua viagem pelo Rio Doce na primeira década do século vinte - destinada a executar os projetos da construção da EFVM, Almeida (1978, pp. 56-65) refere-se a uma presença humana esparsa nas muitas clareiras “mais ou menos extensas” existentes à margem direita do Rio. Segundo ele, em muitas dessas clareiras abertas na mata exuberante encontrava-se o capim-gordura, “provavelmente uma posse abandonada”, e plantações de cana-de-açúcar. Numa delas,

residia uma família de pretos. O seu chefe era o Sr. José Lopes ou o seu Lopinho, como era conhecido. Depois dos Lopes vêm as cachoeiras e uma reboleira de mata virgem e, ainda, mais alguns hectares de capim-gordura entremeados por uma vegetação enfezada em que sobressaem os arre-diabos, as criciúmas, as primaveras. (...) Os sítios desolados seguem uns após outros (Almeida, op. cit., p. 57).

Mais adiante rio abaixo, o autor e sua expedição encontram-se com D. Maria, viúva idosa cujos filhos “*estão criados*” e residem “*não muito longe dali 'no alto da serra'*”. Observando as elevações que margeiam o Rio, o engenheiro percebeu “*num alto plano ... uma capelinha e várias casinhas espalhadas desordenadamente*” (Almeida, op. cit., pp. 57-58). Somente após Antônio Dias é que a ocupação passaria a ser mais intensiva, o que se deduz das observações do autor.

Foi sobre um território rural assim inicialmente ocupado que se consolidaram as áreas municipais originais das vinte e uma unidades estudadas. De fato, pode-se dizer que no

⁴⁹ E, por isso, resultantes da tensão existente na história da formação política brasileira entre o centralismo estatal e o poder patrimonial dos proprietários fundiários (Monte-Mór, Costa et alii, 1997). Para a discussão sobre os significados e os efeitos dessa oposição entre centralização e descentralização na formação nacional, consultar Raymundo Faoro (1978), Nestor Duarte (1965) e Wirth (1982).

período compreendido entre a sua formação e os desdobramentos territoriais ocorridos até os anos 1940 vários desses municípios foram se constituindo principalmente como

pequenos lugarejos centrais de apoio à atividade mineradora e/ou agrícola. Em 1940, os municípios da região ainda eram predominantemente rurais (...) A região como um todo apresentava um grau de urbanização de 23,35%, próximo da média estadual de 25,13% (Monte-Mór, Costa et alii, 1997, p. 97).

Um relato sobre a organização econômico e política dos municípios mineiros feita em 1925 dá conta, por exemplo, que em Santa Bárbara a agropecuária era uma atividade importante, produzindo-se aí “*muito café, canna, mandioca da qual se fabrica optima farinha*”; sobre essa última, que era produzida em mais de duzentas “fábricas”, era apontada como constituindo a principal fonte de riqueza municipal, que produzia ainda feijão, arroz, milho e “*outros cereaes e saborosas fructas dentre as quaes sobresahe a uva da qual se fabrica esplendido vinho*” (Minas Geraes em 1925, p. 618, grafia como no original).

Ainda de acordo com o mesmo relatório, em Rio Piracicaba o café era a principal cultura, seguida da cana-de-açúcar, do arroz e dos cereais. Destacavam-se a fabricação de aguardentes de cana, queijos, polvilho, farinhas e rapadura. Esses produtos, mais as rapaduras e acera de abelhas constituíam os principais produtos agrícolas de exportação municipal. São Domingos do Prata, tal como o município anterior, tinha no café a principal cultura, e também a mesma pauta de exportação, mas destacava-se por deter um “patrimônio” de madeiras de lei significativo (destacando-se o jacarandá preto, a peroba, o cedro, a sucupira, a sapucaia, o jequitibá). Também em Antônio Dias, com uma mesma pauta produtiva, destacavam-se as “indústrias” rurais de laticínios, aguardentes, açúcar, rapadura, chapéus de palha de indaiá, difundidas pelo território municipal. As exportações assemelhavam-se às dos municípios anteriores, acrescidas de toucinho e dos chapéus (Minas Geraes em 1925, pp. 743, 759, 875).

Atividades agrícolas eram a ocupação predominante da população dos municípios analisados, e isso é o que explica o tamanho dessa população rural que, em 1940, era de pouco mais de 109 mil habitantes (contra uma população urbana de apenas 26,5 mil pessoas). Os então distritos de Açucena, São José do Goiabal e Santana do Paraíso

possuíam cerca de 90% da sua população residindo na zona rural, tal como as sedes dos municípios de Antônio Dias e Mesquita. Em Rio Piracicaba a população rural era 87% da população total. Em Dionísio, Marliéria e no distrito sede de São Domingos do Prata, esse mesmo percentual era de aproximadamente 85%. No município de Alvinópolis e no então distrito de Jaguaraçu (pertencente a São Domingos do Prata), três quartos da população moravam no campo. Com percentuais entre 60% e 70% de sua população no meio rural encontravam-se o distrito de Coronel Fabriciano (de Antônio Dias) e o município de Santa Bárbara. Apenas o então distrito de Timóteo, também pertencente a Antônio Dias, possuía uma população rural reduzida, igual a apenas 20% da população total.

Dessa forma, pode-se dizer que se havia um processo de urbanização, ele ainda era bastante incipiente, e podia ser notado somente em algumas cidades escolhidas para servir como "suporte" para a instalação de firmas industriais, tal como foi o caso do município de Rio Piracicaba (onde se instalou a CSBM em 1921) ou do então distrito de Barão de Cocais (pertencente a Santa Bárbara até 1942 e sede da usina siderúrgica do grupo inglês Hime & Co. desde 1925). A partir da década de 1950, porém, houve um incremento do processo de crescimento urbano pela maior ocupação industrial do território, processo esse por sua vez induzido pela disponibilidade de mata para carvão, de minério e de vias de escoamento, explorados em larga escala ou tornados disponíveis especialmente durante os primeiros cinco decênios do século XX. Conforme relatam Monte-Mór, Costa et alii (1997, p. 93), a construção do território a partir do momento em que os interesses industriais passaram a predominar teve como efeito final uma “*grande reorganização espacial da população*”, instalando-se de um lado

uma intensa urbanização concentrada em cidades monoindustriais na parte alta do vale: Monlevade, Itabira, Barão de Cocais e municípios vizinhos, onde siderúrgicas menores e minerações se concentraram. De outro lado, na planície, Coronel Fabriciano dava lugar à formação do Aglomerado Urbano do Vale do Aço (AUVA), conjunto formado pelo município original e dois municípios dele desmembrados nos anos 60, em função da concentração siderúrgica, Ipatinga e Timóteo (...).

A intensificação dessa urbanização ocorreu durante o período de 1960 a 1970. Assim, os distritos de Coronel Fabriciano, Timóteo e João Monlevade, elevados à condição de municípios no início dos anos sessenta, apresentaram um grau de urbanização que evoluiu

de cerca de 34% para mais de 91% entre aqueles dois anos. Não coincidentemente, eles são as sedes das quatro maiores firmas industriais instaladas no território analisado (respectivamente, a CSBM, a Acesita, a Usiminas e a Cenibra).

Outras localidades, como Ipatinga, Nova Era, Rio Piracicaba e Santa Bárbara viram a sua população urbana passar a responder por, respectivamente, 46%, 64%, 51% e 43% da população total no mesmo período. Bela Vista de Minas, criado no mesmo ano que os anteriores a partir do desmembramento territorial da município de Nova Era, resultou do "*crescimento migratório provocado pela expansão urbano industrial de Monlevade*" (Monte-Mór, Costa et al., *op. cit.*, p. 94). Nesses municípios, incluem-se ainda várias outras atividades que compõem a cadeia produtiva dessas usinas e da CVRD (*op. cit.*, pp. 98-99).

Importante elemento para a caracterização da região e para a análise que posteriormente se fará das dinâmicas que definiram e definem sua compleição social é a seguinte conclusão do trabalho desses autores:

*a implantação da ferrovia e da siderurgia foram indutoras também de um crescimento demográfico no campo. A população rural da região cresceu quase quatro vezes mais que a população rural de Minas Gerais. Na década de 1950, com a política de garantia de [aquisição] de carvão vegetal por parte da CSBM e a implantação da Acesita, ambas as empresas demandando grandes extensões de terras para o plantio de eucalipto, aquele crescimento transformou-se em perda relativa de população rural (...). De fato, desde o início dos anos 60, a Bacia do Rio Piracicaba caracterizava-se como uma região rural em processo intenso de urbanização concentrada e de expulsão de população rural da terra (Monte-Mór, Costa et al., *op. cit.*, pp. 97-99).*

Contudo, como se verá no próximo capítulo, esse esvaziamento populacional relativo não foi homogêneo e, na verdade, nem mesmo apresentou uma magnitude tão substantiva quanto supõe a análise dos pesquisadores do Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional - Cedeplar da Universidade Federal de Minas Gerais. Como será discutido mais adiante, a dinâmica demográfica rural não só obedeceu como desempenhou um papel importante na definição das estratégias das empresas e dos trabalhadores florestais na definição de seus papéis relativos dentro da região.

Capítulo III

A Produção da Região sob a “Economia das Plantações”

1. Antecedentes: ensaio sobre a construção da questão florestal

Para Brito, Oliveira e Junqueira (1997, p. 53) a íntima ligação entre a evolução histórica da economia mineira e o desmatamento decorreu do fato que houve uma despolitização da "*questão das florestas*" por meio da sua redução à condição de meras fornecedoras de energia para os mais diversos fins domésticos e comerciais. Entretanto, é possível dizer que ocorreu exatamente o contrário do que afirmam esses autores.

Identifica-se na leitura desses autores, comum a muitos que se dedicam ao tema da relação entre economia e florestas, uma ênfase na hipótese que uma política de recursos florestais tem que estar voltada para o controle do seu uso como insumo urbano e industrial. Se bem essa tenha sido a ênfase vitoriosa da administração pública dos recursos madeireiros e das florestas nacionais ainda hoje, isso não permite falar da formação de uma política para as florestas sem referência ao envolvimento sistemático de parcelas da sociedade civil no enfrentamento da degradação e a favor da proteção dos recursos florestais.

Se bem a raiz mais remota de uma tal posição tenha sido a necessidade da Coroa Portuguesa em obter o máximo de riqueza - que gerou medidas destinadas a controlar a exploração predatória de madeira, principalmente de algumas espécies de maior uso e valor comercial - foi com a emergência de dentro da sociedade de algumas vozes capazes de potencializar as queixas contrárias à situação de degradação dos ecossistemas florestais que ela se solidificou (Pádua, 1987; Pádua, 1991). E essa última condição, que data das

primeiras décadas do século XX, contém muitos dos aspectos precursores do ambientalismo nacional⁵⁰.

Observando a movimentação de parte da intelectualidade brasileira a partir dos primeiros anos do século XX, nota-se a emergência de uma preocupação que movimentou interesses privados e públicos envolvidos com as políticas públicas e com a defesa de interesses da agricultura em todo o país. Na base da movimentação estava um "ideário" centrado na defesa de bens públicos⁵¹. Para esses sujeitos, a forma pela qual a agropecuária nacional se expandia representava um ataque e a conseqüente dilapidação da terra e dos recursos florestais, usados indiscriminadamente por causa do uso do chamado sistema de derrubada e queima (*slash and burn*) e da rotação de terras e do seu potencial de fertilidade natural (ver Torres, 1982; Pedroso, 1952; Souza, 1956; para uma discussão, Pádua, 1987 e Gonçalves, 1990). Porém, boa parte do libelo "conservacionista" estava orientado pela identificação da terra e das florestas como elementos para o processo de crescimento –

⁵⁰ Não se entenda, porém, que antes da década de 1970 existisse um "movimento" ambientalista no Brasil. De acordo com Viola & Leis (1992), a primeira entidade vinculada à questão ambiental, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, só emergiu no final da década 50. Dado o "caráter preservacionista" das estratégias e do pensamento desse antecessor do ambientalismo no Brasil, e tendo em vista que foi escassa a "importância de seu desempenho no espaço público" – até mesmo porque a presença de agências estatais vinculadas à questão inibia e ao mesmo tempo capturava os esforços dessa e de outras organizações similares que foram sendo criadas (como o Centro Mineiro para a Conservação da Natureza, criado na década de 1960 em torno da antiga Universidade Rural de Minas Gerais), os autores citados concluem que a constituição efetiva do movimento só se verificou nos anos 1970.

⁵¹ A politização da questão ambiental, e dentro dela do "problema florestal", foi possível inicialmente pela ação de indivíduos e de grupos de interesses vinculados à questão (como a Sociedade dos Amigos das Árvores, criada em 1911, e outras entidades de pesquisa, universitárias ou "de classe", de botânica, agronomia e geografia). Por sua posição intelectual estratégica na sociedade, esses atores permitiram que fossem reunidos elementos e opiniões a partir dos quais criou-se uma base para a tomada de decisões políticas em relação ao tema. Entre os intelectuais dedicados à discussão da questão destacaram-se dentre outros Euclides da Cunha, Alberto Torres, José Monteiro Lobato, José Alberto Sampaio (do Museu Nacional), Gilberto Freire, Caio Prado Jr., Assis Brasil (que foi Ministro da Agricultura do governo Vargas). Suas opiniões apareciam tanto nos Boletins das Associações profissionais e mesmo em revistas de divulgação mais ampla como A Lavoura e Vida Industrial. Ver Pádua (1987; 1991), Gonçalves (1990) e Viola e Leis (1992).

portanto, subordinados às necessidades e à "racionalidade" da produção e da técnica (Gonçalves, 1999).

Exatamente por isso, apesar da distância das intenções, as posições conservantistas demandantes da modernização do uso dos recursos terra e florestas acabaram repercutindo na bateria dos argumentos industrialistas, voltados para a defesa do "uso racional" - ou da criação das condições de fornecimento de produtos florestais de baixo custo, notadamente o carvão vegetal e a lenha para fins industriais –ou daquilo que Louis Enschedé, industrial belga radicado em Minas Gerais a partir da década de 1920 para desenvolver o projeto da CSBM, definiu como a promoção da substituição das formações arbóreas nativas por outros tipos de florestas que, por sua "natureza", permitiriam um "*aproveitamento organizado*" da madeira (Ensch, 1953; Gonçalves, 1990).

Numa sociedade largamente dependente do combustível derivado da carbonização da madeira, estas questões deveriam revestir-se de maior importância, já que tanto as unidades domésticas quanto as industriais eram grandes consumidoras de lenha e carvão vegetal. No caso da utilização industrial da floresta como biomassa vegetal, ela significava geração de poder calorífico para o processamento e a movimentação de matérias primas e máquinas e, ainda, a produção de mudanças físico-químicas de diversos materiais. Por outro lado, conforme assinalou Dean (1987, p. 45), apesar da

lenha queimada no lar ... [parecer] à primeira vista, improdutivo, um item meramente de consumo ... [esses] gastos caseiros muitas vezes representavam insumos num sistema domiciliar de produção, e o consumo de lenha, essencial à sobrevivência da família, representava a energia essencial na transformação intermediária e final de comestíveis e em sua preservação, na purificação do fornecimento de água ... no saneamento do ambiente: funções de primeira importância na nutrição e na saúde pública da população.

Também o paulatino movimento de urbanização - que se intensificou a partir dos anos 30 em todo o país - teve na floresta uma fonte potencial de recursos, uma vez que a construção civil depende de madeira sob diversas formas (escoras, cimbres, portas, ameias, tacos etc.). Da mesma forma, a expansão das ferrovias, além de contar com a mata como fornecedora

de insumo energético até a introdução das máquinas movidas a óleo diesel, no final dos anos 40, dependia da oferta de madeiras duras (de lei) para a instalação de dormentes.

Como no resto do país, em Minas Gerais também as diversas formas de utilização das florestas para fins energéticos e de construção foram uma permanente fonte de pressão sobre os recursos florestais. Partindo das informações do Mapa de Gonzaga de Campos⁵², em 1911 Minas teria cerca de 47% do seu território coberto por florestas e, ao final da década 1950, apenas cerca de 15% (ver Tabela I, apresentada a seguir). A devastação atingira a espantosa cifra de 4.700 km² anuais de matas derrubadas (CEEA, 1959), mas, mesmo com a evidência de que o estilo de crescimento industrial e demográfico urbano era o que pressionava as áreas ainda florestais, vingou a idéia de que era a agropecuária "nômade" quem provocava a deterioração e apressava o esgotamento dos solos.

Tabela I
Decréscimo da Área Florestal em Minas Gerais, no período 1911-1958

ANOS	ÁREA FLORESTAL (DE MATAS) ESTIMADA	
	em km ²	como % da área total de MG
1911	278.619	47,5
1936	157.057	26,5
1938	147.887	25,2
1940	138.724	23,6
1943	124.732	21,2
1945	115.141	19,6
1947	105.539	18,0
1950	90.888	15,5
1952	81.530	13,9
1954	71.910	12,3
1956	62.613	10,7
1958	53.113	9,0

Fonte: CEEA (1959, p. 405)

⁵² Luiz Felipe Gonzaga de Campos, engenheiro formado pela Escola de Minas de Ouro Preto no final do século XIX, foi diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (Carvalho, 1978).

Assim, por exemplo, o Conselho Estadual de Economia e Administração - CEEA (entidade de fomento à produção vinculada à Secretaria de Planejamento de Minas) argumentou em um estudo datado de 1959 que quase metade do desmatamento verificado em Minas proveio do avanço daquela agricultura nômade. Essa afirmação, oficial, foi sustentada mesmo contra a evidência que o consumo doméstico, as indústrias madeireiras, o transporte ferroviário e, por fim, o desenvolvimento da siderurgia fossem também identificados como fontes importantes da devastação. Para um dirigente do Serviço Florestal nacional, vinculado ao Ministério da Agricultura durante o regime Vargas, e diretor geral do Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, o engenheiro agrônomo pernambucano Wanderbilt Duarte de Barros (1943), o patente crescimento contínuo do "extermínio da floresta" em Minas Gerais decorria dos seguintes elementos:

o assentamento das lavouras sobre solos novos, aparentemente ricos e férteis; a fácil e rendosa exploração da lenha, dos dormentes, do carvão, das cascas taníferas, das raízes, folhas e resinas de aplicação industrial ou medicinal, determinam, pela completa ausência de racionalismo, essa progressividade. A criação de novas indústrias, entre as quais ,pela proporcionalidade com que se veem expandindo, figuram as usinas de laticínios, as usinas siderúrgicas, que empregam lenha, e, sobretudo, a necessidade da formação de mais pastagens para a bovinocultura, se destacam como elementos ou fatores primaciais da destruição. Desfalcando a floresta, por necessidade vital, não procuramos reorganizá-la para atender aos sempre crescentes imperativos do consumo e da nossa economia interna. Creamos pastagens ou lavourizamos grosseiramente esgotando a terra. [MTG: grafia conforme o original]

Interessante notar que os órgãos de fomento estaduais e nacionais, em sua leitura do processo de desenvolvimento, colocaram como causadora de menor impacto exatamente aquela atividade que era considerada a "tábua de salvação" da economia estadual. O que é mais interessante ainda é que, coincidentemente ou não, em Minas antes dos anos 60 o órgão responsável pelo controle da devastação das matas era o mesmo que tratava da legitimação das terras devolutas⁵³.

⁵³ Em 1962, a função de controle sobre as florestas passou para o então recém criado Instituto Estadual de Florestas. Em 1966, após extinguir-se o Serviço de Terras, foi criada a Fundação Rural Mineira - Ruralminas, que passou a executar a regulação fundiária no estado.

Assim, parece haver uma ligação entre a crítica à agricultura nômade destrutiva e a titulação de terras. De um lado, isso revela uma apologia do progresso: a intenção de afirmar os produtores que usam tecnologias não rudimentares e que são ou buscam ser proprietários regulares indica que neles havia um elemento que se identificava com o modelo de desenvolvimento proposto. Essa questão repõe o problema das concepções sobre o espaço, a partir do seu uso. De fato, pensando o território como objeto apropriado a partir de um processo social que o cria (ou recria), pode-se sugerir que o campo (ou o rural) mineiro no século XX continha fisicamente uma fronteira que, parcialmente ocupada desde os tempos coloniais, estava agora sendo disputada por posseiros e produtores rurais, esses últimos promovidos pelo Estado via tentativas de regularização fundiária.

Ao negar o apossamento - inclusive atribuindo a ele o qualificativo de devastador⁵⁴ - o Estado favoreceu uma primazia da ordem privada sobre a esfera pública (Motta, 1998; Martins, 1994). Ao vincular o apossamento à degradação dos solos e das florestas, apontando como solução a regularização fundiária, o Estado mineiro contribuiu para destituir esses elementos da sua condição de bem público, transformando-os em coisa particular.

É por isso que sugeriu-se que a intenção de modernizar a economia, potenciando a produtividade do solo e otimizando a exploração e beneficiamento dos recursos minerais foi um dos elementos centrais do processo de construção do espaço - que, para tanto, deve deixar de ser florestas (ou montanhas, ou campos) pertencentes a quem as ocupa para tornarem-se propriedade rural e/ou industrial privada, adquirida pela mediação mercantil monetizada.

⁵⁴ Para os fiscais do Serviço de Fiscalização de Terras e Matas, predominava no " *no campo mineiro um sistema de exploração agrícola onde os produtores derrubam, fazem a queima sem o mínimo cuidado (...) e, no meio de tocos e troncos semicarbonizados, lançam um pouco de sementes de abobora, milho e feijão. Feita a colheita, que é quasi sempre abundante, levantam acampamento e vão derrubar em outro lugar. Não tendo amor à terra ... levam consigo sempre a devastação*" (1942, p. 2-3).

Porém, na percepção conservacionista, a perspectiva era que o processo destrutivo de uso dos recursos naturais significava um atraso para a própria industrialização. De outro lado, e relativamente às suas necessidades, a siderurgia organizou e solucionou por si mesma a "sua parte" do problema. No bojo do processo de desenvolvimento da siderurgia estadual, as alternativas que se colocaram para o fornecimento de carvão vegetal à indústria culminaram com a adoção e defesa do "reflorestamento" como parte integrante da expansão empresarial desse ramo industrial. Uma questão central envolvida nessa definição do reflorestamento como ato de criação de um estoque renovável de carbono era a de que as florestas circunvizinhas à região das usinas estavam desaparecendo, comprometendo o abastecimento da indústria. Como a quase totalidade do carvão vegetal consumido provinha de florestas nativas (até a década de 1960), urgia criar condições para a reposição dessa fonte (Gonçalves, 1990).

Em 1948, buscando a produção autônoma de carvão vegetal, a CSBM criou seu Serviço Florestal, no que foi seguida pela Acesita, que criou o seu em 1949. Uma série de outras empresas enveredou pelo mesmo caminho, tendo em vista a própria "sobrevivência", como então apregoavam o próprio setor e o Estado mineiro: a Cia. Queiróz Jr., a Cia. Ferro Brasileiro, a Siderúrgica Itatiaia, a Cia. Siderúrgica Sto. Antônio, a Mineração e Usina Wigg, a Mineração e Siderurgia da Gandarela, dentre as principais companhias que desde antes dos anos 40 já tinham iniciado programas de reflorestamento (com diversas essências arbóreas, inclusive *Eucalyptus spp.*).

A Tabela II, apresentada na página seguinte, indica qual era a situação das empresas siderúrgicas no início dos anos 1950. Ressalta dos dados que as companhias Corradi e Itaunense, de Itaúna, e a Mineira de Siderurgia, de Divinópolis - ambos municípios do Oeste mineiro, não possuíam reservas próprias de mata. Das oito restantes, as que possuíam maiores áreas de reserva e dependiam pouco ou nada de carvão de madeira comprado de terceiros eram a Acesita (de Coronel Fabriciano/Rio Piracicaba), a Cia. Siderúrgica Belgo Mineira (de João Monlevade) e a Cia. Metalúrgica Santo Antônio (de Rio Acima, próximo a Belo Horizonte). As duas primeiras eram as duas maiores firmas siderúrgicas estaduais e

estavam instaladas no território geográfico analisado nessa tese. Da mesma forma, as maiores plantadoras de madeira eram a CSBM (com 41% da área plantada total), a Cia. Ferro Brasileiro (com 21%), a Queiroz Júnior (com 15%) e a Acesita (com 11%).

Tabela II
Posse de Reservas Florestais e Consumo de Carvão pelas principais Empresas Siderúrgicas de Minas Gerais em 1950

Empresa (localização)	Área de Reserva de Mata Nativa (ha)	Carvão Consumido (m ³)		Área Plantada (ha)	
		Próprio	Terceiro	Eucalipto	Outras
Corradi & Cia. (Itaúna)	-----	-----	8.640	-----	-----
Siderurgia Itaunense (Itaúna)	-----	-----	18.000	-----	-----
Cia. Metalúrgica Sto. Antônio (Rio Acima)	9.680	18.335	-----	106,0	-----
Mineração e Usina Wigg (Ouro Preto)	9.600	2.619	17.863	302,0	-----
Cia. Mineração e Siderurgia da Gandarela (Rio Acima)	3.160	12.119*	11.665	n. d.	n. d.
Cia. Mineira de Siderurgia (Divinópolis)	-----	9.698*	47.655	-----	-----
CSBM (João Monlevade)	149.890	397.329	n. d.	1.518,0	-----
Cia. Ferro Brasileiro (Caeté)	67.477	n. d.	n. d.	92,0	664,0
Usina Queiróz Jr. (Itabirito/Conselheiro Lafaiete)	32.868	43.760	76.459	566,0	-----
ACESITA (Coronel Fabriciano/Rio Piracicaba)	27.400	127.348	-----	408,7	-----
Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas (B. de Cocais)	16.710	108.114	78.483	-----	n. d.
TOTAL	316.785	719.322	258.765	2.992,7	664,0

Obs.: (-----) indica que o dado não existe; (n. d.) indica que o dado não estava disponível; (*) inclui percentual de estoque de carvão do ano anterior.

Fonte: Ministério da Agricultura (1951).

Essa ação foi complementada pela concessão de vantagens especiais e/ou pelo financiamento público. Exemplos disso são o decreto 23.793, de 1934 que instituiu um Fundo Florestal destinado a promover a conservação das matas e o seu "repovoamento", e as leis n.º 550, de 1949 (que obrigou à existência de área mínima coberta com florestas nas propriedades) e n.º 1.197, de 1954 (que concedeu favores para reflorestamento no estado). Porém, a partir do parco resultado dessas estratégias, surgiram da parte tanto dos

conservacionistas mineiros quanto de vozes de dentro do Estado demandas pela criação de um órgão que conseguisse solucionar a questão da devastação das matas mineiras.

Se para os conservacionistas mineiros o problema era que o modelo de expansão industrial observado no estado estava piorando a qualidade de vida da população urbana e rural, para parte da nascente tecnocracia a questão fundamental era a de impedir um colapso no funcionamento da economia, dependente significativamente da energia de origem vegetal, já que era impossível substituí-la em tempo hábil e a um custo menor por outras fontes (como a energia elétrica, por exemplo).

À fraqueza dos conservacionistas, no entanto, foi contraposta a articulação entre as chamadas classes produtoras mineiras e o Estado, voltada para atender essa questão: a criação de um órgão público que fosse capaz de auxiliar a produção silvicultural e impedir o desmatamento “improdutivo” levado a cabo pela expansão urbana e da fronteira agrícola (ver Gonçalves, 1990). Isso pode ser observado em diversos planos propostos pelos governos mineiros desde Milton Campos. Por isso é que, em 1947, o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, de autoria do secretário Américo Gianetti, alertava para que o problema florestal do Estado poderia ser solucionado através do aparelhamento da Divisão de Reflorestamento da Secretaria da Agricultura (criada naquele ano). Igualmente, em 1950, no Plano de Eletrificação de MG, coordenado por Lucas Lopes, encontra-se uma demanda relativamente ao problema do desflorestamento e à necessidade de substituição do combustível vegetal pela energia elétrica, urgindo que o Estado criasse obstáculos ao empirismo dos processo de obtenção do carvão vegetal, lesivos às florestas, inclusive através do reflorestamento intensivo (Murta, 1950). O CEEA também defendia a tese que era indispensável a criação de um Departamento Florestal estadual para solucionar os graves problemas do desmatamento (assim como a Sociedade Mineira de Agricultura, para fazer referência a uma das organizações de representação de interesses patronais que tinha inserção no Estado e era preocupada com o problema).

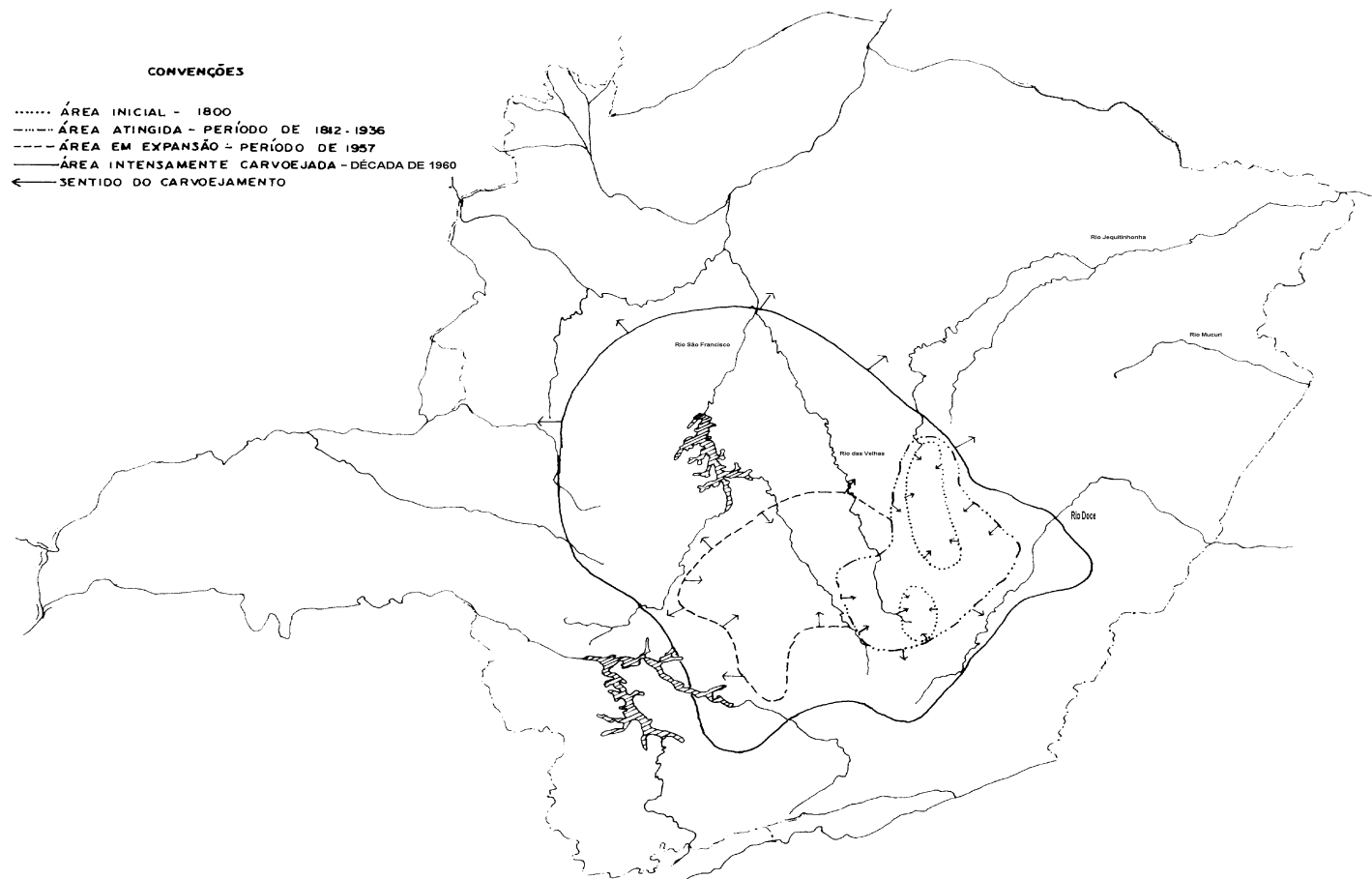
A partir dos anos 60, o problema fundamental tornou-se o de garantir uma disponibilidade permanente do termo-redutor vegetal, uma vez que era a disponibilidade de madeira o nó górdio que entravava a expansão da produção siderúrgica. Por sua vez, a intensa expansão da indústria de transformação (a uma taxa média anual de 21,5% entre 1968 e 1974) baseada no aumento da participação das indústrias de bens de capital e de consumo duráveis, em detrimento do setor de bens intermediários de produção (Duarte Filho, 1986), gerou uma pressão ainda maior por aço e outras ligas metálicas, minerais, ferro e, conseqüentemente, por madeira e carvão (ver tabela III, apresentada a seguir). Mais importante é que a evolução do carvoejamento e da produção siderúrgica coexistiram e se combinaram no espaço e no tempo; entre o início do século XIX e a década de 1930 do século XX, o carvoejamento concentrou-se na região central do estado, entre os vales dos Rios das Velhas e Paraopeba (a oeste) e do Rio Doce (a leste). Dessa década até o início da de 1960, a sua expansão ocorreu predominantemente nos sentidos oeste e norte e, após 1960, nos sentidos noroeste e norte (ver Figura 3, apresentada a seguir).

Tabela III
Evolução do Consumo de Carvão Vegetal em Minas Gerais – 1915-1966

Anos	Consumo de Carvão Vegetal	
	Em ton.	N.º índice
1915	312,9	0,13
1922	20.362,2	9,00
1940	227.182,7	100,00
1945	307.423,4	135,31
1946	235.823,0	103,80
1947	244.922,0	107,80
1955	419.226,0	184,53
1956	466.684,0	205,42
1957	503.745,0	221,73
1962	711.671,0	313,26
1964	675.000,0	297,12
1965	621.000,0	273,35
1966	615.000,0	270,70

Fontes: Murta (1950); Silva (1965); SEITEC (1969).

Figura 3
Evolução do Carvoejamento em Minas Gerais, 1800-1965



Fonte: Elaboração do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais

Levando em consideração as estimativas feitas no Plano de Eletrificação mineiro, que usa um coeficiente de transformação de 25 toneladas de carvão vegetal para cada hectare de matas explorado, a produção de carvão no início da década de 1960 apontaria para um número de cerca de 30 mil hectares derrubados anualmente para atender à demanda dos consumidores industriais, dentre os quais se destaca a siderurgia (ver Murta, 1950, pp. 17, 162).

Além disso, havia uma concentração da produção do carvão vegetal nas regiões Metalúrgica e do Rio Doce, que contribuíam com 78% do total desse termo-redutor produzido no estado. Dos oito principais municípios produtores de carvão vegetal, que totalizavam 54,2% da oferta total estadual, cinco compõem o território estudado: Santa Bárbara (com 12,3% do total produzido no estado); Rio Piracicaba (com 8,5% do mesmo total), Alvinópolis (com 6,8%), Antônio Dias (com 5,9%) e Nova Era (5,5%). Se a esses 39% forem adicionados os 6,8% de carvão produzidos por Mariana e os 4,2% produzidos por Barão de Cocais, pode-se entender que a zona Metalúrgica (sobretudo no vale do Rio Piracicaba, afluente do Doce) era, também, a zona do carvão...

Enfim, quando do golpe militar de 1964, a questão florestal já havia se enraizado sobre (1º) o crescimento do número de consumidores intensivos de matéria prima florestal, o que mantinha em ritmo acelerado a destruição da cobertura florestal nativa por todo o país, e (2º) uma ausência de políticas públicas ativas de proteção dos remanescentes florestais ou de recuperação da área desmatada, estando o Estado a reboque das ações privadas relativas ao “florestamento”.

As mudanças dessa situação só se tornaram possíveis por que as suas formas de atuação e de inserção do Estado na economia e nos processos e conflitos sociais foram reorientadas, privilegiando através de políticas específicas a grande unidade capitalista de produção. Esse movimento de favorecimento explícito do capital estava imerso numa estratégia de modernização que tinha um dos seus cernes na "abertura" da economia brasileira ao (e para o) mercado internacional. Assim, a nova política florestal baseada na promoção do “reflorestamento” não se destinou apenas a introduzir uma modalidade de substituição da madeira para uso comercial e industrial. Ela tornou-se parte de uma

estratégia de acumulação principalmente das firmas industriais - e, dentre essas, as siderúrgicas e as de celulose e papel. Por isso mesmo, a política florestal passou a atuar como uma atividade modernizadora, no sentido em que esse termo é empregado quando se analisa o processo de expansão do capitalismo rural e urbano no Brasil, ou seja, voltado para fora, concentrador e desvinculado do conhecimento e das necessidades sociais (Gonçalves, 1992; Gonçalves, 1999).

A escolha das essências florestais de eucaliptos e de pinheiros não nativos como os veículos da política de formação de maciços florestais para uso industrial significou a adesão a técnicas de uso do solo e da flora que prejudicaram as formas e condições tradicionais de (re)produção social do espaço natural. Como opção agrônômica e silvicultural, então, a determinação das espécies hegemônicas para as plantações de uso industrial no país contribuiu para a transformação dos padrões da atividade florestal tal como ela era desenvolvida até meados dos anos 60. Representou, também, a transmutação das formas sociais de organização do espaço e do trabalho em áreas tradicionais de ocupação produtiva agrícola e, adicionalmente, permitiu a criação de um conjunto de políticas que garantiram um salto na acumulação das firmas envolvidas com a atividade (Gonçalves, 1990).

As alterações nas políticas públicas que permitiram que a silvicultura baseada em espécies exóticas de árvores de rápido crescimento fosse largamente beneficiada no país, na segunda metade da década de 1960, foram a promulgação de um novo Código Florestal (Lei n.º 4.771) em 1965, a instituição da Lei n.º 5.106, em 1966 e a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF em 1967. Juntamente com essas normas, até 1974 foram criados e/ou reformulados mecanismos tributários (incentivos fiscais) específicos para a atividade. Dentre eles, destacou-se o Fundo de Incentivos Setoriais - Fiset para os empreendimentos nos setores de Florestamento, Pesca e Turismo (Decreto Lei n.º 1.376).

Entre 1968 e 1974, portanto, os incentivos para a atividade “reflorestadora” aumentaram expressivamente a sua participação no conjunto dos incentivos fiscais captados pelas pessoas jurídicas em todo o país (Gonçalves, 1999; Contador, 1976). Do ponto de vista

da nova linha de orientação adotada para a política florestal, os incentivos foram não só o melhor como logo se tornaram o principal instrumento de atendimento das demandas empresariais por recursos financeiros.

Procurando atender à crescente demanda (estimulada) por recursos de longo prazo e de custo reduzido, foi criado um novo conjunto de mecanismos, dentre os quais se destacava o programa de "Distritos Florestais". A idéia básica por detrás desse instrumento é que seriam selecionadas, no país, áreas prioritárias destinadas para a realização de plantações financiadas com os recursos dos incentivos fiscais. O objetivo formal dessa medida era o de conciliar a oferta e a demanda de matéria-prima de origem florestal. Pode-se sugerir, porém, que a meta essencial era a de ampliar e acelerar o fornecimento de recursos financeiros e políticos para atender à expansão da demanda industrial por madeira e derivados observada a partir do "Milagre Econômico" e projetada pelo conjunto de investimentos previstos para a segunda metade dos anos 70 (Gonçalves, 1990).

Ambos os mecanismos permitiram, enfim, que as firmas consumidoras da matéria-prima florestal executassem plantações homogêneas de árvores em larga escala contando com um apoio financeiro adicional superior à sua própria capacidade de financiamento. Um dos elementos que apontam nesse sentido, além da própria expansão das plantações florestais após 1974, foi o fato que essa sistemática de concessão de incentivos, diferentemente da que vigeu durante o período 1965-1974, estimulou a formação de firmas - conhecidas como "reflorestadoras independentes" - que passaram a auferir esses incentivos e a realizar plantios de florestas homogêneas para uso de terceiros. Ademais, com a formalização dos "Distritos", o Estado favoreceu e legitimou a ação empresarial de apropriação gratuita (pela violência) ou a preços simbólicos de terras devolutas em regiões consideradas de fronteira, a maior parte das quais historicamente habitadas por populações tradicionais (Gonçalves, 1990; Victor, 1977).

Para entender por que o Estado agiu como formador de uma política favorável à expansão dos plantios homogêneos, deve-se conhecer as expectativas criadas pelos atores diretamente envolvidos com a questão, tanto os preexistentes quanto os que

foram surgindo. Assim, de um lado, posicionou-se o empresariado consumidor e produtor de madeira e fibras da madeira, desejoso de um aparato que permitisse a implementação de seus projetos agroindustriais. De outro, mas de uma forma não homogênea, alinharam-se as populações e forças políticas das regiões que foram sendo progressivamente incorporadas pelos maciços florestais homogêneos, acatando ou arrenegando as promessas do progresso (Miranda, 1993; Gonçalves et alii, 1994).

A partir do início dos anos 70, criou-se uma expectativa eufórica entre os planejadores e empresários brasileiros envolvidos com a indústria madeireira e, mais especificamente, com as de celulose e papel. Essa euforia foi coincidente com o período do "Milagre Econômico" e originou-se das previsões otimistas de organismos internacionais quanto ao crescimento da demanda internacional por produtos madeireiros (Gonçalves, 1990). Nesse âmbito, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE transformou-se na agência mais destacada no sentido de garantir os recursos fundamentais ao financiamento do setor. De acordo com os dados do Banco, entre 1955 e 1994, só para o setor de pastas e papel foram liberados US\$ 7.7 milhões - ou cerca de 6% do total de desembolsos efetivos feitos pela agência ao conjunto do setor industrial brasileiro (Gonçalves et alii, 1994; BNDES, 1991; BNDES, 1994).

Esse processo de aproximação entre Estado e interesses privados setoriais foi alimentado por e, simultaneamente, gerou um processo de captura das políticas e agências envolvidas com a regulação e regulamentação setorial, por parte dos empresários. Diversos autores denominaram esse movimento de *"privatização da esfera pública"* (conforme, entre outros, Abranches & Lima Jr., 1987), uma forma perversa de organização dos arranjos setoriais que confere agilidade decisória apenas àqueles segmentos que constroem a capacidade de se apropriar de uma burocracia estatal apta a atender suas demandas.

As empresas consumidoras de madeira para fins industriais foram submetidas, ao final da década de 1970, a um "ajuste" para cumprir a legislação: o então órgão regulador da questão florestal, o IBDF, exigiu das empresas siderúrgicas consumidoras de carvão vegetal a apresentação de um Plano Integrado Floresta Indústria, que obrigava as

empresas a desenvolverem programas de plantios que as abasteçam em no mínimo 50% do seu consumo de carvão vegetal, num prazo máximo de 10 anos (até 1985), e em 100% num prazo máximo de vinte anos (ou seja, 1995). Esse Plano, porém, estava orientado para um problema próprio dos grandes consumidores industriais. No caso dos pequenos consumidores (demanda de até 12 mil estéreos de madeira/ano), a execução das plantações florestais para reposição da matéria-prima florestal ficou a cargo do próprio IBDF, que passou a arrecadar uma taxa específica para esse fim e formou o Fundo de Reposição Obrigatória. Os recursos desse Fundo foram em parte repassados para programas de plantações em pequena escala, em convênio com os governos estaduais (Volpato et alii, 1992).

Na segunda metade dos anos 1970, foram extintas e/ou modificadas as modalidades de incentivos existentes, simultaneamente à construção de medidas que privilegiaram as empresas que possuíam capacidade de verticalizar seus projetos, integrando as atividades florestais e industriais, com a fixação em 1.000 hectares do tamanho mínimo das áreas de plantio a serem beneficiados com incentivos fiscais (exceção feita para projetos de fruticultura). Essas medidas tentaram corrigir os problemas de dimensão e de localização dos projetos gerados pelo uso dos recursos do Fiset, gerados tanto pelas contradições do mecanismo quanto pela proliferação das "reflorestadoras independentes" (Victor, 1977). Desse modo, os grandes investimentos ganhavam maior proteção pela viabilização de um mecanismo legal que lhes permitia controlar diretamente a terra, elemento vital dada a natureza da atividade.

Apesar do enquadramento, a legislação não foi cumprida e a mobilização desse segmento empresarial manteve sua orientação no sentido de prover acordos exclusivos com as agências governamentais afeitas à "questão florestal" (IBDF, CDE, CDI, BNDES), com os objetivos de reduzir a concorrência com as firmas internacionais produtoras de papel e pastas e de obter garantias para a realização dos seus lucros (Gonçalves et alii, 1994).

Assim, se é possível pensar que o empresariado do setor estava satisfeito com os ganhos já proporcionados por um Estado claramente voltado para garantir o crescimento

capitalista, isso não elimina o fato dele estar também preocupado diante das crescentes dificuldades colocadas pelo sua própria expansão. Dentre elas, a que mais agitava os empresários era a existência de disputas por recursos que garantiriam a possibilidade de crescimento e de inserção privilegiada num contexto de internacionalização da economia brasileira (Gonçalves et alii, 1994).

Quanto às fissuras existentes nas relações entre as empresas, pode-se dizer que uma das mais significativas referiu-se, ainda na década de 1970, à política de Distritos Florestais. Se para a burocracia estatal e para parte dos produtores e consumidores industriais de madeira essa política representava uma nova lógica de organização espacial da produção, para os plantadores mais antigos (especialmente os situados em São Paulo) e com maior dificuldade de mobilizar seus capitais, esses Distritos serviriam apenas para aumentar o custo da terra nas regiões delimitadas, favorecendo os especuladores e os independentes em busca de novos espaços geográficos de valorização mais do que aos empresários tradicionais. Porém, essa valorização não aconteceu – tanto por causa da própria localização fronteiriça dessas novas terras quanto pelas especificidades do ciclo biológico de maturação das plantações florestais. De qualquer forma, esse período foi marcado pelo aumento acentuado das plantações em Minas Gerais e pela sua extensão para os estados da Bahia e do Espírito Santo (Gonçalves et alii, 1994; Carerre e Lohmann, 1996).

Ademais, as modificações do perfil do setor ao longo dos anos 1970-1980 foram guiadas pelas tentativas de garantir a expansão das fábricas existentes e de angariar fundos para a construção de novas unidades, que a partir deste momento deveriam possuir um porte internacional - isso é, deveriam possuir uma escala de produção elevada. O papel requerido do Estado era o de protetor (dos preços, contra as importações etc.) e financiador (Gonçalves, 1992; Gonçalves et alii, 1994).

Esses mecanismos são indicadores de como a ação reguladora estatal buscou resolver os problemas de pressão da demanda por produtos e subprodutos madeireiros tal como então diagnosticavam organismos internos e internacionais - estabelecendo mais firmemente a complementaridade entre a política florestal e a política industrial. Daí

nasceram o Plano Nacional para a Siderurgia a Carvão Vegetal (em 1974) e os dois Planos Nacionais para as indústrias de Papel e Celulose (um em 1974 e outro em 1978). Essas políticas, por sua vez, eram coadunadas pelo já mencionado programa de Distritos Florestais, que deveriam então ser capazes de criar pólos de plantações capazes de gerar e/ou de sustentar pólos industriais. Um dos agentes fundamentais na implementação dessas estratégias de política industrial foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, que se destacou no sentido de garantir os recursos fundamentais ao financiamento do setor, e em especial do segmento produtor de papel e celulose (BNDES, 1991; Gonçalves et alii, 1994).

A principal consequência disso foi que o segmento dos plantadores de árvores exóticas foi elevado à condição de um dos clientes preferenciais do Estado, principalmente através das agências do sistema BNDE. Do ponto de vista das relações construídas entre o Estado e os empresários, isso representou um movimento de captura, por parte dos empresários, das políticas e agências estatais envolvidas com a regulação e regulamentação setorial. A transformação das agências de regulação e financiamento de plantações florestais de uso industrial em aliadas das empresas consumidoras dessa matéria-prima determinou, pois, a vigorosa expansão das plantações florestais no Brasil. Também estabeleceu as bases de uma política de uso perdulário de incentivos, além de ter contribuído para afrouxar a política de regulação ambiental, oficializando as práticas privadas de degradação da terra e do trabalho em diversas regiões rurais do país. Nesse sentido, a política florestal brasileira não diferiu daquela que foi e tem sido praticada em quase todo o Sul do planeta (a esse respeito ver, entre outros títulos, Lohmann, 1990; Gonçalves et alii, 1994; Carrere, 1996; Carrere e Lohmann, 1996).

Porém, os empresários do setor passaram, no final dos anos 70 e início dos anos 80, a duvidar da suficiência dos recursos do BNDES e dos incentivos fiscais para a promoção das suas exportações. Esse questionamento, por sua vez, revelava também como se organizavam as disputas entre os segmentos econômicos interessados na obtenção desses favores governamentais (exemplos disso são os conflitos entre os interesses dos industriais e plantadores do Centro-Sul frente aos da área da SUDENE e, também, as constantes declarações críticas dirigidas ao governo no final da década de 1970 em

função do “tratamento desigual” que era dado às empresas pelo congelamento de preços e/ou retirada de incentivos financeiros (ver Gonçalves et alii, 1994).

No jogo de pressões que foi se estabelecendo à medida que os segmentos industriais baseados na madeira cresciam, o objetivo era o de garantir não só mais recursos, mas uma proximidade maior dos centros decisórios e, assim, maior facilidade para expandir. Essas pressões desempenharam importante papel nas estratégias particulares dos grupos e firmas industriais e de plantadores, já que o Estado iniciou um movimento de revisão da orientação desenvolvimentista que prevalecera até 1979. De qualquer forma, dado o conjunto de transformações e dos estímulos públicos oferecidos, a expansão das plantações homogêneas de florestas privadas foi vertiginosa. De fato, o "reflorestamento" expandiu-se de modo avassalador, saltando de uma área de 1.658 mil ha em 1970 para pouco mais de 5.960 mil ha em 1985, dos quais mais de 50% na região Sudeste e cerca de 20% em Minas Gerais (Gonçalves, 1990; Bacha, 1992).

A partir dessa descrição genérica é possível traçar um quadro do conjunto das relações estabelecidas entre o empresariado do setor e seus parceiros, tanto vertical quanto horizontalmente⁵⁵:

- a) firmas de todo o país (de celulose e papel e da siderurgia) *a favor* do Estado, incorporando as vantagens da política de incentivos fiscais e financeiros existentes – inclusive por causa da participação do Estado em seu capital (como no caso da Aracruz Celulose ou da Cenibra) ou por serem firmas estatais (como a CVRD e a Acesita);
- b) firmas de celulose e papel (especialmente as de São Paulo e do sul do país) *contra* o Estado, advogando contra a sua omissão (quanto a uma política protecionista) ou excesso de intromissão (pela política tributária);
- c) firmas nacionais de celulose não integradas *versus* firmas de papel (majoritariamente representadas pelas integradas), disputando recursos financeiros e proteção contra a concorrência estrangeira;
- d) firmas de pasta e de bens siderúrgicos *versus* outras firmas de setores agrícolas e de serviços que disputavam incentivos fiscais.

⁵⁵ Para o caso específico do setor de celulose e papel, consultar Gonçalves et alii (1994).

Ao longo de toda essa história, se houve um acirramento das disputas internas no campo empresarial, também reavivou-se a polêmica nascida no final da primeira metade do século XX entre os plantadores/beneficiadores industriais de plantações florestais e os conservacionistas. Só que, no final da década de 1970 e durante toda a década de 1980, o ponto central da discussão deixou de ser o da necessidade ou não de plantar, e estabeleceu-se em torno da questão da auto-suficiência das firmas no suprimento de matéria-prima.

As firmas consumidoras, valendo-se do disposto nas normas emanadas do IBDF sobre o assunto, argumentavam que estavam dentro do prazo estipulado para alcançar os 50% de área de plantio próprio para seu abastecimento. Os conservacionistas, baseando-se no Código Florestal de 1965, diziam que esse prazo já havia vencido em 1975. O relevante nessa disputa é que ela ilustra como a política florestal era tendenciosamente arbitrada em favor do capital, o que se evidencia pela inversão do princípio hierárquico das normas jurídicas, já que as portarias e outros tipos de documentos legais editados pelo IBDF possuíam valor superior ao que o Código Florestal determinava. Esse tipo de problema está intimamente articulado com o conteúdo autoritário impresso pelo Estado brasileiro à política ambiental e aos órgãos executores dessa política⁵⁶.

É a partir desse conjunto de questões que devem ser avaliadas as mudanças que, na década 80, foram introduzidas no principal instrumento vigente de incentivo fiscal (o Fiset) e que reduziram a sua aplicação. Os principais resultado das mudanças nos mecanismos de transferência de fundos públicos (incentivos) para a acumulação industrial privada, porém, foram o fortalecimento das grandes “reflorestadoras independentes” (que detinham menor custo de manutenção das suas plantações exatamente por não necessitar vincula-las a um empreendimento industrial específico) e o reforço à migração das empresas produtoras de florestas homogêneas para os estados do Nordeste, principalmente para a Bahia.

⁵⁶ A análise sobre o fracasso das políticas públicas "ambientais" realizada por Guimarães (1988) reforça essa idéia, especialmente no que tange à crítica da institucionalização das burocracias dedicadas a tais questões.

Nesse último caso, se a concentração das condições favoráveis para a obtenção de recursos públicos na área da SUDENE permitiu a migração desse capital para a região, também pesou o fato que os custos econômicos e sociais de aquisição de terra e de recursos financeiros no Sudeste estavam crescendo, tanto porque a fronteira agropecuária estava se fechando quanto pelo fato que outros grandes projetos (como os de irrigação e/ou os hidroelétricos) concorriam por recursos públicos subsidiados com os investidores em plantações homogêneas (Bacha, 1992; Gonçalves, 1995).

Mas a razão mais importante que levou os plantadores dessa monocultura a correr atrás dos incentivos fiscais que estavam sendo concentrados no Nordeste foi que, a partir de 1986, a política de incentivos fiscais começou a ser questionada diretamente pelo governo federal. O principal problema, do ponto de vista do Estado, era a evasão de recursos do Fiset, inclusive por causa da forma jurídica utilizada pelas firmas privadas "reflorestadoras" com permissão do Estado⁵⁷. Outro fator que auxiliou na malversação dos fundos públicos foi o fato do gerenciamento da aplicação dos mesmos ter ficado a cargo do IBDF, sem qualquer tipo de controle social sobre as relações que se estabeleceram entre os interesses dos empresários e o quadro dirigente desse órgão. As novas orientações para os incentivos derivaram, também, da constatação feita pelo próprio Estado da gravidade da crise fiscal e financeira que iniciou-se em finais dos anos 70. Segundo sugere Oliveira (1991), as próprias autoridades econômicas passaram a criticar o sistema tributário nacional, reconhecendo nele as distorções decorrentes do "*tratamento altamente favorável dispensado ao capital*". Assim, os subsídios tornaram-se os "*vilões responsáveis pelo perverso caráter do sistema*". Contudo, as novas medidas aparentemente não surtiram os efeitos desejados. Em boa medida isso decorreu do fato de não existir mais um número significativo de firmas demandadoras dos incentivos que, nessa altura da década 80, eram considerados um instrumento

⁵⁷ A de Sociedades em Conta de Participação, cuja natureza possibilitava às empresas demandantes de incentivos utilizar os recursos em outras atividades sem a devida prestação de contas. Diante dessa situação, os gestores da política econômica determinaram, a partir de 1987, que as firmas "reflorestadoras" estavam obrigadas a corrigir monetariamente as suas demonstrações financeiras e, a partir de 1988, deveriam confeccionar projetos plurienais. Outra mudança ensaiada foi requerer dos demandantes do Fiset que fossem Sociedades Anônimas e detivessem a "justa posse" das terras nas quais se propunham realizar as plantações (Gonçalves, 1999).

ultrapassado de promoção de ganhos para os maiores produtores de plantações florestais do país (Gonçalves, 1999).

Assim, tendo um quadro marcado (1º) pelas relações ilegítimas estabelecidas entre as empresas “reflorestadoras” e o Estado no passado, (2º) por um conjunto de firmas já fortalecidas e com capacidade autônoma de financiar a expansão de sua base florestal e (3º) pela imperiosa meta de conter o déficit público, o governo Sarney extinguiu os incentivos fiscais para a atividade florestal em 1988. Essa extinção dos incentivos fiscais não parece ter afetado muitas empresas do setor, uma vez que não só os grandes projetos já haviam constituído anteriormente sua base florestal, como a estratégia adotada a partir da segunda metade dos anos 80 pelos novos investidores era a de procurar a associação com parceiros já proprietários de florestas ou então a de adotar programas de formação de pequenos maciços madeireiros via contratos de integração com produtores rurais (Gonçalves, 1990; Gonçalves et alii, 1994).

Juntamente com essa alteração, e indicando querer incorporar parcialmente as demandas sociais favoráveis à proteção ambiental, o governo Sarney criou o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - Ibama. Tendo herdado das agências que incorporou uma reduzida capacidade de ação, o Ibama iniciou suas atividades com reduzida capacidade própria de agir no tocante à questão das plantações florestais homogêneas (Capobianco, 1997; Gonçalves, 1999).

Na verdade, após um longo período de apoio direto às empresas através da manipulação de fundos públicos, o Estado – através dessa nova agência - deixou o problema sob o controle dos próprios consumidores industriais. Assim, não se interrompeu o desmatamento de remanescentes florestais nativos nos estados de Minas Gerais, Bahia, Tocantins, Pará, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para fins de produção de carvão vegetal e para a abertura de áreas de pastagem e plantio de culturas agrícolas comerciais (milho e soja, principalmente). Se a esse contingente forem adicionados os estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, onde a derrubada das Matas Atlântica e de Araucária atende aos interesses dos produtores de madeira serrada, móveis e

condomínios residenciais, pode-se ter uma idéia da gravidade da degradação que continua orientando as relações entre os empreendimentos econômicos e a floresta.

Mas se a política florestal criou instrumentos que propiciaram as condições para a ampliação da área apropriada pelas empresas “reflorestadoras”, a sua eficácia enquanto instrumento de redução de desigualdades sociais e espaciais foi nula. Isso porque tais programas (Fiset e Distritos Florestais) ampliaram o fracionamento dos recursos públicos que eram antes destinados às políticas de desenvolvimento e fortalecimento - especialmente nas regionais regiões Norte e Nordeste - e contribuíram para a concentração regional da renda (Oliveira, 1991). É tendo esse contexto em mente que será feita a análise do movimento do capital florestal na região analisada nessa pesquisa⁵⁸.

⁵⁸ Por capital florestal entende-se o conjunto das firmas pertencentes à **cadeia produtiva** de bens madeireiros de **base florestal homogênea**. Como sugere Müller (1991, pp. 6-7), mesmo que a categoria cadeia produtiva seja mais morfológica do que analítica, ela "*expressa o espaço no qual a concorrência capitalista se dá e através do qual se pode recuperar as particularidades técnicas, econômicas e financeiras ... circunscritas ... em um espaço mais amplo em que se processam a geração e a apropriação do excedente*". Em linhas gerais, a cadeia produtiva florestal analisada nesse capítulo pode ser descrita como uma estrutura produtiva que possui ligações internas muito fortes e poucas relações externas (Haguenauer et alii, 1984; Prochnik, 1987). No caso da pasta de celulose, ela é uma das matérias-primas básicas para a produção de papel (de todos os tipos e para quaisquer fins) e sua obtenção decorre do desfibramento de espécies vegetais lenhosas, por intermédio de processos mecânicos, químicos ou de uma combinação de ambos. Partindo da matéria-prima vegetal desfibrada, a fabricação de papel significa, por sua vez, de acordo com Dain; Bielschowski & Gadelha (1976), a "*solução do problema de solidarizar fibras individuais de modo a se obter uma folha flexível*". A agroindústria produtora de pastas de celulose é um oligopólio de tipo concentrado, isso é, no qual as economias de escala, as descontinuidades tecnológicas e as barreiras à entrada dadas pelo montante requerido pelo investimento são os elementos relevantes da organização da concorrência. Daí que o seu comportamento seja determinado, em grande medida, pelas perspectivas de colocação de seus produtos no mercado internacional. Outra característica relevante dessa agroindústria é que ela depende da ocupação intensiva do espaço, em decorrência da escala das suas operações. Isso, por sua vez, requer uma "domesticação" das formações florestais e a edificação de grandes unidades fabris, com o conseqüente aprisionamento de expressivas porções de terra e de recursos. Sua organização, pois, depende de uma elevada concentração técnica, econômica e espacial. No caso do carvão vegetal, trata-se de um processo de produção do ferro gusa ou do aço a partir da redução do minério de ferro pela adição, nos fornos, de carbono oriundo da queima do material lenhoso (Gonçalves, 1992).

2. O Movimento do Capital Florestal em Minas Gerais

A economia mineira, por conta da sua formação peculiar e desde a época da constituição da capitania, estruturou a sua economia em torno do aproveitamento de reservas minerais e florestais, transformadas em recursos naturais destinados a sustentar o crescimento. Essa afirmação, que não representa nenhuma novidade para o estudioso das Minas e das Gerais, não pode ser perfeitamente entendida se não for colocada no plano das políticas de desenvolvimento econômico regional, centradas na intensificação de um padrão de industrialização intensivo em recursos naturais desde o início do presente século.

No afã de modernizar os processo produtivos e tornar Minas um espaço perfeitamente inserido na lógica de expansão do setor industrial nacional, seguiram-se sucessivas tentativas do governo estadual de dominar e maximizar o uso de recursos hídricos, edáficos e florestais. No presente século, várias foram e tem sido as atitudes do Estado no sentido de desenvolver as condições para um efetivo aproveitamento industrial dos recursos naturais de Minas, enfatizando a necessidade de modernização da agricultura e da siderurgia. Potenciar a produtividade do solo - utilizando fertilizantes e maquinário agrícola - e otimizar os processo de produção do ferro passaram a ser as diretrizes fundamentais. Para tanto, era (como ainda é) necessário dispor de energia barata e de fácil apropriação. Para uma das indústrias chave, a siderurgia, essa necessidade significou até fins dos anos oitenta a dependência praticamente exclusiva de uma forma específica de armazenamento de energia solar: o carvão vegetal, ao mesmo tempo redutor do minério e fonte térmica industrial.

A euforia desenvolvimentista do período pós-45 gerou uma modificação relativa da importância das posturas políticas e ideológicas relativas à questão do ambiente natural e das florestas. Se antes da I Guerra Mundial a devastação sistemática da natureza era apontada como um resultado do não desenvolvimento coerente das forças produtivas do país, após esse marco os setores industriais passaram a apontar para uma situação em

que o desmatamento e o aproveitamento fabril desses recursos naturais constituíam as faces de uma mesma moeda (Gonçalves, 1990; Diniz, 1981).

No bojo do processo de desenvolvimento da siderurgia estadual, as alternativas que se colocaram para o fornecimento de carvão vegetal à indústria culminaram na adoção e defesa da atividade de plantação de florestas. Uma questão central envolvida nessa definição, pelos capitalistas e técnicos, das florestas plantadas como sendo um estoque renovável de combustível foi que as florestas naturais circunvizinhas à região das usinas estavam desaparecendo, comprometendo o abastecimento da indústria. Como a totalidade do carvão vegetal consumido provinha de florestas nativas, urgia criar condições para a reposição dessas fontes de matéria-prima. A expansão do parque produtor siderúrgico mineiro, desde o início do século, com a criação de diversas empresas produtoras de ferro-gusa, só agravou a situação de pressão sobre os recursos florestais, reforçando o interesse pelo plantio próprio das chamadas “florestas de rendimento”.

A partir dos anos 40, numa iniciativa capitaneada pelos grandes produtores integrados de ferro-gusa e de aço, a Belgo-Mineira e Acesita, e seguido por uma série de outras empresas (Cia. Queiróz Jr., Cia. Ferro Brasileiro, Siderúrgica Itatiaia, Cia. Siderúrgica Santo Antônio, Mineração e Usina Wigg) foram realizados vários programas próprios de “reflorestamento”.

Essa saída tornou-se um instrumento importante para a continuidade desses empreendimentos, uma vez que o nó górdio para a expansão da produção siderúrgica tornou-se o da garantia da disponibilidade permanente do termo-redutor vegetal, que estava se tornando escasso (Rache, 1957; Strauch, 1956; Gonçalves, 1990).

A situação de escassez tendeu a tornar-se mais grave a partir da década 60, quando várias medidas voltadas para suportar e estimular o crescimento econômico estadual passaram a ser adotados pelo governo mineiro. De fato, como resultado do esforço de modernização impulsionado pela ação governamental, observou-se uma intensa expansão dos ramos básicos nos quais a economia mineira vinha se especializando, o

que aumentou a pressão sobre os remanescentes nativos ainda disponíveis. Simultaneamente, esse movimento ampliou os projetos privados de plantios florestais que, até a adoção pelas empresas mineiras da nova política florestal implantada após 1965, eram em sua maioria localizados junto às empresas consumidoras.

Com a introdução da política de incentivos fiscais, e dado o elevado custo das terras próximas aos consumidores (localizados geralmente em regiões mais intensamente urbanizadas), os aplicadores passaram a buscar, para suas florestas, áreas de custo mais baixo. Por esta razão, e também em função de suas condições topográficas e físicas, os cerrados começaram a atrair a preferência empresarial.

A partir da consolidação dessa política de incentivos, o preço da terra passou a ser o principal determinante da escolha da localização dos plantios, uma vez que os resultados financeiros obtidos com a atividade tornaram-se independentes do aproveitamento industrial dos maciços. De fato, como a política florestal capitaneada pelo IBDF permitia que o empresário fosse remunerado quando da execução dos plantios e não quando da sua venda, as plantações de eucaliptos e *pinus* foram dirigidas para as regiões do estado onde as terras possuíam baixo custo (INDI, 1975).

A procura de terras a baixo preço significou um idêntico movimento de valorização do capital através do aprisionamento de extensas parcelas contínuas de solos, em regiões onde a estrutura fundiária era (e ainda é) marcada pela extrema desigualdade distributiva. Segundo Ferreira (1985), a formação de maciços sem destino econômico assegurado representou uma estratégia empresarial que, além de aproveitar os incentivos administrados pelo IBDF, permitiu ao capital agro-industrial florestal apropriar-se de extensas glebas em regiões onde a terra estava se valorizando rapidamente (o que incluiu, também, a ocupação de terras aptas para lavouras).

Os plantios feitos em Minas anteriormente ao advento dos incentivos fiscais localizavam-se principalmente na áreas circunvizinhas das empresas consumidoras. Mas não era só a proximidade que contava. Conforme relatou Osse (1983, p. 63),

Entre la primera guerra mundial y los años cuarenta, tuvo gran aceptación una idea acariciada desde el siglo anterior, por la cual los bosques nativos se regenerarían espontáneamente, con el tiempo, mediante cuidados simples y baratos. Bautizada como “reforestación natural”, tal idea conquistó las simpatías de la siderurgia a carbón vegetal, llevando a las empresas a acumular reservas nativas y a postergar para el futuro la búsqueda de otras soluciones. Los bosques nativos sin embargo, se empeñaban en no ajustarse a la teoría de la “reforestación natural”. Perdían vigor a medida que se las cortaba y volvía a cortar, distanciándose cada vez más de las usinas, complicando así el ya difícil proceso de suministrar cantidades cada vez mayores de carbón a la industria em franco desarrollo.

A proximidade entre a mata e a usina era, portanto, estratégica – ainda mais por que a dependência da floresta nativa não poderia ser substituída facilmente, já que não existiam outras fontes do carbono necessário para a redução do minério de ferro⁵⁹. Porém, com as inovações introduzidas na política florestal na segunda metade dos anos 1960, a progressiva eliminação das matas vizinhas, a maior “produtividade natural” e menor custo da madeira plantada (em comparação com a nativa)⁶⁰ e a elevação do preço das terras próximas desses consumidores, eles iniciaram um deslocamento para novas áreas florestais (Gonçalves, 1990).

De fato, a criação dos incentivos fiscais, permitindo que a atividade silvicultural remunerasse os empresários quando da execução dos plantios e não quando da sua venda, dirigiu esses últimos para as regiões onde as terras tinham preço menor, uma vez que os resultados financeiros obtidos com a atividade tornaram-se independentes do aproveitamento industrial dos maciços (INDI, 1975, p. 7). Além disso, segundo Ferreira (1985), a formação de maciços sem destino econômico assegurado fez parte de uma estratégia empresarial que, além de aproveitar os incentivos fiscais, fundou-se na

⁵⁹ Essa questão é um dos tradicionais temas que cercaram o debate sobre a viabilidade da grande siderurgia a carvão vegetal. Para parte da tecnocracia federal varguista, o uso do carvão vegetal era anti-econômico por destruir florestas e apresentar preço elevado do produto final (Diniz, 1981, p. 39). Isso inclusive orientou a defesa da siderurgia a coque metalúrgico (mineral). O problema desse último redutor, porém, é que as minas brasileiras estão concentradas nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (daí o problema dos custos de transporte, inclusive pelo seu peso) e apresenta elevados teores de cinzas, o que dificulta o processamento industrial e reduz a qualidade do produto siderúrgico.

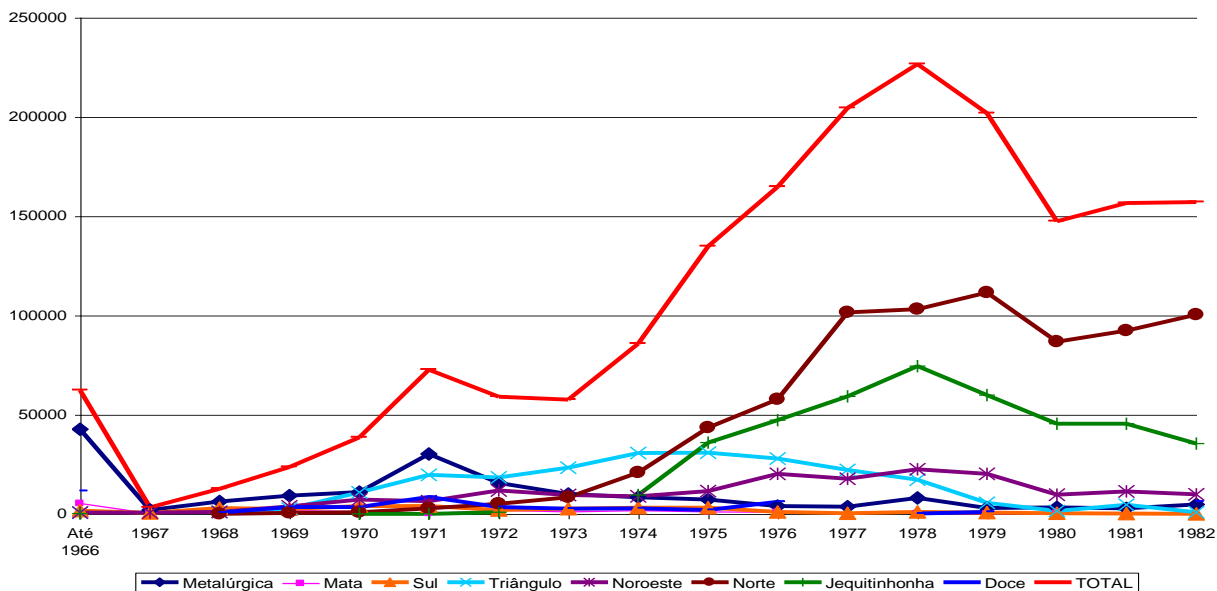
⁶⁰ Interessante notar que, após a definição das linhas mestras da política siderúrgica nacional após a década de 40, a tecnocracia mostrava-se mais favorável ao uso do carvão vegetal, repetindo o argumento empresarial segundo o qual o problema não era usar esse combustível vegetal, e sim produzi-lo - e daí a importância do “reflorestamento” (Osse, 1983; Soares, 1952; Gonçalves, 1990).

apropriação de extensas glebas naquelas regiões onde a terra estava se valorizando rapidamente.

Isso quer dizer que esse movimento de conquista de novas terras para extração da vegetação nativa e plantação de florestas homogêneas foi direcionado para aquelas regiões onde tais terras podiam ser apropriadas mais facilmente, sem o recurso ao mecanismo regulatório fundamental do mercado – o contrato de compra e venda. Significa, também, que a expansão da fronteira das plantações florestais foi responsável pela eliminação das antigas estratégias de posse e de agregação da e na terra, sobretudo nas regiões do norte e do nordeste mineiros. De fato, como terra, propriedade e fazenda não significavam a mesma coisa, e a sua aquisição não implicava em troca mediante dinheiro, mas sim em troca, a presença das plantações serviu como um catalisador e/ou detonador para os processos de expulsão e de transformação dos direitos costumeiros, o que alterou radicalmente a feição social do rural em Minas (ver Ribeiro, 1996; Moura, 1988).

Tendo em mente essas questões, pode-se entender porque o movimento territorial do “reflorestamento” em Minas teve o comportamento descrito a seguir (ver Figura 4, apresentada a seguir). Até 1969, as regiões Metalúrgica e Campo das Vertentes, Zona da Mata e Sul, onde se localizavam os principais pólos industriais estaduais, representavam mais de 75% da área plantada total do estado. Nesse mesmo período, a região do Rio Doce chegou a ter 15,3% do mesmo total. A partir de 1970, não obstante, essa situação começou a mudar, e a região do Triângulo e Alto Paranaíba despontou como o foco do crescimento da atividade (atingindo a marca de 40% do total de ha plantados no estado no ano de 1973, quando então, sua participação decresceu). As três regiões mencionadas anteriormente representaram 24% (e só a Metalúrgica, 18%) e a região do Rio Doce caiu para 5%.

Figura 4
Evolução das Plantações Florestais em Minas Gerais, por Regiões de Planejamento e ano (de antes de 1967 a 1982)



Fonte: produzido a partir de dados de IGA (1985).

Tanto o decréscimo do Triângulo como a estagnação dos plantios incentivados nas três primeiras regiões citadas foram compensados pela sua expansão nas regiões Norte e Vale do Jequitinhonha a partir de 1974. O aumento da área plantada dessas duas últimas regiões foi, sem dúvida, o principal elemento explicativo do impulso tomado pelo reflorestamento em Minas a partir de meados dos anos 70 (Gonçalves, 1990).

Uma explicação que complementa a importância das alterações no movimento territorial das plantações em Minas é o fato de parte do Norte de Minas encontrar-se incluído na área da SUDENE. Isso, obviamente, reforçou o deslocamento dos plantios para essas regiões. E, num movimento análogo ao dos “reflorestadores”, os consumidores crescentemente dependentes do carvão vegetal e da lenha (particularmente as indústrias siderúrgica, metalúrgica, cimenteira e de calcinação) direcionaram suas atividades de desmatamento e carvoejamento para o cerrado (Gonçalves, 1990).

Mas é preciso deixar claro que esse movimento dos “reflorestadores” foi acompanhado pela manutenção e intensificação das atividades de desmatamento e de carbonização das matas nativas pelos consumidores industriais, tal como vinham sendo praticadas desde

antes da década de 40, mas agora sobretudo na região do cerrado mineiro. Uma das razões básicas para esse recrudescimento da depredação das áreas nativas - especialmente do cerrado - foi o aumento do custo do transporte terrestre do carvão de eucalipto plantado nessas regiões de fronteira, situadas a distâncias terrestres consideráveis das fábricas consumidoras (Valverde, 1977; Gonçalves, 1990).

Duas outras transformações internas dos demandadores de florestas também afetaram essa dinâmica: de um lado, o crescimento da grande siderurgia e a proliferação das pequenas usinas produtoras de ferro gusa desde final dos anos 60 nos sentidos norte e oeste do estado aumentaram a pressão sobre esse ecossistema específico; de outro lado, muitos dos “reflorestadores” não eram ou estavam integrados aos consumidores, principalmente as indústrias siderúrgica e de cimento.

A partir da segunda metade dos anos 1980, com as mudanças promovidas nos instrumentos de incentivos fiscais (e sua posterior extinção), o movimento do capital florestal adotou outra lógica. Em primeiro lugar, apesar do fortalecimento das empresas independentes e sua afirmação como grandes latifúndios no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, houve um incremento das plantações nas regiões próximas das usinas - a antiga fronteira interna de atuação das empresas siderúrgicas, as regiões Metalúrgica e do Vale do Rio Doce. Em grande medida, essa nova orientação da ocupação regional com plantações foi consequência da entrada em cena da Cenibra. Mesmo que a entrada dessa empresa produtora de pasta de celulose tenha ocorrido no final dos anos 70, com o aproveitamento dos plantios formados pela Florestas Rio Doce S.A. (subsidiária da CVRD) desde os anos 60, no caso dos municípios que compõem o espaço a ser analisado nessa pesquisa isso veio a representar um incremento das plantações de eucaliptos somente a partir dos anos 80, quando então se definiram as estratégias de financiamento público e privado para a formação florestal, bem como as modalidades de redivisão do espaço entre as grandes produtoras de *commodities* agroindustriais de base madeireira (Gonçalves, 1995).

Mas além disso, outras razões que explicam essa reorientação referem-se à mudança do planejamento de empresas como a CSBM (por meio de sua subsidiária Cia. Agrícola e

Florestal Santa Bárbara - CAF) e a própria Cenibra, que já possuíam grandes plantios próprios na região do Vale do Aço, e adquiriram novas terras agrícolas disponíveis além de comprarem terras e plantações de outras empresas (especialmente na década de 1990). Por outro lado, principalmente para esses grandes consumidores, foi relevante o papel que o Estado mineiro desenvolveu criando uma alternativa de crédito para o aumento e/ou renovação da área plantada a partir da primeira metade da década 80⁶¹.

Através de negociação com o Banco Mundial, o Instituto Estadual de Florestas - IEF e o BDMG institucionalizaram entre 1988 e 1995 um programa de cem milhões de dólares denominado Projeto Florestal de Minas Gerais – Profloresta. Com 90% dos seus recursos financiado pelo Banco Mundial, esse programa tinha como objetivos conceder crédito para cerca de 30 médias e grandes firmas consumidoras, especialmente de carvão vegetal, plantarem 165.000 ha com eucalipto na região central do estado, promover o plantio de cerca de 40.000 ha de pequenos maciços florestais (de espécies nativas e exóticas) em pequenas e médias propriedades rurais, além de desenvolver projetos de conservação florestal em Parques Florestais e de modernizar a instituição (World Bank, 1987).

Simultaneamente ao crescimento das plantações florestais homogêneas em larga escala durante os anos 1970, ocorreu também uma convergência de esforços do Estado e das empresas consumidoras para a introdução de programas de plantios de pequenos maciços homogêneos de espécies florestais em pequenas e médias propriedades rurais. Inicialmente, essa política foi defendida como sendo a extensão de uma nova atividade para esses proprietários rurais, com o objetivo de incorpora-los na política nacional de substituição energética de derivados de petróleo pela biomassa vegetal (Gonçalves, 1990; Gonçalves, 1995)⁶².

⁶¹ Além disso, também em parceria com o Estado através do IEF, as empresas começaram nas regiões Metalúrgica e Rio Doce programas de “reflorestamento” através de contratos de integração com pequenos e médios produtores rurais incluídos no seu “raio econômico” de ação (Gonçalves, 1990; Gonçalves, 1995).

⁶² Não sendo um objeto da presente investigação, a questão da alteração da matriz energética pela substituição de energia fóssil por biomassa vegetal é merecedor de atenção especial por causa dos seus impactos econômicos e sócio-ambientais. Assentada sobre o Programa Nacional do Álcool - Proálcool e iniciativas para produção de álcool da madeira, com a criação da empresa de economia mista Coque e Álcool da Madeira S.A. - Coalbra,

Desde 1976, o IBDF passou a agir no sentido de garantir a auto-suficiência energética, respondendo pela introdução de programas de “Reflorestamento em Pequenos e Médios Imóveis Rurais”, uma vez que o Código Florestal de 1965 exigia a reposição florestal obrigatória da mata nativa consumida por pequenos e médios consumidores de lenha e/ou carvão vegetal (como panificadoras e olarias). Para garantir a realização de tal programa, o IBDF estipulou que seriam utilizadas áreas de pequena produção rural como base para o reflorestamento. Essa política tinha como espelho as experiências em curso que estavam sendo realizadas pelos governos estaduais de Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, bem como por algumas empresas consumidoras de madeira e seus produtos, nestes mesmos estados (Gonçalves, 1995)⁶³.

Desde meados dos anos 1980 esses programas passaram a ser denominados de projetos de "Fomento Florestal" ou de formação de "fazendeiros florestais". Além dos recursos públicos oriundos dos governos estaduais ou então de fundos federais destinados à reposição florestal e à substituição energética, tais projetos passaram a contar também com o financiamento direto das empresas consumidoras. De certa forma, tais mudanças foram consequência das alterações ocorridas na gestão da política florestal, especialmente no tocante ao Programa Integrado Floresta-Indústria: por força de alterações internas e de pressões externas, o Ibama, a partir de 1989, alterou o cronograma de execução desse Programa Integrado e autorizou as empresas consumidoras que não tivessem plantios próprios a utilizar plantações de terceiros para atender ao seu abastecimento.

Nesse contexto, o tamanho total das plantações em pequenas propriedades passa a ter alguma expressão, se tomados os resultados por empresa. Em Minas, inicialmente, essa possibilidade de vinculação de florestas de terceiros impulsionou a realização de

subordinada ao Ministério da Agricultura, cuja planta foi instalada em Uberlândia, essa questão tem desdobramentos significativos para as políticas ambiental, agrária, industrial, de comércio exterior e de emprego.

⁶³ Na verdade, a idéia de promover o “reflorestamento” em propriedades rurais tinha sido introduzida como um dos componentes de diversos programas estaduais de “desenvolvimento rural” desde a década de 1960 pela ação institucional das agências de política agrícola estaduais (como a ACAR e as Empresas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater). Basicamente, tal como todos os programas convencionais de extensão rural, esse tipo

convênios entre o Instituto Estadual de Florestas - IEF e a Cenibra, a CAF Santa Bárbara (do grupo Belgo-Mineira) e a Indústria Matarazzo de Papéis (localizada na Zona da Mata). Nesses casos, as empresas forneciam desde mudas e assistência técnica até os insumos químicos para o plantio, enquanto o Estado fornecia tanto a assistência como, e principalmente, a seleção e o cadastramento dos produtores (Gonçalves, 1990).

Para os grandes consumidores, essa nova modalidade de plantação permitiu a criação de uma reserva de madeira cativa dentro de um raio econômico de compra e transporte próximo dos seus núcleos industriais de processamento, no qual a terra era mais cara. Como foi argumentado em uma pesquisa anterior, esse tipo de programa de integração de agricultores e proprietários rurais à agro-indústria de base florestal *“tornou-se uma forma de garantir a terra a um custo próximo de zero, uma vez que as empresas não se obrigam a tratar ou recuperar a terra nem no momento do plantio nem no da exploração”*; foi, ainda, uma estratégia de produção de madeira com alto rendimento e qualidade, *“uma vez que o cuidado do produtor rural ... com o pequeno plantio de eucalipto possibilita a existência de um percentual mínimo de perdas e um crescimento mais intenso do maciço localizado na propriedade”* (Gonçalves, 1995, p. 79).

Essas últimas características do programa dependem basicamente, por sua vez, da intensidade da assistência técnica que o produtor recebe. Na verdade, essa condição não é função da necessidade de retenção de conhecimentos tecnológicos sofisticados e sim do fato de interessar aos produtores rurais uma atividade que permite ganhos monetários futuros com um investimento inicial ou muito reduzido ou até mesmo nulo. Como argumentam Bergamasco & Bergamasco (1988), a *“disponibilidade de dinheiro barato leva a que o interesse seja muito mais em função disto do que da atividade propriamente dita”*. Isto é, a viabilidade desses programas de plantações em pequena escala existe somente por causa dos subsídios fornecidos pelos governos e pelas empresas – o que também contribui para aumentar o seu poder sobre os aderentes.

de programa buscava a modernização dos agricultores pela introdução de uma “cultura nova” e “não tradicional” nas propriedades (Gonçalves, 1990).

Assim, para as empresas, esta tornou-se uma estratégia importante de controle da terra e do trabalho. As razões de “economia” e de eficiência (redução ou até mesmo a eliminação de custos com aquisição de áreas contínuas de grande extensão, da incidência de pragas, do emprego direto de trabalhadores assalariados e da sua concentração espacial em alojamentos além da obtenção de facilidades na negociação junto aos produtores, pulverizados e não assalariados etc.) foram reforçadas pelo fato que o capital “florestal” é, como capital agro-industrial, dependente do **controle direto da terra** como o elemento insubstituível da produção.

Constatando que falta *"uma política florestal planejada e estável"*, que as *"terras próximas às unidades industriais estão mais caras e escassas"*, que as *"relações trabalhistas [estão] mais difíceis (...) gerando forte impulso à terceirização"* e que há *"forte pressão ecológica"*, um representante de uma firma consumidora de eucalipto concluiu, num encontro de engenheiros florestais, que

a época dos grandes projetos de silvicultura integrada em terras próprias, adquiridas a baixo preço, com implantação realizada a custos de recursos subsidiados e empregando grandes contingentes de mão-de-obra própria assalariada, estão realmente a necessitar de "novos modelos". Os produtores rurais independentes ou organizados em modelo associativo/cooperativo devem ser atraídos a participar do processo produtivo através de parceria, produzindo matéria-prima florestal para as indústrias e para seu próprio uso. Estes, com apoio do poder público e das empresas, deverão desenvolver suas aptidões naturais visando atingir uma mentalidade empresarial dinâmica, produtiva e com qualidade (Capitani, 1992, p. 37).

Como em qualquer outro contrato de integração, as empresas e os órgãos públicos assumem como sua tarefa pesquisar e difundir, cabendo ao produtor rural apenas cuidar do crescimento do “produto florestal”. Da mesma forma, então, o conhecimento deste último é subsumido; incorpora-se apenas aquele saber que permite que as árvores tenham elevado rendimento.

3. O capital florestal na Região dos Vales do Aço/Rio Doce

Os elementos da dinâmica da exploração florestal que foram apontados na seção 1 desse capítulo servem para que seja retomada a discussão relativa à regionalização da questão florestal em Minas Gerais. Conforme pode ser observado naquele momento da análise, a

exploração das florestas para fins de produção de carvão concentrava-se em alguns poucos municípios, quase todos eles pertencentes ao território aqui investigado.

O predomínio da produção de carvão para atender aos altos fornos da CSBM, da Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas, da Mineração e Usina Wigg e da Acesita era complementada por uma demanda de madeira de lei para a produção de dormentes e para a construção civil. De acordo com dados coletados pela equipe da SEITEC (1969, pp. 265-267) para 39 municípios da "área mineira da Zona do Rio Doce", sete dos quais pertencentes ao território pesquisado, pode-se dizer que as

serrarias tiveram, no passado, participação ativa da economia regional. Essa atividade encontra-se em pleno declínio e numerosos estabelecimentos vêm sendo fechados nos últimos anos. A destruição descontrolada das matas foi empurrando as áreas de abastecimento de toras para regiões cada vez mais distantes. (...) Dada a exígua reserva de matas existentes e do grande consumo de carvão pelas siderúrgicas, pode-se prever sérios problemas de abastecimento desse combustível, a não ser que sejam impostas medidas disciplinadoras de manejo das matas naturais e dos reflorestamentos.

Volta-se, então, ao ponto anteriormente discutido. Para qualquer observador alinhado política, ideológica e economicamente com as indústrias e com a idéia de industrialização em Minas Gerais nas décadas de 1950 e 1960, a opção pelo "reflorestamento" era algo natural. Mesmo que, como propõe o estudo supra citado, existam proposições relativas ao manejo das matas nativas, a própria lógica do argumento de base econômica orientava a decisão para as florestas plantadas, mais produtivas em termos de madeira, índice de carbonização e menos custosas, por crescerem mais rapidamente. O que se requeria, contudo, era apoio público para baratear os custos iniciais da implantação⁶⁴.

Antes que isso pudesse ser produzido, conforme discutido anteriormente, a também já mencionada instalação dos Serviços Florestais pelas empresas desempenhou um papel

⁶⁴ Num curioso texto escrito para o IBDF, o consultor florestal Jacobs (1973, pp. 6-7) defendeu as plantações de eucaliptos dizendo que a curta rotação da exploração permitia "que a indústria de produtos florestais reduza o efeito catastrófico do juro composto. O juro composto tem sido, por centenas de anos, praticamente, a desgraça do setor florestal". Dessa forma, defendido por uma razão financeira, a plantação de eucaliptos foi eleita como uma forma de "resolver" o problema da escassez de áreas florestais nativas no entorno das empresas consumidoras (ver Gonçalves, 1990 e Gonçalves, 1992b).

significativo na transformação do ambiente rural regional, substituindo a floresta nativa, mesmo que já bastante degradado, por uma outra artificial (ver SEITEC, 1969, para o uso dessa classificação).

Em 1950, conforme indicado anteriormente na Tabela II, as principais usinas siderúrgicas existentes na região tinham plantados mais de 2.300 hectares com eucaliptos. Quase vinte anos depois, já contando com a presença da Florestas Rio Doce, subsidiária da CVRD, essa área era quase vinte e duas vezes maior (ver dados na Tabela IV, apresentada a seguir).

Tabela IV
Área das Plantações Florestais existentes, por município e empresas plantadoras, até o ano de 1967

Municípios	CSBM	Acesita	CBUM (*)	FRD (**)	TOTAL
Antônio Dias	1.280	---	---	---	1.280
Bela Vista de Minas	1.650	---	---	---	1.650
Coronel Fabriciano	4.710	---	---	---	4.710
Dionísio	11.300	---	---	---	11.300
João Monlevade	2.440	---	---	---	2.440
Mesquita	6.590	2.440		10	9.040
Rio Piracicaba	4.060	---	---	---	4.060
Santa Bárbara	6.460	---	350	---	6.810
Timóteo, Coronel Fabriciano, Marliéria, A. Dias e Jaguaráçu	---	8.630	---	---	8.630
TOTAL	38.490	11.070	350	10	49.920

OBS.: (*) Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas, instalada em Barão de Cocais; (**) Florestas Rio Doce, subsidiária da CVRD, atuava nos Vales do Aço e do Rio Doce, em Minas, no Norte do Espírito Santo e no Extremo Sul da Bahia.

Fonte: SEITEC (1969, pp. 271-274)

A CSBM detinha 77,1% desse total, em propriedades localizadas em treze municípios da região do Vale do Rio Doce. Mas o que é mais importante para a presente argumentação, é que a CSBM possuía áreas plantadas com florestas homogêneas em oito dos municípios que compõem o território investigado nessa tese. Desses oito, Dionísio era o município que possuía a maior área individual plantada com eucaliptos (ver SEITEC, 1969, p. 271 e IGA, 1985).

Em 1968, agrupadas todas as empresas plantadoras, a área total coberta com florestas “artificiais” em 32 municípios da área mineira da zona do Rio Doce, tal como definida pela CVRD, era igual a 109.656 hectares (num total de 126 municípios). Desse montante, 72.343,3 hectares ou 66% encontravam-se implantados nos municípios que compõem a base territorial analisada (conforme dados de SEITEC, 1969, pp. 255-258), à exceção de Belo Oriente, Iapu, Ipaba e Santana do Paraíso, esses dois últimos sequer correspondendo a áreas de distritos.

Um dos elementos que permitiram essa expansão do plantio foi a adoção pelas empresas de um formato organizacional inovativo, os já mencionados Serviços Florestais. Esses Serviços incorporaram, segundo os interesses do capital (inicialmente o siderúrgico e depois o propriamente florestal, com a entrada da CVRD e o ramo de pasta de celulose na região), o discurso da racionalidade técnica e da necessidade de ordenar o espaço. Por isso, também, seu discurso pôde ser absorvido por parte dos conservacionistas, já que a eucaliptocultura era defendida pelos engenheiros agrônomos responsáveis por esses escritórios de plantações como uma forma de evitar a continuidade do desmatamento. Assim, as plantações florestais poderiam cumprir aquilo que os próceres do conservacionismo norte-americano designavam como sendo o uso racional dos recursos naturais baseado nos princípios da sua utilização pelas gerações presentes e da prevenção do desperdício (nesse caso equivalente ao custo maior da exploração de madeiras que já não existiam ou levariam décadas para fornecer a quantidade requerida de carvão). Obviamente que um terceiro princípio básico do conservacionismo, tal como ele emergiu nos Estados Unidos desde o final do século XIX não combinava com a lógica da racionalidade técnica dos Serviços florestais, e é aquele que supõe que os recursos naturais devem ser explorados para muitos e não para poucos... (ver McCormick, 1992, pp. 28-34).

Um outro elemento que permitiu o crescimento das plantações foi a disponibilidade de áreas, já que a “fronteira florestal” - representada até pelo menos o início do século XX pela Mata Atlântica - desaparecera ou estava em avançado estágio de degradação, bastante fragmentada pela ação combinada do desmatamento para carvoejamento e para

a agricultura e, desde meados dos anos 40, para o próprio “reflorestamento” (Dean, 1996).

Em 1968, a área plantada com florestas homogêneas para fins industriais era superior à área remanescente da Mata Atlântica (ver Tabela V, apresentada a seguir). Mas essa dominância de um ecossistema sobre o outro não era homogeneamente distribuída entre os municípios. Nos casos de Açucena, Alvinópolis, Belo Oriente, Iapu, Marliéria, São Domingos do Prata e São José do Goiabal, a cobertura com a floresta nativa era superior. Ressalta-se o caso de Marliéria e Goiabal, onde se situam as principais porções do Parque Florestal Estadual do Rio Doce, a maior área remanescente contínua da floresta Atlântica em Minas Gerais após 1900.

Tabela V
Áreas Ocupadas por Matas Nativas e Plantações Florestais, em Hectares e em % da Área do Território Municipal em municípios selecionados de MG - 1968

MUNICÍPIOS	Área Municipal	Área de Mata Nativa	% da Área Municipal	Área Plantada	% da Área Municipal
Açucena	117.100,0	2.900,0	2,5	336,0	0,3
Alvinópolis	61.600,0	1.800,0	3,0	553,3	(*)
Antônio Dias	83.300,0	1.700,0	2,0	4.280,0	5,1
Bela Vista de Minas	10.700,0	260,0	2,4	2.112,0	19,7
Belo Oriente	32.300,0	240,0	0,7	0,0	0,0
Coronel Fabriciano	20.200,0	2.000,0	10,0	7.720,0	38,2
Dionísio	36.300,0	2.600,0	7,2	14.300,0	39,4
Iapu	53.700,0	3.200,0	6,0	0,0	0,0
Ipaba	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.
Ipatinga	23.100,0	600,0	2,6	3.000,0	13,0
Jaguaráçu	19.000,0	500,0	2,6	4.016,0	21,1
João Monlevade	9.400,0	750,0	8,0	2.700,0	28,7
Marliéria	47.800,0	17.000,0	35,6	4.800,0	10,0
Mesquita	43.800,0	1.100,0	2,5	9.600,0	21,9
Nova Era	35.500,0	1.100,0	3,1	1.216,0	3,5
Rio Piracicaba	36.900,0	1.200,0	3,3	4.060,0	11,0
Santa Bárbara	85.900,0	3.600,0	4,2	6.850,0	8,0
Santana do Paraíso	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.
S. Domingos do Prata	79.100,0	3.600,0	4,6	1.000,0	1,3
São José do Goiabal	18.500,0	2.400,0	13,0	800,0	4,3
Timóteo	17.900,0	2.800,0	15,6	5.000,0	28,0
TOTAL	832.100,0	46.150,0	5,5	72.343,3	8,7

Obs.: (*) Menor do que 0,05%.

Fonte: adaptado de SEITEC (1969, pp. 8-10, 255-258).

Porém, nos demais municípios (exceto os de Ipaba e Santana do Paraíso, para os quais não existiam dados disponíveis), as plantações homogêneas superavam em muito as formações florestais originais. De fato, essa predominância era especialmente marcante em Coronel Fabriciano, Dionísio, João Monlevade e Timóteo, que possuíam entre pouco mais do que um quarto (no caso dos dois últimos) e cerca de 40% (no caso dos dois primeiros) de seu território coberto com eucaliptos e outras essências madeireiras plantadas em talhões homogêneos.

A Tabela VI, apresentada a seguir, indica a evolução dos plantios nos municípios selecionados a partir de 1969. Desse ano até 1974, as plantações aumentaram em mais 40.054 hectares (o equivalente a um ritmo médio de ocupação do solo de 6,7 mil ha ao ano). A partir de 1974 e até 1982, o crescimento anual médio diminuiu praticamente à metade, e isso só foi possível por que foram plantados mais de cinco mil hectares de eucaliptos entre 1978 e 1982.

A ausência de dados sistematizados pelos diversos órgãos estatais de controle das plantações a partir dessa data, e principalmente depois do fim dos incentivos fiscais torna difícil dizer exatamente como evoluiu a ocupação da terra pelas empresas consumidoras de produtos florestais. Contudo, levando-se em conta que após o final dos anos 80 a Cenibra assumiu a condição de principal compradora de terras para produção de madeira na região, pode-se usar os dados do seu “desempenho” para uma compreensão maior do movimento do capital florestal na região.

A dinâmica das plantações na região na primeira metade dos anos 80, segundo as conclusões obtidas pela equipe responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental e pelo Relatório de Impacto Ambiental da expansão da CENIBRA, sugere que

Tabela VI

Evolução dos Plantios Florestais Homogêneos em municípios selecionados de Minas Gerais, no período 1969-1982, em ha

MUNICÍPIOS	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	TOTAL
Açucena	578,2	495,0	612,6	828,4	1.018,8	1.696,9	383,7	95,0	0,0	93,6	0,0	0,0	0,0	4.000,0	9802,2
Alvinópolis	0,0	0,0	186,1	17,0	13,0	0,0	49,5	22,3	177,5	0,0	0,0	0,0	0,0	220,0	685,4
Antônio Dias	0,0	0,0	5.306,2	990,0	1.683,0	990,0	247,5	0,0	0,0	1.660,0	1.880,0	0,0	0,0	0,0	12.756,7
Bela Vista de Minas	0,0	0,0	3.189,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	115,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.304,9
Belo Oriente	0,0	0,0	5.391,0	0,0	0,0	0,0	53,5	36,9	0,0	0,0	1.000,0	0,0	0,0	0,0	6.481,4
Coronel Fabriciano	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dionísio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.000,0	0,0	1.000,0	2.000,0
Iapu	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.
Ipaba	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.
Ipatinga	0,0	73,4	548,7	508,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.130,4
Jaguaraçu	0,0	0,0	103,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	103,5
João Monlevade	0,0	0,0	5.091,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	900,0	1.000,0	6.991,9
Marliéria	0,0	0,0	564,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	564,3
Mesquita	267,8	547,0	548,7	0,0	91,0	90,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.544,7
Nova Era	0,0	0,0	701,0	1.059,3	871,2	500,0	0,0	0,0	246,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.377,8
Rio Piracicaba	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.000,0	0,0	0,0	1.000,0
Santa Bárbara	940,5	1.834,8	1.490,0	670,7	0,0	250,0	687,0	87,4	135,9	3.998,7	0,0	0,0	1.000,0	1.240,0	12.335,0
Santana do Paraíso	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.
S. Domingos do Prata	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	797,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	797,0
S. José do Goiabal	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.012,0	1.013,0
Timóteo	0,0	304,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	304,6
TOTAL	1.786,5	3.255,8	23.733,9	4.073,7	3.677,0	3.527,1	2.219,1	241,6	559,7	5.867,3	2.880,0	2.000,0	1.900,0	8.472,0	64.193,7

Fonte: IGA (1985)

as áreas de florestamento na região ainda têm avançado determinantemente as suas fronteiras, com maiores concentrações nos municípios de Açucena, Belo Oriente e Mesquita (estima-se que aproximadamente 60% da área do município de Belo Oriente já esteja sob propriedade industrial, especificamente da CENIBRA, +/- [sic] 35%, e da Companhia Belgo Mineira, +/- [sic] 25%...). ... Tais avanços da propriedade industrial ainda vêm incidindo sobre áreas de potencial agrícola, que mesmo quando não imediatamente florestadas, têm permanecido improdutivas ... Da mesma forma, o processo de substituição das áreas de matas nativas, utilizadas inicialmente para a produção carvoeira e liberadas em seguida para os florestamentos, apenas em alguns casos tem favorecido a expansão da pecuária (NATRON, 1984, p. 3).

Essa questão possui ainda uma outra dimensão, que exige que se discuta, mesmo que rapidamente, um dos aspectos centrais da dinâmica da exploração madeireira na região analisada: é a dependência que as empresas citadas instaladas tem da madeira de eucaliptos. Enquanto demandadoras de carvão vegetal, a CSBM e a Acesita contam com mais de um substituto para suas necessidades de energia e de insumo redutor do minério de ferro e posterior transformação em aço dentro das suas usinas, que são o carvão vegetal oriundo de matas nativas - que na verdade não foi dispensado em nenhum momento por elas - e o carvão mineral. Porém, conforme indica Machado (1998, pp. 12-13),

*Na produção brasileira de celulose de eucalipto ... dada a tecnologia dessa indústria, não se vislumbra o abandono do eucalipto enquanto fonte de fibras. Ao contrário, a monocultura do eucalipto representa a principal vantagem comparativa do setor e ... a integração "floresta"-indústria se aprofundou progressivamente (...) [Na verdade] A **apropriação** industrial do processo biológico de produção (do eucalipto) ocupa nessa indústria uma posição estratégica. Isto não apenas significa uma interferência crescente no processo biológico em si, mas se reflete também na organização do trabalho florestal, já que o caráter estratégico da monocultura do eucalipto para a indústria de celulose torna imprescindível a racionalização e o controle da força de trabalho ali empregada (destaque no original).*

Estendendo o argumento desse autor, o que explica aquela dependência é o fato dela ter gerado uma vantagem para os produtores brasileiros de pastas de celulose, tanto por que a fibra obtida da madeira do eucalipto e seu processamento por processos químicos tem custos de produção comparativamente mais baixos do que em outros países, em função das "*características dessa monocultura referentes às condições edafo-climáticas, às tecnologias de manejo desenvolvidas e às políticas públicas para o setor*" (Machado, *op. cit.*, p. 24). De fato, sem aprofundar o debate sobre as demais características, pode-se apenas ressaltar que o papel do Estado foi mais além do apoio aos objetivos privados

de transformação de territórios em locais de produção de plantações homogêneas de alta produtividade. Segundo a argumentação apresentada nessa tese, o Estado esteve e está presente na formação, inclusive, das "políticas privadas" adotadas pelas empresas do setor, o que inclui o suporte legal e financeiro ao "reflorestamento", à modernização tecnológica, à adaptação aos requerimentos da concorrência internacional etc. (Gonçalves, 1992a; Gonçalves, 1999; BNDES, 1991).

Portanto, foi em razão dessa dependência da madeira de eucalipto que a Cenibra desenhou uma estratégia de aquisição de terra distinta das demais empresas, inclusive pela aquisição das propriedades originalmente plantadas pela CAF. Em 1993, de acordo com dados coletados por Barbieri, Ruiz et alii (1997, p. 183), a Cenibra possuía cerca de 69,4 mil hectares de terra na bacia do Rio Piracicaba, 56% das quais plantadas com formações homogêneas de eucaliptos. Em 1995, a área de propriedade da empresa era de aproximadamente 172 mil ha, dos quais 94,5 mil ha plantados com eucaliptos. Em 1997, as áreas total e plantada de propriedade da empresa eram, respectivamente, de 191,4 mil ha e 104 mil ha (Machado, 1998, p. 22).

A Tabela VII (apresentada na página seguinte) indica que a área ocupada pela Cenibra em treze dos municípios selecionados para investigação nessa tese representa pouco mais do que 42% do total da área das propriedades com mais de 1.000 hectares existentes em 1995. Essa situação, segundo o levantamento proporcionado por Barbieri, Ruiz et al. (1997), deve-se ao fato dessa empresa ter sido responsável, isoladamente, *“por no mínimo cerca de 70% da expansão das grandes propriedades nos diversos municípios da bacia do Rio Piracicaba”* (p. 184).

Se a expansão das plantações foi garantida pela ocupação de um espaço rural "aberto" ou passível de ocupação por métodos formalmente "pacíficos" de aquisição, as empresas não parecem ter contado com uma oferta previamente garantida de um outro recurso fundamental, o trabalho. Mesmo que não se tenha encontrado nenhum registro direto que indicasse isso nas falas empresariais, chamou a atenção no decorrer da pesquisa de fontes o fato de não se encontrar também nenhuma referência à abundância de braços.

Tabela VII
 Comparação das Áreas das Propriedades com mais de 1.000 hectares e das Propriedades da Cenibra, por Municípios Seleccionados, em ha e % - 1995 e 1993

Municípios	Área das Propriedades com mais de 1.000 hectares (1995) (A)	Área das Propriedades da Cenibra (1993) (B)	(B)/(A) em %
Alvinópolis	3.014	2.246	74,5
Antônio Dias	8.172	15.808	193,4
Bela Vista de Minas	5.318	1.084	20,4
Belo Oriente	8.802	6.372	72,4
Coronel Fabriciano	9.091	4.368	48,0
Iapu	5.655	1.656	29,3
Ipatinga	2.136	2.136	100,0
Marliéria	4.811	753	15,6
Mesquita	1.430	1.430	100,0
Nova Era	7.764	6.281	80,9
Santa Bárbara	17.008	9.454	55,6
Santana do Paraíso	n. d.	1.260	n. d.
S. Domingos do Prata	8.768	2.784	31,8
TOTAL	131.103	55.632	42,4

Fonte: FIBGE (1996); Barbieri, Ruiz et alii (1997).

Athos Rache, deputado estadual entre 1934 e 1937, filho de um diretor de empresas do ramo metalúrgico em Minas Gerais e um dos fundadores do empreendimento que originou a Acesita juntamente com Percival Farquhar, foi um dos poucos que deixaram registrada a sua opinião sobre a questão. Para ele, porém, o problema da oferta de trabalho, expresso no índice de ocupação da população economicamente ativa, referia-se mais a um "*grau de desenvolvimento social pouco satisfatório*". Com relação ao emprego, o então presidente do Conselho Consultivo da Acesita argumentou que

nenhuma informação segura seria possível alcançar, por falta de dados estatísticos. Pode-se, entretanto, adiantar que no Estado a situação do nível de emprego é mais de desemprego do que de pleno emprego, motivando a corrente emigratória. Tendo o autor acompanhado, como diretor da Cia. Aços Especiais Itabira, a construção das suas usinas e hidrelétrica, nos municípios de Cel. Fabriciano e Antônio Dias, zonas de fraca densidade demográfica, impressionou-se vivamente pelos pedidos constantes e diários de emprego de operários [sic] sem ofício e frequentemente em condições de lamentável miséria orgânica, verdadeiros marginais, como é da moda dizer-se agora. (...) Note-se que isto acontecia em período de inflação, que ... estimula o emprego, acarretando o leilão da mão-de-obra, conduzindo muitas vezes ao hiperemprego [sic]. A experiência brasileira nos tem mostrado que em país como o nosso, constituído de verdadeiras ilhas econômicas espalhadas em vasta extensão continental, com dificuldade de comunicação, verifica-se, concomitantemente, o desemprego, o pleno-emprego e o hiperemprego [sic], tudo, é claro, em zonas diferentes. A influência da inflação na relação do emprego deve, assim, ser

considerada no tempo e não no espaço, tendo em vista as condições locais do mercado de mão-de-obra (Rache, 1957, p. 78).

Uma fonte menos otimista e que permite afirmar a existência não tanto da desqualificação e sim da carência de trabalhadores é o já mencionado relatório de comissão nomeada pelo Ministério da Agricultura para examinar o problema do "reflorestamento" na região siderúrgica mineira. Os membros dessa equipe, que estudou onze usinas instaladas nas regiões central e oeste de Minas, todas elas dentro do chamado Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, revelaram que um dos principais problemas - que exigia como solução o "*reflorestamento artificial*" - das empresas avaliadas (ver seção 1) era o fato delas não possuírem acesso a mão-de-obra abundante (sic) para o carvoejamento. Isso, aliado às dificuldades de escoamento, contribuía para o encarecimento dos seus produtos nos mercados externos à região e ao estado, principais destinos da produção (Ministério da Agricultura, 1951, pp. 248-249).

Quase trinta anos mais tarde, um outro documento governamental produzido pelo IEF, apresentou uma sintomática contribuição para essa questão. Iniciando sua análise pela importância da "atividade florestal" na economia mineira, os gestores da agência de política florestal mineira concluíram que um "problema" dificultava a "*atuação dos organismos florestais mineiros* [sic]: *a escassez, ou inexistência mesmo, em certas regiões, de mão-de-obra qualificada para as diversas fases do trabalho*" (IEF, 1978, p. 1). Para o Instituto, repetindo argumento também apresentado por Rache (1957), como a atividade levava aos habitantes do meio rural "*benefícios*" que eram "*até pouco tempo ali desconhecidos - como a assistência médico-hospitalar, pagamento de salário-mínimo, rendimento do FGTS, previdência social etc.*", passava a ser de "*interesse do Estado contribuir, no que for possível, para apoiá-la e desenvolvê-la*" (*op. cit.*, p. 1).

Mais adiante, o mesmo documento informa que após a delimitação dos Distritos Florestais, que objetivavam corrigir "*o problema das constantes expansões das fronteiras das florestas plantadas*", o IEF queria "*colaborar com as empresas e ao mesmo tempo corrigir o [outro] problema da permanência esporádica dos indivíduos no trabalho florestal*" (*op. cit.*, p. 9).

Essas palavras podem ser nada mais do que uma leitura equivocada da realidade, feita a partir do interesse de parte da burocracia estatal em criar uma questão nova dentro do seu conjunto de poderes. Não tratando aqui de discutir as razões da burocracia, deve-se deixar claro, como evidenciado em estudo anterior, que foi exatamente a partir do final dos anos 1970, com a introdução de mudanças na sua estrutura interna de poder, que o IEF tornou-se uma burocracia articulada às demandas agroindustriais dos consumidores de madeira, especialmente a indústria de polpa de celulose, e enquadrada no nova orientação da modernização agrícola estadual - alinhada aos pacotes técnico e ideológico da Revolução Verde (Gonçalves, 1990).

Por isso, mesmo que expresse uma preocupação de uma parcela pretensamente "esclarecida" dos burocratas do Instituto, a análise precedente é mais do que isso ⁶⁵. Ela indica que esse era um problema real, talvez por que as plantações tivessem provocado e/ou estivessem provocando o êxodo rural. Ou talvez por que, diante das condições severas de organização e controle do trabalho florestal, caracterizado por baixos salários e ausência de direitos, os trabalhadores se recusassem a permanecer no campo e estivessem indo buscar uma outra ocupação nas cidades grandes de Minas e de outros estados.

Embora a primeira das duas hipóteses seja a mais tentadora, por causa da sua mais "fácil" observação, ela pode ser relativizada e, ainda, pode esconder alguns equívocos. Nesse caso, deve-se atentar para a segunda, e lembrar que ela se aplica a um período de ausência de organizações representativas autônomas dos trabalhadores florestais ou rurais assalariados.

Na verdade, a ausência de indicações sobre o problema constitui ela mesma uma indicação privilegiada da situação dos trabalhadores e da progressiva precarização das

⁶⁵ As discussões sobre o tema da possibilidade e da capacidade da burocracia antecipar-se aos atores sociais na produção não só de diagnósticos da realidade mas de forma de enfrentá-la, enfiadas normalmente sob o rótulo de "autonomia do Estado", são constantes na análise sobre o processo de desenvolvimento mineiro. Não se pretende, porém, enveredar nesse debate por que ele, ao tratar o Estado como ator primaz, desvia-se daquilo que caracteriza a pesquisa. Para uma interpretação do caso mineiro nessa perspectiva pode-se consultar Diniz (1981).

suas condições de trabalho. E esse documento aparentemente descolado da realidade e com viés autoritário do órgão de política florestal estadual revela algo dessa situação ao concluir que

As demandas sempre crescentes de mão-de-obra por parte da atividade florestal e a instabilidade dos plantios quanto ao fator localidade, tornam o movimento de entrada e baixa [sic] de pessoal nas empresas muito intenso, o que vem onerar o custo social dos serviços florestais e criar os sistemas de empreitadas que agravam o problema da instabilidade e prejudicam o empregado no que diz respeito às Contribuições Previdenciárias, do FGTS e do Seguro de acidente de Trabalho. Prosseguindo ... o Setor Reflorestador se caracteriza como agente de absorção do homem na atividade econômica rural e grande gerador de empregos o que todavia não nos dá o direito de dizer que o reflorestamento, no presente estágio, é fator de fixação do homem no meio rural (IEF, 1978, pp. 8-9).

São causas que não permitem esta fixação: uma, a instabilidade anteriormente mencionada; outra, o sistema empresarial da atividade onde o homem não reside no seu local de trabalho. Geralmente o trabalhador de floresta mora em cidades vizinhas ao reflorestamento, de onde é transportado todos os dias para o campo (IEF, 1978, p. 9).

Obviamente não se pode concluir uma explicação sobre a realidade dos trabalhadores florestais assalariados apenas da leitura desses documentos, mesmo que eles estejam historicamente situados. Porém, como outros estudos anteriores a esse demonstraram (ver seção seguinte) e do modo como os próprios trabalhadores reconstróem a sua história através da memória, essa indicação tornou-se bastante interessante como indicadora de uma realidade que permaneceu, documentalmente, na fímbria.

O que isso pode significar? Não se trata do mesmo problema anunciado por Almeida (1978, p. 81), para quem a "*escassa população da margem esquerda do Rio Doce, desde o mar até o Rio Piracicaba e da foz deste, no Rio Doce, até Antônio Dias*" não forneceria o contingente de trabalhadores necessários para a construção das linhas da EFVM. Após a consolidação das plantações de eucaliptos e pinheiros na região, entre quarenta e cinquenta anos após o relato do engenheiro da Cia. Vitória a Minas, a população já era expressiva. O desmatamento, a ocupação agropecuária da terra, a formação das cidades, tudo contribuiu para a formação de um novo território, distinto daquele do início do século XX.

A subordinação e a exploração do trabalho de um contingente de antigos produtores rurais e seus filhos, nascidos no território da pesquisa ou oriundos de outros locais das zonas Metalúrgica e do Rio Doce e até mesmo dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, foram processos que acompanharam as plantações homogêneas de espécies florestais nas regiões dos Vales do Aço/Rio Doce pela razão direta que elas representam uma forma de apropriação capitalista da terra e do espaço.

Nesse sentido, pode-se entender por que maiores referências à questão do trabalho sob as plantações estão ausentes do discurso empresarial e mesmo estatal (exceção feita ao documento anteriormente mencionado do IEF). Isso não significa dizer que tanto empresários quanto agências estatais não divulgassem insistentemente informações relativas às "melhorias" ou aos "benefícios" introduzidos pelas plantações para o conjunto das condições de vida dos produtores e trabalhadores rurais em Minas Gerais.

O que se sugere aqui é que há uma razão para a ausência de um discurso empresarial sobre o trabalho, e ela se encontra no fato mesmo que um tal silêncio sobre a classe trabalhadora e as condições sobre as quais se organizou o processo de trabalho é ele mesmo uma expressão do antagonismo de classe⁶⁶. Ou seja, a ausência de uma fala aberta sobre os trabalhadores deve ser pensada como uma forma de representar o outro, cujo intento é "*fazer a ordem social*" segundo os princípios próprios - do empresariado, nesse caso - de "*di-visão*" da realidade, para usar a expressão já mencionada proposta por Bourdieu (1989; ver também Lopes, 1997).

Talvez o que esse tipo de silêncio explique melhor é exatamente a condição à qual estavam e estão submetidos os trabalhadores florestais ao longo da sua formação, **simultânea** à das florestas plantadas: egressos de uma agricultura transformada pela combinação dos processos de industrialização/ desmatamento/ formação e expansão das plantações florestais/ expansão urbana, eles foram organizados como proletários num segmento subordinado das atividades mineradoras e siderúrgica.

⁶⁶ E, inclusive, tanto quanto a mistificação envolvida no uso de expressões como a de "colaborador" para identificar o trabalhador dentro da lógica das formas toyotistas ou "flexíveis" de gerência do trabalho.

Capítulo IV

Aspectos da Construção Social da Região na perspectiva do Rural

Processos de mudanças sociais vinculadas a alterações espaciais promovidas pelo desmatamento, carvoejamento e introdução de plantações florestais em regiões originariamente rurais ou agrícolas não foram particulares apenas a Minas Gerais. No caso brasileiro, situações similares ocorreram no Extremo-Sul e no Litoral Norte do estado da Bahia, no norte do Espírito Santo, no Pará, no Tocantins e no Maranhão, estados submetidos ao Programa Grande Carajás etc. (IDESP, 1988; Gonçalves et alii, 1994; Gonçalves e Machado, 1996; Gonçalves, 1997; Andrade, 1995; Souza, 1995; Carrere e Lohmann, 1996). Espaços sociais historicamente formados por populações inicialmente vinculadas à produção para auto-consumo e para mercados locais, essas regiões e seus habitantes foram pouco a pouco vendo suas estratégias de vida e de reprodução sociais, econômicas e culturais sendo modificadas pela penetração da monocultura comercial de madeira.

Como sugerido nos capítulos precedentes, a instilação dessas atividades nos espaços regionais antes ocupados por uma população agrícola inserida em ambientes previamente florestais desqualificou econômica e socialmente a pequena produção agrícola, através de um discurso que a apresentou e ainda apresenta como sendo atrasada, improdutiva e incapaz de se auto sustentar.

Tais argumentos representam o discurso do capital frente a uma realidade social e econômica que não atende às suas necessidades específicas. Isso implicou, portanto, fazer com que esses produtores e suas famílias não devessem mais produzir preferencialmente para si e para os seus e, sim, para o mercado, atendendo a outros fins que não os de garantir a alimentação, a moradia, o lazer etc. Por isso é que Neves (1987, p. 106) diz que "*os mecanismos que propiciam a integração da agricultura*" ao movimento de penetração do capital "*se conformam a partir da imposição de atributos negativos*" à agricultura local e

continuam com a propaganda que diz ser a nova atividade (no caso aqui analisado, o “reflorestamento”) mais "*racional, progressista, fundada em bases científicas*". De acordo ainda com esta mesma autora, então, a modernização capitalista "*implica, assim, entre outros aspectos, a domesticação*".

Adicionalmente, se é possível afirmar que a transformação capitalista do campo é o elemento chave na condução das mudanças, deve-se entender que a diferenciação produzida nas classes rurais subalternas existentes no espaço alterado ou transformado resultou, também, de como essa base social preexistente era constituída e de como foram criadas as alianças e as articulações entre grupos que criaram, legitimaram e permitiram a adesão aos novos recursos que passaram a estar disponíveis (Neves, 1985).

Essas questões remetem o esforço de pesquisa para a percepção de como se formaram e evoluíram os tipos de relações sociais responsáveis pela construção de uma estrutura fundiária dominada pelo latifúndio e pela submissão da pequena produção, base sobre a qual se erigiram o projeto capitalista florestal e as reações políticas da população contrária a ele. É desse conhecimento, então, que podem ser analisadas a constituição, as virtudes e os limites dos diversos mecanismos de resistência que foram utilizados no sentido de alterar as formas político-econômicas do crescimento predatório dessas monoculturas.

Para tentar obter as respostas requeridas pelas observações que se acumularam até agora, o presente capítulo seguirá, após essa introdução, com uma discussão sobre a dinâmica demográfica da região analisada e pela interpretação das mudanças ocorridas com a agricultura local.

1. Os Vales do Aço/Rio Doce: urbanização e agricultura

Buscando na literatura sobre a economia (regional) mineira elementos explicativos da determinação do processo de formação histórica do território analisado (boa parte das quais foram descritos e/ou interpretados nos capítulos anteriores), deparou-se com uma primeira

dificuldade, a de definição da identidade territorial. Não se trata mais, agora, de falar da classificação feita no capítulo anterior sobre onde se localizam, no espaço mineiro, os municípios.

Pertencendo às macro regiões do Rio Doce e Metalúrgica, os municípios aqui analisados e que sustentam a economia das plantações homogêneas estão numa posição intermediária dentro do estado, próximos demais da capital e sede de algumas das mais importantes empresas da economia nacional; ao mesmo tempo, estão próximos demais de uma das regiões mais pobres e menos atendidas pelas políticas públicas estaduais. Isso fez dessa porção do território o palco de uma disputa entre **modos locais** de usar e viver a terra e outros requeridos e impostos pelo capital e pelo Estado a ele associado.

Um dos exemplos visíveis dessa afirmação é o de João Monlevade: em 1934 a CSBM lançou um "*concurso nacional de urbanismo, a fim de construir João Monlevade. Como diz[ia] o edital, a cidade 'deverá transpirar a alegria de viver e o contentamento de seus habitantes (...). Dar uma impressão risonha e clara*" (Penido, 1998, p. 4). No mesmo sentido, pode ser pensado o caso de Ipatinga: cidade mono-industrial (Monte-Mór, Costa et al.), ela foi elevada à condição de município ao mesmo tempo em que era redesenhada do ponto de vista urbano, conforme os interesses locacionais da planta da Usiminas - assim, a empresa cinde a cidade (no sentido sudeste - nordeste) margeando a BR-381, e os bairros novos destinados aos funcionários graduados, espaços urbanos planejados, são separados dos antigos espaços tradicionais dos operários. Em Timóteo, essa distinção não é tão clara, a não ser na identificação do lugar: quem entra na cidade pela rodovia está em "Acesita"; ao seguir as avenidas traçadas a partir do contorno da fábrica e suas ramificações, dirigindo-se para o antigo núcleo urbano, chegará em Timóteo...

Só que essa mesma situação não aconteceu nos outros municípios - apesar de em muitos deles a referência de ordenamento do urbano ter sido, de alguma forma, semelhante ao que ocorreu com esses três municípios mencionados - sobretudo no que diz respeito ao esvaziamento dos núcleos originários e à ampliação da ocupação dos terrenos periféricos

por loteamentos de trabalhadores das usinas siderúrgicas e demais firmas industriais e comerciais instaladas na região.

Não foi por outra razão que no governo de Rondon Pacheco (1971-1975) consolidou-se a interpretação que o território analisado não se caracterizava como uma "*região funcional*"⁶⁷ e sim como uma "*região de intervenção*", que por isso mesmo deveria ser "*objeto de um amplo programa de desenvolvimento*" com o objetivo de "*torna-la uma região espacial e economicamente organizada, para suportar o impacto e aproveitar o seu imenso potencial de crescimento*", sobretudo através de modificações em seus sistemas viários e de comunicação (FJP, 1974, p. 11).

Mas nem sempre foi assim. Como parte da paisagem do Rio Doce, já que banhados por seus afluentes mineiros (dentre eles um dos principais, o Rio Piracicaba), os municípios escolhidos para análise pertencem ao antigo domínio da Mata Atlântica. Como afirma Olavo Pereira (1980, pp. 9-10), no Rio Doce só havia terras de cultura e terras "*de mata*",

boas como só elas. Na floresta frondosa ... [existia] abundante madeira de lei, que fez fama em todo o Brasil e até no exterior ... Riqueza fabulosa que pontilhou de serrarias as cidades e vilarejos da região, atraindo gente e capitais, rasgando estradas por todos os rincões, fervilhando de progresso uma região que até 1940 era praticamente abandonada ainda.

Muito depois desse tempo descrito por Pereira, o governo mineiro apontou as seguintes características da disposição física dos municípios no espaço como sendo a "natureza" da paisagem local: de um lado "*áreas montanhosas e muito acidentadas, onde se verifica uma economia rudimentar e de subsistência, caracterizada pelas atividades agro-pecuárias*

67 A idéia de funcionalidade regional redundou da análise feita, à época, dos problemas da economia mineira e da região do Rio Doce/Vale do Aço, a saber: especialização das atividades produtivas na mineração (inclusive por causa da atuação do governo federal "*no sentido de atender aqueles objetivos de âmbito nacional*"), ausência de complementaridade entre essas atividades decorrentes da especialização e outras associadas (fornecedoras ou transformadoras de bens) e "*super-saturação de mão-de-obra (em função dos requisitos tecnológicos de produção)*". Esse diagnóstico consta do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social, proposto em 1971 pelo governo mineiro.

[sic], e onde se situam os núcleos de menor dinamismo e com população bastante rarefeita"; de outro

áreas de menor altitude e menos acidentadas contendo várzeas que se estendem às margens dos rios Piracicaba, Doce e Santo Antônio, formando pequenas planícies. Nessas áreas planas, próximas à confluência do Rio Piracicaba com o Rio Doce, localizam-se as principais cidades e as grandes indústrias da região, enquanto que, nas demais áreas planas, desenvolvem-se, com alguma intensidade, atividades relativas à agricultura e à pecuária. Esta configuração topográfica vem, portanto, contribuir de forma decisiva na estruturação do espaço micro-regional, uma vez que as relações funcionais entre as cidades da região passam a depender de boas condições de acessibilidade, facilitadas apenas naquelas áreas planas e menos acidentadas (FJP, 1974, p. 8).

Tradução explícita de um ideário modernizador, a separação física pôs de um lado, como "*economia rudimentar*", os municípios de Açucena, Antônio Dias, Belo Oriente, Dionísio, Iapu, Jaguarapu, Marliéria, Mesquita, São José do Goiabal, a porção de Caratinga correspondente ao atual território de Ipaba e a área do então distrito de Santana do Paraíso. Do outro lado, ficaram as cidades "*principais*": Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo, mais os demais municípios não listados (além de faixas de território não superiores a 50 km em alguns dos municípios listados inicialmente. Ver FJP, *op. cit.*, mapa 01).

Numa mesma perspectiva, inclusive quanto aos objetivos de diagnosticar para poder planejar o uso e o desenvolvimento do espaço regional, função trazida para si pelo Estado autoritário, o já citado estudo da empresa de consultoria SEITEC (1969) interpretou e classificou os territórios rurais e urbanos objeto de análise como fazendo parte da "*Área Serrana Sudoeste*" e da "*Faixa Montano-Ondulada Mineira*". O primeiro desses territórios compreende

*municípios importantes, como Ouro Preto, João Monlevade, Itabira e Nova Era. É caracterizado pelo clima ameno e topografia demasiado acidentada para a agricultura. A mineração para siderurgia é a vocação por excelência; encontra-se também a silvicultura para a produção de carvão vegetal como vocação característica. No extremo nordeste desta microrregião, foram incluídas algumas áreas com altitude inferior a 600 metros, pertencentes aos municípios de Jaguarapu, Dionísio, Antônio Dias e outros, devido às suas características de vocação para mineração e silvicultura (SEITEC, *op. cit.*, p. 76).*

A outra microrregião, como o próprio nome derivado da topografia indica, tem como sua "*vocação dominante*" a pecuária mista e a agricultura, a primeira dominando "*as áreas mais acidentadas e a segunda as grandes várzeas planas ... ao longo dos maiores rios*" (SEITEC, *op. cit.*, p. 78).

Mas, para além da distinção topográfica, a idéia construída por esses diagnósticos sobre a região sustenta que é possível identificar aí uma hierarquia econômica e urbana, "*definida por dois níveis de cidades: o Aglomerado Urbano de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo ... desempenhado a função de pólo regional e os demais ... municípios em um nível inferior*" (FJP, 1974, p. 10).

O que essa hierarquia indica, se é que ela existiu, é a predominância de um novo tipo de ocupação do espaço, que se manifestou ao longo da década de 1970 e das seguintes através da eliminação das formas de ocupação do solo e organização da economia consideradas atrasadas pelos sucessivos governos estaduais e pelas empresas.

Assim em um estudo feito sobre a formação da cidade de Timóteo, Fagundes et alii (1992, p. 58), apresentam um exemplo do argumento aqui apresentado. Ao afirmar que com a instalação das grandes empresas voltadas para mercados exteriores à região "*houve, em todo Vale do Aço, praticamente a eliminação daquele setor primário original*", os autores citam as palavras de um ex-prefeito de Timóteo, o senhor José Antônio Araújo, para quem o "*progresso do aço trouxe a invasão, e a terra passou a produzir só aço e a alimentação do povo tem que ser importada*". Do ponto de vista da tecnocracia, essa questão se explicaria porque

o setor primário do Vale do Aço acha-se estagnado, preso à prática de técnicas ultrapassadas e limitado pela topografia acidentada de grande parte da região, pelas condições climáticas e pela estrutura minifundiária, que vêm impedindo modificações no sentido de se obter uma produção em escala comercial, em condições de competir com outras áreas dentro do principal mercado regional representado pela Aglomeração Urbana (FJP, 1974, p. 14).

Quinze anos após esse diagnóstico, um estudo feito pela burocracia do BDMG (1989b, p. 267) vaticinaria que a agricultura local podia ser “*genericamente*”

caracterizada como de ocupação agrícola antiga. Apresenta agricultura preponderantemente tradicional, atrasada e, desde a década de 70, caracterizada pela estagnação. Em termos quantitativos, é a terceira Região menos relevante para o Estado, superando apenas a Jequitinhonha e a Metalúrgica e Campos das Vertentes. (...) Os indicadores qualitativos mostram, também, o atraso relativo da agricultura regional.

Não por acaso, então, que outra característica identificada como parte desse comportamento regional tenha sido a redução da população rural local. Para os técnicos da Fundação João Pinheiro (1974, p. 2), o processo de urbanização e industrialização ocorrido no Aglomerado Urbano do Vale do Aço - AUVA⁶⁸ “*traduziu-se na drenagem de população das áreas periféricas, incapazes de reter e multiplicar os efeitos do crescimento econômico ali verificado*”. Conforme esses especialistas, no início da década de 1970 duas das principais manifestações do processo de crescimento urbano eram a evasão da população rural nesses “*municípios periféricos, manifestada pelo decréscimo da população total, paralelamente a um crescimento acelerado da população urbana*” e a decadência da agropecuária, “*traduzida na redução dos rebanhos e das áreas de cultivo, acompanhada da queda do volume de produção, da evasão da mão-de-obra e da substituição das áreas de cultivo por grandes plantações de eucalipto para produção de carvão vegetal*” (FJP, *op. cit.*, p. 2, destaque meu, MTG).

A leitura dessa última oração, propositadamente grifada, deveria gerar a pergunta sobre que tipo de causalidade existe entre esses processos. Nos documentos oficiais consultados, não existe a pergunta e, muito menos, as possíveis inquietações que gerariam respostas⁶⁹. Para

⁶⁸ Aglomerado Urbano é o conjunto formado pelo “*transbordamento da área urbanizada para além das fronteiras municipais*” (Monte-Mór, Costa et al., 1997, p. 129). Como categoria explicativa, aplica-se às “*relações de interdependência e complementaridade entre as cidades e entre os diversos núcleos que as integram, tanto em termos funcionais quanto de uma hierarquia de níveis de atendimento às necessidades da população*” e de “*disponibilidade de recursos a partir das atividades produtivas existentes*” (*op. cit.*).

⁶⁹ Essa não é uma interpretação exclusiva da tecnocracia mineira. De acordo com o IBGE (1970, p. 306), referindo-se ao Vale do Aço, uma característica das “*zonas nas quais o carvoejamento ou o*

discutir então o que o Estado não quis abordar, é necessário olhar melhor para a tão frisada questão demográfica local.

Para Monte-Mór, Costa et al. (1977, pp. 99, 102-103), a evolução urbana na região, que passou a ter mais de 80% da sua população residente no meio urbano em 1980, deu às cidades mono-industriais locais um caráter de cidades médias dentro do estado. A partir da década de 1980, ocorreu uma desaceleração do intenso crescimento dessas cidades e uma expansão da população urbana das cidades menores como Santa Bárbara, Belo Oriente, Mesquita, Jaguarauçu e Ipaba. Mas, advertem os autores, não foram as "'cidades' ... que cresceram, mas sim algumas áreas urbanas desses municípios, sedes distritais invadidas pelo tecido urbano-industrial urdido no AUVA e estendido sobre a periferia" do Aglomerado. Ademais, não foram apenas as cidades que se estenderam; junto com elas, expandiram-se

também as condições de produção exigidas pela dinâmica industrial, incluída aí a reprodução coletiva da força de trabalho. Essas novas áreas "urbanizadas" são criadas, em alguns casos, quase como caricaturas das vilas industriais construídas pelas empresas, espaço urbano legítimo de suporte à função industrial. As cidades comerciais tradicionais - os lugares centrais - tomadas pela indústria "explodem", transformando-se no "tecido urbano-industrial" que se estende, respondendo por um lado à dinâmica do capital - e do capital imobiliário em particular - e de outro às estratégias de sobrevivência das populações destituídas das condições mínimas da cidadania, excluídas da pólis. O tecido urbano-industrial consolida-se nas cidades e estende-se para além delas, ocupando os espaços rurais circundantes com infraestrutura produtiva, acampamentos de suporte à produção, concentrações proto-urbanas ao longo das estradas e no interior das matas (de eucalipto), com casas de campo e espaços de lazer, empalidecendo as distinções marcadas entre o rural e o urbano. (...) De qualquer modo, ... o sistema urbano em formação na Bacia do Piracicaba está diretamente relacionado à concentração industrial e, mais especificamente, ao setor de bens intermediários, que, por ser fortemente dependente de recursos naturais, tem um impacto mais significativo no espaço rural onde se concentram esses recursos.

Subjacente a essa idéia que a ocupação do território regional baseou-se num modelo industrial concentrador e especializado, está uma noção de ambiente que merece ser

reflorestamento se verificam" é "uma transformação na paisagem rural, com a criação de diferentes serviços (escolas, armazéns) além da construção de estradas e casas de alvenaria. Inversamente, se observa uma retração das atividades agrícolas, já que as indústrias absorvem, quase que totalmente, a mão-de-obra disponível".

ressaltada, pela sua importância na discussão a ser feita posteriormente. Em primeiro lugar, o tratamento dado ao rural como o lugar de concentração de recursos naturais pode ser verdadeiro quando se pensa nos recursos madeireiros necessários para a produção do carvão vegetal e da pasta de celulose, que estão efetivamente localizados e concentrados no espaço rural. Porém, o mesmo não se pode dizer das fontes dos metais que são processados - a não ser que se confunda o rural com a paisagem natural não edificada característica do espaço urbanizado.

Em segundo lugar, exatamente quando tratam do processo de ocupação do meio rural circunvizinho às cidades e da sua transformação em um arremedo de espaços urbanos legítimos destinados à infra-estrutura, os autores não enfatizam que isso decorreu de um esvaziamento demográfico **relativo** do espaço rural e de uma **fragilização progressiva** dos agricultores locais, processo que afetará a sua identidade bem como a dos trabalhadores rurais e florestais e dos eventuais novos moradores de um mundo rural que vem se modificando a partir da mudança de propriedade e destinação dos maciços de eucaliptos vendidos pela Acesita e pela CSBM a partir da década de 1990.

Contudo, ao invés de tratar dessas questões, os pesquisadores ora resenhados afirmam que a formação regional do Vale do Aço implicou um "*caráter essencialmente urbano*" e que a "*dinâmica da população rural evidencia as dimensões alcançadas pelo processo de concentração fundiária, com a monocultura do eucalipto e expulsão da população rural*" (Monte-Mór, Costa et al., 1997, p. 134).

Esses processos, considerados à luz das dinâmicas demográfica e da urbanização nos municípios do Vale do Rio Piracicaba, parcela do território analisado nessa pesquisa, e sobretudo das suas cidades periféricas, foram marcados

pela fragmentação e pela descontinuidade espacial, manifestando-se em núcleos geograficamente isolados, embora sempre na mesma direção (quadrante nordeste). Pode-se assim entender o crescimento urbano de Ipaba, manifesto inclusive na sua emancipação como município, o acelerado crescimento de Santana do Paraíso ou mesmo dos núcleos de Belo

Oriente. Tal dispersão e fragmentação, enfatiza-se novamente, estão vinculadas à estrutura de propriedade empresarial da terra, na qual o reflorestamento deixa poucos espaços disponíveis até mesmo para os assentamentos habitacionais precários. Por outro lado, a possibilidade de trabalho mesmo que temporário no próprio reflorestamento parece vir a desencadear uma mobilidade espacial bastante acentuada da força de trabalho, fazendo-a circular por entre núcleos, acampamentos, hortos e povoados da região, reforçando o caráter fragmentado das áreas urbanas periféricas do Vale do Aço (op. cit., p. 135, destaque MTG).

Assim, os movimentos de extravasamento e de fragmentação do urbano, provocados pelo processo específico de industrialização especializada, são responsáveis pela expulsão populacional rural, que também estão presos à concentração capitalista da propriedade fundiária. Porém, e isso é reconhecido pelos autores da pesquisa resenhada, existiram outros fatores. Citando um estudo feito pela Fundação João Pinheiro realizado no início dos anos 1980, eles concluem que

a emigração para o Vale do Aço respondeu principalmente a fatores internos às áreas de origem, vinculados à agropecuária regional. A atratividade da usina (siderúrgica) deve ser maior sobre o setor urbano desses municípios, embora este, por sua vez, já estivesse desestimulado pela incapacidade não só da produção agrícola, como, conseqüentemente, das atividades de comercialização, em se expandirem a um ritmo suficiente para absorver o crescimento da população da região (Monte-Mór, Costa et al., op. cit., p. 136).

É nesse sentido que a argumentação da presente tese de que houve um progressivo esvaziamento do espaço rural local - iniciado mesmo antes da expansão do “reflorestamento” na década de 1970 e que provocou uma fragilização das atividades agropecuárias tidas como tradicionais da região - torna-se mais procedente para entender a dinâmica populacional regional do que a matriz usada pelo conjunto de autores lidos até agora - que entendem que houve algo como uma transformação do espaço agrário local em função apenas da sua incorporação ou submissão à urbanização e à urbanidade micro regionais. Analisando-se os dados da Tabela VIII e a Figura 5, apresentadas a seguir, é possível notar que houve um crescimento expressivo da população urbana, que passou de cerca de 26,5 mil para mais de 546 mil pessoas num período de aproximadamente seis décadas. Ao longo do mesmo período, a população rural caiu de um total de pouco mais de 109 mil para cerca de 90 mil pessoas.

Tabela VIII

População Rural, Urbana e Total Residente nos Municípios Seleccionados dos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais, no período 1940/1996 (em unidades)

MUNICÍPIOS	1940		1950		1960		1970		1980		1991		1996	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Açucena	5.020	548	19.434	3.021	27.908	4.360	19.505	8.580	16.445	12.093	10.784	14.065	9.414	14.564
Alvinópolis (1)	10.190	3.221	10.648	4.367	9.595	4.571	8.987	6.560	7.717	7.328	6.298	9.026	5.355	9.597
Antônio Dias (2)	9.484	1.060	11.054	1.239	9.498	1.414	9.482	2.184	7.261	3.405	6.074	3.698	5.812	3.561
Bela Vista de Minas	z	z	z	z	6.769	-	2.234	5.350	1.887	8.035	684	8.910	633	9.460
Belo Oriente (3) (4)	z	z	6.365	501	5.505	802	6.504	3.474	6.966	5.657	4.233	12.485	3.668	14.380
Coronel Fabriciano (5)	2.374	1.417	6.821	3.552	2.326	14.623	2.939	31.116	2.544	73.165	1.692	85.747	1.587	91.133
Dionísio	4.137	785	7.325	1.350	8.879	2.268	8.408	1.828	5.748	4.175	4.995	5.155	4.208	5.055
Iapu (6)	z	z	16.195	1.689	22.639	3.572	10.989	2.847	8.186	6.756	7.384	6.905	6.427	7.277
Ipaba	z	z	z	z	z	z	z	z	z	z	2.132	9.699	2.212	10.821
Ipatinga	z	z	2.316	236	4.929	4.185	3.193	44.689	1.185	149.137	1.239	178.830	1.420	193.151
Jaguaráçu	1.378	474	1.555	506	2.061	625	1.784	693	1.135	898	1.488	1.257	1.299	1.296
João Monlevade (3)	z	z	1.697	11.168	3.560	27.042	1.332	38.656	1.027	47.181	1.933	57.407	1.771	59.385
Marliéria	3.705	580	4.711	568	4.836	853	3.783	667	3.322	788	2.771	769	2.978	806
Mesquita (7)	14.760	1.634	11.341	1.798	4.994	1.560	6.159	1.910	4.882	1.898	4.367	2.514	3.795	2.702
Nova Era (8)	z	z			4.035	7.286	4.079	8.065	2.993	11.692	2.876	14.729	2.537	14.812
Rio Piracicaba (9)	14.404	2.123	6.057	2.024	4.199	4.350	5.456	7.776	3.527	9.085	3.399	10.277	3.206	10.818
Santa Bárbara (10)	19.508	10.243	12.798	6.224	12.874	8.196	7.023	9.223	5.592	12.466	4.962	20.969	4.660	22.239
Santana do Paraíso	5.003	353	4.133	636	5.613	1.638	4.120	2.048	4.828	2.890	3.433	9.649	8.509	7.039
S. Domingos do Prata (11)	12.986	2.078	17.593	3.504	16.928	4.588	13.803	4.314	11.711	6.030	10.853	7.889	9.346	8.625
São José do Goiabal	5.710	608	3.903	866	9.024	1.789	6.644	1.635	4.701	1.777	2.885	3.285	2.736	3.299
Timóteo	362	1.386	10.904	909	3.143	19.795	2.839	29.921	3.871	46.736	3.301	54.997	8.674	55.999
TOTAL	109.021	26.510	154.850	44.158	169.315	113.517	129.263	211.536	105.528	411.192	87.783	518.262	90.247	546.019

Fonte: IBGE (1950; 1954; 1962), FIBGE (1962; 1973; 1984; 1996)

Obs.: (1) Até 1950 pertencia à Zona da Mata com os distritos da sede, de Fonseca e de Major Ezequiel. Em 1991, passou a contar com mais um distrito, o de Barretos de Alvinópolis; (2) em 1950 possuía apenas os distritos da sede e de Hematita; (3) em 1960, incluía somente a população do distrito da sede, conforme IBGE (1962); (4) em 1991, passou a contar com o distrito de Bom Jesus do Braga; (5) em 1950, incluía apenas a população dos distritos da sede e de Barra Alegre; (6) em 1950, possuía os distritos da sede, de Bugre e de São João do Oriente. Em 1970, perdeu o último e criou o de São Sebastião da Barra; (7) até 1950, incluía a população dos distritos da sede e de Joanésia. A partir de 1960, somente a população do distrito da sede; (8) população de 1950 estimada. As declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta (cf. IBGE, 1954, p. 165); (9) em 1940, incluía a população total dos distritos da sede e de Padre Pinto. Após 1960 passou a incluir também o distrito de Conceição de Piracicaba, além dos dois anteriores; (10) Inclui a população total dos distritos da sede, de Barra Feliz, de Brumal, de Catas Altas, de Conceição do Rio Acima, de Florália e de São Gonçalo do Rio Abaixo. Em 1970, esse último distrito se emancipou; (11) até 1950 incluía a população total dos distritos da sede, de Cônego João Pio, de Ilhéus do Prata, de Juraçu, de Santana do Alfíe e de Vargem Linda. A partir de 1960, somente a população do distrito da sede.

Figura 5

Evolução da População Total, Rural e Urbana da Região da Pesquisa, em Nº Índice (1940 = 100)



Fonte: Tabela VIII

Os dados expressos em números índices que acompanham a Figura 5 indicam que enquanto a população urbana cresceu aproximadamente 1.959%, a população rural variou negativamente cerca de dezessete pontos percentuais. Em função desses dois movimentos, a população total variou positivamente 369%. Lendo esses dados, a primeira informação que chama a atenção é que, apesar da magnitude do crescimento da população urbana, a população total cresce relativamente menos intensamente do que ela. Isso só poderia se explicar por causa do tamanho da população rural, que realmente decresce, mas em um ritmo menos intenso do que se poderia supor a partir das teses do êxodo rural interno à própria região.

De fato, como pode ser notado na Figura 5, enquanto os movimentos das curvas das populações total e urbana indicam um ritmo de progressão constante entre 1940 e 1980 - que diminui de intensidade a partir dessa última data, o movimento da curva da população rural cresce entre 1940 e 1960, a partir de quando então começa a declinar, de forma constante, até 1991.

Mesmo se forem levados em consideração apenas os municípios com os quais Monte-Mór, Costa et alii (1997) trabalham⁷⁰, a conclusão a que se chega é a mesma. Por outro lado, se forem considerados os demais principais municípios analisados por esses autores que não fazem parte do território investigado na presente tese, não se notará também uma distinção muito significativa quanto ao tipo de movimento apresentado. Conforme demonstram os dados da Tabela IX, apresentada a seguir, entre 1940 e 1996 a população urbana desses municípios cresceu 524%, a total 235% e a população rural decresceu 29,7%.

Tabela IX

População Rural, Urbana e Total Residente em Seis Municípios Seleccionados das Regiões Metalúrgica e Vale do Rio Doce de Minas Gerais, no período 1940/1996 (em unidades)

Municípios	1940	1950	1960	1970	1996
Barão de Cocais	1.983	9.513	11.143	10.328	22.595
Pop. Urbana	653	5.369	7.626	7.550	20.223
Pop. Rural	1.330	4.144	3.517	2.778	2.372
Bom Jesus do Amparo	3.760	3.619	3.853	4.057	4.898
Pop. Urbana	650	623	977	1.148	1.956
Pop. Rural	3.110	2.996	2.876	2.909	2.942
Itabira	28.803	25.274	37.387	56.352	95.205
Pop. Urbana	6.254		16.591	41.199	80.938
Pop. Rural	22.549		20.796	15.153	14.267
Mariana	31.020	32.524	32.578	24.786	40.217
Pop. Urbana	12.971	13.327	15.730	14.334	32.998
Pop. Rural	18.049	19.197	16.848	10.452	7.219
Ouro Preto	27.890	28.593	33.927	46.165	61.633
Pop. Urbana	14.658	13.755	19.906	31.883	49.182
Pop. Rural	13.232	14.838	14.021	14.282	12.451
S. Gonçalo do Rio Abaixo	5.737	5.267	5.658	7.865	8.524
Pop. Urbana	844	948	1.555	1.854	3.427
Pop. Rural	4.893	4.319	4.103	6.011	5.097

Fonte: IBGE (1950; 1954; 1962), FIBGE (1962; 1973; 1984; 1996)

Em 1996, a população total desses seis municípios, dois deles sede de empresas mineradoras e siderúrgicas (Itabira, que teve em seu território a mais importante mina de minério de ferro da CVRD e Barão de Cocais), era igual a 81% da população total conjunta. Menos de sessenta anos antes, a população rural era de pouco mais de 63%. A redução e a conversão da situação domiciliar dos residentes, visível desde o início da série

70 Alvinópolis, Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Ipaba, Ipatinga, Jaguaráçu, João Monlevade, Marliéria, Nova Era, Rio Piracicaba, Santa Bárbara, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata e Timóteo, ou dezesseis dos vinte e um analisados na presente pesquisa.

apresentada, não foi contudo linear e menos ainda idêntica em todos os lugares observados. Na verdade, ela foi maior entre 1960 e 1970 (cerca de 20%).

Mesmo que se possa dizer que ao longo do tempo a emigração foi o movimento e a tendência predominante, os dados mais dificultam do que facilitam concordar com a hipótese segundo a qual a evasão da população local rural criou desde a década de 1950 uma região de "*caráter essencialmente urbano*". De fato, se Rio Piracicaba, Coronel Fabriciano e Nova Era receberam desde então um grande número de novos moradores por serem os locais onde se localizavam firmas siderúrgicas e um conjunto de firmas prestadoras de serviços de suporte, o movimento contrário aconteceu em Santa Bárbara, que também cumpria esse papel auxiliar no contexto do processo de urbanização que então se iniciava, sobretudo como um dos principais pólos carvoeiro da região. Da mesma forma, mesmo não estando inseridos na amostra aqui escolhida, o município de Barão de Cocais, sede de firma siderúrgica, perdeu 15% da sua população no mesmo período. Por outro lado, municípios que até os anos 1970 eram considerados como tipicamente rurais, como São José do Goiabal e Rio Piracicaba, ganharam população (mesmo com o desmembramento dos seus então distritos).

Esse último aspecto é relevante para indicar que a migração que existia não cumpriu apenas e exclusivamente o papel de fornecer a mão-de-obra barata requerida pelas cidades e pela indústria em crescimento. Mesmo que seja tentador pensar que tenha acontecido um processo de cercamento das terras ou uma espécie de "*tragédia dos comuns*"⁷¹ - especialmente pela depredação dos recursos florestais nativos graças ao carvoejamento - os dados demográficos não são capazes de demonstrar isso. A hipótese mais plausível, que decerto merece investigação posterior é que ao lado de elementos de ambos os processos sugeridos anteriormente, a população foi sendo atraída pela fronteira ainda aberta mais ao

⁷¹ Expressão cunhada por Hardin (1998) em 1968 para analisar a relação entre população e recursos. Como cada indivíduo racional tende a procurar a maximização dos seus ganhos através do uso mais intenso dos recursos comuns disponíveis para uma população que é no mínimo estabilizada em termos demográficos, e como todos agem dessa mesma forma, o resultado é a produção de uma tragédia: cada indivíduo é preso em um sistema que o compele a aumentar o uso dos recursos ilimitadamente, mas os recursos são limitados; mais enfaticamente, "*Ruin is the destination toward which all men rush, each pursuing his own best interest in a society that believes in the freedom of the commons. Freedom in a commons brings ruin to all*" (*op. cit.*, p. 20).

norte e nordeste do estado, dentro do próprio Vale do Rio Doce e também no Vale do Rio Mucuri. Um primeiro indicativo disso é o fato da população do município de Governador Valadares ter crescido 46% no período ora considerado.

Caracteristicamente um município de grandes criadores de gado, Governador Valadares constituiu-se num dos principais pólos econômicos do Vale do Rio Doce, sobretudo depois da construção da EFVM, assumindo o papel de centro político da região, sobretudo pelo fato do vale do Rio Doce ser marcado até os anos 60 como uma região de fronteira. Como argumenta Borges (1991), a ocupação do território do Vale alimentou a idéia de uma possível utopia camponesa, o que foi violentamente quebrado com a extensão das fazendas de pecuária sobre a terra dos pequenos produtores e a repressão política praticadas a partir da década de 1950. Segundo ela, o processo de ocupação dessa fronteira seguiu um curso durante o qual, conforme relatos dos "*antigos da região*", foi possível para muitos serem "abrigados" pela "*terra fértil e valiosa - para o cultivo do café, da cana de açúcar, fumo, algodão, mandioca, batata e demais plantas locais, rica em turmalinas, mica e berilo*" além de "*propícia para a pecuária bovina*" (Borges, 1991, p. 177).

Porém, a acolhida nem sempre foi simpática aos pequenos agricultores, já que por causa da disponibilidade de terras, transporte e de recursos hídricos, florestais e minerais, além da proximidade das regiões siderúrgica e central do estado,

Para lá se dirigiram grileiros de todas as regiões, madeireiros, empresas estrangeiras voltadas para a extração e exploração da mica e do berilo, empresas siderúrgicas que ali deram continuidade ao peculiar casamento do latifúndio com a siderurgia, posseiros, tropeiros, trabalhadores agrícolas, meeiros, parceiros, profissionais liberais, pequenos proprietários rurais, enfim, todos os que sonhavam em tornar realidade naquelas 'terras do rio sem dono' pelo menos uma porção de suas utopias. (...) [Assim,] O processo de ocupação dessa fronteira foi tão avassalador que no alvorecer dos anos sessenta, praticamente inexistiam terras devolutas e ou por serem ocupadas na região. Os posseiros, na sua maioria, haviam sido incorporados aos latifúndios como retireiros, meeiros, parceiros e/ou assalariados. Uma pequena parcela resistira ao processo de concentração da propriedade privada da terra ... [mas] não contavam com o apoio de nenhuma política agrícola (Borges, op. cit., pp. 177-179).

Daí que, na opinião da autora, o êxodo e o assalariamento tornaram-se, ambas, as alternativas possíveis para os pequenos agricultores ou camponeses que buscaram as terras do Vale, uma vez que principalmente a pecuária assumiu um papel desagregador da ordem moral ou da utopia camponesa. Daí, também, que os produtores e trabalhadores rurais

expressassem de forma crescente a sua insatisfação, o que fez explodir formas de resistência associadas ao messianismo (ver Martins, 1983) e à organização do sindicalismo rural na região polarizada econômica e politicamente por Governador Valadares (Pereira, 1980; Martins, 1983; Borges, 1991).

Em adição, pode-se dizer que também a atração exercida pelo processo de crescimento industrial em curso nesse mesmo período no entorno da capital Belo Horizonte exerceu uma forte atração pela população dos Vales do Aço e Rio Doce (inclusive dos moradores daqueles municípios mais vinculados à atividade industrial metalúrgica e mineradora, como Ouro Preto e Mariana).

Enfim, se forem entendidos como um dos movimentos do processo de produção social do espaço sob a expansão do capital, a dinâmica demográfica regional também deve ser referida ao fenômeno da concentração da propriedade fundiária. Como dito anteriormente, isso não implica dar a essa estratégia um papel destacado ou de superioridade sobre os anteriormente mencionados; o que preocupa aqui é evidenciar a relação que existe entre as formas assumidas pelo capital e pelas populações locais, mediadas por instituições econômicas e políticas, na construção do território que teve sua identidade historicamente vinculada ao desmatamento, ao carvoejamento e ao aço.

Nesse sentido, então, não se poderia deixar de chamar a atenção para o fato que a instalação das usinas siderúrgicas e sua necessidade de controlar a oferta de matérias primas minerais e vegetais não foi algo que tenha se resolvido instantânea e imediatamente. Segundo Coutinho (1981, p. 244), uma das principais dificuldades para a implementação do projeto de expansão da usina de Sabará da CSBM, sua primeira unidade, era a garantia de um "*suprimento constante de carvão vegetal*" (ver também Coutinho, 1985).

Narrando as estratégias adotadas pelas empresas siderúrgicas que operavam em Minas na década de 1920, momento da mencionada expansão, Coutinho (*op. cit.*) cita um documento da CSBM que explica como elas organizavam o mercado do carvão vegetal:

os maiores produtores de gusa formavam nos seis primeiros meses do ano um cartel que controlava preços e produção do termo redutor e do produto guseiro, mantendo 'inativos os pequenos produtores' e dividindo entre si a produção de gusa ... a partir do segundo semestre, a 'corrida ao carvão' começava. Os estoques de gusa se esgotavam, as usinas em atividade aumentavam sua produção e as necessidades de carvão cresciam (p. 244).

Diante dessa situação, que se reproduzia anualmente, a CSBM incluiu em seus planos de garantia da oferta do carvão a possibilidade de comprar florestas, o que efetivamente aconteceu a partir de 1929. Para a empresa, segundo Relatório citado por Coutinho (1981, p. 245), "*Melhor do que impedir que seus concorrentes elevassem suas bases carboníferas em Santa Bárbara*" era imperativo "*comprar as florestas onde, desde o início de sua existência, ela se aprovisionava*".

Em função disso, a partir do final da década de 1920 a CSBM reorientou seu sistema de compra e produção de carvão, o que "*implicou na subcontratação de força de trabalho na atividade carvoeira, além de assegurar o fornecimento constante de carvão pela incorporação de novas propriedades*" (Coutinho, *op. cit.*, p. 246). Significativamente, o processo da escolha da técnica de carbonização, que foi analisado por Coutinho, dependeu das "*condições dos recursos naturais então predominantes e, principalmente, [das] condições sociais do custo de reprodução da força de trabalho vigentes*" (*op. cit.*, p. 247).

Pode-se dizer que as demais empresas siderúrgicas agiram da mesma forma que a CSBM, formando suas "*bases carboníferas*" e introduzindo e ampliando mecanismos de contratação de trabalho assalariado, temporário e permanente, direta e indiretamente (através de empreiteiros), que permitiram criar uma outra lógica organização do trabalho local. De fato, conforme a narrativa feita por Strauch, já na década de 1950

A economia extrativa varia de área para área. Nas grandes propriedades das companhias a atividade de fabricação de carvão é orientada por técnicos que controlam não só a recuperação da mata, mas a própria técnica de produção de carvão. O regime de trabalho é baseado num sistema de salário e tarefa. O trabalhador recebe das companhias assistência médica e social; além disso, elas mantêm estradas para o rápido transporte do carvão até a estrada de ferro e muitas vezes, até a própria siderúrgica. Fora de suas propriedades elas mantêm uma extensa rede de abastecimento através de fornecedores que funcionam como verdadeiros agentes de grupos de carvoeiros. Neste particular, deve-se acentuar que são estes grupos os que maiores prejuízos acarretam à região, pois, sem qualquer interesse em conservar reservas florestais, vão destruindo as matas e capoeiras existentes da maneira mais criminosa possível e quando se retiram deixam apenas encostas desnudadas, onde logo aparecem os fenômenos da erosão, terras ressequidas e impraticáveis para a agricultura. Estes fatos poderão ser bem observados nas proximidades da cidade de Antônio Dias. Esta

atividade proporciona forte flutuação da população rural: primeiro, pelo natural deslocamento das áreas de produção de carvão e segundo pela degradação de solos que, em condições diversas, prestar-se-iam à lavoura e pecuária (Strauch, 1958, p. 112).

Portanto, e mesmo que o último autor citado convirja a sua crítica para um tipo de agente e dê ao fenômeno geográfico uma posição privilegiada na explicação da flutuação populacional na região siderúrgica, pode-se dizer que um dos elementos que ajuda a explicar simultaneamente o êxodo e a permanência foi a combinação da concentração da propriedade em latifúndios florestais ou "carvoeiros"⁷² com a introdução de uma nova lógica de organização do trabalho em uma região de agricultura tradicional (ver, para uma definição semelhante, SEITEC, 1969; Barbieri, Ruiz et alii, 1997; BDMG, 1989).

Entendendo por tradicionalismo a ausência de modernização tecnológica (uso escasso ou ausência de uso de insumos agroquímicos sintetizados e de moto-mecanização), os autores que assim identificam a região associam esse fenômeno com o trinômio topografia acidentada/baixa fertilidade dos solos/baixa produtividade das principais culturas locais (milho, feijão, arroz, mandioca, banana, cana e tomate).

Mais uma vez, a leitura da interpretação do relatório da SEITEC (1969) é interessante. Analisando o grau de modernização da agricultura local, os componentes da equipe técnica que elaborou o referido estudo chamaram a atenção que apenas em Alvinópolis, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Nova Era, Rio Piracicaba, Santa Bárbara e São Domingos do Prata existiam escritórios da ACAR. A descrição que fazem desses é muito interessante:

*Nesses escritórios ... estão sediados um engenheiro agrônomo, uma economista doméstica e pessoal subalterno. A área a ser assistida por cada [sic] agência é em geral demasiado extensa e muito mal servida de meios de comunicação, dificultando o trabalho do pessoal técnico. Além disso, o sistema de trabalho adotado restringe a eficiência dos funcionários. O engenheiro agrônomo e a economista doméstica percorrem forçosamente juntos as mesmas propriedades, ainda que seus problemas prioritários não estejam presentes no mesmo local. Embora as diretrizes básicas do Plano Diretor da ACAR indiquem como principal finalidade o incremento da produção a ser realizada através da assistência técnica e creditícia ao agricultor, **o engenheiro agrônomo tem seu tempo quase todo tomada pelas atividades referentes ao crédito.** Sobram-lhe pouco tempo para a orientação direta ao lavrador sobre métodos de produção. Dessa forma, só recebem assistência técnica os lavradores*

⁷² Segundo Strauch (1958, p. 170), eram as seguintes as áreas das propriedades das companhias siderúrgicas na região: CSBM (em João Monlevade), 149.890 ha; CBUM, 16.710 ha; Acesita, 27.400 ha.

beneficiados pelo crédito, o que, necessariamente, ocorre com número reduzido (SEITEC, 1969, p. 109, destaques meus, MTG).

Essa descrição revela, ao lado de elementos do ideário modernizador, uma condição imposta aos "lavradores" locais: a modernização não é e nem pode chegar para todos. Ora, isso sim parece estar diretamente relacionado com algum tipo de desestímulo à permanência na terra, situação à qual junta-se a restrição do uso do espaço provocada pelas *plantations* florestais.

De fato, a leitura desse tradicionalismo, que associa uma categoria de produtores - os pequenos - a uma condição técnico-produtiva opera com aquilo que foi apontado por Neves (1996, p. 19) como uma "*homogeneização do passado*". Analisando um conjunto de explicações sobre o produtor rural que o identifica com o universo do familiar e do doméstico, a autora propõe que os modelos analíticos que pensam a produção familiar e/ou a pequena produção como tradicionais ou culturalmente atrasadas não incorporam dimensões como a de que "*no caso da unidade de produção agrícola constituída com base no trabalho de membros da unidade familiar, quase sempre se está diante de um modo diferenciado de gestão do bem comum*", ou de que as relações sociais não estão assentadas exclusivamente sobre a produção como atividade principal ou sobre um agente econômico produtor, ou ainda de que um "*fator importante para entendimento da dinâmica das unidades mercantis e dos modos de alocação*" dos membros de unidades familiares é a sua inserção "*num mercado de consumo de produtos e serviços que os aproximem dos padrões de reprodução das camadas urbanas*" (Neves, *op. cit.*, pp. 2, 4, 8).

Mesmo que se possa, portanto, considerar como realidade que os agricultores do Vale dos Aço e Rio Doce interpretados aqui foram simplesmente expulsos pelo latifúndio das plantações para a siderurgia e/ou que tenham então se proletarizado, não se pode esquecer que a vinculação entre pequenos produtores - inclusive de carvão vegetal - e a grande empresa siderúrgica não resultou apenas da vontade, do interesse ou da necessidade dessa última. A possibilidade de ampliar a renda e com isso traçar novas estratégias reprodutivas para os membros da família (prolongamento do acesso à educação formal, aquisição de equipamentos e de bens de consumo individual e coletivo da família, constituição de um capital comercial etc.) fez também com que os produtores locais da região tenham sido protagonistas dessa história. Pensando nesse tipo de problemas, a argumentação de Neves

(1996, p. 6) é significativa: não se deve distinguir as formas de trabalho e de inserção do agricultor no sistema de produção capitalista como uma evolução natural ou necessária. Na verdade, a compreensão da natureza daquela inserção ou organização do trabalho familiar de pequenos agricultores pressupõe

o entendimento das formas de gestão e de uso dos fatores de produção, inclusive do trabalho, isto é, dos desdobramentos sociais decorrentes de quem (posição social) aplica seu esforço no processo de trabalho. Pressupõe também a articulação com a composição e o ciclo de vida familiar, muito comumente também definidoras da extensão da unidade de produção e das condições técnicas de uso da força de trabalho.

Essa idéia é importante quando se pensa que a análise da relação entre pequena produção (ou campesinato ou agricultura familiar) na região dos Vales do Aço e Rio Doce foi pautada por um processo linear de expulsão desses sujeitos provocado simultaneamente pela incorporação do território pela pecuária e pela incapacidade desses pequenos de resistirem, a não ser na área mais modernizada no entorno de Governador Valadares. Mas as pistas levantadas anteriormente nessa tese relativas à população e à estrutura fundiária exigem maior cuidado quanto a uma conclusão desse tipo. E, nesse sentido, pode-se concordar com Brito (1992, p. 35), para quem

A região do Vale do Rio Doce onde predominava a siderurgia apresentava uma situação particular no leste mineiro: a grande expansão das empresas siderúrgicas e de suas propriedades agrícolas – e conseqüentemente a emergência do reflorestamento com a monocultura de eucaliptos – reduziu suas taxas de pecuarização. Talvez por essas razões, as taxas de emigração erma mais baixas. E isso não era só porque as grandes empresas geravam empregos suficientes, mas principalmente porque elas estimulavam um mercado de carvão do qual faziam parte ... um grande número de pequenos proprietários. Estes eram muitas vezes parceiros arrendatários ou mesmo temporários trabalhando terras alheias, que produziam a preços muito mais baixos, atendendo de forma mais satisfatória a demanda das grandes siderúrgicas.

Assim, a dinâmica da agricultura local deve ser entendida pela **transformação articulada** de um território de domínio original da Mata Atlântica em uma Zona Carvoeira e de Plantações Homogêneas e dos produtores locais de alimentos (em produtores de carvão, trabalhadores rurais temporários nas fazendas, trabalhadores rurais temporários nas plantações e no carvoejamento e trabalhadores assalariados do “reflorestamento”).

Mister esclarecer que tais transformações atingiram sujeitos que têm sua história identificada com uma ordem moral originada num tempo anterior à chegada da economia

das plantações e que emergiu de uma sociedade e uma economia antigas (ver capítulo 2). Portanto, mais do que supor que o “*padrão de ocupação fundiária*” regional pode ser descrito como sendo baseado apenas na “*coexistência de grandes estabelecimentos agrícolas pertencentes às companhias siderúrgicas e pequenas propriedades rurais de baixa produtividade*” (Barbieri, Ruiz et al., 1997, p. 178), a pesquisa sobre a estrutura social e produtiva regional deve identificar como a pequena produção e o trabalho familiar se submeteram à nova economia das plantações, em que medida isso aconteceu de forma subsidiária a outras estratégias e, mais especificamente, em que medida essa submissão implicou em qual tipo de desorganização da estrutura familiar da agricultura local e permitiu a formação de assalariados das plantações.

Portanto, incluindo esse conjunto de aspectos, é possível sugerir que a transformação do perfil populacional regional do território dos agricultores dos Vales do Aço/Rio Doce não pode ser interpretada como sendo meramente uma expressão de um caso de inversão rural-urbano, com esse último constituindo-se no pólo de atração unívoco.

Não se pode desconhecer, a partir da leitura dos dados apresentados, que a expansão da população urbana, na área pesquisada nessa tese, tenha efetivamente dado um contorno mais cidadão para a região, principalmente por conta do aspecto arquitetônico e viário do AUVA e da conurbação provocada pelo seu crescimento. Mas esse crescimento do urbano e da população urbana foi característica do que o já citado estudo da FJP (1974) indicou como sendo tendências com “*caráter especial e nítido*” para os casos de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo, que já em 1970 possuíam uma população urbana correspondente a quase 50% da população total do referido conjunto de municípios.

Por outro lado, a redução da população rural, além de não ter sido tão significativa assim, tendo em vista o período considerado, evidencia que ainda existe um espaço propriamente rural na região, que não se confunde com a estrutura da propriedade “florestal” das usinas siderúrgicas e da Cenibra. Mas, mais importante, o fato da população rural não ter desaparecido ou involuído absolutamente em um nível tão elevado evidencia que parte desse rural é de uma agricultura tradicional, como será discutido na seção seguinte.

2. A Ordem das Plantações e a Agricultura na Região

Seguindo a argumentação de Barbieri, Ruiz et alii (1997), pesquisadores do consórcio da UFMG que investigou as interfaces entre a economia, a população e a biodiversidade na região do Rio Piracicaba, pode-se dizer que para as firmas fabricante de pasta de celulose e de produtos siderúrgicos, o “*acesso garantido às matérias primas básicas*” é o elemento que

assegura a divisão de mercado entre as empresas estabelecidas, protege da entrada de novas empresas e estabelece vantagens competitivas frente às possíveis restrições à utilização desses insumos em outros países. Assim, os possíveis menores custos operacionais dessas empresas podem estar relacionados a uma específica exploração de vantagens naturais condicionada por uma legislação local que regulamente seu uso (op. cit., p. 159).

Nesse sentido, a plantação florestal fornecedora de madeira (ou de outros produtos não madeireiros) torna-se um recursos importante para o padrão concorrencial adotado em indústria de bens intermediários como são os das firmas dos ramos mencionados, já que sua propriedade representa uma vantagem competitiva e uma barreira à entrada de novos produtores.

Pensando nesse tipo de questões, entende-se o por que da adoção das plantações por parte dessas empresas, bem como as razões do seu crescimento e, ainda, da necessidade que esse tipo de segmento do capital tem de controlar o espaço, impedindo que nele se desenvolvam atividades concorrentes – inclusive as não capitalistas. Nesse caso, a questão é menos a da concorrência⁷³, e mais a do controle dos usos do território, já que ele é a base física onde se dispõem naturalmente os recursos requeridos para a implantação dos projetos e, simultaneamente, um desses recursos. Ou seja, representando para a firma a possibilidade

73 Em termos genéricos, suficientes para o entendimento desse problema nessa tese, a concorrência implica que firmas concorrentes buscam produzir condições iguais ou superiores de eficiência observáveis em outras unidades concorrentes. Como um conceito *ex ante*, a concorrência abrange principalmente as variáveis preço, custos, qualidade e produtividade. Pode depender, ainda, do desempenho, que está associado à disponibilidade de determinados fatores de produção. Para destacar-se frente aos seus concorrentes, a empresa tem que necessária e simultaneamente ser eficiente e possuir uma estratégia “*que permita traduzir esta eficiência em um bom desempenho no mercado – o que só se verifica ex post*”. Dessa maneira, a concorrência é o “*motor básico da dinâmica capitalista, isto é, o processo definidor das margens de lucro: é o processo de enfrentamento dos vários capitais (as firmas) em um espaço econômico (a indústria ou o mercado), mediado pelas estruturas de mercado*” (Grassi, 1997, pp. 6-12).

de adquirir aquilo que a teoria econômica designa como vantagem locacional, o território não é só o lugar onde se realiza a produção; na verdade, enquanto lugar e construção sociais, ele representa um capital social (ver Abramovay, 1999).

Relativamente a essa questão, e pensando que o sucesso das estratégias concorrenciais das firmas siderúrgicas e de pasta de celulose depende diretamente das plantações instaladas na região analisada nessa pesquisa, é que pode-se então olhar para o que dizem os dados da distribuição fundiária regional. A Tabela X, apresentada a seguir, indica resumidamente a evolução dessa distribuição para os vinte e um municípios observados durante o período de 1950 a 1995. Segundo os dados indicados na Tabela mencionada, em 1950 os estabelecimentos com menos de 10 hectares representavam 16,7% do número total de estabelecimentos existentes nos municípios analisados e ocupavam cerca de 1% da área agrícola total dos mesmos. As propriedades com mais de 1000 ha (0,6% do total) ocupavam 28% da área da agricultura dos municípios analisados. Os restantes 82,7% dos estabelecimentos, com áreas entre 10 e 1000 ha, possuíam 55,3% do espaço rural existente. No início da década seguinte, as propriedades com superfície inferior a 10 ha representavam 22,6% do número total de estabelecimento e ocupavam 1,9% da área agropecuária total; aquelas com mais de 1000 ha representavam, respectivamente, 0,4% e 12,5% do total de estabelecimento e da área. Esses dados indicam que, nesse período, ocorreu uma desconcentração. Mesmo que a redução da área rural ocorrida possa explicar esse movimento, ela não é causa suficiente.

Pelos dados coletados nos Censos Agrícolas de 1950 e 1960, a área agrícola total dos vinte e um municípios interpretados caiu 5,6% ao mesmo tempo que o número de estabelecimentos cresceu cerca de 124%. Assim, pode-se dizer que houve um tipo qualquer de redistribuição, que garantiu a permanência, mesmo que limitadamente, dos minifúndios e as pequenas propriedades (ou aqueles estabelecimentos com menos de 100 ha). Entre 1960 e 1980, os minifúndios (com menos de 10 ha) tiveram seu número mais do que dobrado (em 226%), enquanto a sua área expandiu-se 86,5%. Sua participação relativa no total de estabelecimentos existentes no ano de 1980 tornou-se igual a 32,5% e, na área total, igual a 2,4%. O número de estabelecimentos com mais de 1.000 ha, por sua vez, cresceu 91% e a área ocupada por eles mais do que quadruplicou (dados elaborados a partir das informações da Tabela X).

Tabela X

Distribuição do Número e Área dos Estabelecimentos Rurais nos Municípios analisados, por Grupos de Área Total, em unidades e em hectares – 1950/1995

Grupos de Área Total (em ha)	1950		1960		1980		1995	
	N.º Est.	Área	N.º Est.	Área	N.º Est.	Área	N.º Est.	Área
Menos de 10	718	4.252	1.212	7.391	2.737	13.783	2.040	8.781
Menos de 1	9	4	23	19	80	41	228	80
1 a menos de 2	30	37	66	105	221	312	240	296
2 a menos de 5	249	814	419	1.642	1.141	3.800	674	2.108
5 a menos de 10	430	3.397	704	5.625	1.295	9.630	898	6.297
10 a menos de 100	2.755	107.348	3.284	136.765	4.693	164.267	3.781	128.314
10 a menos de 20	713	10.930	1.002	17.984	1.585	22.999	191	16.722
20 a menos de 50	1.280	43.003	1.479	55.582	2.076	67.603	1.726	52.962
50 a menos de 100	762	53.415	803	63.199	1.032	64.105	864	58.630
100 a menos de 1.000	811	182.637	832	192.784	911	187.635	713	142.137
100 a menos de 200	483	67.719	520	76.942	599	83.285	478	63.359
200 a menos de 500	287	85.492	270	86.988	264	82.486	202	56.422
500 a menos de 1.000	41	29.426	42	28.854	48	31.713	33	22.356
1.000 a menos de 10.000	21	39.250	23	48.384	39	115.052	36	90.898
1.000 a menos de 2.000	13	18.127	14	18.412	19	25.495	18	20.974
2.000 a menos de 5.000	8	21.123	8	24.413	15	53.209	14	40.704
5.000 a menos de 10.000	z	z	1	5.559	5	36.348	4	29.220
10.000 e mais	4	74.569	z	z	5	95.546	3	40.205
10.000 a menos de 100.000	4	74.569	z	z	5	95.546	3	40.205
100.000 e mais	z	z	z	z	z	z	z	z
Sem declaração	z	z	z	z	35	z	4	z
TOTAL	4.309	408.056	5.351	385.324	8.420	586.283	6.577	410.335

Fonte: IBGE (1955) e FIBGE (1970; 1984b; 1996).

Para o grupo de estabelecimentos com área entre 10 e 100 ha, houve uma elevação de 43% do número de unidades e de 20% da área. O único grupo de área total que, em 1980, perdeu participação relativa na ocupação do território rural local foi o de 100 a 1000 ha: sua área decresceu 2,7% enquanto o número de estabelecimentos cresceu 9,5% (dados elaborados a partir das informações da Tabela X).

O que os dados censitário informam, então, é que entre 1960 e 1980 houve uma expansão da área rural e do número de estabelecimentos desses municípios de mais de 50%, movimento esse que foi acompanhado pela manutenção do crescimento discreto dos minifúndios e pequenas propriedades, o que não chegou a eliminar o processo de concentração da terra mas deu a ele um caráter menos absoluto do que parece.

Nesse sentido, pode-se concordar apenas parcialmente com Barbieri, Ruiz et al. (1997, p. 167), segundo os quais a “*dinâmica de concentração fundiária na bacia do Rio Piracicaba se consolidou quase que totalmente em um período anterior à política de incentivo fiscal pró-reflorestamento com a monocultura de eucaliptos*”. Mesmo sabendo que os autores acertam ao indicar que essa dinâmica iniciou-se com a instalação da CSBM e ganhou corpo com as conseqüentes instalações da Acesita e da Usiminas e que existiu uma certa contradição entre a entrada da Cenibra em operação na década de 1970 e a redução do ritmo da concentração fundiária, não se pode deixar de chamar a atenção para o fato que os autores citados esqueceram-se que a Cenibra entrou em operação utilizando plantações homogêneas já implantadas e propriedades da Florestas Rio Doce e da Acesita, o que não a tornaria, na década de 1970, uma aquisidora de terras e sim uma agente de intensificação dos plantios de eucaliptos⁷⁴.

Esse suposto arrefecimento da concentração da propriedade fundiária dependeu de três fatores, mencionados por Barbieri, Ruiz et alii (*op. cit.*, pp. 167-168): (1) o aumento do preço das terras na região, causado simultaneamente pelo incremento da urbanização e pelo aquecimento do mercado de terras criado pela demanda das próprias companhias; (2) a atração exercida pelos incentivos fiscais, sobretudo na área mineira da Sudene e (3) a manutenção do uso de carvão vegetal de matas nativas oriundo da região Norte de Minas

⁷⁴ Para uma discussão sobre a presença da Cenibra na região e o impacto da eucaliptocultura, consultar Gonçalves (1994) e Carrere & Lohman (1996).

pelas siderúrgicas, o que “*muitas vezes*” manteve intactas as áreas de plantações florestais na região.

Esse último aspecto possui grande relevância, uma vez que ele está articulado ao fato da Cenibra ter se tornado a principal companhia agro-industrial proprietária de plantações de eucalipto (e não tanto ou apenas plantadora ou “reflorestadora”) da região a partir da década de 1970, seja através de seus plantios próprios ou por meio da aquisição das áreas plantadas e depois tornadas ociosas pelas mudanças nas políticas comerciais e/ou tecnológicas da Florestas Rio Doce S.A., da CAF e, mais recentemente, da Acesita. Em virtude disso mesmo é que a empresa declarou já possuir terra suficiente para garantir o suprimento da matéria-prima necessária à sua planta industrial localizada em Belo Oriente.

Porém, quando se observam os dados censitários de 1995-1996 transcritos na Tabela X, apresentada anteriormente, eles indicam uma retração de 25,5% do número e de 36% na área dos estabelecimentos com menos de 10 ha em relação a 1980. A participação desse grupo no total de estabelecimentos existentes em 1996 foi de 31% e na área agropecuária foi de 2,1%, o que indica uma ligeira retração em relação ao início da década anterior. Essa diminuição da participação dos minifúndios teve como correspondente uma queda do número de estabelecimentos e da área ocupada pelos demais grupos, conforme também indicado pelas informações constantes da Tabela X.

Mesmo assim, os estabelecimentos com menos de 10 ha (31% dos estabelecimentos) ocupavam ainda pouco mais do que 2% da área agropecuária total; enquanto isso, os com mais de 1000 ha (0,6% do número de unidades) ocupavam cerca de 32% da área agropecuária total, ou aproximadamente quatro por cento menos do que em 1980 (dados elaborados a partir das informações da Tabela X).

Se comparados esses dados e o movimento que eles indicam com o crescimento das plantações florestais, é plausível sugerir que essa permanência das pequenas propriedades num contexto de concentração elevada da propriedade é produto de uma fragmentação das propriedades. E isso, por sua vez, reforça a idéia de uma fragilização do rural na região de

análise, conseqüência então dos processos de urbanização⁷⁵ e de imposição de um padrão de propriedade crescentemente adequado às necessidades das empresas consumidoras de produtos madeireiros e dependentes de uma base territorial significativa para garantir o suprimento desses insumos.

Olhar a agricultura local como estando em processo de enfraquecimento requer afastar a idéia do atraso e permite duvidar enfaticamente do discurso técnico estatal e empresarial que aponta o território dos Vales do Aço/Rio Doce como inadequados ou inadaptados para a produção alimentar.

Se os dados relativos à concentração fundiária, expostos anteriormente, evidenciam que existe um contingente expressivo de propriedades rurais de tamanhos diversificados, os dados relativos à condição dos produtores são também bastantes significativos. A Tabela XI, apresentada a seguir, indica como evoluíram as formas de apropriação da terra e de identificação dos produtores dentro do mercado de terra e das condições sociais locais para a produção agropecuária.

Comparando a variação de todas as categorias censitárias indicadas no período 1960-1996, pode-se notar que apesar do crescimento do número de proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes entre as duas datas, o mesmo não ocorre quando a comparação se faz entre 1980 e 1996. Assim, entre o início dos anos 1980 e meados da década de 1990 o número de proprietários diminui 17%, o de arrendatários 52%, o de parceiros 55% e o de ocupantes 39%.

O mesmo comentário pode ser feito para as áreas ocupadas pelos estabelecimentos de cada um desses tipos de categorias, à exceção dos arrendatários, cujos estabelecimentos tiveram um crescimento contínuo de área entre 1960 e 1980 de 410% e entre 1980 e 1996 de 223% (dados elaborados a partir das informações da Tabela XI).

⁷⁵ E, inclusive, do fato que o processo de urbanização local fez-se pela progressiva “quebra” de unidades territoriais jurídica e politicamente estabelecidas pelo menos desde o século XIX. A criação e supressão de distritos deve ser entendido como parte daquilo que os diversos autores mencionados nessa tese denominam de urbanização, já que implicam em ou abrem a

Isso fez com que a área média dos estabelecimentos arrendados saltasse de 100,7 ha em 1960 para 391,7 ha em 1996, enquanto a área média dos estabelecimentos dos proprietários diminuiu de 63,7 para 60,9 ha no mesmo período (situação idêntica à dos ocupantes, cujos estabelecimentos tiveram a área média diminuída de 23,6 para 16,9 ha).

Em termos bastante gerais, isso parece reforçar o argumento anterior relativamente a uma fragilização do rural local nesse território como resultado de uma progressiva substituição da figura do proprietário diretamente vinculado e dependente da gestão da sua terra pela figura social do sujeito que, segundo a lógica de mercado, arrenda a propriedade mediante pagamento monetário ou daquele outro tipo de ator que, mais ou menos diretamente submetido a essa lógica mercantil, arrenda a propriedade de outrem mediante troca de equivalentes em produto ou em serviços.

Por sua vez, essa maior presença do arrendamento significa também a existência da figura do proprietário que por herança ou aquisição torna-se dono da terra de negócio, parafraseando José de Souza Martins, e que não tem vinculações com uma dinâmica propriamente rural de produção e reprodução da terra como capital mais do que apenas material.

oportunidade para uma transformação dos usos do espaço local circunscrito pela denominação “município”.

Tabela XI

Condição do Produtor, por Municípios, Número de Estabelecimentos e Área da Propriedade (em ha) nos municípios selecionados dos Vales do Aço/Rio Doce – 1960/1996

Municípios	PROPRIETÁRIO						ARRENDATÁRIO					
	N.º de Estabelecimentos			Área			N.º de Estabelecimentos			Área		
	1960	1980	1996	1960	1980	1996	1960	1980	1996	1960	1980	1996
Açucena	819	759	673	65.733	98.148	73.123	17	35	9	3.174	1.815	1.761
Alvinópolis	606	1.200	775	28.164	39.984	35.179	18	118	4	498	2.974	125
Antônio Dias	206	452	239	14.145	63.628	14.884	6	10	6	1.510	572	7.657
Bela Vista de Minas	n. d.	77	62	n. d.	3.899	4.158	n. d.	1	3	n. d.	80	4.245
Belo Oriente	n. d.	361	270	n. d.	28.784	19.132	n. d.	12	2	n. d.	300	38
Coronel Fabriciano	112	224	108	17.554	6.780	6.817	1	3	2	45	432	4.729
Dionísio	48	247	239	3.274	41.337	9.327	1	10	3	18	236	18.450
Iapu	990	820	817	37.724	40.561	38.155	25	9	22	3.568	408	3.177
Ipaba	n. d.	n. d.	90	n. d.	n. d.	4.966	n. d.	n. d.	26	n. d.	n. d.	3.007
Ipatinga	n. d.	109	71	n. d.	7.285	5.544	n. d.	3	4	n. d.	276	138
Jaguaraçu	68	87	74	7.850	8.917	5.767	-	1	4	-	6	61
João Monlevade	n. d.	48	60	n. d.	765	919	n. d.	1	-	n. d.	18	-
Marliéria	212	180	118	10.674	17.641	14.200	1	2	14	27	894	1.756
Mesquita	468	706	567	30.039	42.391	18.824	14	50	4	1.396	3.675	181
Nova Era	88	153	192	17.570	18.677	20.572	1	10	17	710	4.128	587
Rio Piracicaba	n. d.	485	442	n. d.	20.686	15.278	n. d.	13	1	n. d.	386	3.419
Santa Bárbara	n. d.	239	246	n. d.	54.907	28.280	n. d.	14	4	n. d.	707	4.038
Santana do Paraíso	n. d.	n. d.	99	n. d.	n. d.	13.992	n. d.	n. d.	6	n. d.	n. d.	510
S. D. do Prata	438	1.021	757	30.467	45.623	41.612	4	20	5	150	1.146	69
S. José do Goiabal	215	380	337	8.951	10.731	9.236	28	2	4	586	316	5.545
Timóteo	n. d.	49	62	n. d.	5.904	3.711	n. d.	3	12	n. d.	28	45
TOTAL	4.270	7.597	6.298	272.145	556.648	383.676	116	317	152	11.682	18.397	59.538

Continua...

Tabela XI
 Condição do Produtor, por Municípios, Número de Estabelecimentos e Área da Propriedade (em ha) nos municípios selecionados dos Vales
 do Aço/Rio Doce – 1960/1996

...continuação

Municípios	PARCEIRO						OCUPANTE					
	N.º de Estabelecimentos			Área			N.º de Estabelecimentos			Área		
	1960	1980	1996	1960	1980	1996	1960	1980	1996	1960	1980	1996
Açucena	n. d.	8	7	n. d.	n. d.	107	7	8	1	388	894	3
Alvinópolis	n. d.	257	-	n. d.	948	-	2	81	4	24	741	120
Antônio Dias	n. d.	7	1	n. d.	112	40	4	19	3	112	590	58
Bela Vista de Minas	n. d.	-	4	n. d.	-	6	n. d.	1	-	n. d.	3.820	-
Belo Oriente	n. d.	6	65	n. d.	578	129	n. d.	21	16	n. d.	69	128
Coronel Fabriciano	n. d.	1	1	n. d.	4	1	2	5	3	12	265	21
Dionísio	n. d.	-	2	n. d.	-	173	-	-	1	-	-	4
Iapu	n. d.	3	34	n. d.	65	316	51	18	75	817	623	1.104
Ipaba	n. d.	n. d.	3	n. d.	n. d.	53	n. d.	n. d.	3	n. d.	n. d.	59
Ipatinga	n. d.	-	-	n. d.	-	-	n. d.	1	3	n. d.	148	485
Jaguaraçu	n. d.	2	-	n. d.	44	-	-	-	-	-	-	-
João Monlevade	n. d.	-	-	n. d.	-	-	n. d.	-	2	n. d.	-	6
Marliéria	n. d.	-	1	n. d.	-	7	-	2	-	-	44	-
Mesquita	n. d.	5	3	n. d.	43	68	2	23	1	251	399	4
Nova Era	n. d.	-	-	n. d.	-	-	-	3	11	-	499	213
Rio Piracicaba	n. d.	1	1	n. d.	6	1	n. d.	39	-	n. d.	42	-
Santa Bárbara	n. d.	-	4	n. d.	6	1184	n. d.	3	9	n. d.	21	116
Santana do Paraíso	n. d.	n. d.	-	n. d.	n. d.	-	n. d.	n. d.	-	n. d.	n. d.	-
S. D. do Prata	n. d.	2	7	n. d.	36	186	-	3	6	-	9	12
S. José do Goiabal	n. d.	6	1	n. d.	31	2	-	-	-	-	-	-
Timóteo	n. d.	1	-	n. d.	42	-	n. d.	3	3	n. d.	21	51
TOTAL	---	299	134	---	1.915	2.273	68	230	141	1.604	8.185	2.384

Fonte: FIBGE (1970; 1984b; 1996)

Uma outra maneira de aquilatar tal proposição é pela verificação da evolução dos usos da terra na região, o que é indicado na Tabela XII e na Figura 6, apresentadas nas páginas que seguem.

É visível, segundo os dados apresentados, que houve uma redução da área em todos os usos da terra pelos agricultores dos vales do Aço/Rio Doce entre 1960 e 1996. Porém, o que chama a atenção é que enquanto o tamanho das áreas destinadas às lavouras (temporárias e permanentes) e aquelas produtivas não utilizadas decresce seguidamente no período mencionado, o montante das áreas dedicadas a pastagens (plantadas e naturais) e as ocupadas por matas e florestas (naturais e plantadas) cresceu entre 1960 e 1980 para então reduzir-se entre essa última data e o ano de 1996.

Mas o mais importante para o curso da presente análise é que a utilização de terra nos estabelecimentos agropecuários com pastagens plantadas cresceu mais de oito vezes e meia entre 1960 e 1980 e no período seguinte teve uma retração de apenas 19%. No caso das matas e florestas plantadas, o movimento foi semelhante: um crescimento de treze vezes no primeiro período verificado e uma redução de 39% entre 1980 e 1996 (dados elaborados a partir da Tabela XII).

Tabela XII

Utilização da Terra nos Municípios Seleccionados dos Vales do Aço/Rio Doce, Minas Gerais, no período 1960/1996 – em ha

Municípios	Lavouras Permanentes			Lavouras Temporárias (1)			Pastagens Naturais			Pastagens Plantadas		
	1960	1980	1996	1960	1980	1996	1960	1980	1996	1960	1980	1996
Açucena	3.454	1.022	980	7.738	6.651	3.631	42.998	54.695	27.489	818	14.309	19.994
Alvinópolis	671	548	121	3.193	4.792	2.970	14.087	20.359	15.362	2.617	2.867	2.718
Antônio Dias	350	759	548	1.281	1.846	1.092	8.382	20.093	5.786	189	368	3.528
Bela Vista de Minas	n. d.	89	6	n. d.	252	235	n. d.	1.795	1.230	n. d.	88	641
Belo Oriente	n. d.	221	290	n. d.	1.842	1.025	n. d.	1.773	2.644	n. d.	7.457	5.216
Coronel Fabriciano	310	1.280	103	795	883	94	5.789	2.966	1.043	484	109	316
Dionísio	267	119	239	554	969	934	1.656	363	6.325	3	5.893	2.132
Iapu	3.339	1.018	840	15.926	5.829	3.805	15.451	6.999	20.829	1.650	21.938	10.260
Ipaba	n. d.	n. d.	113	n. d.	n. d.	292	n. d.	n. d.	916	n. d.	n. d.	678
Ipatinga	n. d.	126	252	n. d.	145	164	n. d.	3.841	1.455	n. d.	2.981	980
Jaguaráçu	140	260	156	415	446	504	6.356	5.205	2.016	-	738	1.203
João Monlevade	n. d.	27	36	n. d.	43	36	n. d.	582	221	n. d.	2	462
Marliéria	734	166	209	1.240	950	576	4.160	7.799	4.197	897	1.391	3.020
Mesquita	1.234	1.043	1.098	2.363	6.106	2.407	22.686	20.867	7.907	963	1.099	3.336
Nova Era	292	269	415	1.687	997	915	10.078	2.628	4.901	39	8.242	2.622
Rio Piracicaba	n. d.	470	491	n. d.	1.446	1.121	n. d.	11.711	8.206	n. d.	194	2.389
Santa Bárbara	n. d.	569	638	n. d.	868	1.367	n. d.	7.610	4.530	n. d.	700	1.967
Santana do Paraíso	n. d.	n. d.	243	n. d.	n. d.	355	n. d.	n. d.	2.629	n. d.	n. d.	2.782
S. D. do Prata	2.112	1.585	562	3.076	4.363	3.084	15.575	8.199	16.564	815	19.630	7.287
S. José do Goiabal	321	73	193	2.634	2.113	1.000	414	1.473	2.366	2.209	5.348	4.021
Timóteo	n. d.	119	51	n. d.	358	78	n. d.	448	305	n. d.	270	172
TOTAL	13.224	9.763	7.584	40.902	40.899	25.685	147.632	179.406	136.921	10.684	93.624	75.724

Continua...

Tabela XII
Utilização da Terra nos Municípios Seleccionados dos Vales do Aço/Rio Doce, Minas Gerais, no período 1960/1996 – em ha

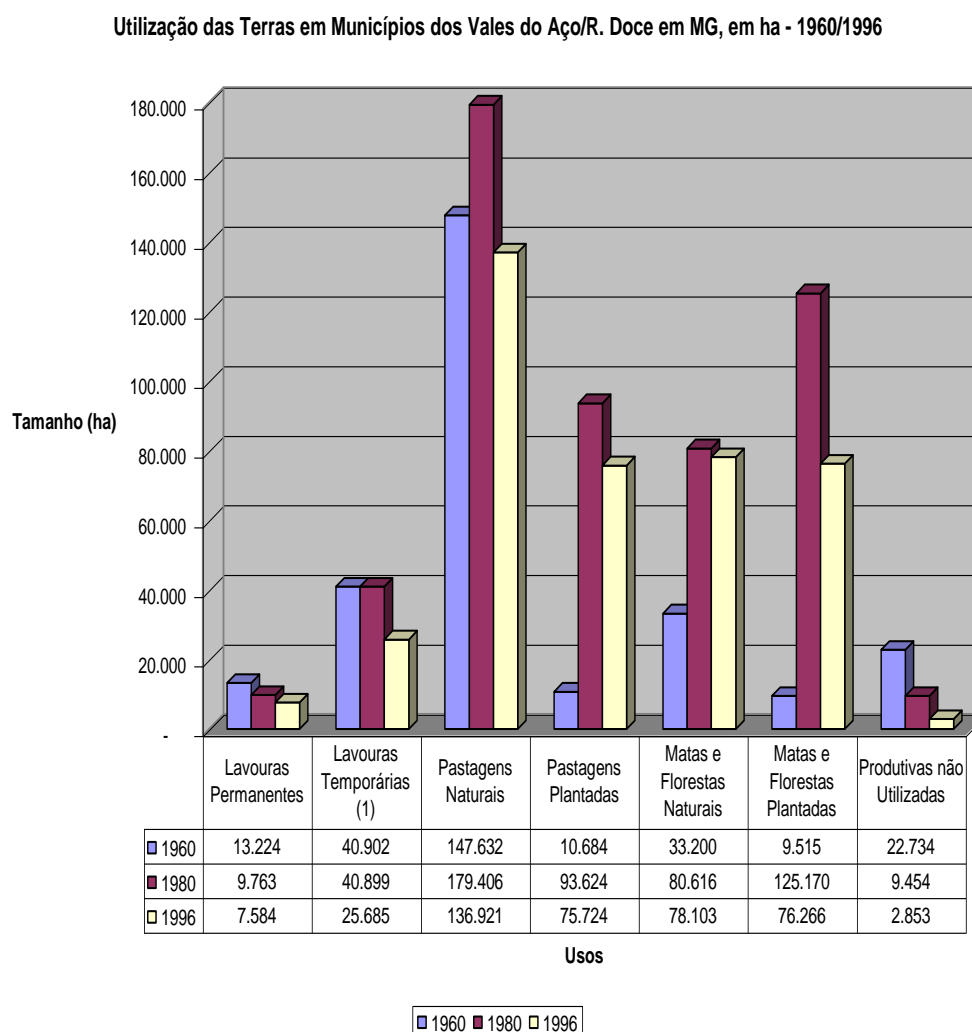
... continuação

Municípios	Matas e Florestas Naturais			Matas e Florestas Plantadas			Produtivas não Utilizadas			Total		
	1960	1980	1996	1960	1980	1996	1960	1980	1996	1960	1980	1996
Açucena	6.081	10.250	1.028	3.453	7.910	6.163	4.317	957	333	68.859	95.794	74.994
Alvinópolis	5.561	7.564	7.564	428	3.259	5.278	1.485	2.029	194	28.042	41.418	35.424
Antônio Dias	1.584	13.661	4.294	42	20.178	5.734	3.041	1.336	297	14.869	58.241	22.640
Bela Vista de Minas	n. d.	990	2.150	n. d.	4.076	3.275	n. d.	15	190	n. d.	7.305	8.408
Belo Oriente	n. d.	1.720	3.859	n. d.	12.338	5.501	n. d.	731	57	n. d.	26.082	19.426
Coronel Fabriciano	682	659	3.074	2.603	338	5.931	513	501	64	11.176	6.736	11.567
Dionísio	433	3.176	5.078	-	24.458	11.444	118	44	79	3031	35.022	27.954
Iapu	4.135	2.945	3.654	281	1.114	1.074	4.704	376	307	45.486	40.219	42.752
Ipaba	n. d.	n. d.	2.621	n. d.	n. d.	2.633	n. d.	n. d.	86	n. d.	n. d.	8.086
Ipatinga	n. d.	208	1.654	n. d.	2	973	n. d.	3	36	n. d.	7.306	6.166
Jaguarçu	573	1.223	931	-	3	729	292	97	61	7.776	7.972	5.828
João Monlevade	n. d.	56	88	n. d.	21	2	n. d.	0	5	n. d.	731	925
Marliéria	934	2.043	3.780	1	4.619	3.515	1.280	574	25	9.246	17.542	15.963
Mesquita	2.808	2.807	2.565	395	10.016	820	1.280	596	273	31.729	42.534	19.076
Nova Era	3.778	4.942	6.912	2.278	4.427	4.067	442	275	166	18.594	21.780	21.373
Rio Piracicaba	n. d.	2.893	3.171	n. d.	3.235	2.850	n. d.	111	11	n. d.	20.060	18.698
Santa Bárbara	n. d.	14.712	9.629	n. d.	23.535	1.854	n. d.	1.269	225	n. d.	49.263	33.618
Santana do Paraíso	n. d.	n. d.	3.566	n. d.	n. d.	3.951	n. d.	n. d.	190	n. d.	n. d.	14.502
S. D. do Prata	4.838	9.246	9.037	34	1.088	3.877	2.737	218	243	29.187	44.329	41.880
S. José do Goiabal	1.793	1.426	2.438	-	170	4.727	2.525	132	6	9.896	10.735	14.783
Timóteo	n. d.	95	1.010	n. d.	4.383	1.868	n. d.	190	5	n. d.	5.863	3.807
TOTAL	33.200	80.616	78.103	9.515	125.170	76.266	22.734	9.454	2.853	277.891	538.932	447.870

FONTE: FIBGE (1970; 1984b; 1996)

Obs.: (1) Inclui a área das Lavouras Temporárias em descanso (em ha).

Figura 6



Fonte: Tabela XII

O que os dados censitários revelam é que pode haver uma articulação entre um movimento de pecuarização - processo que supostamente estaria restrito apenas ao Vale do Rio Doce, na área polarizada por Governador Valadares - e de eliminação da figura do proprietário que vive da terra. Um dos motivos que explicaria essa combinação, expressa no aumento do número de arrendatários, é que herdeiros de antigos proprietários não se encontram motivados com a manutenção da atividade rural, sobretudo por não depender dela para sua sobrevivência. Outro motivo, sugerido em algumas entrevistas com produtores mas não comprovada, refere-se à grilagem de terras de pequenos através da articulação entre cartórios e fazendeiros.

Ao lado desses processos, e em parte por causa deles, observa-se como "*tendência geral ... o estancamento da área destinada à monocultura do eucalipto*", ao menos nos municípios da bacia do Rio Piracicaba. A exceção foi o município de Antônio Dias, que em 1993 teve implantados mais de 18,7 mil ha de florestas de uso industrial, constituindo-se em uma das unidades territoriais com maior superfície plantada no estado (Barbieri, Ruiz et alii, 1997).

Pode-se dizer, em favor do argumento anterior, que a substituição do carvão vegetal por carvão mineral nos alto fornos da Acesita e da CSBM, a partir de 1997, provocou uma transferência de propriedades das áreas de plantações existentes. Como mencionado anteriormente, a Cenibra foi uma das principais adquirentes das plantações da CAF e da Acesita, mas não foi a única. Em municípios como Santana do Paraíso, onde essa última empresa possuía plantios, indivíduos e firmas adquiriram essas terras, que serão usadas para outras finalidades (sobretudo para loteamentos urbanos e rurais, usos industriais e como áreas de instalações de prestação de serviços públicos e de lazer).

Se as plantações chegaram a um tamanho ideal, já que dois dos principais consumidores nacionais de carvão vegetal deixaram de usar esse insumo e transferiram ou estão transferindo parte do seu patrimônio fundiário e "florestal", já que a Cenibra declarou ter formado sua área estratégica de fornecimento de madeira, e já que a agricultura definitivamente parece estar presa a uma dinâmica imposta pela construção do espaço regional como espaço das plantações, o que se pode dizer então sobre os agricultores familiares e trabalhadores rurais locais?

3. Agricultores e Assalariados das Plantações Florestais: quais Problemas?

Nos capítulos e seções precedentes propôs-se que a agricultura dos municípios analisados se fragilizou, como uma consequência dos processos de industrialização, de crescimento da população urbana e redução da população rural e de mudança nos usos da terra e na condição dos produtores. Em função disso, as análises técnicas – feitas pelo e a partir do Estado, por parte da academia e pelas empresas – trataram e tratam de impor uma **qualificação da região** como sendo atrasada. O corolário dessa imposição é que a população rural local é, também, atrasada ou tradicional. Porém, como observa Bourdieu (1990, p. 163), as "*relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações de*

poder simbólico”, o que serve como hipótese para entender os desdobramentos das disputas locais sobre o controle da região.

Nessa seção procurar-se-á perceber alguns dos elementos das representações que agricultores familiares fazem das mudanças ocorridas a partir da transformação do “seu” território em região de plantações e como uma categoria específica de sujeitos sociais que foram socialmente criados pelas formas através das quais empresas siderúrgicas, de plantações e a sociedade rural local interagiram no tempo.

Uma descrição da configuração regional em final da década de 1950, especialmente da agricultura, foi feita por Strauch (1958). Suas considerações, apesar de longas, são importantes para a presente argumentação e são, portanto, apresentadas a seguir. Iniciando com a reafirmação da idéia que a produção de carvão devastou inicialmente as matas mais próximas da EFVM, nas terras aluviais e nos terraços do Rio Doce, o autor argumenta que

Muitas destas terras, principalmente as baixadas aluviais são bastante férteis, ricas de húmus e matéria orgânica, periodicamente depositados pelas enchentes do rio. Ao longo do vale estas faixas de terras, variáveis na sua largura, representam áreas agrícolas em potencial. Atualmente elas apresentam uma utilização relativamente simples. Após a derrubada da mata o pasto de "colonião", plantado ou não, se estendeu por toda a faixa ribeirinha. Em alguns trechos, onde por exceção houve algum estabelecimento de fazenda pode-se observar então certa esquematização no uso da terra. Assim, nas baixadas aluviais, planta-se o milho e arroz depois das chuvas. Após a safra, o "colonião" já está bastante desenvolvido e nas terras coloca-se então o gado que aí permanece até o início da elevação do nível da águas após o que se reinicia o ciclo agrícola. É interessante considerar que o capim colonião tem aí um caráter de praga, pois, em virtude da semente que acumula no solo no início do período das chuvas, é resistente ao próprio fogo. O trabalho para destruir o pasto é assim feito antes das primeiras chuvas e representa um temendo dispêndio de energia por parte do lavrador. Além das lavouras de milho, é também comum a utilização das baixadas aluviais para pastos melhores de capim gordura ou jaraguá. Este último principalmente pode ser observado com alguma freqüência, fazendo rotação com o milho enquanto o "colonião" ocupa permanentemente os terraços mais altos e as encostas. Nas pequenas propriedades ou, o que é mais comum, nas lavouras dos "moradores" e dos "meeiros" são freqüentes as plantações de bananeiras que representam uma fonte de renda complementar, pois as cidades próximas absorvem facilmente esta produção. Mas o traço dominante é sempre a mata devastada ou em devastação e os extensos pastos de colonião. Com menos intensidade que na região de Governador Valadares, as fazendas são de pecuária extensiva e geralmente especializadas na engorda do gado para os centros consumidores de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Tratando-se de uma área de ocupação relativamente recente, as sedes das fazendas são em geral bastante rudimentares tanto mais que grande parte das propriedades aí são de fazendeiros já estabelecidos em outras áreas ou de pessoas mais interessadas no negócio de carvão. Tanto as sedes de fazenda quanto as casas dos moradores e parceiros se situam nas partes mais elevadas ... Como seria de se esperar, os métodos agrícolas são aí dos mais primitivos: usa-se a queimada para limpar os pastos de "colonião" e as únicas ferramentas de

trabalho são a enxada, a foice e o machado. Nos terrenos planos das baixadas e terraços os processos de trabalhar a terra pouco têm afetado os solos, tanto mais que o rio se incumba de repor o húmus que o fogo destruiu e as lavouras são tão extensivas que não é possível aquilatar do seu rendimento, mas nas encostas de declive mais acentuado são visíveis os ravinamentos que falam com eloquência dos fenômenos de erosão (Strauch, 1958, pp. 115-117)

No Vale do Aço, assim com em todo o Vale do Rio Doce, então, não se pode dizer que a vida foi desde sempre dedicada ao desmatamento e ao carvoejamento ou produtora de eucaliptos – atividades sem dúvidas centrais na reprodução econômica local, inclusive pela sua articulação com um capital mercantil e industrial que esteve implicado nas mudanças apontadas no capítulo anterior. Porém, de acordo com vários produtores familiares da região entrevistados, a estrutura da região - que já foi capaz de se sustentar com a produção local de alimentos e gerar seus próprios empregos, foi modificada pelas plantações homogêneas. Mas como era então mesmo a vida antes do “reflorestamento”?

De acordo com a fala de um dirigente sindical rural de Santa Bárbara, feita durante entrevista,

o pessoal plantava todo tipo de agricultura que produz na região como ... mandioca era em alta escala, fazia muita farinha, que chegava até ser exportada daqui ... para outros países (...) E tinha plantio de milho, arroz, feijão e o pessoal sobrevivia disso e algumas pessoas empregavam nas minas de ouro, aqui em Florália tinha uma ou duas ... Mas foi pela década dos anos de 40 a 50 que começou a chegar o reflorestamento, que a Belgo-Mineira tinha um plantio de jacaré [76], que era uma mata nativa mas de muito boa saída. Só que apareceu o eucalipto que era muito mais vantajoso para as empresas e aí que começou o reflorestamento que ficou durante muito tempo com a Belgo ... Quando foi nos anos de 1970 que apareceu a Floresta Rio Doce que ... foi comprando vários outros [terrenos] e nesta década de 1980 ela passou para a CENIBRA e isso foi se estendendo.

Um outro entrevistado, produtor rural que mora na mesma região, afirma que a terra onde o eucalipto foi plantado "era lavoura. Onde não tinha lavoura é porque a terra era ruim, e tinha pasto". Além disso, a produção de farinha era comum, e "rapadura se fazia diariamente, tanto que para a despesa comprava açúcar uma vez ou outra porque no mais o que usa é rapadura mesmo". Uma agricultora moradora de um dos distritos de Antônio Dias também registrou que

76 Árvore nativa da Mata Atlântica, de nome científico *Piptadenia communis* Benth, que cresce muito rapidamente e que foi utilizada nos primeiros experimentos de plantações da CSBM.

A mais anos atrás, antes do eucaliptal, aqui se plantava roça, milho, mandiocal, os antigos cuidava das lavouras, quem tinha seus gados, quem tinha seus animal tinha o pasto. Hoje ninguém conhece o que é animal mais. Você fala tropa, uai ?, que é isso ? Peitoral de burro, o que é peitoral? ... não existe peitoral mais. Pergunta as famílias minha que que é peitoral que coloca num animal, o burro de guia tá na frente e a tropa tá atrás, acompanhando aquele burro de guia. Só aquele burro com aquele peitoral tá seguindo a tropa toda na estrada, é ou não é?

Pergunta: *Servia para que a tropa?*

Entrevistada: *Tropa? Essa tropa puxava cana, no princípio antes de entrar os membros da companhias aqui, essa tropa puxava cana, puxava carvão.*

Pergunta: *O carvão era tirado de onde?*

Entrevistada: *O carvão era tirado dos matos mesmo. Mato, né?, não era eucaliptal não. Eu sei porque este terreno aqui tinha um mato, desmanchou todo em carvão.*

Os relatos de outros produtores ouvidos acrescentam que, além da produção de mandioca e da cana, existia também a de arroz, banana, feijão, melancia, milho e laranja, todos entendidos como alimentos para a "despesa". Nesse contexto, a plantação de eucalipto, inicialmente pela empresa Rural Mineira, depois pela FRD, CAF, Acesita e, finalmente, pela Cenibra provocou "falta", uma vez que o "pessoal antigo vendeu os terrenos bons tudo, os antigos pôs os terrenos bons na mão da Companhia. E os antigos uns mudou para a rua, outros para a cidade" (entrevista de moradora de Antônio Dias).

Mas como esses sujeitos entenderam as mudanças que ocorreram? Para alguns produtores rurais, há uma percepção de que a vida antes das plantações era melhor. Outro pequeno produtor de Antônio Dias disse não ser verdadeiro o argumento das firmas "reflorestadoras", segundo o qual as terras nas quais as empresas plantaram eucaliptos eram degradadas. Para ele,

uma terra que criou uma família ... por 125 anos até hoje, eu acho que ela num tem condições de ser ruim, tem? ... porque se ela fosse ruim ... você vê, que hoje é que existe companhia, mas meu avô e meu bisavô foi criado aqui dentro, né certo?, o que ele progredia era daqui, né certo? Toda terra são boa ... se a terra num dá cana você vai lá plantar uma mandioca. Ela dá. Se ela num dá, ela dá feijão, ela dá uma outra coisa, tem que escolher a planta certa da terra, né certo? É a mesma coisa de nós, nós num tem uma comida preferida? A terra é a mesma coisa disso, ela num ... o problema dela é o trato que tem que ter nela.

Um pequeno produtor de Santa Bárbara, falando também da mandioca, representa assim o que era a organização social e produtiva local antes dos anos 1950:

Entrevistado: *... eu plantava alqueire mais alqueire de mandioca, fazia muita farinha, antes de entrar essa indústria aqui a vida aqui era farinha de mandioca ... agricultor plantava na terra dos outros a terça, a meia, mas a vida aqui em Santa Bárbara era farinha de mandioca.*

Pergunta: A terra aqui é boa para plantar mandioca?

Entrevistado: A terra aqui é boa demais.

Pergunta: Mas os homens não falavam que a terra é ruim, o diretor da empresa?

Entrevistado: Pois é, eu criei a minha família plantando mandioca.

Pergunta: Quer dizer que eles não sabem bem a história não?

Entrevistado: Ah, hoje tem técnica né? Também naquele tempo tinha meus filhos em casa. (...)

Pergunta: E a plantação de mandioca dava emprego para todo mundo?

Entrevistado: Dava, ali plantava, tinha capina, vinha a colheita da farinha da mandioca, fazia farinha. Então, aqui na Paciência ... ali hoje é umas casinhas, mas naquela época era um povoado grande.

Pergunta: E hoje as famílias estão onde?

Entrevistado: Os velhos já morreram, os novos estão para Belo Horizonte, tem outros em Santa Bárbara.

Pergunta: Eles fazem o que hoje?

Entrevistado: A maioria é empregado, porque hoje para a pessoa tocar um movimento por conta própria ele tem que ter um fundo, no entanto a roça hoje está muito difícil, muito pesada, eu não sou contra quem não fica na roça.

Pergunta: Porque não tem incentivo?

Entrevistado: É, uai. Eu pelo menos ... a pessoa para fazer vida na roça é muito difícil.

Pergunta: Antes era mais fácil?

Entrevistado: Era muito mais fácil ... mas hoje nós estamos vivendo uma época assim, quem tem, tem, quem não tem, não tem.

Perguntado sobre o que acha da introdução das plantações de eucalipto, sua resposta enfatiza uma idéia de que mudança ocorreu com relação a um tempo no qual todo mundo “trabalhava na roça”: “Prá mim é a pior coisa que apareceu. É bom, foi bom, assim, porque deu muito emprego”, mas isso “Hoje já não continua, só vemos falar em demissões. O senhor sabe como está o problema no Brasil hoje”.

Uma mudança fundamental provocada na economia rural da região na percepção dos agricultores, então, foi a geração de empregos assalariados e, em consequência, de renda monetária adicional à que poderia possivelmente ser gerada dentro da propriedade rural familiar. Para entender mais completamente essa questão, porém, deve-se atentar para o fato que se as empresas plantadoras criaram emprego, elas o fizeram num universo de sujeitos submetidos já a uma lógica de exploração do grande produtor.

A pequena produção local incluía a meação como estratégia de reprodução da unidade familiar e, assim, do ponto de vista daqueles que tinham que trabalhar na terra do grande, a história pode ser dividida entre um tempo antes e depois do eucalipto (a partir da década de 1950), que inclui a substituição do fazendeiro como empregador, e em um outro tempo mais recente, quando a fazenda se transformou e se "apresentou" o plantio do capim braquiária (a partir da década de 1980), a partir de quando então foram limitados o espaço

e o tempo do uso da terra. Para uns, essa transformação de produtor familiar em assalariado não parece ter sido positiva. É o caso de um outro pequeno agricultor de Antônio Dias, para quem

Quando é a respeito pra dar serviço, [o “reflorestamento”] deu serviço pra muita gente, mas pelo salário que nós ganhávamos não ajudava a gente muita coisa não, porque eu trabalhava lá esse tempo todo num deu pra dá um conforto pra minha família estudá direito, nada, porque o salário era pouco, não deu pra dá conforto, só deu pra sobreviver durante o tempo.

Da mesma maneira, o já mencionado sindicalista de Santa Bárbara argumenta em sua entrevista que se

antes de chegar o reflorestamento ... as coisas eram mais difícil de ... acesso, as pessoas da roça, de vir na cidade, não tinha estrada boa, não tinha naquela época carro, só que é o seguinte, todos plantavam, todos colhiam. Hoje existe uma facilidade maior para se locomover, mas só que naquela época o pessoal ganhava pouco mas trabalhava para ele mesmo. E hoje, ele pode até ganhar mais um pouquinho mas ele tem um encarregado atrás dele, um chefe atrás do encarregado, um fiscalizando o outro igual uma escravidão mesmo que ele tá ali mandado, a pessoa levanta quase madrugada, chega de tarde, ele não tem tempo nem pra conversar com a família dele ... Mas a semana toda a pessoa sai de casa de manhã com escuro e chega a noite com escuro, isso pra simplesmente enriquecer a empresa.

Ou seja, as plantações substituíram uma suficiência dos produtores rurais e da sua economia de produção familiar pelo assalariamento e por um salário que não seria capaz de garantir mais do que a sobrevivência. Isso permite especular que, mais do que por causa do assalariamento, a vida mudou para parte desses pequenos agricultores por causa de um novo ritmo de organização do trabalho: levantar, ir trabalhar e retornar à casa deixaram de ser movimentos controlados por eles dentro de uma lógica familiar de organização e gestão da unidade produtiva, e tornaram-se determinados pelas necessidades das empresas. Essa situação combina, formando um quadro de interpretação da decadência dos agricultores e da agricultura, com a que existe para aquelas famílias ou velhos que persistiram na terra e não se assalariaram, já que para eles não houve e nem há "ajuda" nenhuma para "tocar" a roça.

Uma perspectiva que permite entender essa mudança social é fornecida por Thompson (1979, pp. 240-244) em sua análise da transição social ocorrida com a introdução de uma organização da produção comandada pelo capital industrial, que impôs uma severa reestruturação dos hábitos de trabalho, com a formação de novas disciplinas orientadoras

das atividades e da natureza humana dos trabalhadores, o que produziu uma transformação dos “*condicionamentos essenciais*” dos ritmos de trabalho e da notação do tempo.

Para as associações humanas primitivas assim como para as sociedades camponesas e para o estágio de produção dominado pela indústria doméstica, o tempo era medido ou orientado pelo “que fazer”, o qual era por sua vez orientado por três princípios: “*o trabajador parece ocuparse de lo que es una necesidad constatada*”, existe uma “*demarcación menor entre ‘trabajo’ y ‘vida’*” e ambos os pontos anteriores não são, enquanto atitudes relativas ao trabalho, nem antieconômicas ou constrangedoras (Thompson, *op. cit.*, p. 245).

Sob tal ordem, a tarefa a ser desempenhada determinava o tempo a ser gasto. E, como tal, exigia como referente o trabalhador independente. Por isso, a questão da orientação do “que fazer” tornou-se mais complexa no caso do trabalho contratado. De fato, tão logo “*se utilizan verdaderos braceros se destaca el cambio de orientación al quehacer a **trabajo regulado***” (*op. cit.*, p. 246, destaque meu, MTG). A principal questão que se coloca para o trabalhador a partir dessa mudança é que os indivíduos contratados

*experimentan una diferencia entre el tiempo de sus patronos y su ‘proprio’ tiempo. Y el patrón debe **utilizar** el tiempo de su mano de obra y ver que no se malgaste: no es el quehacer el que domina sino el valor del tiempo al ser reducido a dinero. El tiempo se convierte en moneda: no pasa sino que se gasta* (idem, pp. 246-247, destaque no original).

Concomitantemente, a mutação de um tempo que passa conforme aquilo que se deve fazer para um outro “*que se gasta*” representa a quebra do controle que os trabalhadores possuíam sobre a sua atividade e sobre as funções rituais das atividades e dos ritmos coletivos de trabalho, expressos por exemplo nos mutirões destinados a garantir a colheita nas comunidades rurais.

A questão é que, segundo Thompson (*op. cit.*), a realização do trabalho numa escala doméstica, sem uma divisão da produção complexa, dependia de uma sincronização simples do tempo de trabalho, o que inclusive emprestava ao trabalho um ritmo irregular, além de permitir que os trabalhadores pudessem realizar mais de uma atividade, característica dos “*ofícios mixtos*”. Nesse tipo de organização do trabalho e da produção,

“no puede sobrevivir una planificación del tiempo precisa y representativa” e são alternados “los golpes de trabajo intenso con la ociosidad, donde quiera que los hombres controlaran sus propias vidas con respecto a su trabajo” – enfim, prevalece uma ordem sob a qual o trabalho é diversificado tanto com relação às atividades a serem realizados quanto com relação a quem serão as pessoas a realiza-las (*op. cit.*, pp. 258-261). Do ponto de vista capitalista, contudo, a realização do trabalho passa a ser medida por uma disciplina não por qualquer questão de técnica, “sino de un mayor sentido de la economía del tiempo entre los patronos-capitalistas” (*ibidem*, p. 268).

Mas essa transformação não pode ser analisada levando-se em conta tão somente os termos econômicos e tecnológicos, como já sugerido anteriormente. A interpretação da mudança e da introdução de uma disciplina fabril, mesmo no campo, implica pensar a dimensão cultural da transição social para a sociedade industrial. Thompson (*op. cit.*, p. 271) sustenta que a imposição do tempo controlado, medido pelo dinheiro ou pela produção de mais-valia, tem que ser analisada não tanto em termos das mudanças produzidas no campo das técnicas manufatureiras e sim também pela “vivencia de estes cambios en la sociedad”. Isso requer tratar o tempo no seu sentido de condicionamento e a medida do tempo como meio de exploração do trabalho.

Ou seja, a imposição de uma disciplina do tempo aos trabalhadores representou para os capitalistas a adoção de um mecanismo que garantia o atendimento da sua necessidade de regular os movimentos da mão-de-obra: enfim, os “nuevos hábitos de trabajo se formaron, y la nueva disciplina de tiempo se impuso, em todos estos modos: la división del trabajo, la vigilancia del mismo, multas, campanas y relojes, estímulos em metálico” (Thompson, *ibidem*, p. 284)⁷⁷.

⁷⁷ É importante lembrar que a implementação desse modo de organização da produção não foi linear. De fato, não só em muitos casos os trabalhadores mantiveram o controle sobre alguma parte do seu tempo de trabalho como, em determinados segmentos do mercado de trabalho, esse controle foi – e é - assegurado pela organização dos trabalhadores (como, por exemplo, no caso dos chamados trabalhadores a domicílio prestadores de serviços ou no dos pequenos agricultores familiares). Ademais, a imposição capitalista do tempo disciplinado de trabalho não foi - e nem é - aceita sem resistência. Historicamente, a recusa que os trabalhadores fizeram do tempo capitalista evoluiu de uma simples resistência para uma luta sobre o controle das horas: os “patronos enseñaron a la primera generación de obreros industriales la importancia del tiempo; la segunda generación formó comités de jornada corta en el movimiento por las diez horas; la tercera hizo huelgas para conseguir horas extra y jornada y media. Habían aceptado las

É pensando sobre esse conjunto de questões que se pode entender por que um pequeno produtor de uma comunidade de Dionísio sustenta em sua fala que as plantações de eucalipto não produziram e nem produzem "*vantagens para ninguém não*". Introdutoras de um modo novo de organizar o espaço e o trabalho dos que moravam no território antes de sua chegada, as firmas de plantações quebraram o papel da agricultura como única fonte geradora de trabalho local. Segundo o mesmo entrevistado, elas não garantiam "*emprego para ninguém do lugar*" e por isso o "*eucalipto não serve para ninguém do lugar. Só serve para eles, eles pegam gente de todo lugar e traz para cortar eucalipto. Aqui na nossa comunidade ninguém tem benefícios de nada*". Para outra moradora da mesma comunidade,

O eucalipto só traz prejuízos, acaba com toda a água, e o que a gente espera de agora em diante é de acabar com as águas do córrego, pois diminuiu em 50% da água depois que plantaram eucalipto. Tem uma região aqui pra dentro [que] tinha um córrego que tocava moinho, depois que a CAF plantou eucalipto acabou toda a água, somente quando chove muito que brota um pouquinho de água.

Essas entrevistas foram feitas logo após um acidente provocado pela ação descuidada da Cenibra e de carvoejadores que, ao desmatarem a área de uma propriedade comprada pela empresa na divisa de Marliéria e Dionísio, represaram o riacho que corta a dita propriedade e atravessa a comunidade de Amoras; com as chuvas, de acordo com a entrevistada anterior, a

terra maranhada de madeira não suportou o peso das águas, rompeu, e veio descendo por todo o córrego entupindo as plantações do povo de Amoras dando prejuízo para todo pessoal, nas plantações, nas cercas, mesmo ponte foi tudo carregado pelas águas e até desbarrancando casas de alguns moradores, moinhos, casa de luz.

De um modo que resume os argumentos apresentados até o momento, um dos agricultores de Antônio Dias que foi entrevistado argumentou que o estilo de desenvolvimento representado pelas plantações homogêneas só favorece à grande empresa. Segundo ele,

Eu quero ver se - Deus que me perdoa da palavra - se vai ter condições da gente comer um pé de eucalipto, porque eu num trabalho só para mim não, né certo? Igual você, vocês não trabalha pra vocês, né certo?, é outro modo, se eu plantar aqui, eu planto pra mim, planto pra você, planto pra outro, né certo? Nós trabalha a bem da gente e a bem de todos, e ela [a

categorias de sus patronos y aprendido a luchar con ellas. Habían aprendido la lección de que el tiempo es oro demasiado bien" (Thompson, *op. cit.*, p. 277-280).

Cenibra] ela trabalha praticamente a bem dela só mesmo, porque o pobre ... ouvi explicar isso, o eucalipto só serve pra papel ... Aí se nós enrolar qualquer mercadoria numa folha de banana pra nós dava menos, depende é nós tê ela pra enrolá, num é certo? É isso que é importante, nós pode enrolar numa folha de banana a mercadoria, num tem nada a ver; agora, comer, que nós vamos fazer com isso aí? ... eucalipto só serve ... pra fazer dinheiro, tudo bem, ele dá pra fazer dinheiro, e se chegar um tempo que não existir as coisas de comer mais, existir só eucalipto, pra que o dinheiro vai servir também, né?, num vai servir pra nada. Pra mim eu faço julgamento, se eu tivesse cem alqueire de terra eu num plantaria nem um pé dele pra mim não, certo?, porque as coisas de comer é certo.

Essas percepções são ainda mais radicalizadas quando se trata dos modos pelos quais vários dos membros das comunidades rurais de base familiar saíram da terra. Se havia o recurso do assalariamento, por que venderam suas propriedades? A resposta óbvia é que isso foi feito para dar lugar às plantações. De fato, relendo os dados apresentados anteriormente sobre a estrutura da propriedade da terra, pode-se explicar por essa razão a redução da área média das pequenas propriedades, apesar da manutenção do seu número.

Porém, a "chegada" das empresas não foi feita com base na introdução da relação de equivalência e dos códigos jurídicos formais exigidos pela transação mercantil capitalista. O que se quer dizer é que, a partir dos depoimentos colhidos junto a antigos proprietários rurais e membros de suas famílias na região, as empresas adotaram estratégias de aquisição de terra que se não foram formalmente violentas, chegaram próximo disso, e foram muitas vezes ilegais⁷⁸.

Através de uma série de prepostos (os "corretores", como são conhecidos na região), as empresas foram adquirindo terra primeiro dos que não produziam, não dependiam da produção agropecuária para sobreviver e daqueles que não conseguiam mais manter a roça. Assim, aos poucos, aqueles que dependiam da terra para viver foram sendo pressionados.

⁷⁸ Essa é uma discussão mais complexa do que se pretende apresentar aqui. De qualquer forma, é necessário frisar que a violência juridicamente reconhecida como violação de direitos individuais, sociais ou políticos distingue-se muitas vezes daquela que é social e simbolicamente vivenciada por camponeses, índios e outras populações "tradicionais" face à penetração do capital nos seus sistemas de organização da vida. Assim, mesmo que muitas vezes a "chegada" da empresa capitalista tenha sido precedida da legalidade inclusive pela instituição de um mercado de terras (já que ela compra e estimula pela moeda a venda), isso não significa que tenha havido respeito a direitos costumeiros ou a ausência de violência contra as pessoas e os recursos, inclusive físicos, dos quais dependem. Assim, o desmatamento, a grilagem, a sedução pela moeda e a provocação pelo discurso fantasioso da vida futura melhor, a pressão política pelo uso de autoridades e parentes e, enfim, o discurso do que representa a empresa como progresso e os subalternos como atraso são exemplos de violência que normalmente não são considerados.

Um exemplo disso é o relato de um comprador de terra e de “mato” da CSBM (e que depois tornou-se comprador de terra para a FRD), residente em Nova Era; segundo ele, quando a FRD iniciou suas operações no Vale do Aço, ela queria "*volume de terra*" e, como não conhecia a região, procurou um "*meio de facilitar o contato*" com os moradores e produtores rurais. A própria descrição da atividade de comprador e a revelação que a empresa desconhecia o seu futuro lugar de atuação permitem sustentar as afirmações anteriores.

Da mesma forma, um outro comprador, que iniciou o seu trabalho no início da década de 1970, também residente em Nova Era, relata que durante o exercício da sua profissão vendeu 1.500 alqueires de terra para a FRD. Ainda segundo ele, essa área de terra foi adquirida aos poucos de produtores rurais de subsistência, empobrecidos, que plantavam apenas inhame, mandioca, chuchu e taioba. Impressionante pensar que existia uma tal quantidade de terra de posse e/ou propriedade de agricultores familiares tão pobres numa economia de subsistência que menciona frequentemente a produção de cana, feijão, arroz e milho... De qualquer forma, talvez pelo método empregado no desempenho de suas funções - contratação de intermediários que possuíam as habilidades de conhecer e de lidar com documentação, a fim de verificar se a documentação da terra a ser adquirida era "sadia" - ele tenha se enganado...

Por causa de estratégias como essas, vários são os casos em que as firmas "reflorestadoras" levaram terras de posse no bolo de compra de propriedades de fazendeiros. Isso foi possível porque, como disse um entrevistado de Antônio Dias, quase ninguém tinha título da terra, porque "*naquele tempo, na época ... ninguém comprava terra não, uai!*". Aqueles produtores que de alguma forma resistiram, permaneceram ilhados no "mar" de eucaliptos.

Mas há aqueles que perceberam o processo de modo distinto - o que não indica que discordem da sua situação de subalternidade. Um entrevistado, pequeno produtor de Santa Bárbara, falando do início das plantações de eucalipto na década de 1950, indica um elemento importante da condição subordinada da família rural ao movimento do capital das plantações na região:

depois que começou plantio, que as companhia começou a fazer o plantio, para falar a verdade melhorou também para o trabalhador, para os trabalhadores rural, por que aqueles que podia fichar na companhia fichava mas ficava os outros em casa, ou os mais velhos ou os menor de idade, que ficava cuidando da roça, né? E, por exemplo, se a família tinha as vezes umas cinco pessoa, se tivesse dois empregado tinha três na roça, então, controlou um pouco.

Outro produtor familiar de Santa Bárbara, tratando do mesmo assunto, disse que deve ser levado em conta que na época que as empresas "*puseram empreiteiro, deu serviço pra aqueles ... que tava na roça, porque muitas vezes a roça não dava pra o sujeito manter, então ajudou também, o próprio serviço da companhia ajudou*".

Um paralelo pode ser traçado com a análise feita por Palmeira (1979), a respeito das relações de trabalho nas usinas pernambucanas de açúcar no início da década de 1970. Se a imposição da situação do “trabalho com empreiteiro” aos trabalhadores produziu uma nova modalidade de pressão sobre a sua permanência na terra, gerou ao mesmo tempo um resultado que se pode chamar de positivo: o mecanismo de contratação dos trabalhadores pelos empreiteiros, ao girar em torno de um salário (inferior ao mínimo legal), deu “*a alguns trabalhadores a possibilidade de ganhar mais do que conseguiriam ‘dentro da lei’*”, uma vez que o empreiteiro não opera com o mesmo sistema de fixação de limites de quantidade de trabalho do usineiro (*op. cit.*, p. 46).

Numa leitura similar, Sigaud (1979a e 1979b) argumenta que o trabalho exercido pelo trabalhador sob o comando de um empreiteiro é feito a partir da “disposição”, que significa o esforço e a força de vontade que cada trabalhador individual tem e que é acionada no interesse de ganhar mais. Nesse sentido, trabalhar segundo a “disposição” significa ser mais produtivo, isto é, superar a equivalência o proprietário estabelece entre uma determinada quantidade de trabalho e a remuneração da força de trabalho. Assim, mesmo que as formas de contratação dos trabalhadores pelos empreiteiros incluam uma quantidade de mecanismos de exploração que vão do pagamento aos trabalhadores de apenas uma parcela daquilo que o empreiteiro recebe do proprietário da fazenda até à manipulação da medição das áreas a serem exploradas pelos trabalhadores, eles têm nessa condição maiores chances de elevar a sua produção e, desse modo, a sua remuneração, em comparação inclusive com os trabalhadores fichados da fazenda (Sigaud, *op. cit.*).

Por outro lado, contudo, não se pode esquecer que no caso tratado pelo autor como no caso analisado nessa tese o “*trabalho com empreiteiro*” produziu conseqüências políticas ao contribuir para o afastamento dos trabalhadores dos Sindicatos (Palmeira, 1979), questão que será discutida posteriormente.

Mas isso não indica que os pequenos agricultores familiares locais eram ou sejam incapazes de se sustentar autonomamente e que é por essa incapacidade que se inseriram nesses contextos de mudança. Antes, ao revelar um sistema de divisão do trabalho familiar num universo de dominação do fazendeiro e da "companhia", essas situações sociais e as suas representações nas falas dos trabalhadores permitem qualificar a idéia já apresentada de que a fragilização do rural é um resultado da subordinação crescente desses sujeitos ao controle capitalista da sociedade local, isto é, social, territorial e culturalmente localizada. Um exemplo rico dessa dimensão é o argumento de um dos pequenos produtores entrevistados em Santa Bárbara sobre a relação entre a roça e o mercado:

a roça num ponto era muito bom, era e é muito bom, porque tem a fartura. A pessoa come arroz, come milho, feijão e outras plantio ... Então tem a fartura do alimento. Mas, por exemplo, se ele precisasse do dinheiro, que era difícil para ele, se ele não conseguisse ... por que, por exemplo, suponhamos que ele precisava de comprar uma muda de roupa, agora, se ele não tivesse o dinheiro ... vamos dizer que eu precisava comprar um par de sapato, eu não tenho o dinheiro, como que eu vou comprar ? ... era difícil, que era tudo feito a dinheiro, a pessoa tinha que ter o dinheiro ... Ele [o trabalhador rural] precisa do seguinte: de trabalhar na cultura e ter um jeito de ganhar o dinheiro também, por que só com a cultura ... fica muito sem jeito, né?

Ambos os tipos de discurso - o dos que são contra a mudança (ou ao menos contra alguns de seus resultados) e o dos que não percebem tanta negatividade - carregam dentro de si um sistema de conhecimento que só aparentemente é contraditório. De qualquer modo, eles foram pinçados de dentro de um universo de representações sobre a história da transformação de um espaço rural em região de "vocação florestal" e os impactos sócio-ambientais daí decorrentes. A preocupa o básica em us -los foi a de permitir uma visualiza o inicial de como o passado permanece hoje, como memória e como um dos elementos constitutivos do presente.

Essa questão da articula o entre representa o do passado, memória e presente é especialmente importante quando se sabe que ela é constitutiva das formas como os

sujeitos constituem e reconstróem sua vida social. Como argumenta Santana (1998, p. 17), com a "*mediação da memória, as vivências passadas instruem ações e representações sociais no presente; vivido de maneira inequívoca*". Isso não implica falar de um "*determinismo da memória*", mas ressalta a importância de se compreender como um dado "*conhecimento do cotidiano*" (Santana, *op. cit.*, pp. 17, 22) informa e conforma experiências de sujeitos histórica e socialmente subordinados e em processo de subordinação à dinâmica capitalista.

Mas essa dinâmica implica também uma adaptação dos sujeitos à lógica das transformações em curso - de produtor livre em assalariado, de sujeito independente da mercantilização em um subordinado ao mundo monetário etc. - inclusive porque aquelas mudanças podem e são apropriadas a partir de estratégias de resistência à força do capital (Thompson, 1987). Nesse sentido, é interessante que nos depoimentos coletados junto aos agricultores e agricultoras da região pesquisada tenha aparecido apenas uma vez a referência explícita à fartura, espécie de repositório da tradição, do costume e da identidade camponesa.

Em outro estudo sobre camponeses "atingidos"⁷⁹ pela introdução da monocultura do eucalipto e de pinheiros e pela negociação da instalação de um projeto de fábrica de pasta de celulose no Litoral Norte da Bahia (Gonçalves, 1997), foi possível notar que essa era uma palavra cuja força identificava aqueles sujeitos expropriados como grupo oposto aos representantes das empresas plantadoras e aos grupos (ou interesses) urbanos identificados com o projeto empresarial (denominados por produtores rurais então entrevistados como "avessos"). Santana (1998, p. 24), num sentido próximo a esse exemplo anterior, fala da fartura como uma manifestação ou uma representação dos camponeses que se encontra permeada nas práticas de solidariedade e relações de poder, essas duas entendidas como "*lugares privilegiados*" onde aquela representação se encontra com as perspectivas de futuro desses sujeitos rurais.

⁷⁹ O uso da expressão aqui tem a função apenas de indicar como esses camponeses se identificam e são identificados por vários dos mediadores com os quais se relacionam. O fato dessa idéia merecer um tratamento cuidadoso, que não é objeto específico de discussão nessa tese, justifica o uso das aspas.

Talvez, no caso dos Vales do Aço/Rio Doce, a presença já antiga do desmatamento, do carvoejamento, do fazendeiro e das "reflorestadoras" parece ter inibido a identificação da autonomia do produtor com uma época ou um tempo de abundância ou da fartura - e, do mesmo modo, embutido a expressão da fartura, por exemplo, na descrição do que é que se produzia (o alimento). Do mesmo modo, a presença do assalariamento e da idéia de uma vida difícil na roça contrapostos à renda "fácil" obtida nas "companhias" através do "fichamento" pareceu ter contribuído para tornar nebulosa a memória de um passado idílico.

Essas considerações vêm a propósito de possibilitar a distinção entre a tradição e o costume⁸⁰ e os usos dessas manifestações na construção da identidade social e espacial desses sujeitos e dos que, distintamente deles, foram diretamente subordinados ao mundo do trabalho assalariado nas plantações. Pietrafesa de Godoi (1999), estudando a ocupação e a reprodução camponesa no sudeste do Piauí num momento em que os camponeses sofriam uma pressão sobre o seu território, transformado no final dos anos 1980 no Parque Nacional Serra da Capivara, argumenta que a ativação da memória coletiva foi o que permitiu a esses sujeitos criarem solidariedade, atuando então como uma "*produtora de identidade e portadora de imaginário, erigindo regras de pertencimento e exclusão que delimitam as fronteiras sociais do grupo*" (op. cit., p. 15).

Mas a memória "*não é um patrimônio definitivamente constituído; ela é viva, precisamente porque nunca está acabada*" (idem, p. 147). E é por isso que se deve abandonar a idéia tosca segundo a qual o tradicionalismo de uns se opõe necessária e mecanicamente a um modernismo de outros e, ainda, se deve deixar de submeter a construção social da realidade aos imperativos técnicos do progresso e do crescimento. Ou seja, no fundo, o tratamento das representações de costume e da persistência da memória como resquícios de um

⁸⁰ Pensados aqui no sentido proposto por Hobsbawm, para quem o "*objetivo e a característica das 'tradições'... é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O 'costume', nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história. (...) O 'costume' não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais*" (in Hobsbawm & Ranger, 1997, p. 10).

passado que não pode permanecer é uma manifestação de um projeto autoritário de controle social.

Tendo então aberto o leque de questões que permitem pensar a relação entre sociedade e território a partir de falas dos sujeitos subordinados e da sua representação, partir-se-á na seção seguinte para uma discussão sobre como a formação daquela economia das plantações e seu modo de instituição da região afirmou-se sobre os trabalhadores e quais foram os principais desdobramentos desse processo.

4. Trabalho e Plantações

A partir das avaliações precedentes realizadas sobre a simultaneidade da urbanização e do esvaziamento do rural pela concentração fundiária e alteração espacial e ambiental provocadas pelo eucalipto, a pergunta que falta responder refere-se a quem compunha a força de trabalho “regional”.

Novamente Monte-Mór, Costa et al. (1997, p. 140) fornecem uma pista interessante, articulando a chegada das empresas, especialmente da CSBM, com uma condição herdada do distante período minerador. Afinal de contas, nos idos dos anos 1930, a população residente na região caracterizava-se ainda por ser “*desqualificada*” e “*não domesticada*” do ponto de vista dos requisitos exigidos pela “*disciplina fabril*”. Por habitarem uma “*região de fronteira com ampla disponibilidade real de meios de subsistência autônoma*”, os trabalhadores não se fixavam nos postos inicialmente oferecidos pelas firmas, que traziam técnicos formados em Ouro Preto e no exterior para ocupar os cargos qualificados e de comando. Em suma, para as empresas, “*a mão-de-obra recrutada localmente não atendia às necessidades mínimas de assiduidade e disciplina*”. A isso deve-se acrescentar que a possibilidade de viver do trabalho na terra ocupada, na meia ou terça com os fazendeiros inclusive para a produção de carvão vegetal tornava o emprego na usina uma alternativa e não a única alternativa.

Daí, inclusive, a necessidade para a empresa da construção das cidades operárias, já mencionada anteriormente, o que é compreensível quando se pensa que a intervenção das empresas siderúrgicas voltou-se para a garantia do controle sobre a força de trabalho, e por

isso foi além da oferta dos elementos mínimos vitais para a reprodução desses trabalhadores (salário e serviços assistenciais). Em suma, a partir da análise das estratégias adotadas pela CSBM, Usiminas e Cenibra quando de sua entrada na região, Monte-Mór, Costa et alii (1997, p. 144) concluíram que a

preocupação comum das empresas quando da implantação de suas unidades industriais em um área ainda relativamente pouco urbanizada se prendeu à necessidade de garantir a disponibilidade e adequação da sua força de trabalho às necessidades da produção. As formas e estratégias utilizadas pelas diferentes empresas, em tempos e espaços distintos, são o aspecto diferenciado. Essa diferenciação deve-se também às condições gerais da produção, envolvendo a própria existência de um mercado de trabalho organizado e a infra-estrutura disponível a partir dos investimentos públicos e privados (transporte, energia, habitação, serviços urbanos etc.). A necessidade de controle da força de trabalho ... é um ponto comum nos três casos.

Ou seja, ao buscar a “*criação de um espaço capitalista*”, as empresas siderúrgicas que inicialmente se instalaram na região não abriram mão do controle e da coerção sobre os trabalhadores que se iam formando sob sua pretensa tutela. Assim, esse controle passou e passa tanto pela tentativa de formação de uma comunidade de trabalhadores instalada na vila operária da CSBM, pela adoção de medidas repressivas e coercitivas comuns sobre os sindicatos e as lideranças operárias por parte da Acesita e Usiminas, e pela exigência de escolaridade e qualificação para contratação e obtenção de “*vantagens sociais e assistenciais*” oferecidas pela Cenibra (Monte-Mór, Costa et al., *op. cit.*, p. 145).

Enfim, só se pode pensar os processos correlatos de construção e de expansão do espaço urbano quando se incorpora o lugar neles ocupado pelos trabalhadores. Mas e quanto ao trabalhador florestal?

Na base do processo de articulação entre capitais privados e Estado que deu origem aos projetos regionais de dominação social e espacial em Minas Gerais, esteve presente um discurso, já sugerido anteriormente, sobre as vantagens comparativas da adoção das plantações em substituição ao uso das matas nativas⁸¹. A lógica da argumentação

⁸¹ Por discurso, aqui, entende-se não a manifestação lingüística, tal como proposta pelas teorias idealistas do “pós-modernismo”. Não sendo esse um tema de debate nesse momento, sugere-se apenas que o discurso, como produto da língua, é um fenômeno diretamente entrelaçado com as atividades materiais e com o trabalho social e, nesse sentido, é uma forma de “*consciência de seres singularmente sociais*” (McNally, 1999, p. 35). Isso não implica que a interação social em uma sociedade de classes seja produzida pelo discurso. Ao contrário, a fala, manifestação da

empresarial e estatal, base desse discurso, pode ser entendida quando se pensa que além da conquista de uma nova fonte de insumos industriais madeireiros, esteve em jogo a implantação de um projeto de modernização feita pelo alto, isso é, sem a participação dos agricultores e outros sujeitos da sociedade civil local.

Ou seja, a adoção desse tipo de discurso e das práticas de produção e controle do espaço industrial e urbano numa região originalmente rural, resultados que foram da expansão da atividade siderúrgica desde a década de 1930 e da instalação da produção de polpa celulósica a partir da década de 1970, estiveram imbricadas no processo de reestruturação produtiva do capital desencadeado em resposta à crise internacional. O que ressalta daí como questão relevante para a presente pesquisa é se essa reestruturação simultaneamente produziu (ou não) um tipo de trabalhador novo.

Os pontos de partida para pensar a composição social dos trabalhadores assalariados das plantações na região são os das discussões precedentes sobre a extensão do trabalho assalariado no seio da agricultura familiar e sobre a expansão do carvoejamento. Na verdade, pensados como parte do processo de gestação do capitalismo no território metalúrgico, ambas as questões podem ser resumidas.

Do ponto de vista específico agora tratado, porém, vale a pena recortar uma especificidade, que permite articular mais uma vez a idéia da fragilização da agricultura local, enquanto resultado da subordinação à lógica e à dinâmica capitalistas, e a **formação de um novo tipo de sujeito**, o assalariado que não é mais apenas o trabalhador ou produtor rural que vende parte do seu tempo de trabalho - individual ou familiar - para obter renda monetária ou complementá-la. Essa especificidade é a atração que o emprego “fichado” exerceu sobre os jovens.

interação verbal entre indivíduos, “*não é um campo com ‘existência independente’, mas um aspecto de um nexos multifacetado de relações sociais*” (op. cit., p. 36). Desse modo, ao indicar a importância do discurso, não se pensa aqui que a fala e seus signos sejam os elementos que classificam ou ordenam o mundo social, mas sim que eles “*expressam as experiências de diferentes grupos sociais*”; e, também, que os “*discursos oficiais, os sistemas retóricos das classes dominantes ... tentam negar a multiacidentalidade dos signos. Através do discurso, as classes dominantes aspiram a traçar uma única visão de mundo (...) [ou] em outras palavras,*

Tomando-se como referência a transformação dos modos costumeiros de ocupação do solo pelas plantações florestais em toda a Minas Gerais, pode-se notar que sua primeira investida sobre a sociedade local para a formação de um mercado de trabalho local nas regiões baseou-se no recrutamento da força de trabalho então (tornada) disponível dos homens, mulheres e crianças. No caso dessas últimas, entendidas como uma agregação de responsabilidade exclusiva da família, uma incorporação pelo capital de uma estratégia de divisão doméstica do trabalho que torna-se funcional para a produção da subsunção do trabalho ao capital.

De fato, inicialmente a contratação formal de trabalhadoras e de seus filhos decorreu da maior aptidão dos seus corpos às exigências das tarefas manuais⁸² e da sua inicialmente menor capacidade de opor resistência ao mando capitalista dentro da unidade produtiva “reflorestadora”. Porém, à medida que as plantações se expandiram e que a lógica do trabalho dentro das áreas mudou (dadas as especificidades técnicas da produção de árvores), o trabalho feminino e infantil passou a ser simplesmente uma forma de incorporação direta de trabalho barato.

Com isso, e é o mais importante para o capital, rebaixaram-se os salários pagos aos trabalhadores adultos masculinos, já que a divisão sexual do trabalho imposta qualificava o trabalho masculino apenas como um “*serviço de peão*”, sem necessidade de habilidades especiais que não a força física, enquanto o trabalho feminino e infantil eram tidos como muito leves e que dispensavam também quaisquer habilitações.

Para as empresas agroindustriais, a utilização inicial do trabalho assalariado da família dos pequenos agricultores, que desempenhou um papel importante na fase de expansão dessa atividade, foi justificada a partir do discurso segundo o qual “*a característica estratificada das atividades*” do “reflorestamento” “*possibilita a oferta de trabalho a toda a família sendo que nas tarefas de semeadura e tratamento de viveiro de mudas, por exemplo, a*

atribuir caráter concreto aos signos, tratá-los como se fossem estáticos e imutáveis, como capazes de um significado único, unitário e eterno” (op. cit., p. 38).

⁸² Que incluem o controle de pragas (pela localização de formigueiros e disposição de venenos granulados nas trilhas dos insetos) e a manutenção dos viveiros de mudas (plantio de mudas em sacolas, catação de vegetais invasores dos recipientes das mudas, separação de mudas por idade, cuidados com irrigação etc.). Todas essas atividades requerem grande acuidade visual, flexibilidade corporal e alguma delicadeza, atributos reconhecidos como femininos e infantis.

mão-de-obra é muito utilizada” (Branco, 1980, p. 4). Ainda de acordo com esse então representante da Acesita, a organização empresarial do trabalho a partir da força de trabalho das famílias era uma ferramenta adequada para a atividade "reflorestadora", por não exigir qualquer tipo de qualificação. Segundo ele, um outro aspecto importante dessa situação,

no que tange à apropriação tecnológica ... [era] a sua coerência com o quadro cultural brasileiro. O reflorestamento é uma atividade que admite a adoção, ou melhor, a opção pelas tecnologias brandas [sic], com instrumentos simples e não-mecanizados, que se insere no domínio de técnicas que o homem do campo já possui (op. cit., p. 3).

Ou seja, a procedência rural dos trabalhadores rurais constituiu-se num dos primeiros requisitos para a sua transformação em assalariados das atividades de plantio e de exploração dos eucaliptais. No caso das crianças e das mulheres, essa questão possui ainda uma outra dimensão: foi a partir dessa transformação que ambos passaram a ter o seu trabalho socialmente reconhecido pelas empresas e pelos atores sociais localizados fora das suas unidades domésticas. No entanto, essa identificação gerou uma desqualificação do trabalho e do saber familiares inseridos na propriedade familiar (Gonçalves & Teixeira, 1989).

Isso significa dizer que a formação da categoria trabalhador assalariado do "reflorestamento" deu-se através de uma adaptação de produtores rurais pela via da mercantilização, processo que se produziu e que culmina com a transformação dos ambientes social, físico e cultural no qual as unidades familiares construíram suas trajetórias⁸³. Nesse sentido, uma das mudanças básicas provocadas foi a do criação social da necessidade do trabalho assalariado para os jovens - mas não apenas nas companhias "reflorestadoras".

⁸³ Mas é importante lembrar que o afastamento desses trabalhadores e trabalhadoras da sua condição de rurais e a sua transformação em trabalhadores da extrativa é uma distinção produzida por meio de um processo classificatório intrínseco à natureza das empresas, da atividade e das oposições que foram sendo estabelecidas entre o projeto capitalista e a resistência sindical na região. Nesse sentido, como lembrou a Profa. Leonilde, é interessante notar que os trabalhadores assalariados da cana guardam semelhanças expressivas com os assalariados das plantações, mas são classificados como rurais.

Muitos dos interlocutores ouvidos durante as visitas feitas à região foram enfáticos ao afirmar que o sonho de todo jovem era trabalhar nas usinas. Para uma das agentes da CPT Vale do Aço,

o eucalipto dominou as roças e as usinas dominaram as cidades. Então o que [é] que aconteceu: a ilusão do emprego na cidade ... pro jovem que tá na roça, que tá lá, que não tem um salário, que tem que trabalhar com o pai, né?, ou trabalha a dia lá, que não é nada, e que vem para a cidade até mesmo para fichar na própria Cenibra, na Acesita, mesmo para trabalhar no reflorestamento, é um sonho muito grande. Por que ganha pouco. Nós tínhamos muito assim, na Cenibra, o jovem [cujo] ... pai tava lá desempregado e o jovem trabalhava na Cenibra, na Acesita, na CAF e nas outras empreiteiras. (...) Mas essa questão lá na região, é uma região que o atrativo tanto das empresas reflorestadoras ... [para] o pessoal que não tinha formação nenhuma, por que infelizmente nossa juventude mal, mal tinha só a quarta série de grupo ... eles vinham, [mas] achar que viria para a Acesita, a empresa Acesita, a empresa Usiminas, a Belgo Mineira, pros nossos jovens era mais difícil. Mas entrar numa CAF, na Cenibra, que na época o salário não era tão ruim, né? - aliás, até 86 era ... [mas] de 86 pra cá, depois da organização que o pessoal tava ganhando relativamente um salário melhor, e com médico, com um montão de coisa, pros jovens isso era ...

Sair da roça para trabalhar na empresa, para ser fichado, constituía uma possibilidade única para ascender socialmente na economia monetizada dominada pelas empresas siderúrgicas e de pasta e suas subsidiárias dedicadas às plantações. Como argumentou a entrevistada citada anteriormente, a junção das condições de obtenção de um emprego e de um salário (pois as empresas punham "*caminhão passando na porta das roças todo dia*") e de manutenção mesmo que precária da unidade familiar (pois os pais e/ou parte da família permaneciam como produtores) encontrou um conjunto de sujeitos que, por sua condição subordinada no tecido social local herdado da intervenção capitalista, não aprenderam a saber "*ficar sem dinheiro*".

Essa é a base social, então, criada pelo capital. Nascidos na roça, esses sujeitos são cada vez mais identificados com um trabalho que os afasta da sua condição original de rurais e os transforma em trabalhadores da extrativa. Uma tal distinção parte do princípio que a condição rural é aquela socialmente determinada pela existência do trabalhador familiar, que vive na e da terra dotado de algum grau de autonomia frente ao mercado de trabalho (ou seja, que orienta seu trabalho para e pela produção direta dos seus meios de vida). A condição rural indica, pois, um espaço de relações sociais nas quais o produtor direto não se encontra separado dos meios de produção ou, quando se encontra nessa condição, não

está automática e necessariamente imerso em uma relação tipicamente capitalista de assalariamento (Lovisoló, 1989).

Como já foi elaborado em capítulos anteriores, esse rural - como expressão de uma agricultura tradicional - tornou-se sinônimo de um espaço desqualificado do ponto de vista da modernidade⁸⁴. A roça - e os caipiras ou roceiros, designações eivadas de preconceitos - representam portanto o tradicional, o arcaico, o especificamente não urbano (e não necessariamente urbanizável), o distante e, até mesmo, o precário⁸⁵.

Porém, evitadas essas interpretações, tratar de especificidades do espaço rural implica pensa-lo como forma específica de organização da produção desses trabalhadores autônomos ou independentes que tem existido no Brasil de modo combinado com a adoção de mecanismos de exploração do trabalho sob as regras (capitalistas) da reprodução capitalista.

E é a partir desse sentido que se pode estabelecer qualquer distinção entre o pequeno produtor, o camponês, e o trabalhador assalariado. E isso requer um olhar voltado para as mudanças que afetam e modificam as formas de produção e de reprodução das unidades familiares, conforme sugere Lovisoló (1989)⁸⁶. Assim, o que distingue produtores familiares e assalariados não é **exclusivamente** o grau de sua subordinação ao capital. Os modos e processos por meio dos quais esses sujeitos sociais específicos constroem sua existência concreta dentro de estruturas sociais específicas socialmente relacionadas (ou articuladas) com as estruturas materiais e simbólicas nas quais (e pelas quais) aquela existência se torna possível são elementos cruciais para o entendimento daquela diferenciação.

⁸⁴ Sobretudo por causa da sua inserção num esquema intelectual ordenado segundo o dualismo atraso *versus* moderno. A esse respeito, consultar Neves (1985; 1993).

⁸⁵ Conforme pode ser notado em algumas das definições ou denominações impostas à região aqui analisada e que foram apresentadas nos capítulos anteriores. Esse tipo de interpretação, inclusive, fortalece a idéia que os produtores rurais familiares são ignorantes, preguiçosos, rotineiros ou não inovadores, incultos, insalubres, tolos, um tipo de gente “*inadaptável à civilização*” - enfim, “*uma quantidade negativa*” (essas últimas adjetivações são de Monteiro Lobato, extraídas de Park, 1999, p. 144; Martins, 1975, p. 26, também discute esse ideário). O campo e seus sujeitos são, assim, a antítese do progresso, da civilização e da urbanidade.

⁸⁶ Com essa categoria, quer o autor apontar “*intencionalmente para o fato de estarem essas unidades de produção caracterizada por uma relação de trabalho familiar ... considerada como relevante*” (p. 54).

Nos capítulos anteriores dessa tese já foi salientada a importância dessa discussão, sobretudo tendo em vista o equívoco metodológico constituído pela redução dos problemas e particularidades das categorias sociais camponato ou agricultor familiar à cultura e à lógica urbano-industriais. Como ressalta Carneiro (1998), deve-se evitar esse tipo de engano porque

Ainda que os efeitos da expansão da “racionalidade urbana” sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista ... não possam, de forma alguma, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo (p. 54).

Mesmo porque se a modernização da agricultura (parte do processo de ruptura e de transformação do camponês em agricultor capitalista ou em assalariado rural) é moldada de acordo com os padrões produtivos e culturais urbano-industriais, os seus efeitos sobre “a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores” (Carneiro, *op. cit.*, p. 53).

Assim, voltando para o caso dos pequenos produtores dos Vales do Aço/Rio Doce, pode-se dizer que o assalariamento rompeu não só a possibilidade de permanência independente na terra como a de obtenção do trabalho parcial⁸⁷. A nova organização do trabalho e das condições para a sua realização, impostas pela dinâmica do capital florestal desde sua estruturação na região, e que são as bases normativas às quais os agricultores familiares locais se submetem, baseiam-se sobre um sistema que, grosso modo, não é muito distinto da lógica que prevalece em outras monoculturas agropecuárias.

Ao lado da modernização e da vinculação de estratégias competitivas a um padrão novo de orientação da produção, via introdução de espécies florestais de rápido crescimento, a forma de gerenciamento do trabalho é pautada pela introdução de uma precariedade total na relação contratual.

⁸⁷ Entendido como uma manifestação específica da divisão agrícola do trabalho, que não pode ser historicamente comparada com a divisão industrial do trabalho. Não se trata aqui daquilo que a literatura denomina de *part time work*, e sim da possibilidade do produtor controlar o seu tempo de trabalho interna e externamente à sua unidade produtiva como uma estratégia fundamental da sua reprodução e da do seu núcleo familiar.

Um trabalhador florestal e membro do Sindicato da Extração da Madeira e Lenha de Antônio Dias, ao ser entrevistado, comentou que

em relação a 85, quando eu entrei na Cenibra, era um verdadeiro (sic) escravidão da Cenibra. Era um alojamento de placa, tudo quebrado, aberto, além de frio não tinha cama, um trem tudo feito de pau a pique, então, uma coisa absurda. A alimentação também, naquela época, era muito ruim. Uma coisa muito horrorosa. Tinha um técnico lá por nome de Carmelino que era o ditador lá do Cocais da Estrela. Ele que mandava lá no Cocais da Estrela, usava e abusava dos trabalhadores. Toda semana ele reunia com eles pra chamar atenção dos trabalhadores. A cada aumentozinho (sic) que o governo dava, ele reunia com os trabalhadores e dizia: - "Vocês não merece nem o que vocês tão ganhando. A empresa é tão boa que tá dando aumento". Mentira dele que era aumento da lei do governo.

Nas conversas com trabalhadores da extrativa na região dos Vales do Aço/Rio Doce, foi possível perceber os seguintes elementos da organização do trabalho⁸⁸. Inicialmente a área tem que ser limpa, isso é, "roçada" e queimada. A queima, feita de noite, implica geralmente no uso de trabalhadores que estejam acampados, o que é uma forma de impedir as horas extras e de estender a jornada de trabalho.

Como é caso em todas as outras tarefas seguintes, a limpeza da área tem meta, um tamanho médio a ser cumprido, que é determinado pelo responsável técnico pelo talhão a ser implantado. Após essa primeira função, exercida pelo Trabalhador Florestal, o peão ou o que ocupa o posto mais baixo na "carreira" funcional, vem o plantio. Nesse caso, a média exigida por empresas e empreiteiras é a plantação de um número médio mínimo de 770 mudas por dia.

O plantio é um conjunto de atividades que se inicia com a abertura da cova onde a muda será depositada, segue com a colocação de uma quantidade de adubo previamente

⁸⁸ A descrição feita a seguir decorre da observação e do contado diretos com trabalhadores florestais em muitos momentos das visitas à região, nos seus locais de trabalho, nas sedes dos Sindicatos, na "rua" ou nas suas casas – inclusive porque muitas das conversas que tive com eles não estavam programadas ou aconteciam rapidamente durante a passagem pelo seus lugares. Algumas falas estão registradas em entrevistas, mas muitas outras foram apenas anotadas em cadernos de campo ou mesmo na memória. Nesse sentido, para impedir que a narração ficasse presa a umas poucas falas registradas sob a forma de entrevistas, que dariam aos interlocutores um lugar privilegiado, decidi resumir toda a experiência descrita pelo conjunto do atores ouvidos e usar entre aspas algumas expressões mais instigantes ou esclarecedoras dos modos como esses sujeitos viam e vêem o seu trabalho. O processo descrito refere-se às atividades do trabalhador florestal empregado nos talhões florestais, não se referindo àqueles contratados pela CAF para as carvoarias industriais que essa empresa instalou em Dionísio.

determinada pelo engenheiro florestal ou agrônomo responsável, e pela aposição da muda (que tem muitas vezes de ser retirada do saco plástico onde ela pode estar acondicionada) e da terra escavada dentro da cova - mas essas não são atividades feitas no mesmo momento, como se verá adiante. Aqui também o trabalhador é o peão. Na verdade, é esse trabalhador não qualificado, que faz tudo "*no geral*", em turmas. Até a década de 1970, essas turmas envolviam também as mulheres, sobretudo na limpeza das áreas, mas depois da década de 1980 apenas os homens permaneceram.

Esses trabalhadores em sua imensa maioria não moram em acampamentos (e, de fato, apenas a Cenibra na região possuía um acampamento em Antônio Dias, que foi desativado no início da década de 1990). O ir e vir todo dia, no caminhão, impõe um desgaste a mais para o trabalhador, que tem sua jornada de trabalho vinculada a oito horas, mas o tempo dedicado à empresa bastante superior a isso, por que o deslocamento diário para o trabalho inicia-se por volta das quatro horas da manhã e normalmente os trabalhadores só chegam de volta em casa depois das sete ou oito horas da noite. Essa extensão é ainda absolutamente maior se for considerado que os tempos de parada para almoço e para lanche são feitos no mesmo local do trabalho (um terreno que está sendo preparado para o plantio ou um talhão onde as árvores estão sendo cortadas, distantes de qualquer núcleo urbano ou de qualquer aglomeração residencial), o que torna difícil fugir do controle dos capatazes e mina a resistência de muitos daqueles que sabem que quanto mais produzem, mais podem ganhar.

Muitas vezes a área onde será efetivado o plantio é área de reforma, isso é, um local onde o eucalipto já foi cortado duas ou três vezes, sendo necessário proceder a uma nova produção. Nesses casos, as turmas de trabalhadores florestais têm que por fogo nos tocos das árvores que permanecem. Outras vezes, são auxiliados por trabalhadores motoristas de tratores florestais. Outras vezes, ainda, e essa tem sido a modalidade mais utilizada recentemente, eles devem plantar seguindo a linha já existente de tocos, que não são queimados nem retirados e, pelo seu apodrecimento no campo, servem como uma adição de matéria orgânica para as árvores jovens plantadas. Nesse caso, o trabalhador tem que reunir sua capacidade física e destreza para andar em um terreno ainda mais irregular.

Muitas vezes, também, nas reformas de áreas deve-se fazer a “*coivara*” (ou “*coivarar*”), que é a operação de juntar e queimar os restos da lenha que permanece no campo após a derrubada e colheita da madeira e que não são aproveitados. Isso implica queimar de novo uma área que já foi inicialmente queimada.

Feita, então, a limpeza da área - virgem ou reformada - o plantio já inicialmente descrito é feito a partir da exigência de uma outra habilidade do trabalhador, que é a marcação, feita por uma outra equipe de peões. Como pode ser observado e relatado por vários trabalhadores, antes dos anos 1980 "*gastava mais pessoas*" nessa atividade, que consiste da disposição de uma corrente em linha no terreno para marcar os locais onde as covas deverão ser abertas. Isso se explica por que, para garantir a uniformidade do crescimento e para favorecer as atividades de retirada das árvores plantadas, deve haver um espaçamento uniforme entre elas.

Porém, o uso da corrente implicava um consumo de tempo que reduzia a produtividade por trabalhador. Explica-se: além de exigir uma maior acuidade visual, o deslocamento de ida e volta com a corrente é uma atividade que, por si só, toma tempo. Em função disso, e a partir de iniciativas de alguns trabalhadores, a marcação passou a ser feita com o uso de uma nova ferramenta: um enxadão com cabo de bambu de dois metros de extensão. Isso permite que o trabalhador avance em linha por todo o terreno fazendo as marcas onde serão feitas as covas e plantadas as mudas, mas exige a presença de um ajudante para cada marcador.

Aqui aparece, então, o primeiro e quase único momento em que a idéia de trabalho em equipe deixa de ser o da turma, onde todos fazem tudo igual. Enquanto o trabalhador florestal responsável pela marcação ou pela "*batida*" executa sua tarefa, medindo e marcando ao mesmo tempo, um ou dois outros seguem seus passos fazendo a cova. Para os trabalhadores, isso permite que o trabalho "*renda*".

A partir dessa intervenção dos trabalhadores no processo produtivo, as empresas perceberam que poderiam ter mais produtividade com esse maior número de pessoas ao exigir que cada ajudante mais o trabalhador responsável pela marcação carreguem, cada equipe, entre 25 e 50 quilos de adubo, colocados em umas ou duas bolsas de plástico a

tiracolo. O adubo é então, como já mencionado, colocado em pequenas quantidades, cerca de duzentos gramas por vez, nas covas abertas, após o que é colocado um "*pouquinho de terra com o pé*".

Na época do plantio, os trabalhadores florestais passam pelas linhas de covas feitas e, em cada um dos buracos, usando uma enxadinha, "*batem*" e misturam a terra e o adubo dispostos nos buracos. Após isso, as mudas são então colocadas no solo. Como dito acima, a meta de produção prevê que cada trabalhador tenha que plantar o equivalente a oito caixas de muda (cada uma com cerca de 96 mudas) - o que significa que eles ainda tem que deslocar no terreno carregando caixas cheias e vazias entre as linhas de plantio e um ponto de deposição central das mudas.

No caso da região dos Vales do Aço/Rio Doce analisada, isso significa caminhar em rampas de declividade muitas vezes superior a trinta graus. Dadas as condições topográficas da região, o trabalhador florestal executa as tarefas descritas subindo e descendo morro - e também escorregando e se "*segurando nos tocos afora onde acha*" no tempo da chuva...

Esse comentário, que em outra situação ou contexto poderia parecer jocoso, serve para lembrar que as condições de segurança do trabalho são bastante precárias. Além dos riscos de acidentes pelo uso de ferramentas cortantes e do fogo, o uso do adubo, por ser seco (granulado), faz com que as empresas dispensem o uso de equipamentos de proteção, que nesse caso deveriam ser dedicados à proteção da pele, dos olhos e da boca (por causa da exposição do produto ao vento).

Uma nova adubação pode ser necessária, dependendo das condições do estágio de desenvolvimento das árvores, em um talhão já com um ou dois anos de idade. A adubação em meio a eucaliptos grandes, cheio de galhos, representa uma submissão do trabalho a uma lógica técnica do capital que é completamente desprovida de sentido para os assalariados. Isso por que a opção por não "*roçar*" esse tipo de área é feita em nome da redução de tempo e de custos. Os resultados disso são tanto o aumento do desgaste físico dos trabalhadores como um estranhamento relativamente à cultura e a esse mundo do trabalho: o fato do trabalhador ter que ficar "*distorcendo*", isso é, quebrando a galhada

(que é abundante e ainda muito próxima do solo, dependendo da espécie usada) com a mão, quando não é possível passar debaixo do “cipó” que aí se formou, além de estar carregando no ombro o peso da(s) sacola(s) de adubo é algo totalmente estranho à prática de uma agricultura.

Se fosse possível comparar essa situação com a de produtores que tem que trabalhar na floresta, talvez fosse possível entender melhor o estranhamento referido. Em primeiro lugar, de modo sucinto, o roçar para os trabalhadores das florestas nativas, aquelas não plantadas, é menos uma necessidade do que uma contingência. Se, por exemplo, o trabalho é o de extrair ou coletar da mata produtos florestais não madeireiros (frutos, óleos, cascas, sementes, resinas, folhas, cernes etc.), muitas vezes a disposição das espécies arbóreas dentro do sistema do qual elas fazem parte, inclusive por causa de anteriores e sucessivas intervenções humanas, propicia condições mais favoráveis do que as que se encontram em uma plantação homogênea e uniforme, na qual as árvores são praticamente idênticas em tamanho e ritmo de crescimento e onde não houve praticamente nenhum acaso natural na produção da paisagem. No caso da exploração madeireira, mesmo a que é feita de modo predatório, ela normalmente exige uma escolha dos indivíduos vegetais que serão derrubados e, por essa razão, também não há nenhuma demanda específica por tratamentos silviculturais - há uma exceção, nesse caso, e ela é aquilo que os técnicos em engenharia florestal e agrônoma denominam de manejo sustentado.

Feita então a plantação, vem uma das fases cruciais do plantio de essências florestais até o sexto mês de vida das árvores, que é a aplicação de formicida, função realizada por um trabalhador que é conhecido como o “Ronda” ou o “Combatente” de formigas. Por uma série de características ecossistêmicas, uma das espécies animais que mais diretamente interagem com plantações florestais é a das formigas, que têm nas jovens árvores de eucalipto uma importante e disciplinada fonte de matéria orgânica para a produção de alimentos para suas colônias.

No caso dessa tarefa de aplicação de formicida nas trilhas feitas pelas formigas dentro da área plantada com os eucaliptos, foi praxe das empresas durante muito tempo utilizar a mão de obra feminina e a infantil, por causa especialmente das razões apresentadas anteriormente relativas às qualidades desses trabalhadores específicos, mas principalmente

por que o uso de crianças e jovens nessa tarefa permitia um maior controle dos resultados finais pelo empenho que os trabalhadores mirins apresentam em um trabalho que parece brincadeira (seguir as trilhas dos insetos e colocar pedaços de isca formicida ao longo delas).

Mais recentemente, as empresas têm dispensado crianças, sobretudo por força de pressão legal, e têm-nas substituído por idosos, basicamente aqueles que exerciam outras tarefas como trabalhadores florestais e já não suportam o ritmo da produção e/ou aqueles portadores de doenças que não compensa dispensar. O curioso é que, por tratar-se de atividade importante dentro do sistema de produção da plantação que não pode ser automatizada, a aplicação de formicida tem sido atribuída àqueles que, de um ou de outro modo, estão em posições menos vantajosas para concorrer com os trabalhadores florestais dedicados às atividades de plantio e de corte da madeira. Isso, então, sugere que o desgaste imposto pela exploração física do trabalho aos jovens e adultos empregados nessas duas últimas atividades é grande.

Porém, além dessa dimensão da exploração do trabalho, o problema maior nessa atividade refere-se novamente ao uso dos equipamentos individuais de proteção, normalmente restritos à luva, a uma máscara facial e a uma bolsa separada para colocação do veneno que evita que a embalagem fique em contato com a pele.

Articulada com essa questão, mas com um sentido que vai além dela, uma das demandas dos trabalhadores é a instalação de chuveiros nos locais de trabalho, de modo a permitir que após essa e as demais atividades seja possível tomar banho e trocar de roupa. No caso dos que moravam em alojamentos, a higiene pessoal e a substituição do uniforme pela vestimenta própria eram mais fáceis, mas esse era um problema mais sério para os que têm que se deslocar para casa. Além do fato do trabalhador viajar sujo, e mesmo com produtos químicos cobrindo partes de seu corpo (adubos e venenos), parece haver ainda o problema do prolongamento da presença do trabalho no corpo do trabalhador.

Nos primeiros momentos da formação do trabalhador florestal, os assalariados faziam de tudo, desde capinar até “*matar formiga*”. Até o final dos anos 1970, isso era uma decorrência da oferta abundante de força de trabalho barata e totalmente desqualificada,

sobretudo a dos jovens. Era, também, uma forma de recrutar trabalhadores e treina-los no exercício de uma atividade nova que se expandia pelo estado inteiro, conforme discutido no capítulo anterior. Ora, a introdução de um mecanismo qualquer de classificação e de planejamento de cargos (e portanto de salários) implicava, também, a percepção pelo trabalhador do lugar que ele ocupava dentro da empresa onde estivesse empregado não só como um subalterno, mas como uma peça de um mecanismo regular de produção e de exploração. Permitia a ele obter, ainda, uma visão desse lugar também em comparação com as condições das demais empresas e trabalhadores nelas contratados, permitindo uma ampliação da sua compreensão sobre a lógica do trabalho florestal como mais do que uma alternativa de renda inserida numa agricultura aparentemente incapaz de se sustentar.

Nesse sentido, é interessante a leitura que faz o Estado da questão, buscando impor um sistema classificatório que mais comprime a realidade do que é capaz de explicá-la⁸⁹. Na verdade, segundo estudo preparado pelo IPEA, a questão chegou a ser tratada de modo bastante enfático, já que considerou-se que a "*inexistência de classificação e definições sistemáticas das ocupações da força de trabalho do setor primário é um dos **fatores preponderantes** para a manutenção das relações tradicionais na estrutura sócio-econômica*" das atividades agropecuárias (Calazans, 1977, p. 6).

Mesmo que se considere essa explicação uma peça da tecnocracia e da orientação política corporativista do Estado autoritário brasileiro, não se pode contudo esquecer que uma das funções dos aparelhos estatais é exatamente a de, ao impor uma classificação, indicar uma dada **racionalização** das ações sociais que são mais convenientes a partir do modelo dominante de ordenamento desejado para a sociedade.

E é a partir desse sentido, também, que se deve procurar entender os mecanismos de organização do trabalho. Para tornar inteligível a "*promoção*" como parte da organização do processo de trabalho e não como mero resultado de um sistema operacional de posições

⁸⁹ Partindo da proposição de Bourdieu (1990, pp. 163-165) a respeito da luta pelo poder simbólico, que indica que "*a verdade do mundo social está em jogo nas lutas entre agentes que estão equipados de modo desigual para alcançar uma visão absoluta, isto é auoverificante*", pode-se entender que o "*ponto de vista oficial*", cujas funções são diagnosticar, indicar o que as pessoas têm de fazer ("*considerando o que elas são*") e de relatar (dizendo os que as pessoas fizeram) é parte de um processo de disputas e que impõe um ponto de vista que se torna legítimo, que deve ser reconhecido por todos, dentro dos limites da sociedade.

que depende apenas da aquisição de habilidades por parte do trabalhador, deve-se entender não só quem é promovido e como o é promovido, mas para qual posto o é.

Isso explica, mas não determina – o porque da promoção de peão para o posto de “*ronda*” não ser simples e nem fácil. A partir dos anos 80, com a crescente racionalização do controle do processo produtivo, a exigência da “*classificação*” mudou os critérios da contratação, impondo a necessidade de qualificação escolar formal e/ou profissional. Mas, para os trabalhadores, a dificuldade reside em outra dimensão: apesar das empresas precisarem de um trabalhador que pode lidar com agrotóxicos, que sabe ler, que tem enfim a capacidade de atender àquelas demandas por qualificação, a sua presença na empresa será temporária, já que o “*combate*” à formiga não ocupa muitos trabalhadores durante todo o ano, concentrando o emprego desses assalariados em alguns poucos meses. Assim, ao invés de aumentar o quadro funcional, mesmo que isso seja necessário, as firmas evitam contratar trabalhadores por temporada porque sabe que eles irão “*correr atrás*” dos seus direitos trabalhistas.

Enfim, em todas as tarefas, da limpeza até a aplicação dos formicidas, os trabalhadores aprendem a usar sua força física e sua destreza, como fariam no desenvolvimento de qualquer uma cultura agrícola, mas de forma aplicada a uma espécie vegetal que não serve para comer e nem permite ao trabalhador ter autonomia de um ritmo de trabalho determinado pelos requerimentos da produtividade e da concorrência capitalista. Como sugerido, até a década de 1980 essa situação envolvia as mulheres, que faziam de tudo, menos serrar, “*porque aí já é área de exploração*”, atividade masculina por excelência.

A atividade do serrador inclui as atividade de cortar com moto-serra as árvores em pé para derruba-las, desgalhar a madeira derrubada, corta-la nos tamanhos exigidos para o fim ao qual ela se destina (carvoejamento ou produção de pasta) e empilha-la. No caso das atividades de derrubar, desgalhar e empilhar a madeira, existe também um ajudante. A equipe tem que funcionar de modo a produzir eficiência em todos os momentos da tarefa. Assim, se após o final do corte da árvore em pé o vento “*puxa*” para algum lado, o serrador e seu ajudante tem que empurra-la para que caia no lugar certo, aquele que não quebra outras árvores e que facilita cumprir as metas de produção. Junto disso tudo, a equipe de serra tem que carregar, de árvore em árvore, suas garrafas térmicas de água (geralmente

com capacidade para cinco litros), o embornal com a refeição e o vasilhame com o combustível para a moto-serra (esse último pertencente às firmas).

Em média, a exigência de produção para o serrador é o de derrubar e “*traçar*” entre 150 e 200 árvores por dia. Se for levado em consideração um espaçamento médio de dois metros entre as árvores (o que dá um total médio de 2.500 árvores por ha), essa produção indica que a cada semana e meia ou duas semanas um trabalhador derruba, desgalha, pica e empilha um hectare de madeira plantada. Os cortes, contudo, não são feitos árvore após árvores; existem distâncias regulares que são cumpridas entre um “*pau*” derrubado e outro (em torno de 40 metros lineares, em média). E, vale a pena lembrar, isso é feito em uma região de topografia bastante acidentada; assim, os trabalhadores cortam subindo, o que aumenta o esforço, a fadiga e o risco.

No caso do desgalhamento, feito normalmente com ferramentas como machadinhas ou foice de cabo curto, alguns trabalhadores indicaram que essa foi uma introdução deles próprios, já que as companhias não forneciam esse tipo de instrumentos de trabalho e já que há uma vantagem no manuseio deles frente à moto-serra com vistas a cumprir as metas de produção impostas pelos administradores da tarefa. Além dessa “*inovação*”, também alguns trabalhadores da Cenibra revelaram que foram eles que adicionaram às máquinas de serrar bambus com a extensão exigida para cada tora (entre 1,40 e 2,30 metros lineares). Assim, faziam os cortes das árvores já derrubadas dentro das medidas exigidas, com o bambu adicionado funcionando como um medidor, e ainda evitavam que os capatazes roubassem na conferências das medições, prática favorável à empresa – que pagava menos do que o serrador e seu ajudante tinham produzido – e desfavorável especialmente para alguns trabalhadores, sobretudo aqueles que por razões políticas ou pessoais possuíam histórias de enfrentamentos com os “*superiores*” das firmas.

Por outro lado, pode-se dizer que quando o trabalhador inventa um novo modo de executar a tarefa, ele está, de certa forma, tomando conta daquilo que lhe foi subtraído quando da sua subsunção ao capital, que é o controle, mesmo que parcial, do processo de trabalho (McNally, 1999). Ou seja, a resistência do trabalhador à exploração implica a construção de uma consciência do seu lugar como sujeito dentro desse processo de trabalho, mesmo

quando o capital se aproprie da inovação oriunda do trabalho, com isso aumentando a produtividade e a extração de um valor adicional.

Normalmente, esse tipo de organização do trabalho com base em cotas de produção está associado à introdução de “*prêmios*” em dinheiro, adicionais ao salário e variáveis com o montante adicionalmente produzido. Entendida como uma forma de estimular a produtividade, muitas vezes esse tipo de prática se converte, do ponto de vista do trabalhador, numa espécie de estímulo à rivalidade e à radicalização do individualismo, já que muitas vezes o prêmio representa a possibilidade de até dobrar o salário.

É importante lembrar aqui, da mesma forma como o faz Sigaud (1979a, 1979b) em suas análises da *plantation* canavieira de Pernambuco, que o trabalho remunerado por produção é uma forma comum de organização do processo de trabalho. Mas é mister esclarecer que o seu sentido mais geral é o de quebrar os limites impostos à quantidade legal estabelecida de trabalho que deve ser fornecido pelo trabalhador individual - e é legitimamente acatada por ele - quando esse se encontra contratado dentro do marco dos direitos, sobretudo daquele referente à jornada de trabalho (à qual corresponde uma dada relação entre quantidade de trabalho e remuneração).

Muitas vezes, contudo, o trabalhador não consegue cumprir sequer a meta estipulada (que, no caso do processo de trabalho aqui descrito corresponde ao mínimo de 150 ou 200 árvores por dia). E se na região analisada não foi encontrado nenhum caso de queixa relativa ao corte de salário por não cumprimento da produção mínima, como relatado por trabalhadores no carvoejamento na Bahia (Gonçalves, 1997), quando isso acontece a punição ocorre no plano moral, com o trabalhador tendo “*chamada*” a sua atenção. Isso constitui uma forma de pressão, o que tem o efeito de aumentar a dedicação e, como consequência, a preocupação com o próprio desempenho individual. Mas esse tipo de punição também é acompanhada de uma distinção negativa: segundo relatos de trabalhadores, apesar de não haver cortes no salário por causa de incapacidade de atender às metas fixadas, quando têm que ser feitas demissões, o trabalhador incapaz é um dos primeiros a ser dispensado.

Afora essas dimensões da exploração do trabalho e da construção da sua submissão a regras que parecem quebrar as bases de uma sociabilidade subalterna, a atividade de exploração expõe os trabalhadores a vários riscos para a saúde, desde a geração de doenças ocupacionais (lesões por esforço repetitivo, “*problemas de coluna*” etc.) até acidentes provocados pelo uso das máquinas (cortes nos pés, mãos e braços, rosto) e pela queda das árvores adultas que estão sendo cortadas.

Finalmente, ainda para caracterizar o universo das condições de trabalho e do sistema de posições assumidos pelos trabalhadores florestais dentro do processo de trabalho da economia das plantações florestais, uma figura que merece ser mencionada é a do medidor. Esse é aquele trabalhador que, pela sua capacidade de trabalho e sobretudo lealdade ao responsável técnico pelo talhão ou propriedade que está sendo operada, “*toma conta de turmas*”. A função de medição revela que o controle do capital sobre o trabalho desses assalariado depende da retirada da capacidade do trabalhador controlar o resultado do seu próprio trabalho. Por outro lado, ela revela também as divisões que vão sendo introduzidas pelo mecanismo da divisão social do trabalho capitalista.

Para entender a evolução dos diversos momentos do processo de trabalho, tal como descritos aqui, e inclusive poder comparar as experiências de subordinação e subsunção do trabalho em diversas regiões e situações sociais no âmbito da expansão do capitalismo no campo, deve-se levar em conta que a natureza desse processo social é articulada por uma relação política (cf. Palmeira, 1977).

Segundo a lógica proposta por Palmeira (*op. cit.*), as formas assumidas pela organização do trabalho não podem ser naturalizadas. Elas decorrem, outrossim, dos modos específicos pelos quais formas de dominação social são produzidas e interiorizadas nas relações entre patrões (que as impõem) e trabalhadores (que as sofrem e que a elas resistem). Nesse sentido, ao tratar do processo de trabalho na monocultura açucareira, o autor citado deixa evidente que a organização do trabalho possui continuidades e descontinuidades que não podem ser compreendidas apenas como funções do tempo ou das posições ocupadas pelos trabalhadores no processo produtivo.

Tratando da distinção entre “*diária*”, “*tarefa*” e “*conta*”⁹⁰, o autor aponta que ela não se refere apenas à diferença das operações realizadas ou ao domínio pelo trabalhador do conhecimento do processo de trabalho. A diferença mais relevante é a que põe de um lado os trabalhadores na “*diária*” (como aqueles submetidos ao “*cativeiro*”) e os demais (como aqueles dotados de alguma “*autonomia*”) (Palmeira, *op. cit.*, pp. 108-109).

A “*diária*” ou eito é aquele trabalho coletivo, ordenado em turmas e comandado diretamente por um “*cabo*” (ou capataz) que dita o seu ritmo; o trabalho na “*tarefa*” e na “*conta*”, por sua vez, é aquele que requer o trabalhador isolado que tem seu ganho ou salário dependente da tarefa realizada (*op. cit.*, p. 109).

E é nesse último campo que se estabelece uma clivagem maior entre o que é positivo ou negativo, na perspectiva dos trabalhadores. De um lado a “*tarefa*” (que nesse aspecto é um “*lado bom de um passado idealizado*” contraposto à *diária*) e, de outro, a “*conta*”. Se o trabalho for organizado por “*diária*” ou por “*tarefa*”, constata-se a existência de “*fundo comum*” entre eles: não há relação entre trabalho realizado ao longo do tempo e a remuneração a perceber; desse modo, os que se submetem ao regime do eito ou da “*tarefa*” não possuem como referência para a organização do seu labor a obtenção de remuneração por tempo de trabalho. Como informa Palmeira (*op. cit.*, p. 109), a

obtenção do ganho não se decide apenas no trabalho mas tem que ser barganhada por fora, o bom relacionamento do morador com o senhor de engenho ou o administrador sendo decisivo no julgamento da qualidade do seu trabalho feito pelo cabo ou então na hora em que, tendo tido sua tarefa cortada, apela para o juiz supremo que é, dentro do engenho tradicional, o senhor de engenho (destaques no original).

A proximidade entre o trabalho por “*tarefa*” e por “*diária*”, então, é dada pela precariedade à qual ambos tipos de trabalhadores estão sujeitos, tanto pela dependência do patrão e seus

⁹⁰ Conforme descreve o autor, a “*diária*” é o trabalho coletivo realizado por “*trabalhadores divididos em turmas sob a supervisão direta de um cabo e cujo ritmo depende da fiscalização desse cabo*”; é o eito (Palmeira, 1977, p. 108, grifos no original). A “*tarefa*” é a medida de terra que é fixada para o trabalhador como a unidade de referência do trabalho que ele deve realizar em um dado período de tempo. No caso de Pernambuco, conforme Palmeira (*op. cit.*), ela corresponde à quantidade fixada no início da semana e que deve ser “*tirada*” em tempo variável e tem a extensão de 625 braças quadradas ou 3.025 m². A “*conta*”, semelhante à tarefa, refere-se a um sistema de organização e de remuneração do trabalho numa área de 10 braças quadradas cobertas por um trabalhador em um dia ou menos (Palmeira, 1979, p. 47).

sequazes quanto pela impossibilidade de obter, como o trabalho por “*conta*”, uma garantia legal de remuneração referenciada numa unidade de tempo (o dia de trabalho).

Em ambos os casos, a intervenção de uma autoridade externa ao trabalhador sobre o seu trabalho é imediata, interfere nos movimentos físicos deles e é, por isso, com graus distintos dependendo da posição ocupada pelo sujeito dentro da organização do processo produtivo, “*percebida como uma forma de **cativeiro**, de invasão da esfera privada do trabalhador*” (Palmeira, *op. cit.*, p. 110, destaque no original).

Por outro lado, se as relações sociais não imediatamente impressas no processo de trabalho interferem sobre ele, outro “elemento decisivo” da sua definição é que “*os trabalhadores já entram no processo de trabalho ‘classificados’ e hierarquizados*”. Isso significa (tanto para moradores quanto para diaristas, no caso analisado por Palmeira), que a atribuição de atividades e funções no processo de trabalho não é feita aleatoriamente.

Mesmo que no caso do assalariamento nas plantações nos Vales do Aço/Rio Doce a questão possua outras dimensões, sobretudo pela ausência da figura do “*morador*”⁹¹, pode-se perceber uma similitude entre a ordem precedente e a que prevalece no seio do processo de trabalho na região mencionada. Os elementos que permitem tratar de semelhanças são os da relação política dos diversos momentos do processo de trabalho, da intervenção de uma autoridade externa ao trabalho e da classificação e hierarquização prévia dos trabalhadores.

⁹¹ Como narrado por vários trabalhadores e mediadores entrevistados na região analisada, a situação mais próxima dessa condição descrita por Palmeira (e também por Sigaud, *op. cit.*) é a que foi ocasionada quando as empresas “reflorestadoras” negociaram a formação de acampamento permanente (no caso da Cenibra em Antônio Dias) ou a edificação de um conjunto de casas populares para os assalariados no município onde se localizavam hortos, escritórios e áreas de plantio (no caso da CAF, em Dionísio). Contudo, a natureza do modo de ocupação do espaço pelas árvores bem como as especificidades da administração do ciclo biológico de crescimento delas foram também fatores determinantes na interdição da produção da morada como uma situação típica das plantações florestais. Com relação ao processo biológico das árvores, ele não pode ser confundido com um tipo de ciclo determinado apenas pelas condições não humanas da produção e reprodução vegetal, já que no “reflorestamento” a interferência da manipulação genética permite ampliar ou encurtar as idades ideais de corte bem como outras características das plantas que implicam em uma ocupação mais ou menos intensiva do espaço. Além do caso de Minas Gerais, as informações de trabalhadores e sindicalistas dos estados do

Nesse sentido, dialogando ainda com uma análise do caso da plantation canavieira, pode-se concordar com Sigaud (1979a, 1979b) para quem se o trabalhador assalariado é livre – porque não submetido a nenhum proprietário em particular, o que permite que ele venda sua força de trabalho para qualquer um – essa liberdade é a significação de que as relações desses trabalhadores com o(s) patrão(patrões) tem limites precisos.

Esses últimos são dados pelo fato que, distintamente do que ocorre em outras relações contratuais de compra e venda de mercadorias, o trabalhador ao vender a sua força de trabalho não permanece imobilizado junto a qualquer proprietário (inclusive os compradores daquela força de trabalho) e percebe um montante suficiente para sua reprodução, não restando ao seu contratante – seja o proprietário da terra ou a empresa capitalista produtora de bens agro-industriais - nenhum compromisso de pagar parte alguma dessa reprodução (Sigaud, *op. cit.*). E, dessa forma, ocorre uma substituição das relações personalizadas de dominação por outras impessoais, com a submissão passando doravante a ser assegurada “por *outros mecanismos que medeiam a relação e contribuem para dissimula-la*” por meio do ato periódico diário de venda da força de trabalho no mercado de trabalho.

Esse tipo de análise permite também entender porque à medida que a lógica da reestruturação produtiva introduzida na década de 1980 impôs a adoção de mecanismos de intensificação e exploração do trabalho (como parte das estratégias competitivas e de verticalização das empresas), ampliou-se a flexibilização dos direitos dos trabalhadores e as empresas reduziram seus quadros de pessoal. No caso da Cenibra⁹², única empresa da região analisada a responder à solicitação de dados para essa pesquisa, o número de trabalhadores contratados era de 4.400 em 1985 (tendo chegado a 5.866 em 1990) e reduziu-se para 1.816, em 1998. De acordo com estimava feita pela Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Minas Gerais - FTIEMG, o número de trabalhadores empregados em todas as empresas florestais de Minas Gerais, em 1998, era

Espírito Santo, Paraná e Bahia indicam que as estratégias adotadas pelas empresas foram bastante semelhantes.

⁹² Os dados apresentados a seguir referem-se ao efetivo da Cenibra Florestal, conforme informações prestadas pela Diretoria de Recursos Humanos da empresa. A Cenibra Florestal foi criada em 1984 após a incorporação definitiva pela Cenibra das áreas e do efetivo de trabalhadores que antes pertenciam à Florestas Rio Doce. Em 1999, a Cenibra Florestal foi extinta e os trabalhadores a ela vinculados foram transferidos para a unidade industrial.

de pouco mais de quatro mil pessoas (o que daria à Cenibra a condição de controladora de cerca de dois quintos dos trabalhadores florestais do estado)⁹³.

Essa discussão é importante porque uma das formas usualmente escolhidas pelas empresas para garantir as supostas vantagens da racionalização produtiva e ampliar a produtividade do trabalhador contratado é a terceirização. Apesar de parecer um fenômeno novo na indústria, típico da reestruturação produtiva que se seguiu às mudanças na organização econômica internacional e nacional na década de 1980 (Ramalho, 1997; Mattoso & Siqueira Neto, 1997; Machado, 1998), no âmbito da agricultura a presença dessa prática de terceirizar funções e tarefas, através das “*empreiteiras*” ou “*gatos*”⁹⁴, é antiga e articulada com o modo como evoluíram as monoculturas, dentre elas as plantações florestais.

No caso da região dos Vales do Aço/Rio Doce, a lógica adotada inicialmente pelas empresas, ainda na década de 1970, exigiu a presença do empreiteiro naquelas atividades florestais que dependiam, como descrito acima, do trabalho menos qualificados dedicados às tarefas da preparação do terreno e do plantio. Na verdade, para as empresas apesar da importância da plantação, os pontos nevrálgicos da suas atividades são os relacionados com os tratos culturais pós plantio e com a “colheita” da madeira. Não por outra razão, na Cenibra Florestal cerca de 90% daqueles 1.816 trabalhadores “*próprios*” encontra-se “*classificado*” nessa última atividade (conforme informações da Diretoria de Recursos Humanos da Cenibra em junho de 2000).

Desse modo, a terceirização baseia-se na contratação de trabalhadores menos qualificados e que podem ser mais facilmente demitidos e recontratados do que aqueles que são mais especializados. Comparando-se os dados de dois levantamentos feitos pela FTIEMG (o de 1998 e um outro datado de 1994), pode-se perceber a dimensão das conclusões apontadas. Até 1994, para um total de seis sindicatos de trabalhadores na atividade extrativa vegetal existentes no estado, o número de empreiteiras era igual a dez, contratadas pelas empresas

⁹³ Segundo levantamento feito junto aos Sindicatos da Extrativa da Madeira e Lenha no Estado pela FTIEMG para a organização de pautas de mobilização e de negociação e para a discussão no seu Congresso realizado em fevereiro de 1998. Os dados foram obtidos a partir de questionários enviados para todos os sindicatos da categoria do estado.

⁹⁴ Na região os trabalhadores e as lideranças sindicais utilizam com maior frequência a expressão “*empreiteiros*”, que é o nome formal usado por essas “empresas” em seus contratos com as firmas de plantações (Cenibra, CAF e Acesita Energética).

Cenibra, CAF, Acesita e FRD. Em 1998, o número de empreiteiras (na base de oito sindicatos) passou a ser de 51, para as mesmas empresas contratadoras.

Esse movimento de terceirização do trabalho florestal articula-se com uma outra questão, especialmente no caso da indústria de celulose. Conforme argumentado por Machado (1988, pp. 80-81), as exigências para a obtenção de uma floresta com um ciclo de produção curto⁹⁵, inclusive em termos da necessidade de uma base fundiária extensa, gerou uma divisão do trabalho específica, distinta daquela que se realizou nas demais agroindústrias caracterizadas pelo processo de apropriação⁹⁶. Ampliando a discussão do autor, pode-se concordar com ele que a produção de florestas plantadas para a produção de carvão vegetal e de pasta de celulose permitiu a formação daquela distinção na etapa florestal da produção dessas *commodities*, já que trata-se de

*um tipo particular de separação entre concepção e execução do trabalho, de parcelização de tarefas e de controle do tempo de trabalho. É nesse sentido que se pode afirmar que, considerando a totalidade do espaço rural ocupado com o “reflorestamento” ... as diversas operações que compõem a **execução** do processo de trabalho florestal (preparação do terreno, plantio, manutenção, colheita etc.) são realizadas simultaneamente no tempo e no espaço. Evidentemente, os obstáculos naturais remanescentes (a pluviosidade, a topografia, entre outros) colocam dificuldades para uma taylorização **stricto sensu** do trabalho (no sentido da alocação precisa – científica – dos tempos e movimento) e, onde é factível, a mecanização, em função do aspecto territorial – como no caso da agricultura, conduz o processo de trabalho a uma direção que se opõe ao fordismo (no sentido da imposição do tempo de trabalho pela máquina). Não obstante, através da parcelização e simultaneidade das tarefas, tornou-se possível desencadear um determinado processo de racionalização e controle da mão-de-obra, com efeitos positivos sobre a produtividade do trabalho, de tal forma a permitir a generalização da relação de assalariamento (formal) (Machado, op. cit., p. 81; destaques no original).*

Como argumenta Muls (1989, p. 168), tratando de um processo semelhante de produção do assalariamento na agroindústria canvieira, o trabalhador rural, posto “livre” para vender sua força de trabalho, “se vê acorrentado ao capital pelas próprias condições do mercado

⁹⁵ Isso é, com rotação dos plantios (cortes) entre cinco e sete anos. Para a obtenção de um prazo como esse, os gastos com pesquisa biotecnológica são elevados, constituindo-se portanto em significativa barreira à entrada de novos concorrentes e em um mecanismo de manutenção de vantagens de custo diante dos concorrentes.

⁹⁶ Conforme Goodman, Sorj & Wilkinson (1990), esse processo corresponde à “ação empreendida pelos capitais industriais a fim de reduzir a importância da natureza na produção rural, especificamente como uma força fora de sua direção e controle. Isto foi alcançado inicialmente pela redução dos limites impostos pela terra enquanto espaço por meio da mecanização e, subsequentemente, pelo esforço contínuo de transformar os segredos da produção biológica em conhecimento científico e propriedade industrial” (op. cit., p. 3).

de trabalho”, uma vez que ele é inicialmente “*aberto a qualquer um, sem exigência de qualificação*” e marcado pela flexibilização ou descumprimento dos direitos trabalhistas. Nesse sentido, a distinção do trabalho nas plantações em relação a outras agroindústrias é que ele, apesar das descontinuidades do ciclo produtivo da floresta, ela demandou uma presença permanente de trabalhadores durante suas fases de instalação e de expansão por causa da dependência do controle de grandes extensões de terra.

Nesse sentido é que se pode concordar com a idéia que a produção e a generalização da relação salarial⁹⁷ no âmbito das plantações de eucaliptos nos Vales do Aço/Rio Doce dependeram também da forma como se organizou a distribuição das propriedades, dispersas em vários municípios. Isso porque essa dispersão associada ao fato dos trabalhadores residirem, em sua maioria, nas redondezas dos talhões, permitiu a redução dos salários direto e indireto⁹⁸.

Isso não significa, contudo, que o capital florestal, enquanto forma capitalista de organização das relações sociais e territoriais de produção e de reprodução não tenha buscado aumentar permanentemente a extração da mais-valia relativa e absoluta dos trabalhadores, usando os mecanismos já descritos de subordinação do trabalho infantil e feminino com salários mais baixos, impondo jornadas longas e de uso intensivo da força física com metas de produção elevadas, roubando no cálculo da avaliação do resultado do trabalho, apropriando-se das inovações introduzidas pelos trabalhadores, fracionando a força de trabalho segundo uma lógica contrária aos princípios da cooperação e da pessoalidade etc., num sentido que não deixa de ser idêntico para muitas outras categorias de trabalhadores rurais proletarizados pela agro-industrialização do campo brasileiro, como inclusive sugere Muls (1989) para o caso mineiro.

Porém, se a construção social do assalariamento dos trabalhadores nas plantações na região dos Vales do Aço/Rio Doce obedeceu a um movimento de atração de antigos produtores rurais familiares, sobretudo jovens, parte dos quais não possuíam um vínculo exclusivo

⁹⁷ A relação salarial corresponde ao conjunto de condições institucionais e jurídicas que regem o uso e a reprodução da força de trabalho. Compreende a organização do processo de trabalho, a hierarquia das qualificações, a mobilidade dos trabalhadores, o princípio de formação do salário e a utilização do salário (Sabóia, 1989).

⁹⁸ Para uma discussão específica sobre o caso da Cenibra, consultar Machado (1988).

com a terra de trabalho e de subordinação dos mesmos a um processo de trabalho específico que incorpora a terceirização, pode-se dizer que o resultado final desse mesmo movimento foi não só o aumento da exploração do trabalho e da ampliação da fragilidade de uma agricultura que vinha se transformando desde a década de 1950, como também a diminuição do emprego a partir da década de 1990, inclusive pela eliminação de muitos tipos de funções e postos de trabalho dentro da plantação.

De fato, segundo os dados do levantamento realizado pela FTIEMG em 1998, já mencionados anteriormente, pode-se dizer que a orientação dada pelas empresas aos seus processos de reestruturação produtiva provocaram os seguintes resultados quanto às funções desempenhadas pelos trabalhadores: os operadores de moto serra (que estão no topo da hierarquia funcional e salarial dos trabalhadores florestais) foram citados por sete sindicatos como sendo os principais atingidos por demissões, seguidos pelos trabalhadores florestais (os peões, que têm os menores salários) e pelos trabalhadores nas atividades do carvoejamento. Nesse último caso, é visível que a demissão na atividade florestal vem sendo orientada pelas mudanças das empresas consumidoras em relação aos seus processos produtivos (como no caso da Acesita e da Belgo-Mineira, que substituíram o carvão vegetal pelo mineral). Mas os dados sugerem, também, que a mecanização das atividades (como o corte, desgalhamento, secionamento e empilhamento das árvores) pode radicalizar o movimento anteriormente descrito de produção do assalariamento como forma predominante do controle capitalista do trabalho.

Capítulo V

Assalariados e Sindicatos nas Plantações Florestais dos Vales do Aço/Rio

Doce de Minas Gerais

A transformação do trabalhador rural em trabalhador **assalariado** rural ou agrícola é uma das expressões da subordinação do trabalho ao capital, uma forma determinada de separação entre o trabalhador e as condições de produção. Daí que a coerção do capital sobre o trabalho retira seu fundamento. E é por isso, também, que a mercantilização da força de trabalho “*inaugura um outro campo de relações sociais, de natureza irredutível às formas pregressas [de organização e controle do trabalho] e desencadeia um movimento progressivo de impacto incomparável e conseqüências profundas*” (Soares, 1981, p. 199).

Esses processos, por sua vez, requerem que se pense nos sujeitos desse processo simultâneo de controle e de submissão como *persona* históricas situadas política e socialmente, e não meras “*marcas pontuais de posições*” (para usar expressão de Soares, *op. cit.*, p. 202)⁹⁹.

Portanto, para tratar dos trabalhadores assalariados das plantações nos Vales do Aço/Rio Doce, deve-se pensar que se eles são herdeiros de uma história de sujeitos que originariamente estavam imersos no campo¹⁰⁰, a partir do momento em que estendeu-se a relação salarial com a expansão das atividades de plantação e carvoejamento, sua inserção

⁹⁹ Essa definição pode ser feita a partir do conceito de classe social, um dos mais densos dentre os que se referem às questões do mundo do trabalho e da produção social da ordem política e social modernas e que remete a um debate intenso. Na presente tese, porém, apesar da discussão desenvolvida a seguir basear-se nessa questão, ela não será tratada diretamente, uma vez que o objeto aqui é a análise de um conjunto de situações específicas e concretas de construção social e política de uma categoria de trabalhadores assalariados, os das plantações florestais, que compõem um segmento da classe operária.

¹⁰⁰ O que supõe tratar de um universo que incluía simultaneamente as relações diretas de controle do produtor ele mesmo sobre seu trabalho e, também, do fazendeiro sobre parte do tempo do trabalhador tornado meeiro ou parceiro.

passou a depender de um novo universo de relações e, pois, de modos de confronto com o capital e com as novas maneiras de organização das relações sociais e do espaço.

Relacionar os movimentos de constituição de grupos sociais com aqueles de produção da região ou do espaço territorial, tal como já discutido nos capítulos anteriores dessa tese, requer que se pense uma simultaneidade na produção social de classificações (sociais, políticas, econômicas e culturais) que representam a consolidação e a implementação de projetos de uso desse espaço bem como a construção de estratégias que permitem a dominação social. Os usos do espaço ou da região, contudo, se são primariamente determinados pela sua existência física, requerem uma subordinação dessa concretude aos projetos sócio - políticos que a disputam tendo em vista distintas possibilidades de uso.

Um exemplo que permite ilustrar a questão em pauta é dada por Brandão (1998) em uma discussão sobre a produção do espaço e dos seus usos por pequenos agricultores. Partindo da distinção dos “*lugares sociais da vida e do trabalho divididos entre os gêneros*”, o autor argumenta que há na construção humana dos usos do território – inclusive o da propriedade – um processo social de “*socialização da natureza*”. Essa construção, seja ela realizada por pequenos produtores familiares segundo seu gênero ou seja ela concretizada como parte de projetos de grupos capitalistas, representa antes aquilo que o autor citado indica como sendo uma “*incorporação de espaços, seres e situações vividos e pensados como do mundo natural ao domínio da cultura*” (Brandão, *op. cit.*, p. 138, destaque no original).

Adicionalmente pode-se dizer que essa socialização, sob o domínio capitalista, significa uma subordinação da natureza à produção mercantil que transforma os bens apropriados da terra ou da natureza (valores de uso) em mercadorias. E é isso que faz com que o ato do trabalho sobre a natureza transforme-se de produção direta dos meios de subsistência em uma “*seriação discreta de operações concretas, onde o valor do produto futuro é maior do que o sentido do gesto humano no ato de produzi-lo*” (Brandão, 1998, p. 140).

Essas transmutações correspondem ao antagonismo estrutural que está estabelecido na organização do capital, entendido como uma relação social de produção. O princípio de divisão social do trabalho – funcional e hierárquica – próprio do capitalismo separa a mercadoria força de trabalho do trabalhador do mesmo modo como separa a “*natureza inorgânica em si ... massa bruta e caótica em sua originalidade primitiva*”¹⁰¹, fonte de valores de uso, do valor gerado pelo trabalho. O que se sugere aqui é que é possível equiparar a organização capitalista que torna irreduzíveis a força de trabalho e seu proprietário (a instituição do mercado de trabalho) e aquela que torna a natureza apenas uma forma espacial funcional – um estoque de recursos naturais – disponível para atender às necessidades dos projetos produtivos e, pelo menos do ponto de vista do processo de produção, para atender ao mister de fazer dinheiro.

A identificação entre ambos modos de organizar o mercado reflete-se, por sua vez, nas posições e nas oposições que são construídas em torno do espaço natural e do espaço edificado. Um exemplo interessante nesse sentido vem de novo do já mencionado trabalho de Brandão (1998, p. 142), para quem os camponeses “*se identificam como tal por viverem justamente no intervalo entre a mata (natureza plena onde as pessoas ‘vão’, sem viver ‘lá’) e a cidade (sociedade plena de uma natureza totalmente socializada)*”. No caso das plantações e dos seus atores, a subsunção dos trabalhadores ao capital cria para esses uma oposição distinta: eles são fornecedores de força de trabalho para uma atividade capitalista de transformação de um “*mato*” que não é a Mata, e exercitam a troca monetária que permite a produção da madeira num local de trabalho que contém muitos elementos não propriamente rurais (ao menos no sentido dado a esse último termo pelos seus elementos familiares e de produção direta, já discutidos em capítulos anteriores).

Enfim, o conjunto das reflexões propostas até o momento têm o sentido de dirigir a atenção para o problema de como o trabalhador florestal organizou-se a partir de sua posição

¹⁰¹ Marx, K. **O Capital**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Cit. Livro 3, vol. 6. p. 936.

subordinada e do estranhamento¹⁰² produzido pela mercantilização da sua força de trabalho no contexto de uma atividade capitalista que recria o território e impõe sobre ele os seus usos. Relativizando a idéia segundo a qual a consciência da exploração surge necessária e mecanicamente para os sujeitos explorados que são subsumidos à lógica da mercantilização, deve-se perceber que a **organização** é antes um dos momentos de expressão do reconhecimento daquele estranhamento.

Uma das formas da organização dos trabalhadores, inclusive aquela que foi criada a partir da década de 1980 pelos trabalhadores das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce, é o **sindicato**. Se de um lado ele representa um espaço de barganha, de negociação, tal como foi discutido no capítulo 1 da presente tese, por outro lado a organização política de diferentes segmentos de trabalhadores tem efeitos sobre a organização do sindicato, principalmente na medida que ocorrem crises e divisões no e do mercado de trabalho.

Isso implica reconhecer que o sindicato é um elemento de aglutinação e de ordenamento de interesses sociais (Offe, 1994). Decorre daí a idéia que o sindicato não é um canal natural de expressão e de representação da consciência de classe do operariado. Ele é além disso, um objeto de disputa, na medida que permite o exercício de mando para quem o detém (isso é, permite a representação de interesses particulares que operam num cenário de rivalidade e de desequilíbrio de poder agudos).

Isso quer dizer, diretamente, que os sindicatos – ao menos nas economias capitalistas avançadas – desempenham um papel fundamental na intermediação do processo de negociação entre o trabalhador e o capitalista que, tal como requer a lógica da organização do mercado de trabalho, devem ser tomados individualmente como partes em um “*comércio desigual*”. Indo contra o elevado grau de autonomia dos capitalistas – decorrência do controle que eles detém sobre os meios de produção e das prerrogativas

¹⁰² Para uma discussão desse conceito na perspectiva marxista e para um exemplo de sua aplicação ao fenômeno da organização sindical no Brasil, consultar o trabalho de Antunes (1992, pp.180-189) sobre as greves dos operários metalúrgicos do ABC paulista na década de 1980.

institucionais das quais gozam – e a “*configuración del contrato de trabajo como un contrato de poder*”, os sindicatos “*actúan como voz colectiva*” dos trabalhadores, que tornam-se assim capazes de “*impulsar movilizaciones sociales y de negociar colectivamente*”, constituindo “*un elemento crucial de limitación de este excesivo poder empresarial*” (Recio, 1999, p. 121). Do mesmo modo,

La existencia de sindicatos fuertes tiene también influencia sobre la actuación del Estado en campos como la regulación de las relaciones laborales, la política económica y los derechos sociales básicos. Campos en los que no sólo influyen las acciones de presión, sino también el debate político al que se ven forzados empresarios y gestores públicos cuando se enfrentan a demandas sociales y argumentos alternativos. Aunque la actuación de los sindicatos suele ser compleja y llena de ambigüedades, la existencia de sindicatos fuertes tiende a estar asociada a mayores niveles de equidad social y de cobertura de derechos sociales básicos (op. cit., p. 122).

A construção da identidade dos trabalhadores como atores políticos realiza-se no conjunto das relações sociais e políticas dentro do qual eles estão inseridos. Esse conjunto, por sua vez, se forma a partir do “*embate entre projetos de atores que se definem como classe e se auto-identificam por meio do reconhecimento de interesses opostos*” (Castro & Guimarães, 1997, pp. 52-53). Isso indica que a produção dos interesses dos trabalhadores e a sua institucionalização no sindicato depende do reconhecimento do caráter relacional desse conceito - o de interesse, o que requer pensá-lo não como atributo próprio do ator social e sim como atributo derivado do seu relacionamento social com outros atores - e, ainda, das naturezas dos mecanismos estrutural e subjetivo relativos à posição e à intencionalidade desses trabalhadores (Castro & Guimarães, *op. cit.*, p. 59).

Se de um lado, portanto, deve-se pensar que a constituição da consciência dos trabalhadores e a sua produção de organizações coletivas é parte do movimento de formação da classe, não se pode pensar que esses movimentos acontecem apenas no *locus* da produção, dentro da fábrica e – no limite – dentro dos espaços sociais do grupo doméstico operário ou da sua “comunidade”, que aproximam a fábrica do mundo subjetivo do trabalhador.

Conjugando essa questão com os processos de produção social do território e de transformação capitalista do trabalho no território, pode-se alargar a idéia que a organização dos trabalhadores em sindicatos se circunscreva apenas ao mundo do organismo básico da ordem capitalista, a fábrica ou a unidade produtiva. Num sentido lato, pode-se dizer que as fábricas e as unidades produtivas (e, inclusive, aquelas que corporificam o capital mercantil e financeiro) organizam o capital segundo a lógica das necessidades da dominação do trabalho. Enquanto manifestações concretas da produção e da circulação do capital, enquanto expressões máximas do trabalho morto e acumulado, as fábricas e as unidades produtivas só têm sentido quando referidas a um contexto territorial, dentro e a partir do qual organizam-se o processo de acumulação e sua base fundamental, a dominação do trabalho e da autonomia do trabalhador.

Portanto, se o debate sobre a organização dos trabalhadores não atentar para as dimensões territoriais da organização das unidades produtivas capitalistas - aquilo que se pode chamar menos precisamente de sua localização - torna-se difícil estabelecer como o conjunto de relações de dominação, sujeição e resistência do trabalho permitem a organização desse último.

A análise da produção de interesses requer que se pense na produção de mediações, já que ela está relacionada aos modos como os mecanismos de organização e de representação de classe (tais como os sindicatos) são instituídos como representações que os trabalhadores fazem da sua própria história. Se a formação da classe e de sua consciência decorre do fazer-se da própria classe (Thompson, 1987), esse fazer-se depende também da eleição e da disponibilidade de mecanismos mediadores, os quais possuem uma existência pautada pela assimetria política e econômica instaurada entre os trabalhadores, os patrões e o Estado (e inclusive entre os membros de uma mesma classe e de uma mesma estrutura). Como argumenta Novaes (1994, p. 178), tratando de agricultores familiares, mas no que é possível aplicar aos sujeitos aqui analisados, essa assimetria “*tem produzido necessidades de mediação para o ‘bem’ ou para o ‘mal’*. Isto é, para a reprodução ou para o questionamento da dominação”.

Como aquele elemento de ordenamento dos interesses dos trabalhadores, o sindicato representa, no mundo rural, um conjunto distinto de sujeitos em um cenário político autoritário e clientelista, conforme discutido no capítulo 1. Em parte por isso é que, para Poletto (1991, p. 21), a discussão sobre o sindicalismo rural deve buscar responder às questões do caráter da organização sindical, do seu papel enquanto mediador e da definição da sua base de sustentação. Desse modo, os problemas da representação sindical não se referem tanto à inadequação da estrutura organizacional – que reúne tipos distintos e com interesses antagônicos. Para o autor,

A verdadeira problemática do sindicalismo rural é constituída pelas contradições que marcam o sindicalismo brasileiro, especialmente o fato de ser, ao mesmo tempo, iniciativa dos trabalhadores e iniciativa do Estado, articulação de lutas e representação de classes, tentativa de democracia direta e direção. Como consequência dessas e certamente de outras contradições, o sindicalismo vive um dilema fundamental: seu poder está no povo organizado ou na capacidade de negociação com as classes dominantes, especialmente com o Estado? (Poletto, op. cit., p. 21).

Do ponto de vista da base, as definições sobre os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR começaram a mudar a partir da intensificação das lutas por terra. De fato, como argumenta Esterici (1991), a história do movimento sindical a partir da década de 1970 “*está estreitamente ligada à história das lutas por terra*”.

Diante do sindicato “oficial”, criado e/ou mantido como representante formal de pequenos agricultores, posseiros, meeiros, assalariados temporários e permanentes etc., e como unidade de prestação de assistência médica e social, os camponeses, os sem terra, os assalariados iniciaram o que pode ser pensado como um ensaio de ruptura. Para Esterici (1991), à medida que os trabalhadores se organizaram e fortaleceram suas entidades de luta pela terra, eles geraram “*a disposição de combater direções pelegas e conquistar os sindicatos*” e é por essa razão que, no plano local, “*em situações de parca vigência do estado de legalidade e difícil atualização do direito à cidadania, os sindicatos tem cumprido uma importante função*” (op. cit., p. 28).

A evolução dos conflitos entre as bases e os dirigentes, na qual desempenhou um papel importante a mediação de agentes pastorais e assessores jurídicos e educacionais (muitas vezes oriundos das cidades), acabou gerando o desenvolvimento de oposições sindicais. Isso indica que houve um fortalecimento dos sindicatos como formato organizacional e organizativo necessário para o desenrolar de projetos de transformação social (ver Medeiros, 1989; Medeiros, 1990; Esterci, 1991; Ricci, 1999).

A formação de uma “cultura” sindical, desse modo, imprimiu aos trabalhadores embebidos por sua dinâmica uma capacidade de ação nova. Essa, por sua vez, foi alimentada com e projetou-se no envolvimento dos participantes das oposições sindicais com o chamado “novo sindicalismo”, o “sindicalismo autêntico” e a mobilização para a criação de uma central única dos trabalhadores (Poletto, 1991).

No caso específico dos assalariados rurais, essa dinâmica foi acompanhada da discussão sobre a criação de estruturas próprias de representação, escapando da heterogeneidade de composição dos STR quanto às categorias e atores por eles representados. Esse debate pode ser entendido como reflexo do modo pelo qual os trabalhadores e suas lideranças perceberam a sua inclusão no processo de modernização capitalista da agricultura brasileira (ver Coletti, 1998).

E é também por essa razão que se pode concordar com Alves (1991) para quem, a partir da década de 1970, a sociedade brasileira - e os agricultores em particular, tiveram a “*sua face profundamente alterada pela imbricação entre o processo de modernização conservadora (da agricultura) e o processo de constituição da identidade dos diferentes atores sociais*” que emergiram dessa realidade nova (*op. cit.*, p. 39). Os rebatimentos desse duplo processo reforçaram, por sua vez, as discussões sobre a configuração da estrutura sindical, uma vez que à já mencionada heterogeneidade da base social representada pelos STR associou-se a demanda pela modificação no modelo de representação vigente desde a década de 1960. Com isso, especialmente por causa das especificidades das demandas de pequenos produtores e das dos assalariados, a discussão enveredou para a necessidade da criação de

Sindicatos também específicos (sem negar necessariamente, contudo, a possibilidade de existência de sindicatos únicos; ver Alves, 1991).

Um cuidado, porém, deve ser tomado. Não se deve buscar na análise das estruturas – e das formas de estruturação – das organizações sindicais as contradições e as possibilidades dos sindicatos. Deve-se olhar para a sociedade e para a história dos que se interessam pela criação desse canal de mediação e representação, bem como para os embates que são travados dentro dessa sociedade por esses interessados, levando-se em conta a assimetria existente entre eles e os patrões e o Estado, conforme mencionado anteriormente. Portanto, um tratamento dotado de historicidade não supõe apenas a refutação teórica do economicismo; é preciso ir além, pensando os processos de constituição da sociedade e de suas dinâmicas política e social em termos do que eles representam como constituição das experiências e dos capitais das classes, dos grupos, dos indivíduos e de suas organizações (tal como propõem Thompson e Bourdieu, por exemplo).

Essa atenção permite entender por que os trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce, inseridos numa estrutura de representação sindical tradicional, conseguem instaurar novas práticas organizativas. Pode-se dizer que atuou favoravelmente nesse sentido a ação mediadora da Igreja Católica (por meio da Comissão Pastoral da Terra – CPT) e da Central Única dos Trabalhadores - CUT bem como a proximidade de movimentos sociais e sindicais urbanos, mas mais importantes foram as descobertas próprias que esses trabalhadores fizeram do seu universo de relações de subordinação, de negação de direitos e de exploração – isso é, o reconhecimento que os trabalhadores fizeram, eles próprios, da sua condição de classe.

Nesse sentido, um novo sindicalismo pode ser observado na região, inclusive distinguindo-se do “novo” sindicalismo rural paulista: na região dos Vales do Aço/Rio Doce¹⁰³, os

¹⁰³ Nesse caso, é interessante resgatar a idéia da simultaneidade, no tempo, das respostas sindicais específicas dos trabalhadores assalariados das distintas firmas carvoeiras e de plantações florestais existentes na região estudada e a do Litoral Norte da Bahia, mesmo sabendo-se das diferenças

assalariados eram em sua maior parte permanentes (não volantes) e contratados, inicialmente, pelas próprias empresas produtoras dos bens de base florestal (carvão e madeira). Pode-se sugerir que há, aqui, a indicação, aparentemente, de uma outra trajetória dos trabalhadores do capital florestal na região observada em comparação com aqueles de outras culturas temporárias (como a cana-de-açúcar) ou permanentes (como o café) em outras regiões: os assalariados do “reflorestamento” percorreram um caminho que iniciou-se da sua condição de membros de uma agricultura familiar, daí tornaram-se assalariados permanentes e, a partir de meados da década de 1990, assalariados temporários – em função da terceirização e das mudanças no modelo de organização da produção e da gerência nas firmas de capital florestal instaladas nos Vales do Aço/Rio Doce.

Como argumenta Coletti (1998, pp. 116-117) quando se pensa na produção da classe trabalhadora no campo ou na proletarianização do campesinato no Brasil, é importante reter que esse processo “*pode ou não estar ligada à expropriação, dependendo do significado que se atribui ao conceito*”, mesmo porque o desenvolvimento do capitalismo no campo é carregado de contradições (por causa do seu simultâneo confronto e associação com as formas sociais de produção preexistentes a ele, que daí em diante serão reelaboradas¹⁰⁴) e, ainda, por que a expropriação do camponês ou produtor familiar não ocorre sem que esse sujeito lhe imponha algum tipo de ou alguma resistência (a esse respeito ver a literatura já mencionada no capítulo 1 sobre o sindicalismo rural brasileiro e, também, Coletti, 1998).

sócio-culturais existentes entre ambas. A distinção básica entre as organizações sindicais foi dada pelo fato da extensão da base ser regional, na Bahia, e municipal (e, no início, quase por empresa) em Minas Gerais. É importante ressaltar, apesar de não ser possível analisa-lo agora, o fato de que a presença de religiosas de uma mesma congregação em ambas as regiões contribuiu de algum modo com o esforço organizativo levado a cabo, mesmo que em Minas essa presença tivesse respaldada na participação delas na CPT, o que não ocorreu na Bahia. Para uma descrição do caso do Litoral Norte, consultar Gonçalves & Machado (1996) e Gonçalves (1997).

¹⁰⁴ Mesmo porque, como anota Godelier (1991, pp. 25-26), a característica específica do capitalismo como modo de produção é a de **combinar** a produção de mercadorias com a produção de dinheiro por meio do dinheiro com a utilização de trabalho assalariado com a produção organizada a partir da propriedade privada dos meios de produção. Como alerta o autor, esses quatro elementos não começaram a existir nos “*temps modernes*”, sendo antes relações sociais que existiam isoladamente em diversas sociedades e épocas.

Por isso é que a análise das causas da proletarização e da resistência a ela, por sua vez, demanda um entendimento de como é que se combinaram as mudanças políticas, provocadas pelos crescentes conflitos de classe que se verificam no campo brasileiro a partir dos anos 1950, com as transformações econômicas produzidas no âmbito da modernização rural a partir desse mesmo momento.

Tratando desse tipo de questão para o caso da expansão (mais do que do surgimento) do trabalhador assalariado volante ou temporário na agricultura paulista, Coletti (1998, pp. 135-138) soma aos “*elementos explicativos de caráter geral*” alusivos ao desenvolvimento do capitalismo no campo outras razões, cujo caráter “*mais específico*” permite apreender mais amplamente o fenômeno. Entre elas, o autor destaca a introdução das mudanças legais através do Estatuto do Trabalhador Rural na década de 1960¹⁰⁵; o impacto do uso de insumos modernos (que ocorre apenas em determinadas fases do processo produtivo) e da substituição de culturas sobre a demanda sazonal de mão de obra; e a existência de elementos políticos que “sobrepoem-se e entrecruzam-se” com as razões econômicas anteriores, tal como o conflito entre fazendeiros e agregados ou posseiros e as condições político-institucionais associadas ao regime militar e ao sindicalismo oficial rural.

Em trabalho anterior ao do último autor e tratando das relações sociais nas regiões de Minas onde ocorreram mobilizações salariais dos trabalhadores, Sgreccia & Gadelha (1987) vão no mesmo sentido, argumentando que com a adoção diferenciada de novas técnicas de produção em diversas fases do ciclo agrícola do café e da cana houve uma expulsão dos trabalhadores das propriedades e a transformação dos colonos em assalariados permanentes e em bóias-frias. Adicionalmente, a modernização dos cerrados e a sua incorporação ao mercado agro-industrial de grãos e carnes, com a conseqüente adoção de novas práticas agropecuárias produziram o mesmo efeito. No Vale do Jequitinhonha, a expansão das plantações florestais e da cafeicultura eliminou as bases sociais da pequena

¹⁰⁵ Cujas dimensões política - com a redução do poder dos proprietários sobre os trabalhadores residentes no interior de seus domínios - é “*uma explicação plausível ... tanto para o caso da*

produção e da migração sazonal e produziu resultado semelhante ao anteriormente mencionado para as demais culturas nas outras regiões do estado. Esse tipo de leitura, ainda que permeada por um excessivo determinismo das razões técnicas e produtivas do capital, levou os autores a concluir que

A ameaça de expulsão dos trabalhadores que continuam morando nas fazendas e o trabalho incerto por parte dos “bóias-frias” levam os assalariados permanentes e temporários a se submeterem a processos de intensa exploração. Apesar da existência da legislação trabalhista, grande parte dos assalariados permanentes não têm contrato formal de trabalho ... Seus direitos continuam sendo largamente desrespeitados pelos proprietários (Sgreccia & Gadelha, 1987, p. 65).

Essa evolução descortinou-se tendo como pano de fundo uma estrutura sindical verticalmente controlada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg e que viveu durante a década de 1980 um processo de mudança, impulsionado pela expansão das lutas dos trabalhadores - no seio das quais concorreu crescentemente a Comissão Pastoral da Terra e despontou a ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e da CUT (Sgreccia & Gadelha, *op. cit.*; ver também Muls, 1989). Por isso, e diante das reações patronais ao avanço e ao acúmulo de organização dos trabalhadores assalariados em suas demandas por melhores condições de trabalho, os autores concluem que o “*movimento sindical não conseguiu transformar as campanhas salariais em instrumentos de luta capazes de romper os sistemas de dominação social existentes nessas regiões*” e nem de romper com o controle dos proprietários rurais (fazendeiros e empresas capitalistas) sobre o mercado de trabalho (Sgreccia & Gadelha, *op. cit.*, p. 73).

As razões disso foram tanto os erros de estratégia das campanhas salariais como a eficiência da pressão patronal (utilizando o recurso direto das demissões e o das ameaças), aliadas à maior capacidade dos grandes proprietários e empresas em usar a legislação

região cafeeira de São Paulo e Paraná quanto para a região canavieira do Nordeste” (Coletti, 1998, p. 136).

trabalhista e sindical em comparação com a menor eficiência dos sindicatos sobre os órgãos estatais (*op. cit.*, p. 73).

Quanto aos pequenos produtores, da mesma forma como no restante do país, pode-se dizer que sua subordinação à lógica da modernização capitalista da agricultura geraram movimentos de resistência, baseados na defesa dos preços de produção e da renda rural e contra a super-exploração do trabalho familiar, na busca de estratégias de garantia da permanência na terra, e na pressão dos órgãos governamentais para a adoção de políticas condizentes com as suas condições econômicas e sociais.

Para Sgreccia & Gadelha (*op. cit.*, p. 58), ao agirem contrariamente à lógica capitalista e à perda de sua autonomia enquanto produtores independentes, os pequenos produtores assumiram “um novo papel no cenário das lutas no campo”. Porém as suas lutas não dependeram apenas da estrutura sindical marcadamente “oficial”, tal como mencionado anteriormente; a direção dos movimentos dos agricultores familiares em Minas durante as décadas de 1970 e 1980 foi, antes, marcada pela presença de movimentos ligados à Igreja, das cooperativas, das associações e de outras organizações não governamentais que atuam no meio rural (*op. cit.*, p. 58). Enfim, por tudo isso, pode-se concordar com os autores quando eles afirmam que no período de 1970 a 1985

*O movimento sindical não conseguiu canalizar e dar direção ao potencial transformador das lutas dos assalariados, principalmente durante as greves [ocorridas entre 1980 e 1984]. Ao contrário da experiência dos canavieiros pernambucanos, onde a greve tem contribuído para o fortalecimento progressivo das campanhas salariais, em Minas Gerais o movimento sindical tem demonstrado sérias debilidades no encaminhamento dessa forma de luta (...) [porque] a maior parte das paralisações teve um caráter espontâneo (...) o Movimento Sindical não investiu no fortalecimento da organização dos trabalhadores depois das paralisações, deixando aberto o espaço para os fazendeiros não cumprirem os acordos e para desencadearem novas formas de depressão; [e] nas greves que tiveram relativa preparação, o movimento sindical não criou as condições necessárias para o confronto com os proprietários (Sgreccia & Gadelha, *op. cit.*, pp. 73-74).*

Partindo de uma interpretação similar, Muls (1989, p. 179) dá maior ênfase aos aspectos estruturais e econômicos da ação sindical, vendo a partir daí uma sua dupla limitação: a

derivada da natureza do sindicalismo como “*movimento espontâneo da classe*” (que, pois, “*difícilmente supera o nível da luta econômica*”) e a que decorre da natureza da direção ou da vanguarda sindical (que representa uma “*totalidade marcada pela diferenciação, por uma ideologia tradicional e regressiva, e por um sindicalismo atrelado ao Estado, assistencialista e burocratizado*”). Esses limites, decorrentes das relações de forças presentes vividas na constituição e desenvolvimento do movimento sindical e do conflito de classes no campo (que envolve o Estado, além das classes sociais em disputa), é o que implicou a construção de um sindicalismo dos trabalhadores rurais “*verticalista, corporativista e reformista*”, organizador de lutas baseadas num “*caráter nitidamente legalista e reivindicatório ... e que não são articuladas a um projeto de uma nova sociedade e à superação do capitalismo*” (op. cit., p. 179-180).

Apesar disso, porém, a autora reconhece que o sindicalismo rural em Minas, na década de 1980, apresentou alguns avanços importantes: de um lado, por se estabelecer como unificador das lutas e “*como um caminho possível para construção da consciência de classe*”, na medida em que sua ação também auxiliou a criação de um “*novo espaço de confronto que dá ao espaço de enfrentamento até então existente – o ... do trabalho – uma nova dimensão, na medida em que desloca o conflito ... para uma relação de classe*” (Muls, op. cit., p. 180); de outro lado, pela definição do STR como representante de classe, definiu-se a Justiça do Trabalho como a “*instância de solução dos conflitos e de atendimento às reivindicações trabalhistas ... o que significa não só o caráter legal das vitórias obtidas, quanto o questionamento da ‘lei do patrão’ e a imposição de uma outra lei, a lei do trabalhador*” (op. cit., p. 181).

Sgreccia & Gadelha (1987, p. 74) sustentam que na segunda metade dos anos 1980, a partir do acúmulo das experiências de lutas dos assalariados dos canaviais no Sudoeste de Minas e das plantações florestais do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas, os trabalhadores rurais, mesmo sob uma estrutura sindical tradicional, passaram a se utilizar de “*novas táticas de luta, que privilegiam o confronto ... e a negociação direta com os proprietários*” nos locais de trabalho.

Propondo uma periodização ligeiramente distinta, Muls (1986) sustenta que em Minas novas lideranças assumiram a direção da Fetaemg e da maior parte do movimento sindical estadual a partir de 1975, estreitamente vinculadas à Contag, e promoveram mudanças na orientação institucional da Federação - tendo como referência principal o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1979. Isso permitiu a implementação de uma estratégia de organização de lutas dos assalariados que rompeu com o modelo de sindicalismo centrado exclusivamente na atenção à pequena produção.

A incorporação das demandas dos assalariados rurais ocorreu, pode-se dizer então, no âmbito de uma mudança institucional. Muls (1986, p. 10) argumenta que a nova liderança da Federação, constituída num processo que iniciou-se com as eleições de 1975 e avançou com a “*renovação do movimento sindical rural iniciado em 1976*” era composta por “*elementos ainda relativamente desconhecidos e sem prática alguma de sindicalismo*”. Os seus primeiros esforços, nos anos iniciais de atuação, concentraram-se na “*limpeza da estrutura da Federação*” e a hegemonia do novo grupo somente foi efetivada com as eleições de 1978.

Nesse sentido é que se pode entender a afirmação de Muls (*op. cit.*, p. 10) segundo a qual apesar de ser composta por pequenos proprietários, a nova direção da Fetaemg assumiu o comando do movimento sindical mais sensível para a questão e para a “urgência da luta” dos assalariados. Segundo a autora, inclusive, o

Reconhecimento da pouca ou nenhuma experiência com o assunto ... [levou] o Presidente da Federação a buscar o apoio do movimento sindical de Pernambuco, lá participando então da campanha salarial de 80 e da mobilização para a greve do mesmo ano. De volta a Minas ... plenamente convencido da importância e da necessidade da luta pelo salário e por melhores condições de trabalho ... Elaborou então junto com a Diretoria um plano de ação para o restante do ano, visando a preparação dos trabalhadores assalariados para a campanha salarial de 1981 (Muls, op. cit., pp. 10-11).

Pode-se dizer, nesse sentido, que as lutas dos trabalhadores assalariados rurais em Minas Gerais, em seu nascedouro articuladas em torno das reivindicações ligadas à melhoria das

condições de trabalho e da diminuição da super exploração do trabalho, foram maioritariamente “puxadas” pela Fetaemg.

A condução da organização dos assalariados, por sua vez, fez-se com a manutenção dos sindicatos em uma posição subalterna à Federação, ou como argumenta Muls (*op. cit.*, p. 9), com eles “*se constituindo como a infra-estrutura necessária ao trabalho da Federação*”.

Essa situação revelou-se mais explicitamente quando da eclosão da primeira greve de assalariados em Minas em 1980, a dos canavieiros de Passos, na região Oeste do estado. Produto de uma mobilização dos sindicatos de trabalhadores rurais dessa região, a greve fora pensada como um instrumento de pressão para a produção de melhorias na situação dos assalariados da cana e deveria ser preparada pela direção do STR de Passos como um dos mecanismos que poderiam vir a ser usados a partir do desenvolvimento da campanha salarial de 1981, campanha essa que deveria ser feita “dentro da lei” de modo a evitar riscos de uma intervenção.

Contudo, e inclusive por conta da atuação de um militante do Partido Comunista do Brasil, à época ligado ao PMDB, foi-se desenvolvendo entre os cortadores de cana a idéia de uma greve imediata. Conforme relata Muls (*op. cit.*, p. 12-14), a greve “*explodiu*”, para “*surpresa total da FETAEMG e mesmo para o Sindicato de Passos*” e já no seu terceiro dia já envolvia cinco mil trabalhadores entre cortadores, caminhoneiros e operários das usinas de açúcar. Mas a greve não foi totalmente espontânea, “*embora os trabalhadores se mostrassem fortemente inclinados à paralisação*”.

Se de um lado a desaprovação do Sindicato local quanto à realização imediata da greve gerou um vazio que poderia ter sido ocupado pelos trabalhadores, de outro foi a ação de um outro tipo de mediação (a do militante partidário) que contribuiu para “*dar impulso*” à insatisfação dos trabalhadores.

Não obstante, após a vitória dos trabalhadores nas negociações, inclusive evitando a intervenção do Ministério do Trabalho e da Polícia Militar no Sindicato e no movimento, não se conseguiu manter a mobilização necessária inclusive para garantir o cumprimento das disposições acordadas tanto por que o STR de Passos não conseguiu desempenhar o papel de mobilizador (inclusive pela falta de apoio da Fetaemg) quanto pelas pressões e retaliações dos patrões. Desse modo, a

Primeira greve dos trabalhadores assalariados rurais em Minas Gerais, não foi, portanto, devidamente capitalizada pela liderança do movimento sindical dos trabalhadores rurais. O esforço da FETAEMG estava voltado para a tentativa de retomar o sindicato, considerado pedido depois da greve de 80. E embora tenha sido implantada uma política de preparação das bases para as campanhas salariais com vistas ao contrato coletivo de trabalho (o primeiro foi celebrado em 1981), os assalariados de Passos se sentiram órfãos. Mesmo porque suas tentativas de greve em 1981 e 82 não encontraram nenhum apoio, nem por parte do Sindicato de Passos nem por parte da FETAEMG. (...) Nesse jogo, desmobilizados os trabalhadores não tiveram condições de exigir o cumprimento do Acordo de 1980 e nem ... das vitórias conquistadas pelos Dissídios de 1981 e 1982 (Muls, op. cit., p. 16).

Contudo, essa experiência de organização dos assalariados deitou raízes na estrutura sindical mineira, tendo se transformado em uma das prioridades da Federação estadual dos trabalhadores rurais. Adicionalmente, provocou um efeito irradiador sobre outras regiões e categorias de assalariados no estado. Tanto é que, a partir de 1982 a Federação priorizou quatro áreas de trabalho em seu programa de trabalho: a região do município de Itacambira, no Vale do Jequitinhonha, que concentrava assalariados no café; a região do Alto Jequitinhonha e do Mucuri, onde predominavam os trabalhadores de plantações florestais e do café; a do Médio Jequitinhonha, com situação idêntica à anterior; a do Sul de Minas, com trabalhadores assalariados concentrados nas culturas da cana e do café (Muls, op. cit., p. 20).

No caso específico dos assalariados das plantações, pode-se dizer que a sua mobilização no estado também decorreu do tipo de intervenção proposta pela Fetaemg, que não só permitiu à instituição conhecer os problemas da categoria como incorporar suas demandas ao movimento sindical. Esse tipo de conclusão decorre do fato que foi a partir do envolvimento direto da Fetaemg com a problemática do assalariamento no Vale do

Jequitinhonha que se criou o Sindicato de São João do Paraíso, que teve como uma de suas primeiras ações a representação dos trabalhadores na negociação com a empresa Florestaminas.

O levantamento do enfrentamento entre assalariados e essa empresa “reflorestadora” feito por Muls (*op. cit.*, pp. 20-21) aponta para uma situação não tão bem sucedida como a ocorrida com os canavieiros do sul do estado; de fato, iniciando sua mobilização com estratégias de boicote ao trabalho em abril de 1983, os trabalhadores conseguiram articular assembleias e deflagraram no final de maio do mesmo ano a greve, respeitadas as formalidades da legislação então vigente. Após treze dias de paralisação, as negociações não chegaram ao resultado esperado pelo Sindicato e pelos trabalhadores, com a Justiça reconhecendo apenas o direito dos trabalhadores ao pagamento dos salários atrasados dos últimos seis meses. O resultado foi a desmobilização dos trabalhadores e a demissão de grande parte do contingente que participou da greve; a empresa adotou a estratégia de contratar novos trabalhadores por meio de empreiteiras e manteve o descumprimento da legislação trabalhista, atrasando salários, não assinando as Carteiras de Trabalho e não fornecendo os equipamentos de segurança devidos.

Mas pode-se dizer que um resultado positivo, porém, foi produzido: ajudado pela CPT, o Sindicato de São João do Paraíso produziu uma cartilha (editada pela Comissão Pastoral) contendo os resultados da avaliação do movimento. O que é positivo é que tal documento foi usado conforme descreveu Muls “*para reagrupar os trabalhadores e prepara-los para novas formas de luta*” (*op. cit.*, p. 21).

Mesmo que não tenha surtido exatamente esse efeito de reaglutinação e preparação, a manifestação escrita de tal avaliação contribuiu para a afirmação e a disseminação de uma memória da experiência da greve, das suas possibilidades e limites enquanto produto da ação dos trabalhadores eles mesmos.

Entre 1983 e 1985, estouraram várias greves dos canavieiros em Passos, em Itabira (na Zona Metalúrgica) e nos municípios de Santa Vitória, Uberaba, Fronteira, Canápolis e Ituiutaba (todos cinco no Triângulo Mineiro), dos colhedores de feijão em Planura (também no Triângulo), dos assalariados na colheita do café em Alfenas, Campos Gerais, Paraguassú e Campo do Meio (no Sul de Minas). Em Taiobeiras, no Vale do Jequitinhonha, os trabalhadores da “reflorestadora” Planta 7, contando com o apoio dos Sindicatos dos municípios de Salinas, Águas Vermelhas, Rubelita, Rio Pardo e São João do Paraíso, conseguiram pressionar a empresa e obter o “*acerto de seus direitos sonegados*”. Contudo, essas campanhas salariais e as lutas dos trabalhadores não tiveram o mesmo vigor das que foram deflagradas em 1982 (conforme Muls, *op. cit.*, pp. 22-26).

Porém, essas novas formas de luta – campanhas salariais e greves - permitiram a produção de duas importantes transformações, expressas nos acordos e convenções coletivas firmadas pelos trabalhadores assalariados com seus patrões, e que se referem (1º) ao deslocamento das reivindicações do plano do respeito ao costume ou tradição que foi rompido pelo arbítrio do patrão/proprietário da terra e (2º) à substituição da instância de resolução dos conflitos, que doravante passou a ser a Justiça do Trabalho, o que deu “às vitórias conquistadas o caráter legal transformando o direito exigido em direito legal” (Muls, *op. cit.*, p. 28)¹⁰⁶.

Simultaneamente à expansão do trabalho de organização dos assalariados pela Fetaemg e pelos STR a ela vinculados, que teve como um dos pontos culminantes a realização do I Encontro Estadual de Assalariados em 1984, a CPT e lideranças de oposição sindical, do Movimento dos Sem Terra e mediadores oriundos de organizações partidárias foram “abrindo espaço para uma presença mais forte” no trabalho organizativo e de mobilização desses trabalhadores. Não só aproveitando-se das lacunas deixadas pela Fetaemg, mas propondo novas formas de articulação das lutas salariais com as questões das condições de

¹⁰⁶ Adicionalmente pode-se dizer que outro produto da mobilização dos trabalhadores, pelo menos em algumas regiões do Estado, foi a percepção que uma questão fundamental do movimento sindical é a luta pelo acesso à terra.

vida, esses novos mediadores conseguiram “*gradativamente, ocupar o espaço* [que foi sendo] *deixado pela FETAEMG*”. Isso foi possível pela reunião dos trabalhadores “*em torno dos problemas dos bairros onde habitam (saneamento, esgoto, calçamento de ruas, posto de saúde, escolas, transporte e outros)*”, o que permite a constituição de associações de moradores que “*tomam a frente na denúncia*” do desemprego e das péssimas condições de trabalho e de vida (Muls, *op. cit.*, pp. 24, 27).

Postas tais considerações que permitem entender o processo de formação da categoria trabalhador assalariado rural em Minas, e retornando à questão dos assalariados das plantações dos Vales dos Aço/Rio Doce, pode-se dizer que a sua constituição como sujeitos políticos dependeu, então, da forma como construíram as reações a (1º) um longo processo de submissão social ao projeto de modernização imposto sobre seu território e (2º) a desqualificação que tal projeto fez da vivência desses trabalhadores nos seus antigos espaços sociais – os da agricultura de subsistência, da agregação, da dependência do pecuarista, das cidades – transmutados pela fábrica e pelas plantações segundo a lógica da produção capitalista. Tendo essas questões em vista, pode-se então retomar o tema da mediação.

Inicialmente deve-se ter em mente que a presença de mediadores não significa apenas a introdução no seio do grupo de trabalhadores e das suas vidas de indivíduos que atuam, através da sua posição externa ao grupo social ou à base, como um “*elo de união de mundos diferenciados*” e que, por aquela mesma posição, estejam distanciados dos trabalhadores (Neves, 1998, p. 155). Mesmo porque, se a mediação traduz e/ou introduz falas e linguagens estrangeiras (Novaes, 1994), é também fato que os mediadores eles próprios “*constróem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabiliza este modo específico de interligação*” (Neves, 1998, p. 155).

Essa observação combina com a descrição da ação da CPT, que começou a articular-se em Minas Gerais nos três primeiros anos da década de 1980, a partir da experiência anterior de

lideranças religiosas do movimento da Ação Católica Rural. Inicialmente articulada - ou “animada” - por religiosos e religiosas xaverianos e franciscanos em Timóteo e Ipatinga, contando com o apoio de leigos vinculados anteriormente à Pastoral da Juventude Rural em Antônio Dias e Jaguaraçu e apoiada no trabalho desenvolvido em Ipatinga pela Pastoral Operária, a CPT traçou uma evolução na região que foi marcada pelo sentimento que essas pessoas tiveram da “*necessidade de organizar o sindicato*”.

A narrativa da história da região e da CPT feita por uma leiga que compõe seus quadros e é membro da direção estadual, em entrevista, aponta uma leitura de um quadro social marcado pela violência da presença da grande empresa de eucalipto e pelas disputas pela posse da terra nos municípios que compõem o que estamos denominando aqui de Vales do Aço/Rio Doce. Por outro lado, para esses religiosos e leigos católicos, a elite local (os “grandes” e os poderosos) pensava que a região fora “*criada para a indústria*”. O conflito, então, era uma marca registrada da história regional e, do ponto de vista do povo, essa era uma história de opressão: assim, falou que é “*grande empresa, o povo tem medo*”, assim como tinha medo da polícia, da repressão.

A necessidade de organizar o povo, então, decorria de uma leitura de um quadro de desigualdade no seio do qual os grandes exploravam os pequenos, onde o povo não tinha lugar para viver e gozar seus direitos. A conclusão dessa leitura é que, mais do que uma consciência espiritual, esse povo necessitava de uma consciência da sua vida prática, e daí de uma organização para enfrentar os “grandes”. Como argumenta Gaiger (1987, pp. 34-35), esse tipo de leitura da realidade decorria do fato que

Enquanto pastoral, a CPT segue duas óticas complementares: a) sustentar as organizações dos trabalhadores rurais em vista da defesa de seus interesses de classe e da transformação das relações sociais; b) despertar na consciências dos trabalhadores rurais e dos cristãos em geral uma visão da mensagem evangélica que impele ao compromisso de cada um com seus irmãos, com a igualdade e com a justiça social. As duas dimensões encontram o seu ponto de unidade em uma mística que encara a luta dos trabalhadores como uma marcha que conduz, de acordo com o “Plano de Deus”, ao “Reino de Justiça”, sentido último e desenlace da história humana. A realidade humana, lida em termos de relações de classe, é desde então

considerada anticristã; portanto, ajudar as classes populares a transformar a sociedade é uma missão da Igreja e dos cristãos, embora não seu apanágio.

Isso combina com a idéia de que a Diocese local, segundo a então coordenadora da CPT Vale do Aço, “*conta a sua história*” com o início ocorrendo “*com a chegada das empresas*”. Ora, contar a sua história é não só datar um processo, mas nomea-lo a partir da identificação dos papéis e lugares que são ocupados por quem o conta e por aqueles que são seus aliados e seus inimigos ou opositores. Contar uma história é, em muitos sentidos, narrar o desenrolar da disputa pela definição do presente e do futuro. Assim, a escolha dos instrumentos ou da forma de luta depende do que se quer contar, para quem e com qual propósito. E é aí também que se constroem as identidades – ou as representações de si e dos outros, e que se gera como resultado a “*elaboração de novos sistemas classificatórios e de visão de mundo*”, concebidos de acordo com os interesses de mediadores e mediados (Neves, 1998, p. 157).

Esse tipo de reflexão permite entender ainda uma outra face da intervenção da CPT, a que se refere ao seu papel de assessoria ao movimento dos trabalhadores, que deve preservar a autonomia dos trabalhadores. Para tanto, o “*método de intervenção*” na realidade deve partir “*dos interesses e das condições do grupo*” e deve “*instituir uma relação simétrica entre os agentes e os camponeses*” (Gaiger, 1987, p. 35).

Mas pensar os interesses do grupo requer, como sugerido anteriormente, identificar quem pertence a ele, e isso constituiu um dos principais elementos que distinguiram a ação da CPT na região analisada da que é desenvolvida pela Comissão nas outras regiões do estado¹⁰⁷. Identificando a distinção na composição do povo na roça entre pequena produção, trabalhadores braçais (rurais) e assalariados da extrativa, a CPT Vale do Aço convergirá o seu trabalho para essa última categoria.

¹⁰⁷ A CPT de Minas Gerais obedece a uma estrutura “federativa”, na qual uma Coordenação Estadual localizada em Belo Horizonte articula o planejamento e a ação dos “escritórios” regionais, localizados no Vale do Aço, Norte de Minas (Montes Claros), Vale do Jequitinhonha, Zona da Mata, Vale do Rio Doce/Mucuri e no Sul de Minas. Cada um desses “escritórios” é identificado pelo nome da região que “representa” e onde atua.

Retrocedendo um pouco a narrativa, deve-se lembrar que a CPT, instituída como uma agência vinculada à Igreja católica em 1975, estruturou sua ação em torno das propostas de assessorar, interligar e dinamizar as lutas de resistência das famílias camponesas, “*tirando-as do isolamento*” por meio da promoção da visibilidade desses sujeitos (CPT, 1997, p. 179)¹⁰⁸. Em que pese a presunção, a CPT conseguiu estruturar seu trabalho de modo mais sólido na década de 1980, quando foi composto um Secretariado Nacional e foram organizadas equipes regionais em vários estados do país.

Estruturada em torno do “*trabalho de base realizado pelas equipes locais*”, que são as instâncias internas que definem os passos a serem tomados a partir do seu “*confronto com a realidade do campo e dos camponeses e com os desafios aí colocados, refletidos à luz da fé e analisados com instrumental científico adequado*” (CPT, *op. cit.*, p. 180), a intervenção da entidade intenta garantir a participação democrática de todos os atores que fazem parte do seu universo pastoral e político. Contudo, isso contradiz com a rigidez que está presente na estrutura da Comissão, que parece reproduzir a arquitetura eclesial ou, ainda, o formato de uma organização não governamental – uma vez que se baseia nos princípios da delegação de poder a uma direção pelos “*associados*” e da existência de um corpo técnico de intervenção (*op. cit.*, p. 181).

O caráter pastoral da Comissão, por sua vez, define a sua condição de pertencimento à “*comunidade eclesial*” – daí inclusive sua auto identificação como missionária. Esse mesmo caráter e a correspondente inspiração evangélica dele retirada resultaram que o “*protagonismo dos lavradores*” foi definido como o objeto básico da intervenção da CPT na realidade (*op. cit.*, pp. 184-185)¹⁰⁹.

¹⁰⁸ O artigo citado a seguir sintetiza os resultados produzidos durante a primeira metade da década de 1990 em outros relatórios e publicações internas da CPT e em um documento de avaliação da instituição realizado por Jean Pierre Leroy, Beatriz Costa e Rudá Ricci.

¹⁰⁹ Um aspecto adicional dessa auto identificação da CPT é a sua mística cristã, fundada segundo seus formuladores na mística camponesa - o “*sentido religioso que o trabalhador rural dá à terra, a seu mundo, sua vida e seu trabalho*”. Dessa mística retira-se o senso de dever a cumprir e as bases educativas e solidárias da ação dos agentes da Comissão (*op. cit.*, pp. 196-197). Na década de 1990 a discussão relativa a essa dimensão ganhou espaço na instituição, refletindo uma

Esses elementos que informam as linhas de ação da CPT refletem-se em distintos modos de organização da sua intervenção nas regiões ou estados nos quais a CPT atua e, inclusive, na forma como a Comissão se identifica nesses locais. No caso de Minas Gerais, a Regional local interpreta-se como uma

organização de agentes pastorais que prestam aos lavradores um serviço pastoral, a partir de uma visão cristã do mundo. Esta informa uma leitura própria da realidade e uma atitude de permanente escuta, com base nas quais se definam prioridades articuladas com as demandas dos lavradores. A legitimidade do modo de inserção da CPT, com serviço cristão, confere a ela uma representatividade, mas religiosa e não política – o que parece um dilema. Sob um mesmo discurso de “serviço pastoral”, acentuam-se dimensões diferentes, talvez mais próximas entre si do que parecem: grupo mínimo de apoio e assessoria e organização representativa do religioso e cristão (op. cit., pp. 188-189).

Narrando a história da CPT de Minas Gerais, Pe. Jerônimo¹¹⁰ lembra que poucos foram os religiosos que se interessaram pela Comissão no estado, quando da sua fundação. Segundo ele

Na Diocese de Uberlândia, moravam os padres Oblatos ... Em Uberaba, as freiras Dominicanas. Em Monte Carmelo as leigas ... dedicadas à formação de CEBs rurais e urbanas. Mais para o Norte, perto de Brasília moravam as Missionárias de Jesus Crucificado, formando CEBs na Diocese de Paracatu. Foram estes os grupos que logo se ligaram à CPT de Goiás. Em Teófilo Otoni, nós tínhamos, desde 1971, uma equipe de Pastoral Rural que a partir de 73 se ligou à ACR (Animação dos Cristãos no meio rural). Buscávamos uma encarnação do Evangelho na vida – provocando a reflexão sobre as condições de vida (escola, saúde, trabalho) e já incentivando a oposição sindical (Poté, 1975). Também mandamos representantes para Goiás. Mas foi junto com o Sul da Bahia e o Espírito Santo que conhecemos a CPT. Foi formado um regional [sic] que ia de Ilhéus a Vitória e incluía o Nordeste de Minas, coordenado pela equipe do Assessorar em Teixeira de Freitas ... e pelos leigos de Vitória. Nossos problemas comuns eram o boi, o reflorestamento e os pequenos proprietários se empobrecendo. Foi assim, pelas beiradas que Minas começou a participar (Jerônimo Nunes, s.d., p. 2).

orientação dos agentes no sentido da espiritualidade e da “*especificidade da dimensão pastoral*”, o que para a CPT representou uma “*reafirmção pública de sua identidade e pertença às Igrejas*” (op. cit., p. 193).

¹¹⁰ Pe. Manuel Jerônimo Nunes, assessor do então bispo de Belo Horizonte Dom Serafim Fernandes de Araújo e da ACR na década de 1970, assumiu a coordenação da CPT de Minas no início da década de 1980.

Em continuação da sua narrativa, ele lembra que o trabalho dos religiosos e dos leigos vinculados à CPT no estado envolveram, nas mais diversas regiões, o apoio a um conjunto de resistências à expulsão dos posseiros e pequenos proprietários pelos pecuaristas (nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, no Norte e no Noroeste de Minas), pelas “reflorestadoras” (no Rio Doce e no Vale do Jequitinhonha) e pelos programas governamentais (no Vale do São Francisco, no Noroeste de Minas e no Triângulo Mineiro). Ainda segundo o relato, foi no início da década de 1980 que se articulou a CPT Vale do Aço, quando o então bispo auxiliar de Itabira e Coronel Fabriciano, D. Lara, assumiu a condição de “*bispo da CPT*”, que teria recebido como um agente na região um assessor da CPT Nacional que “*estava querendo voltar para a base*” e que, com “*sua capacidade de escutar e também falar bastante foi descobrindo os problemas [sic] e as pessoas do Vale que poderiam se ligar à CPT. Ficou só um ano, sua virtude foi colocar gente no serviço*” (Jerônimo Nunes, s.d., pp. 8-9).

A combinação dessa leitura religiosa com o desenvolvimento de uma intervenção política não organicamente vinculada a partidos permitem entender a opção preferencial pelos sindicatos, conforme muitas vezes expresso no depoimento anterior e nas falas dos agentes da Comissão que ouvi durante as investigações para a presente tese.

E parece que é nesse mesmo sentido que se pode entender a aproximação da Comissão com os assalariados rurais, que passaram a ser entendidos a partir do final dos anos 1980 como sujeitos de “*lutas específicas*”, que deveriam ser “*entendidas em si mesmas, como lutas pelos direitos do trabalho, sem referência a uma idealizada posse da terra perdida*” – o que não significava negar a existência de assalariados lutando por terra. Mas a intervenção da Comissão junto aos assalariados foi marcada por dificuldades relativas às trajetórias das regionais e a “*problemas relacionados ao ideário pastoral*”, que opera com o ideal a comunidade rural e cristã. Especificamente em Minas Gerais, a ação junto aos assalariados rurais iniciou-se com os canavieiros (nas regiões Centro e Sul do estado) e com trabalhadores de empresas produtoras de flores (na Zona da Mata), “*tendo como eixo de atuação a questão da saúde*” desses trabalhadores. Ademais, no início da década de 1990 a

CPT estadual passou a atuar na então existente Comissão de Promoção e Fiscalização do Trabalho Rural, ligada à Delegacia Regional do Trabalho, que auxiliava a fiscalizar o cumprimento da aplicação da legislação trabalhista no campo (CPT, 1997, pp. 234-237).

À exceção dos canavieiros, o início do trabalho da Comissão estadual não voltou-se para uma intervenção sobre a questão da organização política dos trabalhadores, no seu local de trabalho ou na região, o que deu ao trabalho uma “*forma descontínua*” (CPT, *op. cit.*, pp. 234). Segundo os depoimentos colhidos junto a agentes da Comissão no estado, parece então que esse tipo de intervenção voltada para a organização aconteceu de forma sistemática no Vale do Aço.

A coordenadora da CPT de Minas Gerais no início dos anos 1990, pertencente à congregação das Irmãs da Santa Cruz e vinda de São Paulo para o Vale do Jequitinhonha em 1981, falando sobre sua entrada na CPT e sobre os primeiros contatos que teve com a CPT do Vale do Aço, narra que “*ouvia ... que os assalariados do eucalipto estavam nos STRs e havia conflitos de interesses. Eduardo e [Pe.] Justino¹¹¹ percorrem a região e com os agentes pastorais articulam formas de organização nas CEBs e em grupos especiais já debaixo da sigla CPT-Vale do Aço*”.

A definição do público, se de um lado decorreu de uma pretensa leitura objetiva da penetração do capital agro-industrial na região e da percepção que ele simultaneamente expulsava uns e reduzia outros a uma condição desumana de trabalho e de vida, por outro lado foi fruto também da dinâmicas das relações internas da instituição estabelecidas entre os religiosos e os leigos (e também de cada um desses tipos com seus pares). Mas essa eleição foi também um resultado da interação entre a entidade e os assalariados, a partir da sua definição como grupo social e da redefinição que fizeram dos outros grupos.

¹¹¹ Eles eram, à época (fim da década de 1980 e início da década de 1990), respectivamente, assessor e um dos coordenadores estaduais da CPT Minas Gerais.

Esse conjunto de elementos permite entender então porque a CPT Vale do Aço define sua ação como estando voltada prioritariamente para os assalariados. Nisso pesou a presença de uma leiga¹¹² e de seu esposo. Nesse sentido, a percepção da religiosa anteriormente mencionada é interessante: a ligação entre esses dois “agentes”

leva a CPT-Vale [do Aço] a se envolver com outros sindicatos, no caso, da Extrativa. Aliás, [o marido supra mencionado], que vem do meio “assalariado”, “operário”, militante sindical e partidário (não muito “católico”), é um que provoca conflitos e mudanças na ação e reflexão da CPT no Vale do Aço. [Ele] é o que politicamente traz para dentro da CPT a discussão sobre o sindicalismo rural e seus conflitos e diferenças de interesses; os jogos do poder distinto dentro de cada entidade sindical, e entre si. A “malícia” política [ele] e o eco-humanismo de [Pe.] Justino contribuiu, no meu modo de pensar, para que a CPT Vale do Aço fosse, ou começasse a ser, mais efetiva nas questões da Extrativa de madeira e lenha na região e no Estado.

A referência às pessoas, longe de denotar uma leitura personalista da história, serve para chamar a atenção que estruturas de mediação não são organismos impessoais, submetidos a uma lógica imperativa da mediação, como se essa fosse uma forma ideal de consciência política da classe economicamente desfavorecida. Ao tratar daqueles que encarnam a ação da CPT Vale do Aço, pretende-se chamar a atenção para os modos como os sistemas de classificação feitos pelos mediadores carregam consigo, também, um conjunto de valores e de intencionalidades que marca a prática da mediação e, da mesma forma, o exercício de formação da classe e da sua consciência.

Nesse sentido, pode-se entender então que a relação da CPT com os trabalhadores tenha sido positiva, ampliando o capital político dessa instituição e credenciado-a para, junto aos trabalhadores assalariados das plantações, trabalhar para a institucionalização de alguns sindicatos que os representariam. Da mesma forma, foi essa presença mediadora da instituição que permitiu o reconhecimento dela e de suas lideranças, já mencionadas, como interlocutoras privilegiadas perante as empresas, particularmente a Cenibra, nos momentos de conflito. Isso não quer dizer que a CPT local substituiu os sindicatos, mas que foi

¹¹² Já anteriormente mencionada no capítulo 4 e no presente capítulo, ela vinculou-se inicialmente à Pastoral da Juventude de Nova Era. Tornou-se mais tarde coordenadora da CPT regional e, atualmente, está na Coordenação estadual.

reconhecida como um ator dotado de força suficiente para, aí sim, intermediar os processos de negociação entre trabalhadores e empresas.

Isso também não significa que a CPT não tenha se constituído em interlocutora da pequena produção, antes pelo contrário. Só que essa intermediação orientou-se, basicamente, pela percepção que o lugar da pequena produção era não só subordinado às plantações como, ainda, que sua sobrevivência dependeria da construção de uma resistência ao mundo dos eucaliptos. Nesse sentido, a partir da articulação entre a CPT e uma ONG japonesa (Jatan), produziu-se uma pesquisa destinada a não só a entender a realidade do eucalipto como a demonstrar que ela era inviabilizadora da agricultura familiar e de um desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente adequado para a população regional (ver Gonçalves, 1994).

Por isso é que é possível entender uma divisão que a já referida leiga coordenadora da CPT regional e estadual faz da história da Comissão na região, tendo como referência as relações de aproximação com os agricultores familiares e de “enfrentamento” com as empresas: um “primeiro momento” foi o de “tentar lutar para a manutenção dos posseiros na terra”, o que não apresentou resultados muito visíveis tanto por problemas dos modos de organizar a ação, pautada num quadro de radicalização por parte da CPT Vale do Aço e das empresas, quanto pela rapidez da “chegada” das plantações. Um segundo momento foi pautado pela organização e fortalecimento das entidades dos trabalhadores, que inicialmente eram rurais – ou seja, esses sujeitos

não eram trabalhadores assalariados da extração, então todos os trabalhadores eram filiados nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Como a CPT fazia um trabalho junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, então a CPT continuou a insistir nos assalariados como base. Aí começou a discussão da organização do pessoal ... porque os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais não estava dando resposta às necessidades dos assalariados. Porque ? Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais não faziam negociação ... eram Sindicatos dirigidos todos por pequenos produtores, meeiros, posseiros e não sabia o que era a vida do assalariado ... Mas a CPT começou a ter essa relação porque aí a partir da organização sindical [dos assalariados] começou a ter que, junto com o Sindicato [os STR] ... defender esses trabalhadores.

Nesse momento, como CPT e Sindicatos estavam juntos, foi possível construir uma aproximação com as empresas, estabelecendo uma relação de diálogo, ainda que tenso, entre os representantes dos trabalhadores e os do capital florestal na região. Essa interpretação decorre, de um lado, da dinâmica dos conflitos gerados pela modernização imposta pelas empresas e, por outro lado, da presença na CPT e na Cenibra de agentes e técnicos com experiência sindical e religiosa anteriores ao seu envolvimento com a questão dos conflitos sobre os direitos dos trabalhadores assalariados e de posseiros. Foi pois em função dessas duas dimensões que a ação da CPT começou a pautar-se, a partir de meados dos anos 1990, pela busca de um modelo de negociação que, se não dispensava o enfrentamento direto via mídia e ações judiciais, também não excluía as rodadas de negociação “pacíficas”, internalizando como princípio de intervenção na arena dos conflitos o adágio popular de que um mau acordo é (muitas vezes) preferível a uma boa demanda.

Para Muls (1989, p. 183), deve-se ressaltar um outro aspecto quando se trata da ação da Igreja progressista católica no campo mineiro: apesar dela ser

estritamente articulada à atuação do PT e da CUT, aos quais empresta a sua força e dos quais assimila os objetivos, prioridades, propostas e formas de luta – tem os seus limites ... por suas propostas se fundarem na visão da sociedade como comunidade eclesial. (...) Todavia, na medida em que o trabalho da CPT e da CEBs se coloca como um trabalho pastoral, evangelizador e pedagógico, procurando restabelecer a articulação entre a fé e a vida ... funciona ... como um “indutor político” de primeira categoria levando à articulação entre a fé e a política. Em conseqüência, a prática religiosa, porque comunhão e porque união entre fé e vida transforma-se realmente em união e em prática política.

Mas além da CPT, a mediação da representação dos assalariados das plantações nos Vales do Aço/Rio Doce foi realizada pelos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração (ou Extrativas) de Madeira e Lenha. O Quadro 1, apresentado a seguir, indica quais eram ou são esses sindicatos por base territorial e ano de criação e/ou de reconhecimento dos mesmos.

Quadro 1
Relação dos Sindicatos de Trabalhadores Assalariados nas Plantações nos Vales do Aço/Rio Doce em Minas Gerais

Sindicato	Ano de Criação/ Reconhecimento
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração da Madeira e da Lenha de São José do Goiabal e Dionísio	1982
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração da Madeira e da Lenha de Pingo D'Água, Bom Jesus do Galho e Córrego Novo	1983
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração de Madeira e Lenha de Santa Bárbara, Barão de Cocais, São Gonçalo do Rio Abaixo, João Monlevade, Alvinópolis e Rio Piracicaba	1984
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração da Madeira e da Lenha de Açucena, Periquito, Naque, São Geraldo da Piedade, Governador Valadares e Belo Oriente	1984
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração da Lenha de Timóteo	1986
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Guanhães e Região	1987
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Madeira e Lenha de Caratinga com extensão de base em Ipaba e Iapu	1989
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração do Ferro, Metais Básicos, Madeiras e Lenha de Nova Era	1990
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Antônio Dias e Região	1990/1991

Fonte: levantamento direto junto aos Sindicatos e à Cenibra.

Antes de aprofundar uma discussão sobre a dinâmica desses Sindicatos, é relevante indagar por que os trabalhadores das plantações organizaram seus próprios sindicatos, isso é, por que eles não foram representados exclusivamente pelos STR.

Em certo sentido, isso se aproxima de um dos problemas da representação sindical: o fato do movimento sindical rural ter difundido a “*idéia de que o Sindicato é dos associados e não dos trabalhadores*” (Sigaud, 1979a, p. 17), o que remonta ao momento de constituição do sindicalismo rural no Brasil. Ora, isso significa que a constituição de uma nova categoria social – a dos assalariados rurais – cuja identidade é marcada pela destituição da propriedade e, mais importante, das condições materiais para possuí-la é o elemento explicativo para o fato deles não se enquadrarem na configuração social e política exigida pelo STR. Em suma, o fato de serem não proprietários retira dos assalariados uma condição

social fundamental que os permitiria tornar-se associados de uma organização política de representação de proprietários e posseiros - cuja identidade é marcada pela vinculação, mesmo que precária, com a terra. Não se trata de sugerir aqui que a oposição entre ambos sujeitos é algo como a dicotomia entre pequena burguesia e operariado, já que a propriedade ou a posse da terra para pequenos produtores familiares não possui o mesmo sentido da terra de negócio capitalista, representando antes um conjunto de condições materiais e simbólicas de produção e reprodução da unidade familiar (ver, a respeito dessa última questão, Neves, 1993; 1996 além da discussão feita nos capítulos 1 e 4 dessa tese).

Contudo, é importante ressaltar que até a primeira metade dos anos 1980 os trabalhadores assalariados rurais contratados por empreiteiras prestadoras de serviços para os fazendeiros da região (as empreiteiras “de cerca”, segundo definição de um entrevistado) eram também filiados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Quando da expansão das contratações de trabalhadores para as plantações – diretamente pelas empresas consumidoras da madeira e via empreiteiras – intensificou-se a criação dos sindicatos “próprios” dos assalariados. Levando-se em consideração essa informação pode-se sugerir que, no caso ora analisado, parte da resposta à questão da representação dos assalariados das plantações ter se realizado por meio de sindicatos específicos decorreu também do modo como foi construída a intervenção da CPT local na região.

Diante de um sindicalismo considerado pelos mediadores políticos mencionados nesse capítulo como “*fechado*” e com diretorias pouco ativas, o diagnóstico que apontava a necessidade de “*organizar o sindicato*” fortaleceu-se entre os agentes pastorais. As articulações nessa direção parecem ter se iniciado em 1985 por Nova Era, município onde o grupo de jovens da Pastoral da Juventude atuante no município, com o apoio de uma assessora da CPT Estadual e do diretório do Partido dos Trabalhadores municipal, organizou as eleições do STR local “*na marra*” e elegeu uma nova diretoria, mais próxima do ideário dos agentes. A partir desse tipo de experiência, foram sendo organizadas outras ações junto aos STR, com a ampliação da presença da CPT no Vale do Aço. A partir de 1986 a Comissão distinguiu seu trabalho na região em duas frentes: a da pequena produção

e a dos assalariados e, no mesmo momento, iniciou-se um trabalho de formação das lideranças dos assalariados das plantações, o que seguramente influenciou na formação dos Sindicatos da Extrativa.

No sentido que vem sendo proposto nessa tese, pois, pode-se dizer que a emergência dos Sindicatos dos assalariados das plantações florestais deve ser entendida como um dos movimentos de afirmação da identidade desses trabalhadores. Porém, a estrutura adotada por eles para a sua organização, o sindicato de base municipal, é originariamente um elemento dificultador da sua ação política.

Num primeiro momento e claramente em função do ordenamento jurídico prevalecente, baseado nas premissas legais do enquadramento e da unicidade sindicais, essas estruturas sujeitam os trabalhadores a um tipo de organização vinculada a um território jurídica e geograficamente delimitado pelo município, o que dificulta o processo de negociação coletiva no campo (Sgreccia, 1992; D’Incao & Botelho, 1987). Porém, conforme salienta Sgreccia (*op. cit.*, p. 137), mesmo que

existam sindicatos com base territorial superior à área municipal, situação resultante da extensão de base do município-sede para áreas vizinhas, a regra no meio rural tem sido o sindicato com base circunscrita ao município. Nas regiões de concentração de assalariados ... é comum o trabalhador morar e se filiar ao sindicato de um município e trabalha em outro, onde a prerrogativa de representação é de outro STR. Essa circunstância tem colocado na ordem do dia a questão do sindicato de base regional.

A importância dessa questão radica no fato que mesmo que os assalariados das plantações florestais, pelos menos em alguns momentos de suas trajetórias, sejam também moradores nas propriedades ou posses de seus pais ou parentes, isso certamente não os torna camponeses – já que sua relação contratual e a obediência devida é à organização do trabalho capitalista¹¹³ – e menos certamente ainda pode ser pensado como um tipo de capital

¹¹³ Nesse caso, é importante ressaltar que não se entende aqui que exista qualquer tipo de impossibilidade na combinação de trabalho assalariado e trabalho com algum grau de independência na própria terra. O que está sendo enfatizado é que, no caso dos assalariados, sua reprodução não depende nem original nem preferencialmente da sua **presença como morador** no

político pelos Sindicatos. Isso porque, além de utilizarem trabalhadores de diferentes municípios, como já mencionado, as firmas “reflorestadoras” organizam o trabalho de modo a poder fazer esses assalariados circularem entre os diversos talhões de suas propriedades, o que os torna muito mais **desenraizados** dentro do mundo das plantações.

No caso dos Sindicatos da Extrativa da região analisada, esse ordenamento estrutural derivou do fato que as articulações para a sua organização partiram da localização dos assalariados, o que por sua vez dependia da vinculação deles às empresas específicas. Ou seja, apesar da influência da legislação sindical autoritária, do caráter “oficial” dos sindicatos de trabalhadores rurais e do fato das lideranças terem a sua origem na pequena produção - como sugerem D’Incao & Botelho (1987) como argumentos básicos da “municipalização” sindical - os Sindicatos na região definiram-se como de base municipal muito mais pela importância maior da presença de determinadas firmas no município onde iniciou-se a sua organização, sabendo-se que várias dividiram o espaço local e, conseqüentemente, a arregimentação dos trabalhadores (ver capítulos 3 e 4). Exemplo disso é o fato que, em um levantamento de informações feitos diretamente junto a alguns sindicatos em junho de 2000, três tiveram as suas diretorias compostas exclusivamente por trabalhadores de uma mesma empresa; assim, no Sindicato da base de Antônio Dias, São Domingos do Prata, Ferros e Nova Era, os diretores trabalhavam e trabalham na Cenibra (originariamente Cenibra Florestal), sendo que apenas na atual gestão três trabalhadores de empreiteira fazem parte da direção; no Sindicato de Pingo D’Água, Bom Jesus do Galho e Córrego Novo, os diretores eram contratados pela Acesita (inicialmente Florestal Acesita, depois Acesita Energética); no Sindicato de São José do Goiabal e Dionísio, a direção é composta por assalariados da CAF. A exceção foi o Sindicato de Santa Bárbara e região, que a partir do mandato de 1990 teve em sua direção simultaneamente trabalhadores da Cenibra, da CAF e da empreiteira Tertran.

território rural. Se é possível entender a lógica do assalariamento parcial do camponês ou agricultor familiar, deve-se lembrar que o que o define como sujeito social, econômica e politicamente situado diante do mundo capitalista é o fato de ser camponês ou agricultor familiar, e não o de ser um assalariado subordinado original e prioritariamente à lógica do salário, da monetização e da produção de valor.

De qualquer modo, criados em sua maioria a partir da segunda metade dos anos 1980, quando os conflitos com as empresas se acirraram e, mais importante, quando as articulações em torno da representação desses atores passando pela CPT já haviam se estendido, esses Sindicatos chegaram a congregar uma base com cerca de 3.000 trabalhadores entre 1982 e 1994 num universo de mais de 5.500 assalariados empregados diretamente pelas empresas de capital florestal instaladas na região (conforme informações obtidas em levantamento direto junto aos Sindicatos e à FTIEMG).

No início do ano de 2000, segundo o mesmo levantamento citado anteriormente, esse número foi reduzido para menos do que 600 assalariados. Essa perda de base decorreu das demissões e da terceirização das tarefas pelas empresas, seja por que se retiraram da atividade (como a CAF e a Acesita) ou porque adotaram a partir do início dos anos 1990 a mecanização e a aquisição de áreas já formadas tornadas disponíveis, no caso da Cenibra. A combinação desses elementos e a progressiva ausência de trabalhadores produziu, inclusive, a extinção dos Sindicatos de Timóteo e Nova Era (cuja base foi incorporada ao Sindicato de Antônio Dias) e tornou inativo o do município de Pingo D'Água e região.

Pode parecer estranho iniciar uma discussão sobre os sindicatos representativos de uma categoria falando da sua fragilização ou mesmo extinção. Porém, mais do que repetir a história da sua criação, mais importante é entender que processos estiveram presentes nessa história que explicam a forma como se articulou um trabalhador novo, o assalariado do reflorestamento, a partir de um determinado momento, em uma estrutura de representação nova, os Sindicatos da Extrativa.

De fato, pensando a partir dos termos propostos por Offe (1984), para quem a duplicidade da lógica sindical e empresarial indica as formas de construção do poder social de interesses em disputa, a história dos sindicatos não pode prescindir da identificação da forma como eles conseguiram, no confronto com as empresas, articular e mobilizar a sua base. Afinal, se o trabalho sindical é o de organização de interesses, e se é fundamental

pensar como é que tais interesses se constituem, tão importante é saber como eles se mantiveram no tempo.

Observando a constituição social da categoria assalariados das plantações nos Vales do Aço/Rio Doce, é possível notar que sua constituição como categoria ou grupo iniciou-se a partir de um conjunto de negações: eles eram os não rurais ou os não produtores, mesmo quando sua origem estivesse radicalmente vinculada ao universo da agricultura familiar e das suas transformações nos últimos trinta ou quarenta anos na região, já discutidas nos capítulos anteriores.

Essa é uma questão importante na medida em que contribuiu para dificultar a lógica da unificação das categorias pequeno produtor e assalariado e de seus interesses que rege ou deveria reger as estratégias sindicais. Uma observação feita por sindicalistas, pelos representantes da Cenibra e pela CPT, sintetizada na fala apresentada a seguir da então coordenadora da CPT Vale do Aço, permite aquilatar a dimensão do problema da constituição da identidade da categoria e de sua posterior articulação numa organização representativa: esses trabalhadores e suas lideranças não admitem que são rurais;

Eles são urbanos ... eles são urbanos. Essa é a briga da FTIEMG, que não admite ... com a FETAEMG ... a briga primeira foi a disputa pela base e aí depois a briga ... [pela definição da identidade dos trabalhadores]; a carteira deles não é braçal, ele é assalariado ... eles se qualificam como urbanos. (...) Quando criou o Sindicato da Extração da Madeira e Lenha, entre os trabalhadores tinha alguns sindicatos ... aí tinha CAF, Acesita e Cenibra eram da Extrativa.

Assim, a produção de uma identidade do trabalhador a partir da sua vinculação com a empresa e com a lógica da segmentação da força de trabalho imposta por ela produziram um tipo de resposta organizativa dos Sindicatos basicamente reativa. Inicialmente, a resposta sindical era voltada para a organização dos trabalhadores a partir do estatuto organizacional dos assalariados imposto pelas empresas. Daí a centralidade da luta pelos direitos (melhores salários, fornecimento de equipamentos de proteção individual, instituição de planos de cargos e salários etc.) e pela adoção de práticas mais humanas de

relacionamento dentro da unidade produtiva capitalista (melhorias nas condições sanitárias de alimentação e de alojamento, fim de perseguições etc.).

A partir da adoção e da intensificação, por parte das firmas, das novas técnicas gerenciais originadas da reestruturação produtiva, especialmente da terceirização, elevou-se o desemprego, ampliando o controle das firmas - e inclusive das suas empreiteiras - sobre a força de trabalho (Sgreccia, 1992; Machado, 1998). A ação sindical, mais uma vez, tornou-se uma reação, provocada pela saliência daquele primeiro tipo de resposta assinalado anteriormente: à maior fragmentação da força de trabalho nas plantações, manteve-se o discurso da luta pelos direitos, agora voltados para as empreiteiras e valorizando basicamente a questão da precarização (ou do seu retorno num formato pior do que antes da existência dos sindicatos)¹¹⁴.

Assim, pode-se propor como uma outra pergunta básica – além dessa sobre como se constituiu o sindicato – como é que ele desenha os interesses dos trabalhadores, sobretudo levando-se em consideração que no caso da região analisada a categoria passa por um rápido processo de transformação - ou de desaparecimento?

Claro que tais movimentos não são fenômenos novos para os próprios trabalhadores, como sugerido anteriormente nesse capítulo, e também é certo que eles podem ser pensados como um novo elemento de aglutinação das lutas sindicais. Porém, e o que se quer sugerir aqui é isso, a organização sindical reativa encontrará dificuldades para manter-se como representante dos assalariados e para propor estratégias que consigam ir além da mera resposta, já que à definição dos interesses da categoria assalariados das plantações segue-se

¹¹⁴ De acordo com o já citado levantamento realizado pela FTIEMG em 1998, as principais questões das lutas dos sindicatos são as seguintes, por ordem de importância: baixos salários e atrasos no seu pagamento; não fornecimento ou fornecimento inadequado de uniformes e de Equipamentos de Proteção Individual; não fornecimento ou má qualidade dos lanches e da alimentação fornecida; pressão por aumento da produtividade do trabalho; falta de apoio médico e em casos de doenças e acidentes (afastamento do trabalhador, não pagamento de dias parados etc.); falta de condições de trabalho; inadequação ou mesmo falta de transporte até o local de trabalho; pressão psicológica por causa da existência do desemprego.

(e até mesmo antecede) uma estratégia empresarial, fundada na necessidade de ampliar o controle sobre a força de trabalho e de restringir sua constituição enquanto grupo organizado e capaz de disputar não apenas o direito de ter seus direitos legais constituídos cumpridos mas de criar novos direitos, ou novos sentidos para o trabalho. Isso é tão mais relevante quando se sabe que, no caso das plantações, a prática da terceirização tem significado que o controle dos empreiteiros sobre os trabalhadores decorre da importância e da natureza das atividades da silvicultura para as firmas consumidoras da madeira – isso é, do fato que a produção da madeira é uma atividade fim dessas indústrias, especialmente no caso da Cenibra (ver Machado, 1998).

A Figura 7, produzida a partir das observações feitas ao autor por lideranças sindicais da Extrativa de Antônio Dias, Dionísio e por alguns membros da diretoria da FTIEMG entre os anos de 1998 e 2000 e que é apresentada a seguir, demonstra como é possível pensar a combinação desses processos de reação sindical e empresarial e quais são os seus impactos sobre os trabalhadores. Esses fenômenos estão entre os elementos que permitem entender a aglutinação das lutas sindicais rurais contra as estratégias empresariais nas regiões mencionadas, assim como explica - de forma aparentemente contraditória - o esvaziamento dos sindicatos da “Extrativa”.

Assim, retomando o argumento anterior sobre o desaparecimento dos assalariados sindicalizados das plantações, é visível que isso ocorre por causa da terceirização. A sindicalização perdeu muito de sua força em função da introdução de formas de controle direto sobre o trabalhador demitido da CAF, da Acesita ou da Cenibra por parte dos empreiteiros, o que revela uma estratégia de redução da pressão dos trabalhadores contra as empresas que tem permitido a elas aumentarem a taxa de exploração do trabalho.

Nesse sentido, as semelhanças existentes em relação aos canavieiros, tal como analisado por Sigaud, Palmeira e Muls (citados no capítulo 4) são tão significativas quanto as especificidades da situação retratada na região Vale do Aço/Rio Doce, e que têm a ver com o processo de formação social do território e dos sujeitos subordinados vinculados a ele

mais o tipo de “produto” cultivado, a madeira, e as exigências tecnológicas do seu processamento.

Figura 7
Relação entre Estratégias Sindicais e Empresariais na Organização dos Trabalhadores e do Trabalho na Economia das Plantações Florestais

OBJETIVOS E RESULTADOS DA AÇÃO SINDICAL	RESPOSTA DAS EMPRESAS
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da organização dos trabalhadores com ampliação de direitos e de “vantagens” 	Elevação da rotatividade do trabalhador ↓ ↑ Implantação da terceirização, com fixação de regras para os empreiteiros (gatos) que implicam em maior controle sobre os salários e a fragmentação da força de trabalho ↓ ↑
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos ganhos salariais e melhoria das condições de trabalho 	Retorno ou introdução dos sistemas de remuneração com base no “Regime de Produção” ↓ ↑
<ul style="list-style-type: none"> • Eliminação do controle das empresas sobre sua força de trabalho 	Introdução de processos moto-mecanizados, de inovações de produtos(*) e do processo produtivo, ampliação da terceirização

Obs.: (*) Refere-se à utilização da madeira das plantações florestais para a produção de outros bens como chapas aglomeradas para construção civil, mourões, postes e móveis, o que requer um outro tipo de trabalhador, o das atividades de serraria e carpintaria. Combinado com a introdução de máquinas colheitadeiras e outras alterações no processo produtivo, isso resulta em demissão do trabalhador florestal e até mesmo em sua substituição.

Fonte: elaborado pelo autor (MTG).

Um exemplo disso é a trajetória da ação sindical. Apesar das informações apresentadas não representarem o conjunto dos Sindicatos, já que quando da coleta dos dados alguns deles já haviam se extinguido (como o de Timóteo, por exemplo, que foi incorporado pelo de Antônio Dias), elas revelam um pouco da conclusão apresentada nesse capítulo. Cinco dos Sindicatos da Extrativa chegaram a ter uma base superior a três mil associados e, entre

1986 e 1999, mobilizaram essa base em doze paralisações (inclusive greves gerais) num período total de cerca de cento e onze dias, envolvendo trabalhadores da Cenibra, da Acesita e da CAF e das empreiteiras Cavalinho, Carijós e Tertran (das que foram citadas pelos sindicalistas).

Essas paralisações resultaram em conquistas de melhores condições de trabalho (como o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, lanches, transporte adequado, uniformes etc.) e em melhorias salariais. No caso dos trabalhadores diretos das empresas, conforme os depoimentos dos que foram entrevistados, essas melhorias foram sempre mais significativas do que para os trabalhadores das empreiteiras. Isso se explica, em boa medida, por causa da maior capacidade dos empreiteiros em dificultar a presença do sindicato junto aos seus trabalhadores, tanto pela ameaça direta a ambos quanto pelas estratégias de organização dessas unidades de capital, muitas vezes representadas pela figura individual do patrão ou capataz (o que dificulta a disputa direta dos sindicatos contra eles e obriga esses últimos a recorrer à Justiça do Trabalho).

Num certo sentido, portanto, pode-se dizer que a expansão da organização sindical específica dos trabalhadores das plantações no contexto social e econômico dos Vales do Aço/Rio Doce produziu um sindicalismo não de resultados mas - em quase toda sua trajetória - dedicado a buscar respostas econômicas positivas para os trabalhadores aproveitando-se da lógica operacional das empresas, no que então cumpriram fielmente com as suas funções de representação de um interesse particular dentro do mercado de trabalho.

Os impasses do sindicalismo da extrativa, por fim, podem ser lidos como um dos resultados do projeto capitalista para o espaço e para a sociedade da região e, simultaneamente, como uma possível indicação de uma incapacidade dos trabalhadores e agricultores locais em (re)elaborarem e (re)constituírem um novo modelo de sociedade e uma nova territorialidade, sob seu controle. Parece que é isso o que explica o sentimento de impotência dos Sindicatos dos assalariados nas plantações no espaço dos Vales do Aço/Rio

Doce – mesmo quando eles eventualmente conseguem reaglutinar os trabalhadores e promover paralisações e/ou mobilizações. Note-se que uma tal capacidade tem sido realmente eventual e que nos últimos dois anos apenas uma greve foi deflagrada na região (pelo Sindicato de Guanhães) e que, apesar dos sindicalistas da região estarem desde o início da década de 1990 à frente da direção da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minas Gerais (que congrega os Sindicatos dos trabalhadores das Indústrias da Extração Vegetal e Mineral), a sua participação nas esferas de discussão da política florestal estadual e de novas possibilidades de regulamentação do setor (a exemplo da discussão relativa às propostas de certificação em curso no país e que contam com a participação ativa de representação empresarial e de ecologistas). Isso também parece ser um reflexo da reduzida competência institucional desses trabalhadores e de seus representantes em produzirem novas formas de gestão pública do espaço.

CONCLUSÃO

O que foi possível inferir dessa pesquisa? Observando o caso de Minas Gerais, espaço geográfico e social no qual os movimentos de implantação e de expansão das plantações florestais homogêneas assumiram uma magnitude expressiva, é possível afirmar que as suas conseqüências sobre as condições de vida de pequenos produtores e de trabalhadores assalariados rurais foram profundas e socialmente desestruturadoras.

A generalidade da observação inicial anterior teve como base, nessa pesquisa, a interpretação dos seguintes e principais momentos de inflexão da história estadual e da região analisada:

- 1º) a incorporação da área como fronteira – inicialmente da ocupação humana ordenada sob a mineração do ouro e posteriormente do avanço da população e seus núcleos urbanos e industriais;
- 2º) a introdução das usinas siderúrgicas e a formação de um aglomerado urbano industrializado nos municípios de João Monlevade, Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo entre os anos 1920 e 1970;
- 3º) a formação, por parte dessas usinas, de seus “Serviços Florestais”, a partir da década de 1940, quando as mesmas passaram a usar uma lógica de ordenação do uso do solo rural na região de acordo com os seus interesses de produção de combustível e insumos vegetais de uso industrial;
- 4º) a instalação da Cenibra, empresa inicialmente vinculada à CVRD, em meados da década de 1970, e a sua expansão como principal empresa consumidora de madeira de plantações florestais.

Concomitante a tais processos, mas sobretudo a partir da década de 1970, ocorreu a formação de uma categoria profissional nova - a dos trabalhadores assalariados rurais de empresas plantadoras de florestas, ou assalariados da extrativa - nessa área de ocupação humana antiga e polarizada pela aglomeração de um denso tecido urbano e industrial do

“Vale do Aço”. Mas, diante disso, o que é que autoriza apontar um sentido de desestruturação da região e das formas de organização social prevalentes? O que é, afinal de contas, que se desestruturou?

Conforme foi tratado na pesquisa, pode-se dizer que a resposta à primeira das três perguntas deve ser feita tendo em mente a história da constituição da região como tal que remonta ao século dezoito e à lógica política e social formadora da economia da mineração aurífera. Como discutido nessa tese, em decorrência da política econômica colonial e do estágio da evolução das forças produtivas até meados do século XVIII, a ocupação da região ficou basicamente limitada aos limites geográficos e políticos das minas e dos seus centros administrativos. Foi isso, aliás, o que permitiu que fossem preservados na região, até o final do século passado, um importante ecossistema florestal assim como seus habitantes originais.

Mas se as políticas da mineração aurífera agiram no sentido de inibir a diversificação econômica (por causa do interesse na exploração exclusiva da região em função do metal precioso), elas não eliminaram a existência de um segmento de agricultores territorialmente dispersos que combinaram atividades comerciais com subsistência. Ademais, a ênfase na mineração não impediu que tivesse ocorrido na região o desenvolvimento de atividades manufatureiras, especialmente da pequena siderurgia e da metalurgia do ferro.

Junto dessa especialização produtiva regionalizada, base de sustentação de uma política regionalista, desenvolveu-se um conjunto de mecanismos de utilização de recursos políticos e econômicos pelas elites que buscaram garantir acesso ao poder estatal local e federal – o que não foi uma especificidade ou uma “novidade” mineira, mas um elemento comum do processo de formação da federação republicana brasileira. Esse elemento, porém, teve grande impacto sobre a formação das regiões do estado porque provocou a construção dos primeiros elementos de uma identidade espacialmente delimitada, mesmo que de cima para baixo.

Com a quebra da importância da atividade mineradora, na passagem do setecentos para o oitocentos, houve uma expansão das atividades agrícola (de subsistência e vinculada aos mercados locais) e manufatureira. Nesse último caso, o estímulo decorreu também da formação de um mercado de terras e da ampliação do mercado consumidor.

Em função disso e pela sua magnitude, a floresta passou a ser vista simultaneamente como problema (pois dificultava a expansão produtiva e populacional centradas no urbano) e como solução (já que fornecia a matéria-prima para a expansão das atividades urbanas e manufatureiras). Ao longo do processo de ocupação da Mata e de sua incorporação ao espaço social, econômico e político, houve uma radicalização dos processos de aculturação e de eliminação das nações indígenas originárias, de domesticação do espaço natural e, ainda que num estágio inicial, de expropriação do camponês pela proeminência da necessidade de se fornecer madeira, lenha, carvão vegetal e terra para plantar florestas para as firmas industriais mineradoras, siderúrgicas e de pasta de celulose.

Esses processos foram acentuados pelo fato que, durante a passagem do século dezanove para o vinte, o Vale do Rio Doce foi descoberto como rota de tráfego entre o pólo minerador/metalúrgico (basicamente exportador naquele momento) e o mar (via de escoamento da produção, mas especialmente de entrada de bens importados, sobretudo do combustível mineral requerido por algumas dessas fábricas mineiras). Nesse último caso, houve a combinação entre uma demanda de segmentos empresariais associados ao Estado para a garantia da exportação e da importação de bens industrializados (via Ferrovia Vitória a Minas).

No meio dessa história nasceram então as empresas consumidoras de montanhas de minério e de florestas, sob o comando de capitais privados, de capitais estatais e de firmas organizadas sob a associação de ambos. Mesmo que possam ser entendidas como entidades que definem as suas estratégias pela determinação imperiosa da produção e apropriação privada do lucro, a presença das empresas consumidoras e produtoras de produtos e subprodutos madeireiros não pode ser analisada somente pela sua lógica econômica. O que

se percebe ao olhar as empresas na região é que sua presença e sua permanência viabilizou-se (e assim aos seus ganhos) por que foi possível para elas construir um projeto regional que tornou consoante os interesses fabris a suposta e identificada originalmente vocação florestal da região.

Como sustentado no decorrer dessa investigação, a produção do espaço não foi apenas econômica, entendida como o critério predominante de decisão baseada em vantagens de custos ou em uma particular dotação de recursos apropriáveis e aproveitáveis capazes de gerar lucro. A produção do espaço, é importante frisar, decorreu de um movimento de subordinação de uma determinada sociedade e de seus projetos a um determinado projeto capitalista. Não qualquer projeto, mas aquele que combinou, graças à trajetória histórica dessa sociedade nessa região, a oferta de determinados bens minerais com terra disponível para ocupação com as plantações florestais.

A própria disponibilidade dessa terra, por sua vez, decorreu do enfrentamento entre os projetos capitalista local e forâneo à região e dos agricultores, sobretudo os familiares. A vitória capitalista na produção do território dos Vales do Aço/Rio Doce como espaço das plantações homogêneas deveu-se, nesse sentido, a uma socialização da região pela sua “domesticação” ao capital.

Ocorre que nesse processo, a subordinação do território e seus habitantes à lógica capitalista implica a produção de novos sujeitos, mas não necessariamente pela importação de novos tipos ou uma nova cultura. Durante a transformação do território analisado em região do “reflorestamento”, ocorreu também a criação de um novo tipo de sujeitos, os assalariados. Eles, por seu turno, não podem ser compreendidos apenas em função de sua situação – dada pela subsunção a que foram e estão sendo submetidos – mas levando em conta que sua existência social não é isolada da existência dos demais trabalhadores, inclusive os que ainda residem dentro das propriedades como produtores familiares.

Em outras palavras, pode-se argumentar que as razões que determinaram que esse capital tenha escolhido essa região radicam na constituição de um projeto de dominação sobre o espaço e sobre a sociedade – o que supõe: 1º) uma determinada leitura sobre esse espaço e seus habitantes; 2º) a introdução de outras lógicas de organização do trabalho, da troca e do uso dos “recursos” e 3º) a tentativa de substituir (pela conquista de legitimação, pela força ou pela desqualificação simbólica e cultural) experiências e comportamentos que permitem a conformação de uma identidade própria e distinta daquela que é requerida pelo capital.

Se então inicialmente a população que ocupou originariamente esse território definiu sua existência e sua identidade pela vinculação às atividades agrárias (de subsistência e mercantis) e à mineração e transformação metálica numa terra de Mata Atlântica, a incorporação da região ao modo capitalista de produção e ao regime de produção do capital de base florestal implicou uma nova dinâmica espacial, que teve como elementos causadores e simultaneamente resultantes a (1º) subordinação da atividade agrícola à urbanização e às plantações florestais; (2º) subsunção do trabalho e sua transformação em trabalho assalariado e (3º) criação de novas dinâmicas políticas e sociais espacialmente ordenadas.

Desse modo, pois, o capital contribuiu para a construção de novas relações de trabalho não tradicionais e, da mesma forma, gerou as condições para o aumento do número de trabalhadores. Ambas as situações implicaram uma desconstrução parcial das formas anteriores (à implantação das novas regras da sociabilidade capitalista) de organização do trabalho, que envolviam trabalhadores rurais independentes como sendo as únicas formas possíveis de solidarização no meio rural regional. Com a expansão das plantações homogêneas de árvores e com a produção em larga escala de madeira e seus subprodutos para acompanhar o crescimento da oferta industrial de aços e pasta celulósica, aquela desconstrução foi radicalizada com a interdição do uso, para muitos dos trabalhadores rurais, dos meios tradicionais de vida, uma vez que as condições de acesso à terra também foram modificadas.

Como buscou-se argumentar nos capítulos precedentes, a construção de um novo tipo social (o assalariado rural subordinado a um regime fabril de produção) demandou a transformação ou, como dito anteriormente, a desconstrução de um sujeito preexistente. O que esse sujeito perdeu, nessa transformação, foi a sua independência. Mas, juntamente com ela, perdeu também as condições de poder transformar-se em produtor e de poder controlar o processo produtivo a partir de um outro ordenamento econômico, social e cultural que não o capitalista.

Na região estudada, essas perdas foram também representadas por uma ruptura com o passado originada de um fato aparentemente singelo: agricultores não plantam ou raramente plantam árvores em escala significativa, e muito menos eucaliptos e pinheiros. Também, pelo menos originalmente, não as plantavam para produzir carvão para fornos industriais ou para a retirada das suas fibras de celulose. Mesmo que pareça ser um aspecto meramente simbólico de ruptura, já que simultaneamente ao ato de virarem plantadores e cortadores de árvores os assalariados deixaram de ser ou tiveram interdita a possibilidade de ser produtores independentes, essa transformação não é por isso menos trágica; de fato, a questão aqui posta refere-se à subordinação dos trabalhadores a um modo de organização do trabalho que foi introduzida como experiência díspar – da mesma forma talvez como aconteça com outras monoculturas, mas não com o mesmo efeito em termos da produção de uma nova paisagem.

Aqui é fundamental entender a paisagem não apenas como elemento estético. Num sistema de produção familiar ou doméstico, a produção da paisagem depende de um complexo sistema de posições que é material e culturalmente determinado. Uma economia rural refletida na existência de uma paisagem indica um sistema de divisão do trabalho interna à família que não só opõe gerações e gêneros como indica quais espaços serão usados e como serão usados por quem e para que. A paisagem construída, se é possível dizer assim, não é uma decorrência da mera adaptação às condições topográficas, mas representa uma articulação das necessidades produtivas e reprodutivas materiais e simbólicas dos sujeitos com a natureza.

Daí fazer sentido a argumentação, apresentada no capítulo inicial dessa tese, de que a terra não é um bem como os outros bens produzidos sob o capitalismo para atender ao imperativo capitalista de fazer dinheiro. Do mesmo modo, como dito anteriormente, os problemas relativos à posse da terra são historicamente determinados justamente por que decorrem das relações entre os grupos e os sujeitos sociais e por que decorrem da maneira como tais relações anteriores permitem produzir uma relação com a natureza. Por isso é que, também como foi argumentado no capítulo inicial, o direito à propriedade – seja ele capitalista ou não – representa antes de tudo a propriedade de alguns direitos – os quais, para os capitalistas, são aqueles relativos ao processo de generalização da forma mercadoria. E é exatamente isso o que determina a inserção de projetos capitalistas no território.

Esse tipo de argumento remete para a idéia de que a construção das regiões depende de um processo histórico e que as regiões são elas mesmas criadas como "*frutos de embates*" ao longo dos quais "*diferentes recortes se contrapuseram*" (Vainer, *apud* Alentejano, 1998, p. 5). Sendo um produto de uma dada história, a noção de região tem como suas "*marcas fundamentais*" a centralização (por que se reproduz a partir de uma determinada unidade de controle sobre o espaço e "seus" recursos naturais e sociais) e a diversidade.

Ou seja, o que faz a região não é tão somente o espaço, mas sim o tempo, a história (ver Bourdieu, 1989); não se pode pensar a mudança social e nem mesmo quaisquer trajetórias de sujeitos sociais sem se dar conta da temporalidade das relações e dos movimentos que são socialmente construídos. Daí que a dinâmica da formação do espaço implica a geração de conflitos sociais - o que se traduz na ocorrência de descobertas e de desencontros entre as pessoas, os grupos e seus projetos e formas de organização que são social, cultural, política e economicamente construídos tendo como referência contextos estranhos uns aos outros.

Essa interpretação supõe que a relação dos homens com o seu território é histórica exatamente por causa das heranças sociais e materiais recebidas pelos sujeitos – e passíveis

de serem por eles transmitidas, inclusive a partir da mediação dada pelo presente que eles constróem. Ou seja, para pensar os problemas da mudança e da organização social em regiões e das regiões submetidas ao capital é de fundamental importância entender mais do que apenas os motivos imediatos, as figurações ou os desejos circunstanciais dos atores.

É nesse sentido que se pode concordar com Almeida (1995) na sua interpretação da dinâmica social na região do Programa Grande Carajás, uma região que guarda similitudes com a região dos Vales do Aço/Rio Doce quanto à base material que determinou a sua ocupação recente (o território extenso, o ouro, o minério de ferro e outros minerais, a floresta como fonte de energia combustível, a siderurgia a carvão vegetal, as plantações homogêneas e a firma produtora de pasta celulósica, com um grande número de atores capitalistas idênticos). No trabalho ora mencionado, o autor sustenta que a leitura que os grupos subalternos fazem do espaço ou da região inicia-se a partir da identidade que eles possuem do “*local onde se situam*”, “*do seu território de pertencimento em diante, do conhecido e palmilhado até [chegar] as bordas do não-controlado*” (Almeida, *op. cit.*, p. 41). E isso só é possível porque o elemento que lhes permite tecer a memória e apresentarem-se como os sujeitos dela é o espaço das suas relações primárias.

Nesse sentido, pode-se sugerir que uma das dificuldades que os assalariados das plantações nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais tiveram para poder determinar um projeto alternativo de desenvolvimento para a região reside não apenas no alcance circunscrito da ação sindical mas na limitação que esses sujeitos têm tido para apropriar-se de uma memória popular e, portanto, de reelaborá-la a partir de um projeto próprio.

Partindo daí, pode-se dizer que a constituição política da organização de uma alternativa aos projetos capitalistas tem que levar em conta as trajetórias (inclusive as que denominamos regionais) que foram e são produzidas pelos sujeitos subordinados como respostas ativas às estratégias empresariais. Se esse entendimento é possível, o conjunto de problemas que ganha relevo é o relativo aos processos de produção de regiões e de seus

moradores e de desintegração de um determinado modo de vida e de organização das relações sociais dentro do espaço histórica e geograficamente construído.

No caso da região selecionada para investigação, pelos elementos indicados acerca da sua formação, pode-se dizer que preexistia ao capital um campesinato subordinado aos projetos dominantes dos grandes proprietários rurais e mesmo da indústria mineradora/siderúrgica. A definição de uma nova "vocação florestal" regional pode então ter contribuído para a adesão de muitos desses antigos pequenos agricultores e principalmente dos seus descendentes ao trabalho assalariado nas atividades de plantio e exploração de  rvores. Contudo, não se pode determinar que esse foi o único caminho tomado por esses sujeitos. Mais ainda, a transformação de parte dos agricultores e filhos de agricultores em assalariados do "reflorestamento" permitiu a construção de um tipo de consciência da condição de exploração – das pessoas – e de negação da independência dos sujeitos em definir seus modos de uso da terra e do trabalho familiar.

Isso pode ser explicado, em parte, por que a formação desse novo tipo de trabalhador assalariado implicou uma alteração do sistema de posições existente no conjunto das relações sociais dominantes existente ao longo do processo de instituição da região como área de fronteira agrícola. De fato, minando as possibilidades da reprodução da unidade familiar agrícola por causa da ausência de braços, a migração de jovens para o trabalho braçal nas plantações florestais insere-se dentro das mudanç as que a industrialização provocou na região.

Incapazes de acessar o emprego urbano fabril pela sua origem rural e pelas deficiências apresentadas em termos de disciplina e adestramento exigidos pelo capital siderúrgico e celul sico, os assalariados das plantações perceberam – e assim também as suas famílias – no emprego nas firmas "reflorestadoras" uma oportunidade de mobilidade social.

A articulação das mudanç as produzidas na paisagem, no modo de usar a terra, no trabalho e na organização do processo de trabalho na região nos últimos cinqüenta anos é o que

permite entender, então, a produção do contexto material e social no qual emergiu uma nova prática social e política dos trabalhadores.

Como apontado anteriormente, deve-se entender primeiramente que o território no qual os trabalhadores e os capitalistas exercem sua existência e suas experiências concretas de vida é um produto social, um resultado de embates entre os projetos de ambos os tipos de atores. Para os trabalhadores, o território é tanto material – repositório de recursos e lugares de produção e reprodução – quanto simbólico – lugar da memória do crescimento e do amadurecimento da vida individual e familiar ou coletiva. Ele informa suas experiências não apenas por que é espaço físico, mas por que é espaço de uma história marcada pela permanência e pela independência tanto como pelas rupturas que são interna e externamente provocadas sobre ambas essas últimas situações.

Para as empresas capitalistas, o território tem também sentidos material e simbólico, mas que apontam para outra direção. Os projetos capitalistas de construção de mercados exigem a construção de um espaço aparentemente desnudado de suas particularidades históricas, o que se fez na região analisada pela tentativa de convertê-lo em depósito de recursos madeireiros destinados à produção capitalista de valores de troca.

Quando se cotejam esses elementos com a emergência de modos de resistência por parte desses trabalhadores assalariados a partir dos anos 1970, o que culminou na criação de sindicatos específicos na década de 1980, emerge uma outra questão: os assalariados construíram um projeto de resistência por causa da existência de uma memória do passado, silenciada pela violência simbólica do discurso sobre a "vocação natural" da região?

A resposta mais provável é que não. Mesmo porque se a estrutura sindical pode ser indicativa de uma aço de resistência ou de luta contra a domina o que se originou espontaneamente, ela também depende das formas como se construiu o mercado de trabalho, expressão do poder do capital sobre o trabalho e, nesse sentido, institui o particularmente importante na configura o das rela es de mando no capitalismo. Como

foi argumentado na tese, a formação desse mercado de trabalho assalariado rural na região não foi gerado por nenhum tipo de cataclismo que anulou a história anterior dos camponeses, tendo sido antes um resultado da história da lógica de combinação/oposição entre o capital industrial, o capital florestal e a população previamente existente no território.

A construção dos Sindicatos locais da Extrativa, surgidos como instâncias de organização autônoma dos assalariados contrárias à lógica da organização e das condições de trabalho imposta pelas empresas de base florestal, insere-se na história do movimento sindical mineiro a partir dos anos de 1980 e, ainda, é fruto de uma ação política profícua de mediação exercida pela Igreja através da CPT.

Pode-se dizer, até mesmo, que os resultados produzidos pela mediação da CPT geraram uma articulação entre os assalariados e seus Sindicatos com um conjunto de atores externos à região - e, inicialmente, à sua história, e que isso permitiu a eles ampliar o capital necessário para enfrentar as empresas capitalistas das plantações florestais. Não só essa articulação passou pela aproximação entre os Sindicatos da Extrativa e o sindicalismo cutista urbano, como envolveu uma aproximação com o Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, não foi uma história radicalmente distinta da que pode ser observada para o sindicalismo mineiro como um todo.

Porém, não foi produzido uma organização das ações locais que tenha permitido a geração de um movimento social. Talvez a exceção, em alguns momentos, e mais pela articulação de alguns dos integrantes da CPT, tenha sido que o conjunto dos problemas dos pequenos agricultores e dos trabalhadores assalariados dos Vales do Aço/Rio Doce tenha sido tratada mais como um aspecto da questão ambiental, em decorrência do intenso debate sobre a monocultura do eucalipto que desde a década de 1980 marca alguns dos movimentos sociais no estado.

Mas o mais importante é que tal possibilidade, que foi de certa forma levada a cabo pela liderança de Pe. Justino, não permitiu o enraizamento das bases de um movimento social específico das questões do trabalho, da moradia e da cultura dos assalariados. Ou seja, pode-se dizer que os trabalhadores das plantações dos Vales do Aço/Rio Doce não foram capazes de promover aquele tipo de organização da ação coletiva dinamizada pela capacidade que **teriam** esses atores de expandir a consciência e a organização (sua e do coletivo ao qual pertencem) com vistas à transformação social e cultural. Não que se esperasse encontrar isso – mesmo porque as condições básicas para tanto estiveram e talvez ainda estejam ausentes não por causa da especificidade social, regional e histórica desses atores e de seus interesses, e sim por que a limitada percepção que eles possuem do alcance de sua luta é uma das condições que tem marcado a organização da luta camponesa e dos trabalhadores rurais na história recente do Brasil (a esse respeito, consultar Martins, 1993 e Gohn, 1998).

Nesse sentido, pode-se dizer que a formação histórica e social desse grupo de trabalhadores nessa região constitui antes de tudo um dos momentos da experiência de formação de um segmento do proletariado rural regional. Mas, pela continuidade da sua presença e pela forma como recentemente assistiram aos percalços no seu processo de organização, a trajetória deles indica as contradições e as possibilidades da história recente da formação da sociedade e das lutas camponesas contemporâneas em Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Relatórios Técnicos, Documentos Públicos e outras Fontes Primárias

BDMG. Economia Mineira 1989; diagnóstico e perspectivas. Belo Horizonte: 1989a (Volume I); 1989b (Volume III)

BNDES. A participação do sistema BNDES na evolução do setor de papel e celulose no Brasil. Rio de Janeiro: 1991

----- **Papel e celulose de mercado; diagnóstico da competitividade brasileira.** Rio de Janeiro: 1994

BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Econômico. Programa Nacional de Papel e Celulose. Brasília: 1974

CEEA. Subsídios para estudo da economia do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: 1959. Série Pesquisas, 3, vol. II

FIBGE. Censo demográfico de 1960; Minas Gerais. Rio de Janeiro: 1962. Volume I, tomo IX

----- **Censo agrícola de 1960; Minas Gerais.** Rio de Janeiro: 1970. Volume II, tomo IX, 2ª parte

----- **Censo demográfico de 1970; Minas Gerais.** Rio de Janeiro: 1973. Volume I, tomo XIV, 3ª parte

----- **Censo agropecuário de 1970; Minas Gerais.** Rio de Janeiro: 1975. Volume III, tomo XIV, 1ª parte

----- **Censo demográfico de 1980; Minas Gerais.** Rio de Janeiro, 1984

----- **Censo agropecuário de 1980; Minas Gerais.** Rio de Janeiro: 1984b. Volume 2, tomo 3, n.º 16, 1ª parte

----- **Contagem da População 1996; Minas Gerais.** Rio de Janeiro: 1996

----- **Censo Agropecuário 1995-1996; Minas Gerais.** Rio de Janeiro: 1996. Número 16

FJP. Diretrizes para o desenvolvimento micro-regional do Vale do Aço. Belo Horizonte: 1974

FJP. **Diretrizes para aplicação de recursos; área de influência da CVRD em Minas Gerais.** Belo Horizonte: fevereiro de 1998

IBGE. **Censo demográfico de 1940; população.** Rio de Janeiro: 1950. Parte XIII, tomo 2

-----. **Censo demográfico de 1950; estado de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: 1954. Volume XX, tomo 1

-----. **Censo agrícola de 1950; estado de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: 1955. Volume XXI, tomo 2

-----. **Sinopse preliminar do censo demográfico de 1960; estado de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: 1962

-----. **Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas; 1968.** Rio de Janeiro: 1970

INDI. **Análise do conceito de integração reflorestamento - indústria em Minas Gerais.** Belo Horizonte: 1975

IEF. **Projeto de treinamento em ocupação florestal - PROFLOR.** Belo Horizonte: 1978

IGA. **Reflorestamento em Minas Gerais.** Belo Horizonte: 1985

JERÔNIMO NUNES, Manuel, Pe. **CPT-MG.** Belo Horizonte, s.d. documento datilografado e mimeografado, 9 páginas

MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado.** Belo Horizonte: 1995

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Serviço Florestal. *Reflorestamento da região siderúrgica do centro do país.* In: **Anuário Brasileiro de Economia Florestal,** Rio de Janeiro, vol. 4, n.º 4, p. 247-261, 1951

MURTA, Domício de F. *Geografia da agricultura de Minas Gerais.* In: Minas Gerais. Secretaria de Viação e Obras Públicas. **Plano de Eletrificação de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 1950. Vol. I, capítulo XI

NATRON. **Projeto de expansão da Cenibra S.A. - EIA-RIMA.** Belo Horizonte: 1984

SEITEC Planejamentos Agro-Industriais. **Desenvolvimento agropecuário da região de influência da CVRD;** estudo básico. São Paulo, novembro de 1969. 2 volumes

WORLD BANK. **Minas Gerais Forestry Development Project.** Washington: November 18, 1987. Staff appraisal report Brazil

2. LIVROS, ARTIGOS E OUTROS DOCUMENTOS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. In: Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Porto Alegre: junho de 1999. Texto em versão eletrônica disponível na página <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/autor/abramovay1.htm>> acessado em 04/10/1999

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Rio de Janeiro: 1998. Texto em versão eletrônica integrante do Projeto de Pesquisa “*Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*” (Convênio FINEP/CPDA/UFRRJ n.º 41960844.00).

ABRANCHES, Sérgio H. & LIMA JR., Olavo Brasil de (org.). **As origens da crise**. São Paulo: Vértice, 1987

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Carajás: a guerra dos mapas**. 2ª edição revista e ampliada. Belém: Seminário Consulta Grande Carajás, 1995

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. **O desbravamento das selvas do Rio Doce**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1978. Coleção Documentos Brasileiros, 103

ALVES, Francisco. *Crise do modelo sindical de trabalhadores rurais: uma avaliação*. In: **Sindicalismo no campo: reflexões: balanços e controvérsias**. Rio de Janeiro: CEDI, 1991. Cadernos do CEDI, 21

-----, *Balanço das lutas sociais no campo na década de 80*. In: Oliveira, Carlos A.B. et al. (org.). **O mundo do trabalho; crise e mudança no final do século**. São Paulo: Ed. Scritta, 1994

ANDRADE, Maristela de Paula. *A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no leste maranhense*. In: Conceição, Francisco G. (org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de pesquisa. São Luís: CPT; Belém: Seminário Consulta Grande Carajás, 1995

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**. 2ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992

ARAÚJO, A.M.C. & TÁPIA, J.R.B. *Corporativismo e neocorporativismo: exame de duas trajetórias*. In: **Boletim BIB**, Rio de Janeiro, n.º 32, pp. 1-30, 1991

ARBIX, Glauco. *A dinastia corporatista*. In: **Tempo Social**, São Paulo, vol. 8, n.º 1, pp. 127-159, maio de 1996

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. da UNESP, 1994

AUGÉ, Marc. **Não-lugares; introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Ed. Papirus, 1994

BACHA, Carlos J.C. *A situação atual dos dados sobre reflorestamento no Brasil*. In: **Análise Econômica**, São Paulo, vol. 10, n.º 17, pp. 141-155, março de 1992

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **A decadência das minas e a fuga da mineração**. Belo Horizonte: UFMG, 1971

BARNETT, A. **Deserts of trees: the environmental and social impacts of large-scale tropical reforestation in response to global climate change**. London: Friends of the Earth, 1992

BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Florestas de Minas Gerais*. In: **O Observador Econômico e Financeiro**, Rio de Janeiro, vol. VIII, n.º 90, pp. 63-67, julho de 1943

BERGAMASCO, A. & BERGAMASCO, Sônia M. P. P. *O programa de reflorestamento de pequenos e médios imóveis rurais (REPEMIR) no estado de São Paulo: uma avaliação preliminar*. In: 1º Encontro Brasileiro de Economia Florestal, Curitiba, 23-27 de maio de 1988. **Anais**, Curitiba: EMBRAPA/CNPQ, 1988

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. 3ª reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 1987

BORGES, Maria Eliza L. *A recriação de uma fronteira: a luta pela terra no leste de Minas Gerais*. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n.º 73, pp. 173-201, julho de 1991

BOURDIEU, Pierre. *Reproduction interdite; la dimension symbolique de la domination économique*. In: **Etudes Rurales**, Paris, n. 113-114, pp. 15-36, janvier-juin 1984

-----. *A identidade e a representação; elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região*. In: -----. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1989

-----. *Espaço social e poder simbólico*. In: -----. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990

-----. *Stratégies de reproduction et modes de domination*. In: **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Paris, numero 105, pp. 3-12, décembre 1994

BRANCO, Ronald C. *A importância sócio-econômica do reflorestamento incentivado*. In: **Sol e Solo**, Belo Horizonte, n.º 3, pp. 1-4, junho de 1980. Boletim Informativo da Acesita Energética

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo*. In: NIEMEYER, Ana M. de & PIETRAFESA DE GODOI, E. (org.). **Além dos territórios**: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado de letras, 1998

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987

BRITO, Fausto R. A.; OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de e JUNQUEIRA, André C. *A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica*. In: PAULA, João Antônio de (coord.). **Biodiversidade, população e economia**: uma região de Mata Atlântica. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997

BRUMER, Anita et alii. *A exploração familiar no Brasil*. In: LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar; comparação internacional**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. Volume 1

CALAZANS, Maria Julieta Costa (coord.). **Classificação da mão-de-obra do setor primário**. Brasília: IPEA, 1977. Série Estudos para o Planejamento, 17

CAPITANI, Luiz R. *Novos modelos para as atividades florestais*. In: Simpósio IPEF "Silvicultura Intensiva e o Desenvolvimento Sustentável", 3, São Pedro - SP, 1992, **Anais**. Piracicaba, IPEF/ESALQ, 1992

CAPOBIANCO, João Paulo R. (coord.). *Florestas*. In: Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Brasil século XXI**: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92. Rio de Janeiro: FASE, 1997

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Repensando a construção do espaço*. In: **Revista de História Regional**, Ponta Grossa - PR, vol. 3, n.º 1, Verão de 1998. Artigo em versão eletrônica disponível na página <<http://www.uepg.br/rhr/98ver1.htm>> acessado em 02/08/1999

CARNEIRO, Maria José. *Ruralidade: novas identidades em construção*. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.º 11, pp. 53-75, outubro de 1998

CARRERE, Ricardo. *Pulping the South; Brazil's pulp and paper plantations*. In: **The Ecologist**, Dorset, volume 26, number 5, pp. 206-213, september-october 1996

----- & LOHMANN, Larry. **Pulping the south**: industrial tree plantations and the world paper economy. London and New Jersey: Zed Books; Penang and Oxfordshire, World Rainforest Movement, 1996

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto; o peso da glória**. São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: FINEP, 1978

CASTRO, Nadya Araújo & Guimarães, Antônio S. A. *Movimento sindical e formação de classe – elementos para uma discussão teórico-metodológica*. In: SIQUEIRA, Deis E.; POTENGY, Gisélia F. & CAPPELLIN, Paola (org.). **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: Ed. da UnB, 1997

CAWSON, Alan. *¿Hay una teoría corporatista del estado?*. In: **Zona Abierta**, Madrid, n.º 67/68, pp. 109-136, 1994

COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo**. Campinas: Ed. da UNICAMP: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1998

CPT. Secretariado Nacional. Os rostos da CPT hoje. In: ----- (coord.). **A luta pela terra; a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. 2ª ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997

COUTINHO, Carlos Sidnei. **Transferência de tecnologia e organização do processo de trabalho na indústria siderúrgica**. Belo Horizonte: 1981. Dissertação de Mestrado apresentada ao CEDEPLAR/UFMG, 2 volumes

-----. **A siderurgia a carvão vegetal em Minas Gerais: passado, presente e futuro**. Belo Horizonte: PUC-MG, 1985. Texto datilografado para discussão apresentado no Seminário Perspectivas de Desenvolvimento Sócio-Econômico

DAIN, S.; BIELSCHOWSKY, R.A. & GADELHA, Maria F. *Prensas especiais na indústria de papel*. In: ARAÚJO JR., José T. de (edit.). **Difusão de inovações na indústria brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976

DEAN, Warren. *A floresta como fonte de energia na urbanização e na industrialização de São Paulo: 1900-1950*. In: Seminário Nacional de História e Energia, 1º, São Paulo, 19 a 23 de Outubro de 1986, **Anais**. São Paulo: Eletropaulo, 1987. Vol. 1

-----. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1996

D'INCAO, Maria Conceição & BOTELHO, Moacyr R. *Movimento social e movimento sindical entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira no estado de São Paulo*. In: SADER, Eder (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez Editora, 1987

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/PROED, 1981

DUARTE, Francisco C. *Indústria mineira pós-75: desempenho e fontes de crescimento*. In: **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, vol. 1, n.º 2, p. 31-52, maio-agosto de 1986

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965

DUARTE, Silvana T. **Impactos ambientais dos reflorestamentos com eucalipto: a polêmica do norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia**. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 1993

DULCI, Otávio Soares. *As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia*. In: **Ciências Sociais Hoje, 1984**. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1984

------. *Elites e políticas de desenvolvimento em Minas Gerais*. In: **Ciências Sociais Hoje, 1992**. Rio de Janeiro: Rio Fundo/ANPOCS, 1992

ELSTER, Jon. **Marx hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

ENSCH, Louis J. **Siderurgia a carvão de madeira**; possibilidades e planos de expansão no Brasil. São Paulo: s. ed., 1953

ESTERCI, Neide. *Sindicalismo e luta por terra*. In: **Sindicalismo no campo: reflexões: balanços e controvérsias**. Rio de Janeiro: CEDI, 1991. Cadernos do CEDI, 21

FAGUNDES, Bruno et alii. **Acesita-Timóteo; a história de uma cidade**. Belo Horizonte: Dossiê, 1992

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 5ª ed. Porto Alegre: Globo, 1978

FELDMAN-BIANCO, Bela. *Introdução*. In: ------. **Antropologia das sociedades contemporâneas; métodos**. São Paulo: Ed. Global, 1987

FERREIRA, Ricardo J. F. *A atuação do Polocentro e o desenvolvimento regional*. In: **Fundação JP**, Belo Horizonte, vol. 15, n.º 5-6, pp. 3-17, maio-agosto de 1985

GAIGER, Luiz Inácio G. **Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987

GODELIER, Maurice. *L'objet et les enjeux*. In: ------. (dir.). **Transitions et subordinations au capitalisme**. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1991

GODOY, Marcelo Magalhães. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço**; uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1996. Texto para Discussão, 109

GONÇALVES, Múcio Tosta. **Política florestal e interesses agroindustriais no estado de Minas Gerais: um estudo do Instituto Estadual de Florestas-IEF**. Belo Horizonte: 1990. Dissertação de mestrado apresentada ao DCP-UFMG

-----. **A indústria de celulose no Brasil: análise de sua dinâmica no período 1950-1992**. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 1992a

-----. *Exploração florestal, desenvolvimento e sociedade*. In: ACSERALD, Henri (org.). **Meio ambiente e democracia**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992b

-----. **Pau que nasce certo e entorta a vida dos outros**. Belo Horizonte: CPT-MG/PARC-JATAN/CEMEPAF, 1994

-----. *Quais são os rumos da política florestal no Brasil?*. In: **Vanguarda Econômica**, Belo Horizonte, n.º 3, pp. 73-86, setembro de 1995

-----. **Os "fracos" e os "avessos": formas de resistência social no Litoral Norte da Bahia**. Belo Horizonte: Sociedade Civil Irmãs de Santa Cruz; CEMEPAF, 1997

-----. **Tons do verde no Brasil: subordinação da política florestal à lógica da plantation**. Paper apresentado no Seminário sobre Reforma do Estado, CPDA-UFRRJ, Rio de Janeiro, 19 e 20 de Agosto de 1999

-----. & TEIXEIRA, Tânia C. *Trabalho familiar e assalariamento feminino e infantil na expansão do reflorestamento em Minas Gerais*. In: **Caderno do Departamento de Economia**, Belo Horizonte, vol. 1, n.º 1, pp. 18- 42, novembro de 1989

-----. et alii. **Exploração florestal, indústria de celulose e ocupação do espaço regional**. Belo Horizonte: maio 1994. Relatório produzido para a Pesquisa *Exploração florestal no Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia: seus impactos e as alternativas dos atingidos*

-----. & MACHADO, Carlos Wagner C. *"Reflorestamento" e mudanças nas condições de vida no Litoral Norte da Bahia*. In: **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.º 161, pp. 23-34, janeiro-fevereiro de 1996

GOHN, Maria da Glória. **Desafios da participação popular no meio rural brasileiro neste final de milênio**. Paper apresentado na XXII Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciências Sociais, GT: Ciências Sociais, Sociedade e "Mundo Rural". Caxambu, 27-30 de Outubro de 1998

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo & WILKINSON, John. **Das lavouras às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990

- GRANOVETTER, Mark. *Economic action and social structure: the problem of embeddedness*. In: **American Journal of Sociology**, Chigaco, v. 91, pp. 481-510, 1984
- GRASSI, Robson A. *Comentários sobre a aplicação empírica do conceito estrutural de competitividade*. In: **Leituras de Economia Política**, Campinas, n.º 4, pp., junho de 1997
- GUIMARÃES, Carlos M. & Reis, Liana M. *Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)*. In: **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n.º 2, pp. 7-36, junho de 1986
- GUIMARÃES, Roberto P. *Ecologia e política na formação social brasileira*. In: **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 31, n.º 2, pp. 243-277, 1988
- HAGUENAUER, Lia et alii. **Os complexos industriais na economia brasileira**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, julho de 1988. Texto para discussão, 62, reedição
- HARDIN, Garrett. *The tragedy of the commons*. In: BADEN, John & NOONAN, Douglas S. (ed.). **Managing the commons**. 2nd ed. Indiana University Press, 1998
- HELLER, Hermann. *A teoria do Estado*. In: CARDOSO, Fernando H. & MARTINS, Carlos E. (org.). **Política e sociedade**. 2^a ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983
- HIRAKURI, Sofia Rumiko. **Environmental and social impacts of economic development projects in Brazil and the role of Japanese official and private investment**. Tokyo: Jatan, January 1994
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990
- & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997
- IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do estado de Minas Gerais (1890-1930)*. In: **IV Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/PROED, 1982
- (coord.) et alii. **Minas não há mais?**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1986
- IDESP. **Agricultura e siderurgia numa região de fronteira**. Belém: 1988
- JACOBS, M. R. **O que o eucalipto pode fazer pelo Brasil**. Rio de Janeiro: PNUD/FAO/IBDF/BRA-45, 1973. Série Técnica, 2
- LEHMBRUCH, G. & SCHMITTER, Paul C. **Patterns of corporatist policy-making**. London: Sage Publishers, 1982

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**. São Paulo: Brasiliense, 1988

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981

LOHMAN, Larry. *Commercial tree plantations In: Thailand: a continuation of deforestation by any other name*. In: **The Ecologist**, Dorset, number 20, pp. 9-17, 1990

LOPES, José Sérgio Leite. *Subjetividade e linguagem do trabalho*. In: **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, São Paulo, ano 3, n.º 5, pp. 40-52, 1997

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. **Terra, trabalho e capital**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989

LUNA, Francisco V. & CANO, Wilson. *A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX) – uma hipótese*. In: ----- & -----, **Economia escravista em Minas Gerais**. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1983. Cadernos IFCH-UNICAMP, 10

MACHADO, Carlos W. Costa. **Reestruturação produtiva e trabalho florestal na produção de celulose no Vale do Aço, MG**. Belo Horizonte: 1998. Dissertação de Mestrado apresentada ao CEDEPLAR-UFMG.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo: Pólis; Petrópolis: Vozes, 1984

MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980

-----, *A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX*. In: II Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 22-26 de novembro de 1983. **Anais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 1983

----- & MARTINS, Maria Clotilde S. *As exportações de Minas Gerais no século XIX*. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n.º 58, pp. 105-120, janeiro de 1984

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973

-----, **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975

-----, **O cativo da terra**. São Paulo: HUCITEC, 1979

-----, **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983

-----, *Tempo e linguagem nas lutas do campo*. In: -----, **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: HUCITEC, 1994

-----, **Fronteira; a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC/Depto. Sociologia FFLCH-USP, 1997

MARTINS FILHO, Amílcar V. **A economia política do café com leite (1900-1930)**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/PROED, 1981

MATTOSO, Jorge E. L. *O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados*. In: OLIVEIRA, C. A. et alii (org.). **O mundo do trabalho; crise e mudança no final do século**. Brasília: MTb/PNUD; Campinas: CESIT; São Paulo: Ed. Scritta, 1994

-----, & SIQUEIRA NETO, José Francisco. **O trabalho em regime de subcontratação no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE/CESIT, 1997. Cadernos do CESIT, 24

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**; a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992

MCNALLY, David. *Língua, história e luta de classe*. In: WOOD, Ellen M. & FOSTER, John B. (org.). **Em defesa da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989

-----, *Apresentação*. In: **Sindicalismo no campo: entrevistas: avaliação, perspectivas e desafios**. Rio de Janeiro: CEDI, janeiro de 1990. Cadernos do CEDI, 20

-----, **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. Campinas, 1995. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do leste**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

MERLET, Michel. **Tierra y recursos naturales, tenencia y propiedad**; elementos para reflexionar y construir propuestas (esquema de la ponencia). In: Seminário Reforma Agrária e Democracia: a perspectiva das sociedades civis. Rio de Janeiro, 4 de maio de 1998. Texto em versão eletrônica disponível na página <<http://www.dataterra.org.br/semrario/merlet.htm>> acessado em 04/10/1999

MIRANDA, Moema M. **Nas pontas do Extremo: outras histórias, outros tempos**. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 1993

MONTE-MÓR, Roberto L. de M.; COSTA, Heloísa (coord.) et alii. *Ocupação do território e estrutura urbana*. In: PAULA, João Antônio de (coord.). **Biodiversidade, população e economia**: uma região de mata atlântica. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997

MOTTA, Márcia Maria M. *Terra, nação e tradições inventadas (uma outra abordagem sobre a Lei de Terras de 1850)*. In: MENDONÇA, Sônia & MOTTA, Márcia M.M. (org.). **Nação e poder: as dimensões da história**. Niterói: EdUFF, 1998

MÜLLER, Geraldo. *Observações sobre a noção de complexo agro-industrial*. In: **Rascunho**, Araraquara, n.º 19, pp. 3-28, outubro de 1991

MULS, Nair Costa. **A natureza e os limites das lutas dos assalariados rurais em Minas Geria: as greves dos canavieiros de Passos**. Belo Horizonte: Departamento de Sociologia e Antropologia, julho – agosto de 1986. Textos Sociologia e Antropologia, 13

-----. **Trabalho, consciência e luta: a formação do proletariado rural em Minas Gerais**. São Paulo: 1989. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP

NEVES, Delma P. *A diferenciação sócio-econômica do campesinato*. In: **Ciências Sociais Hoje, 1985**. São Paulo: Ed. Cortez, 1985

-----. *As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno*. In: **Ciências Sociais Hoje, 1987**. São Paulo: Ed. Vértice, 1987

-----. *Agricultura familiar: artimanhas da classificação*. In: **À Margem**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 3, pp. 26-34, novembro de 1993

-----. *Mudança social: exorcizando fantasmas*. In: **Antropolítica**, Niterói, n.º 1, pp. 49-74, janeiro-junho de 1995

-----. **O produtor agrícola: ambigüidades, mitos e impasses teóricos**. s. l. e., s. ed., 1996. mimeo.

-----. *O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais*. In: FERREIRA, Angela D. D. & BRANDENBURG, Alfio (org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998

NOVAES, Regina Reyes. *Dissolver a neblina*. In: **Teoria e Debate**, São Paulo, n.º 8, pp. 46-49, outubro-dezembro de 1989

-----. *Continuidades e rupturas no sindicalismo rural*. In: BOITO JR., A. (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991

-----, *A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização*. In: MEDEIROS, Leonilde S. et alii (org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994

OFFE, Claus. *Duas Lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional*. In: -----, **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984

-----, *Diversidade de interesses e unidade sindical*. In: -----, **Capitalismo desorganizado**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994

OLIVEIRA, Fabrício A. de. **A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil**. 2ª edição. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991

OSSE, Laércio. *Consumo de carbón vegetal y actividades forestales de la siderurgia brasileña*. In: **Siderurgia Latinoamericana**, Santiago de Chile, n.º 280, pp. 49-78, agosto de 1983

PÁDUA, José Augusto. *Natureza e projeto nacional*. In: -----, (org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987

-----, *O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos*. In: LEIS, Hector R. (org.). **Ecologia e política mundial**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase/Airi/PUC-Rio, 1991

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: 1996. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

PALMEIRA, Moacir. *Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional*. In: **Contraponto**, Rio de Janeiro, ano II, n.º 2, pp. 103-114, novembro de 1977

-----, *Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agro-indústria pernambucana*. In: **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, ano 1, n.º 1, pp. 41-55, agosto de 1979

-----, *A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato*. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Ed. Loyola, 1985

PARK, Margareth Brandini. *De Jeca Tatu a Zé Brasil: a possível cura da raça brasileira*. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.º 13, pp. 143-150, outubro de 1999

PAULA, João Antônio de. *A indústria têxtil mineira: 1889-1930*. In: II Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 22-26 de novembro de 1983. **Anais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1983

PAULA, João Antônio de. *Os limites da industrialização em Minas Gerais no século XVIII*. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n.º 58, janeiro de 1984

PEDROSO, Tabajara. *Na encruzilhada do deserto*. In: **Kriterion**, Belo Horizonte, n.º 19/20, pp. 162-192, janeiro - junho de 1952

PENIDO, Rogério. *Lições de Monlevade*. In: **Estado de Minas**, Caderno Pensar, 30 de maio de 1998, p. 4

PEREIRA, Ana Luiza de C. e OLIVEIRA, Cláudia C. **Comarca do Rio das Velhas: um perfil da ocupação rural nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: 1999. Trabalho apresentado na VIII Semana de Iniciação Científica da UFMG, setembro de 1999, sob orientação da profa. Beatriz Ricardina de Magalhães, do Departamento de História da UFMG

PEREIRA, Carlos Olavo da C. **Nas terras do rio sem dono**. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. *O sistema do lugar: história, território e memória no sertão*. In: NIEMEYER, Ana M. de & PIETRAFESA DE GODOI, E. (org.). **Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas: Mercado de letras, 1998

-----. **O trabalho da memória; cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999

PLAMENATZ, J. P. *Interesse (ciência política)*. In: **Dicionário de Ciências Sociais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1987

POLANYI, Karl. *El sistema económico como proceso institucionalizado*. In: GODELIER, Maurice. **Antropología y economía**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976

-----. **La gran transformación**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992

POLETTO, Ivo. *Sindicalismo rural – qual a sua “base”?*. In: **Sindicalismo no campo: reflexões: balanços e controvérsias**. Rio de Janeiro: CEDI, 1991. Cadernos do CEDI, 21

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973

PROCHNIK, Victor. **Estrutura e dinâmica dos complexos industriais na economia brasileira**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, março de 1987. Texto para Discussão, 113

RACHE, Athos de L. **Contribuição ao estudo da economia mineira**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1957

RAMALHO, José R. *Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil*. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997

RECIO, Albert. *Sindicatos, globalización económica y crisis ambiental*. In: **Papers Revista de Sociologia**, Barcelona, n. 58, pp. 119-145, 1999

REIS, Elisa Pereira. *Interesses agro-exportadores e construção do estado: Brasil de 1890 a 1930*. In: SORJ, B.; CARDOSO, F.H. & FONT, M. (org.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985

-----, *O estado nacional como ideologia: o caso brasileiro*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, pp. 187-203, 1988

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação de Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/PROED, 1982

RIBEIRO, A. Eduardo M. **A terra e a grande empresa no Vale do Aço**. s.l.e., s.ed., abril 1986. Relatório de Pesquisa, mimeografado

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém; representação sindical rural no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999

ROBINSON, Joan. **Ensayos sobre la teoría del crecimiento económico**. 2ª reimpressão. México: Fondo de Cultura Económica, 1973

ROMANO, Jorge O. *Identidade e política: representação e construção da identidade política do campesinato*. In: HARDMAN, Francisco Foot et alii. **Relações de trabalho e relações de poder**. Fortaleza: Imprensa Universitária UFCE, 1986

-----, *Política e religião: Igreja Católica e a representação do campesinato*. In: **Revista Universidade Rural**, série Ciências Humanas, Rio de Janeiro, vol. 17, n.º 1/2, pp. 87-99, 1995

SABÓIA, João. *Regulação, crises e relação salarial fordista*. In: AMADEO, Edward J. **Ensaio sobre a economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico**. São Paulo: Marco Zero, 1989

SANTANA, Charles D'Almeida. **Fatura e ventura camponesas**. São Paulo: Anablume, 1998

SCHWARTZMAN, Simon. *Um enfoque teórico do regionalismo político*. In: BALÁN, Jorge (org.). **Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Difel, 1974

SGRECCIA, Alex. *Negociação coletiva no meio rural*. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n.º 74/75, pp. 123-140, janeiro-julho de 1992

----- & GADELHA, Edmar G. *Movimento rural, 1970-85*. In: Pompermayer, Malori J. (org.). **Movimentos sociais em Minas Gerais; emergência e perspectivas**. Belo Horizonte: UFMG, 1987

SHIVA, Vandana & BANDYOPADHYAY, J. **Inventário ecológico sobre o cultivo do eucalipto**. Belo Horizonte: CPT-MG, 1991

SIGAUD, Lygia. **O sindicato e a estratégia do capital**. Brasília: UnB, 1979a. Série Antropologia, 25

----- **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979

SILVA, Sebastião M. Ferreira. **Reflorestamento: necessidades e instrumentos para a cultura do eucalipto**. Viçosa: UREMG, 1965. Série Divulgação, 9

SILVA, Vera Alice Cardoso. **A política regionalista e o atraso da industrialização em Minas Gerais (1889-1920)**. Belo Horizonte: 1977. Dissertação de Mestrado apresentada ao DCP-UFMG

SOARES, Luiz Eduardo. **Campesinato: ideologia e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

SOUZA, Moisés Matias F. de. *A implantação da indústria de celulose no Maranhão*. In: CONCEIÇÃO, Francisco G. (org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?**. Relatórios de pesquisa. São Luís: CPT: Belém: Seminário Consulta Carajás, 1995

SOUZA, Washington Peluso Albino de. *Perspectivas atuais da economia mineira*. In: **2º Seminário Mineiro de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1956

STRAUCH, Ney. *Observações relativas ao minério de ferro e a siderurgia no planalto de Minas Gerais*. In: **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, volume VIII, n.º I, pp. 313-341, 1956

----- **Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce**. Guia da excursão n. 2, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958

THOMPSON, Edward P. **Tradicion, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad pre industrial**. Barcelona: Critica, 1979

-----. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987a (Vol. I); 1987b (Vol. II); 1987c (Vol. III)

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. 4ª ed. Brasília: Ed. da UnB, 1982. 1ª edição datada de 1914

VALVERDE, Orlando. **Recursos naturais e o equilíbrio das estruturas regionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. Série Paulo de Assis Ribeiro, 7

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: DIFEL, 1976

VICTOR, Mauro A. de Moraes. *O reflorestamento incentivado, dez anos depois*. In: **Silvicultura**, São Paulo, vol. I, n.º 6, pp. 18-48, maio-junho de 1977

VIOLA, Eduardo J. & LEIS, Hector R. *A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável*. In: HOGAN, D. J. & VIEIRA, P. F. (org.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992

VOLPATO, Eleazar et alii. *A política florestal no Brasil*. In: 2º Encontro Brasileiro de Economia e Planejamento Florestal, Curitiba-PR, 30/09 a 04/10/1991. **Anais**. Colombo: Embrapa-CNPf, 1992. Volume II

WIRTH, John D. **O fiel da balança**; Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

Anexo 1

Elementos da Formação Administrativa dos Municípios Pesquisados

Município	Elementos Selecionados
Açucena	Distrito de Travessão, município de Guanhães, desde cerca de 1860. Tornou-se município em 1943, com os distritos da sede, Aramirim, Felicina, Gama, Jequitibá de Guanhães e Naque. Criou em 1948 o distrito de Pedra Corrida, em 1953 o de Gama e em 1962 os de Periquito e São Sebastião do Baixio, emancipados em 1995 (exceto Gama). Compreende atualmente três distritos, além do da sede.
Alvinópolis	Paróquia de Paulo Moreira, no município de Mariana, em 1832. Tornou-se município em 1891. Perdeu em 1938 os distritos de Saúde e Sem Peixe. Compreende atualmente três distritos (Fonseca, Major Exequiel e Barretos de Alvinópolis), além do da sede.
Antônio Dias	Paróquia de Antônio Dias Abaixo em 1832. Tornou-se município em 1911. Perdeu em 1948 os distritos de Melo Viana (atual Coronel Fabriciano) e Timóteo. Seu território compreende o distrito de Hematita, além do da sede.
Bela Vista de Minas	Desmembrado do município de Nova Era e transformado em município em 1962. Seu território compreende apenas o distrito da sede.
Belo Oriente	Criado como distrito com este nome em 1943, no povoado de Piedade do Galo, município de Mesquita. Emancipou-se em 1962. Seu território compreende dois distritos (Perpétuo Socorro e Bom Jesus do Bagre), além do da sede.
Coronel Fabriciano	Criado em 1923 como distrito com o nome de Melo Viana, no povoado de Santo Antônio do Piracicaba, município de Antônio Dias. Desmembrou-se de Antônio Dias em 1948, compreendendo os distritos da sede, de Timóteo e de Barra Alegre. Em 1953 criou o distrito de Ipatinga, emancipado juntamente com Timóteo em 1962. Seu território compreende os distritos de Barra Alegre e Senador Melo Viana, além do da sede.
Dionísio	Paróquia do SS. Sacramento, no povoado de Dionísio, município de Itabira, em 1882. Incorporado ao município de São Domingos do Prata em 1890. Em 1903 denominava-se SS. Sacramento de Dionísio e, em 1911, São Sebastião do Dionísio. Emancipou-se de São Domingos do Prata em 1948. Seu território compreende o distrito de Conceição de Minas, além do da sede.
Iapu	Distrito com o nome de Boachá, município de Caratinga, em 1923. Incorporado ao município de Inhapim em 1938. Emancipado em 1948, com os distritos da sede, Bugre (desmembrado em 1955) e São João do Oriente (desmembrado em 1962). Seu território compreende o distrito e S. Sebastião da Barra, além do da sede.
Ipaba	Distrito do município de Caratinga criado em 1982 e desmembrado em 1992. Seu território compreende apenas o distrito da sede.
Ipatinga	Criado como distrito de Coronel Fabriciano em 1953, desmembrou-se em 1962. Seu território compreende apenas o distrito da sede.
Jaguaraçu	Distrito de São Domingos do Prata em 1923. Tornou-se município em 1953. Seu território compreende apenas o distrito da sede.
João Monlevade	Distrito do município de Rio Piracicaba em 1948, emancipou-se em 1962. Seu território compreende apenas o distrito da sede.

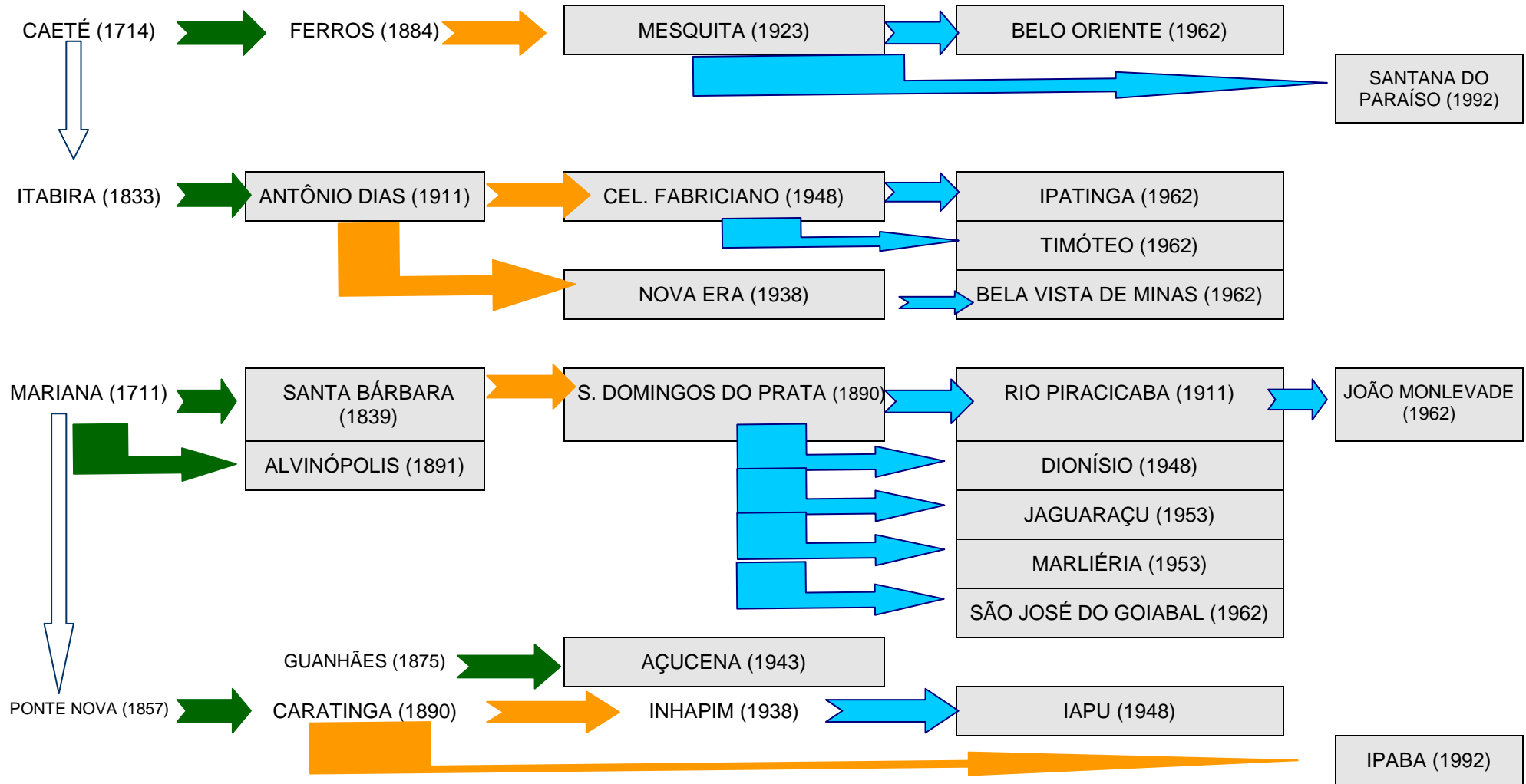
Anexo 1
Elementos da Formação Administrativa dos Municípios Pesquisados

Continuação

Município	Elementos Selecionados
Marliéria	Distrito com o nome de Dores da Babilônia, município de São Domingo do Prata, em 1901. Emancipou-se em 1953. Seu território compreende apenas o distrito da sede.
Mesquita	Distrito Policial de Santo Antônio do Caratinga, município de Ferros, em 1889. Distrito de Paz em 1890. Município emancipado com o nome atual em 1923. Perdeu os distritos de Barra Alegre em 1948, de Joanésia em 1953, de Belo Oriente em 1962 e de Santana do Paraíso em 1992. Seu território compreende apenas o distrito da sede.
Nova Era	Curato de São José da Lagoa, pertencente à paróquia de Antônio Dias Abaixo, em 1832. Paróquia do município de Itabira em 1848. Emancipado com o nome de Presidente Vargas em 1938, recebeu o nome atual em 1942. Perdeu em 1962 o território que formou o município de Bela Vista de Minas.
Rio Piracicaba	Paróquia de São Miguel do Piracicaba, município de Santa Bárbara, em 1750. Incorporado ao município de São Domingos do Prata e reincorporado a Santa Bárbara em 1890. Emancipou-se desse último em 1911. Criou em 1948 os distritos de João Monlevade e Padre Pinto e, em 1953, o de Conceição do Piracicaba. Em 1962 perdeu o distrito de João Monlevade. Seu território compreende aqueles dois distritos, além da sede.
Santa Bárbara	Paróquia de Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara em 1724, tornou-se município em 1839. Compreendia os distritos da sede, São João do Morro Grande, Catas Altas, São Miguel do Piracicaba e Rio São Francisco (atual Florália). Criou os distritos de Mercês de Água Limpa em 1911 e o de Itaeté (atual Barra Feliz) em 1923. Perde os distritos de São Miguel do Piracicaba em 1911, de Mercês de Água Limpa em 1923, de Bom Jesus do Amparo e São João do Morro Grande em 1943 e o de Catas Altas em 1995. Seu território compreende apenas o distrito da sede.
Santana do Paraíso	Distrito com o nome de Ipanema, município de Itabira, em 1901. Foi incorporado com o nome de Santana do Paraíso ao município de Ferros em 1911 e depois incorporado por Mesquita em 1923. Emancipou-se em 1992. Seu território compreende apenas o distrito da sede.
São Domingos do Prata	Paróquia pertencente a Santa Bárbara em 1843. Incorporado ao município de Itabira entre 1853 e 1855. Tornou-se município em 1890. Adquiriu e perdeu o distrito de São Miguel do Piracicaba (atual Rio Piracicaba) em 1890. Adquiriu no mesmo ano o povoado de Dionísio, desmembrado de Itabira. Criou o distrito de Babilônia (Marliéria) em 1901 e o de Jaguarauçu em 1923 (emancipados em 1953), o de São José do Goiabal em 1929 (emancipado em 1962), e o de Cônego João Pio em 1948. Seu território compreende esse distrito e a sede.
São José do Goiabal	Distrito com o nome de Juirauçu, município de São Domingos do Prata, em 1929. Recebeu o nome atual em 1938. Emancipou-se em 1953. Seu território compreende apenas o distrito da sede.
Timóteo	Distrito do município de Antônio Dias em 1938, em território desmembrado do distrito de Jaguarauçu, município de São Domingos do Prata. Incorporado ao município de Coronel Fabriciano em 1948. Emancipou-se em 1962. Criou em 1976 o distrito de Cachoeira do Vale, que compõe com a sede o território municipal.

Fonte: adaptado de Costa (1997)

ANEXO 2 Evolução do Desmembramento Territorial dos Municípios Pesquisados



Fonte: Costa (1997) e Monte-Mór, Costa et alii (1997)